

MARIO ALBERTO DOS SANTOS



**ESPAÇO, GEOGRAFICIDADES E AÇÃO POLÍTICA COMUNITÁRIA NA
RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS-BA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

MARIO ALBERTO DOS SANTOS

**ESPAÇO, GEOGRAFICIDADES E AÇÃO POLÍTICA COMUNITÁRIA NA RESEX
MARINHA DE CANAVIEIRAS – BA**

**SALVADOR
2017**



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia**



MARIO ALBERTO DOS SANTOS

**ESPAÇO, GEOGRAFICIDADES E AÇÃO POLÍTICA COMUNITÁRIA NA RESEX
MARINHA DE CANAVIEIRAS-BA**

Tese apresentada à banca examinadora e ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Catherine Prost

**SALVADOR
2017**

Ficha Catalográfica gerada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

M341 Santos, Mario Alberto
 Espaço, Geograficidades e Ação Política Comunitária na Resex
 Marinha de Canavieiras-BA / Mario Alberto Santos. -- Salvador,
 2017.
 258 f. : il

 Orientador: Catherine Prost.
 Tese (Doutorado - Geografia) -- Universidade Federal da
 Bahia, Instituto de Geociências, 2017.

 1. Território comunitário. 2. Diálogo entre saberes. 3.
 Domínios cognitivos experienciais. 4. Existência humana. 5.
 Extrativistas marinhos. I. Prost, Catherine. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

**ESPAÇO, GEOGRAFICIDADES E AÇÃO POLITICA COMUNITÁRIA NA
RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS – BA**

MARIO ALBERTO DOS SANTOS

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Catherine Prost (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



Profa. Dra. Cátia Antônia da Silva
Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil



Prof. Dr. Eduardo José Marandola Júnior
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 08 de maio de 2017

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são todos muito especiais...

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, aos professores e aos funcionários da parte administrativa pela atenção e respeito de sempre.

Agradeço carinhosamente e especialmente minha orientadora, Cathy, pela cumplicidade e carinho de sempre em suas orientações e contribuições... digo que somos duas almas amigas se reencontrando aqui nessa dimensão...

Agradecimentos especiais à banca examinadora, professoras e professores que eu admiro muito e tenho como inspiração... Catia Antônia da Silva, Edna Maria Ramos de Castro, Eduardo José Marandola Junior e Wendel Henrique Baumgartner.

Aos pescadores e as marisqueiras artesanais, almas e pessoas especiais que habitam a Resex Marinha de Canavieiras, pelo acolhimento e colaboração essencial ao trabalho... os co-orientadores dessa caminhada...

À minha família, pela força e positividade de sempre na motivação para eu continuar seguindo minha trajetória...

Agradeço a Universidade Federal do Oeste da Bahia, professores do Centro das Humanidades e técnicos administrativos pelo apoio institucional para a realização desse doutorado.

Agradecimentos especiais ao meu amigo Valney Dias Rigonato, com quem sempre compartilhei ótimos diálogos e reflexões sobre ciências, filosofias, epistemologias, geografias, sobre a vida e sobre o mundo, enfim...

Por último outro agradecimento muito especial e carinhoso vai para meu anjo, a Glaucia, com quem dividi momentos de devaneios e reflexões sobre os temas da minha tese...

Epígrafe...

Outra vez o Guimarães Rosa me contou: “Precisei botar o nosso idioma a meu jeito a fim que eu me fosse nele. Botei minhas particularidades. Usei de insolências verbais, sintáticas e semânticas, me encaixei na linguagem. Fiz meu estilo. Eu achava que o escritor havia que estar pregado na existência de sua palavra. E você, Manoel de Barros?” Me perguntou. Respondi: “Eu andei procurando retirar das palavras suas banalidades. Não gostava de palavra acostuada. E hoje gosto mais de brincar com as palavras do que de pensar com elas. Tenho preguiça de ser sério”.

Manoel de Barros, entrevista revista Caros Amigos, 2008.

Eu comecei a acreditar que o mundo inteiro é um enigma, um enigma inofensivo que se torna terrível pela nossa própria tentativa furiosa em interpretá-lo como se ele tivesse uma verdade secreta.

Umberto Eco

RESUMO

Esta tese tem como tema central a ação política com vistas à gestão de uma Reserva Extrativista (Resex) Marinha no município de Canavieiras-BA. A partir da concepção fenomênica do mundo, a compreensão da existência humana fez-se ao considerar a dimensão espacial sendo significada e adquirindo sentido a partir dos saberes, dos fazeres e das geograficidades, fenômenos que traduzem e evidenciam a cumplicidade entre o ente ser humano e a Terra. É por meio dessa cumplicidade que o *Dasein* (*Existenz*) se realiza em sua espacialidade intrínseca. Neste sentido, as geograficidades de pescadores e marisqueiras artesanais compõem todo o universo de saberes e fazeres, com sua compreensão sobre a natureza, presentes no mundo, nos territórios e nos lugares de realização dessa pesquisa. Assim, os saberes geográficos subsidiados pela ciência da cognição e pela fenomenologia cumpriram o papel de guia para que, a partir do diálogo entre saberes, fosse apresentado um estudo sobre gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. A Resex Marinha de Canavieiras foi criada em 2006 e desde então seus moradores passam por um longo e rico processo de formação de um corpo político e organização comunitária do tecido social. Esse processo resultou até o momento num cenário no qual a ação política realizada a partir dos princípios da autonomia, do diálogo e da partilha passou a forjar a atuação da Associação Mãe dos Extrativistas Marinhos da Resex de Canavieiras – AMEX. Com isso, o modelo de gestão por ela defendido e praticado possui os princípios elencados para a realização da política. Entende-se que tais princípios garantem a consensualidade mínima exigida para a ação e o sentido da política nasce nesse âmbito coletivo comum às condutas consensuais recursivas. Logo, a ação política e a vida social sadia são *continuum* que se realizam na dinâmica do *Dasein* e do ser-no-mundo. A coesão na organização do tecido social e do corpo político são destaques na gestão da Resex e a participação e atuação da AMEX vem transformando o cenário da gestão territorial na região e, ao mesmo tempo, cumprindo um papel substancial para o processo de educação política e ação comunitária, fortalecido com a presença da unidade. Ao compreender o universo do extrativismo marinho de pescadores e marisqueiras artesanais, compreende-se a essencialidade de seus saberes e fazeres para todo o processo e dinâmica de gestão da área, pois esse universo de intersubjetividades implica no surgimento de sentimentos de cuidado e zelo para com a natureza presente no mundo circundante, junto às práticas sociais essencialmente conservacionistas. Nesse cenário e meio às reflexões e estudos para essa pesquisa, surge uma demanda de alteração no modelo de cogestão proposto pelo SNUC em 2000 para um modelo de autogestão territorial com apoio e parceria do ICMBio e do MMA. Contudo, seria direcionado para a construção de cenários social e político favoráveis a um processo autogestionário dos territórios comunitários (Tradicionais). A relação que o Estado estabelece com as comunidades tradicionais e seus territórios deve sair de uma concepção regulatória e alcançar uma compreensão emancipatória. Essa transformação passa necessariamente pela consideração de geograficidades alheias e da pluralidade humana em sua coexistência cotidiana. Deste modo, os papéis do ICMBio e do MMA seriam ressignificados e a noção de extensionismo rural transformada em ações públicas emancipatórias e de organização da coesão do tecido social e da criação de um corpo político. Essas ações passam a ser responsabilidades e intencionalidades do Estado em sua relação com os povos e as comunidades tradicionais, no que tange a gestão dos seus territórios.

PALVRAS-CHAVES: território comunitário; diálogo entre saberes; domínio cognitivos experienciais; existência humana; extrativistas marinhos.

RESUMÉ

Cette thèse a comme thème central l'action politique en vue de la gestion d'une réserve de collecte (extrativiste, appelée *resex*) marine dans la commune de Canavieiras, à Bahia. A partir de la conception phénoménique du monde, la compréhension de l'existence humaine se fait en considérant la dimension spatiale comme étant signifiée et acquérant un sens à partir des savoirs, des faire et des géographicités, phénomènes qui traduisent et mettent en évidence la complicité entre l'être humain et la Terre. C'est par cette complicité que la pré-sence (ou réalité humaine) se réalise dans sa spatialité intrinsèque. Dans ce sens, les géographicités de pêcheurs et collectrices de fruits de mer artisanaux composent tout l'univers de savoirs et savoirs-faire, avec leur compréhension du monde et de la nature présente dans l'univers empirique de cette recherche. Ainsi, les savoirs géographiques appuyés par la science de la cognition et par la phénoménologie remplissent leur rôle de guide pour, qu'à partir du dialogue entre savoirs, soit présentée une étude sur la gestion territoriale en aires protégées d'usage durable. La *resex* marine de Canavieiras fut créée en 1906 et depuis lors, ses habitants traversent un riche et long processus de formation d'un corps politique d'organisation communautaire du tissu social. Ce processus résulta jusqu'à présent en un scénario dans lequel l'action politique réalisée à partir des principes d'autonomie, de dialogue et de partage a marqué l'agissement de l'Association-Mère des Extrativistes Marins de Canavieiras (AMEX). Par conséquent, le modèle de gestion défendu et pratiqué par elle possède les principes énoncés pour la réalisation de la politique. On comprend que de tels principes garantissent la consensualité minimum exigée pour l'action et pour que le sens de la politique naisse dans ce collectif commun aux conduites consensuelles récursives. L'action politique et la vie sociale saine constituent donc un *continuum* qui se réalisent dans la dynamique de la pré-sence de l'être-dans-le-monde. La cohésion dans l'organisation du tissu social et du corps politique se distinguent dans la gestion de la *resex* ; la participation et la forme d'agir de l'AMEX est en train de transformer le scénario de la gestion territoriale de la région et, en même temps, de remplir un rôle substantiel pour le processus d'éducation politique et d'action communautaire, consolidé avec la présence de l'aire protégée. En comprenant l'univers de l'extrativisme marin des pêcheurs et collectrices de fruits de mer artisanaux, on comprend l'essentialité de leurs savoirs et savoirs-faire pour tout le processus et la dynamique de gestion de l'aire, car cet univers d'inter-subjectivités implique le surgissement de sentiments de soin zélé envers la nature présente dans le monde environnant lors des pratiques sociales essentiellement conservationnistes. Dans ce scénario et plongé dans les réflexions et études pour cette recherche, surgit une demande d'altération du modèle de gestion proposé par le Système National d'Unités de Conservation (SNUC) en 2000 par un modèle d'auto-gestion territoriale avec l'appui et le partenariat de l'organisme environnemental, ICMBio, et du Ministère de l'Environnement (MMA). Cependant, il serait dirigé vers la construction d'un scénario social et politique favorable à processus auto-gestionnaire des territoires communautaires (traditionnels). La relation que l'Etat établit avec les communautés traditionnelles et leurs territoires doit quitter la conception régulatoire et atteindre une compréhension émancipatoire. Cette transformation passe nécessairement par la considération de géographicités étrangères et de la pluralité humaine dans sa co-existence quotidienne. Ainsi, les rôles de l'ICMBio et du MMA seraient ressignifiés et la notion d'assistance rurale transformée en actions publiques émancipatoires et d'organisation de la cohésion du tissu social et de la création d'un corps politique. Ces actions deviennent des responsabilités et des intentionnalités de l'Etat dans sa relation avec les peuples et les communautés traditionnelles en ce qui concerne la gestion de leurs territoires.

MOTS-CLÉS: territoire communautaire; dialogue entre savoirs; domaines cognitifs expérientiels; existence humaine; extrativistes marins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: No manguezal ou em casa, a interação com o mundo circundante se realiza a partir de um complexo universo de saberes e experiências...	19
Figura 2: Os saberes envolvem conhecer práticas de pesca, navegação e a ecologia de espécies da fauna e da flora locais.....	20
Figura 3: Depois da captura há o trato do sururu, marisco muito consumido na Resex Marinha de Canavieiras.	21
Figura 4: Mariscada preparada no óleo de dendê.....	21
Figura 5: Nesse mundo os sabores revelam saberes ligados ao preparo dos alimentos e ao extrativismo para a captura das espécies que compõem o preparo desses alimentos.....	22
Figura 6: A diversidade de fazeres reflete-se na diversidade de saberes... ..	23
Figura 7: A navegação está entre as atividades mais comuns entre os pescadores e as marisqueiras na Resex.	26
Figura 8: O preparo da canoa para a pesca do aratu. Resex Marinha de Canavieiras, comunidade de Campinhos.....	29
Figura 9: A pesca da tarrafa na Resex em Canavieiras.	32
Figura 10: A navegação como prática comum no mundo dos extrativistas marinhos.	33
Figura 11: A pesca de tarrafa na Resex em Canavieiras.	37
Figura 12: Momentos do cotidiano dos moradores da Resex.	39
Figura 13: Momentos importantes para os moradores e para a gestão da Resex.	41
Figura 14: Sr. João, se misturando ao manguezal para a captura do caranguejo.	50
Figura 15: O extrativismo da ostra praticado por D. Marlene, comunidade de Campinhos, Resex Marinha de Canavieiras – BA.	51
Figura 16: O uso da tarrafa na pescaria tem forte relação com o sentido de Ser pescador.	54
Figura 17: A fabricação e a pescaria de jangada na Resex em Canavieiras liga os pescadores a uma prática nobre que lhes confere um respeito bastante significativo entre os extrativistas marinhos da região.....	55
Figura 18: Momentos e instantes do cotidiano na Resex.	61
Figura 19: O espaço vivido no mundo do extrativista na captura do caranguejo.	73
Figura 20: Momentos e relações presentes no mundo vivido dos pescadores e das marisqueiras da Resex.	76
Figura 21: Relações e interações que caracterizam e identificam geografidades de pescadores e marisqueiras da Resex.	106
Figura 22: Essas geografidades estão no conhecimento da planta (A) que fornece o fruto para fazer o óleo que compõe e caracteriza suas refeições (B), nas atividades cotidianas do lar (C) e das atividades extrativistas e/ou navegação (D).	138
Figura 23: Exemplo da mistura entre obra, trabalho e alguns objetos e gestos que os caracterizam na Resex. Neste caso, na captura de siris com armadilha chamada de munzuá.....	151
Figura 24: Mistura entre trabalho, obras, saberes e objetos técnicos (tarrafa e canoa) na busca da obra resultante dos usos desses objetos: capturar o alimento e/ou garantir renda.	155
Figura 25: Antigo imóvel utilizado como sede da AMEX.....	157
Figura 26: Sede do ICMBio na Resex Marinha de Canavieiras – Bahia.	167
Figura 27: Mapa de delimitação das comunidades na Resex Marinha de Canavieiras – BA.	169
Figura 28: Área e moradias da comunidade de Campinhos – Resex marinha de Canavieiras – BA.	172
Figura 29: Morador de campinhos em uma de suas atividades do cotidiano: a colheita da mandioca cultivada no próprio quintal.	173
Figura 30: Residências na comunidade de Puxim do Sul, Resex Marinha de Canavieiras – BA.	174
Figura 31: Pescador e marisqueira com o trabalho e suas obras misturadas as atividades agroextrativistas: em (A) João na captura de caranguejo dentro do manguezal, há cuidados referentes	

ao fato de ser macho ou fêmea (só se captura macho) e também com o tamanho do caranguejo, que segundo o acordo de pesca de Canavieiras é no mínimo 6cm de carapaça. Em (B) D. Nana rala o coco para o preparo do óleo. Os cuidados se iniciam já na extração do coco e há nesse processo o resultado de anos de acompanhamento da mãe no preparo.	179
Figura 32: Construção e conservação de saberes nas trocas e partilhas entre mães e filhos (A e B) e no vivido durante as atividades de pesca (C e D).	184
Figura 33: Imagens representando diferentes artes e saberes da pesca e da mariscagem. Em (A) o preparo da tarrafa para iniciar os lances, em (B) a captura de siris na beira do rio, em (C) vários siris capturados e em (D) duas embarcações com várias ostras capturadas também no extrativismo.	187
Figura 34: Trabalho, saberes e fazeres, geograficidades inerentes ao viver social dos pescadores e das marisqueiras... ..	190
Figura 35: O aconchego do quintal e da casa (A), os caminhos que ligam territórios e lugares (B), o lazer e a brincadeira construindo afeto entre as pessoas e entre as pessoas e mundo (C) e a beleza estética que encanta o pescador-fotógrafo (D).	191
Figura 36: Embarcação rumo ao território pesqueiro em alto mar.	192
Figura 37: Chegando da pescaria de jangada... ..	193
Figura 38: Trabalho coletivo na retirada da jangada da água.	194
Figura 39: A volta para a casa... ..	195
Figura 40: Pesca de tarrafa em área de estuário, barra do rio Pardo.	196
Figura 41: Pescadores se preparando para o primeiro lance de tarrafa.	196
Figura 42: O caminho e o território pesqueiro se misturando na arte da tarrafa.	198
Figura 43: A arte da pesca de tarrafa e o cuidado para arrumar alguma linha cortada com Sr. João, liderança comunitária de Campinhos.	198
Figura 44: Pescado capturado em atividade extrativista. Trabalho, saberes, fazeres e obras misturados na pescaria de tarrafa.	199
Figura 45: Estuários, lares, manguezais e portos... ..	200
Figura 46: Durante o extrativismo da ostra e por entre as cores e os contrastes, D. Marlene e sua ontologia existencial misturando-se ao mundo e a natureza circundantes... ..	202
Figura 47: A marisqueira em meio as árvores do mangue em busca do Aratu.	203
Figura 48: Momentos de troca, partilha e colaboração para o trabalho após a ida ao manguezal para mariscar. Por entre os quintais das residências o trabalho, os saberes e os fazeres são compartilhados e assim a experiência da troca e da cooperação se realizam como cotidiano comum aos extrativistas marinhos da Resex... ..	204
Figura 49: O trabalho e suas obras contemplam o tratamento do marisco capturado antes do consumo ou da comercialização; a marisqueira catando o aratu.	205
Figura 50: Intercâmbio para troca de experiências entre extrativistas marinhos de outros municípios (A e B), reunião sobre educação financeira e o banco comunitário (C) e reunião para o acordo de gestão da Resex (D)... ..	213
Figura 51: Modelo de residência construída no projeto habitacional.	214
Figura 52: Presença sempre relevante dos membros da AMEX em reuniões do CD da Resex.	215
Figura 53: Sedes de quatro associações que compõem a AMEX, Campinhos, Puxim da Praia, Barra Velha e Puxim do Sul... ..	216
Figura 54: Oficina de capacitação para o transporte seguro de caranguejo realizada no estado do Pará com a participação dos extrativistas marinhos da Resex Marinha de Canavieiras-BA... ..	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Flora de ocorrência nos manguezais de Canavieiras.....	168
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEX – Associação Mãe dos Extrativistas Marinhos da Resex de Canavieiras
BAMEX – Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras
CD – Conselho Deliberativo
CDRC - Conselho Deliberativo da Resex de Canavieiras
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN – Instrução Normativa
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não Governamental
PL – Projeto de Lei
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex – Reserva Extrativista
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidades de Conservação
UCUS – Unidades de Conservação de Uso Sustentável
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	1
SOBRE O SABER E O FAZER: pelos caminhos da pesquisa e de sua realização... ..	7
UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: o mundo dos extrativistas marinhos.....	17
1. EXISTÊNCIA HUMANA, SER-NO-MUNDO E DIÁLOGO ENTRE SABERES	25
1.1 Sobre cognição, experiências e proposições explicativas	35
1.2 Saberes extrativistas tradicionais e saberes científicos: para uma epistemologia da autonomia, da dialogicidade e da partilha	48
2. GEOGRAFIA, ESPAÇO E AÇÃO POLÍTICA PARA PENSAR A COEXISTÊNCIA HUMANA	60
2.1 A Geografia e a espacialidade intrínseca à existência humana	63
2.2 Os sentidos e o fundamento geográficos da ação política e o viver social	81
2.3 A partir das geografiedades... lugares, territórios e ação política	105
2.4 Princípios para a ação política com vistas ao viver social sadio.....	120
3 EXPERIÊNCIA VIVIDA E A ATRIBUIÇÃO DE SIGNIFICADOS: sobre territórios comunitários e Territórios Tradicionais	133
3.1 A dimensão espacial da existência e o viver social em territórios comunitários: autopoiese, trabalho e obra	143
3.2 Entre territórios comunitários e territórios tradicionais... planejamento, gestão e convívio social sadio	158
4 A RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS: espaço, experiências e geografiedades...165	
4.1 A vida da pesca e a pesca que vive: saberes e fazeres de pescadores e marisqueiras artesanais	178
4.2 Num outro tempo, depois do sonho... sobre as obras da ação e dos saberes.....	206
4.3 Entre o jurídico e o político, a ação e a educação... cogestão e autogestão na Resex Marinha de Canavieiras.....	224
ONDE HÁ SONHOS HÁ CAMINHOS... sobre habitar humano e viver social sadio	246
REFERÊNCIAS	250

PRIMEIRAS PALAVRAS

Pesquisas sobre a dimensão espacial da existência, por meio de *geograficidades*¹ alheias para compreender os fenômenos gerativos da ontologia do Ser em seu convívio cotidiano, me levaram a pensar sobre as correlações existentes entre ação política e viver social em uma Reserva Extrativista (Resex) Marinha. Nesse sentido, os resultados que se seguem passaram tanto pelas minhas experiências vividas e reflexões teóricas, como também pelos encontros com o mundo, os territórios e os lugares presentes nas vivências e experiências em campo. Esse mundo de saberes, fazeres e relações sociais e políticas possui relações constitutivas comuns a todo e qualquer viver social existente. No entanto, há tantas outras particularidades e especificidades que, como dimensões fenomênicas da vida cotidiana, só podem ser apreendidas por meio desse mesmo cotidiano, no qual e para quem esse viver social se realiza e faz sentido.

Por isso a realização dessa pesquisa foi iniciada a partir da consideração de fenômenos ligados à espacialidade da existência e somados à compreensão do sentido de Ser construídos na partilha de saberes e de experiências vividas² entre os sujeitos da pesquisa. Assim sendo, além do autor da tese, também os moradores da Resex Marinha de Canavieiras, município de Canavieiras, Bahia. Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) e criada em 2006 por meio do Decreto nº 5, possui uma área total de 100.695 ha, 5,5 mil hectares são de terra firme, 15,5 mil de manguezais, rio e barras e 79 mil de mar aberto, correspondendo a 17% de área continental e 83% de ecossistema marinho (.

A espacialidade inerente à existência e as relações e interações nela realizadas caracterizam os viveres sociais e políticos do ser humano. A ação se destaca na geografia e por

1 A noção de *geograficidades* parte de um sentido fenomenológico e experiencial de espaço, que se constitui a partir de significados atribuídos à essa dimensão da existência humana. Sentimentos de afeto e cuidado coexistem nesse processo com a construção de saberes e a realização dos fazeres no cotidiano. Por isso Dardel (2011) relaciona a expressão a uma sensibilidade geográfica inerente à espécie humana e que a coloca em permanente encontro intencional com o mundo, permitindo a construção do “Amor ao solo natural”, de ir à “busca por novos ambientes” e nesse cotidiano de criação conservar “uma relação concreta” ligando o ser humano à Terra. Essa íntima e profunda ligação é construída e conservada a partir de diferentes fenômenos e processos da vida humana, aqui a ênfase para compreender tal dinâmica será direcionada para a existência humana e o sentido de Ser a partir dos saberes, fazeres, sentires, ação política e prática sociais, nesse caso, de pescadores e marisqueiras artesanais da Resex Marinha de Canavieiras.

2 O sentido de experiência vivida aqui é sempre cognitiva e existencial, pois como trata-se das nossas correlações com o mundo e a natureza circundantes, a cumplicidade entre ser humano e Terra traduzida nas geograficidades. A perspectiva experiencial quando entendida a partir das proposições explicativas da ciência da cognição e da fenomenologia assume ambos os aspectos. Cognitiva porque depende dos sentidos humanos para sua realização e existencial porque a partir dela a nossa existência mundana se realiza e adquire sentido. Para Marcia Sá C. Schuback em sua tradução de *Ser e Tempo* (2005), existência designa toda a riqueza das relações recíprocas entre pre-sença (*Dasein – existenz*) e Ser. Ao incluir a ciência da cognição nessa reflexão incluem-se os fenômenos gerativos e internos ao humano que viabilizam essa existência; nossos sentidos.

isso é compreendida aqui a partir dos seus sentidos e fundamento geográfico, os quais podem ser traduzidos e entendidos na coexistência de geografidades inerentes a todo e qualquer sistema social instituído.

A geografidade é o fenômeno da existência humana que revela, a partir da espacialidade inerente à essa existência, os processos pelos quais o ente constrói sua ontologia e com isso seu modo de existir e se relacionar com o mundo. A geografidade é a cumplicidade existente entre o ser humano e a Terra; trata-se, deste modo, da revelação de nossa relação visceral com a Terra na existência mundana (BESSE, 2011). Nesse sentido, Dardel (2011, p.1) afirma que

[...] a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear mares, de explorar continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva.

É essa inquietude que faz surgir os saberes e os fazeres humanos nos seus diferentes contextos e circunstâncias característicos dos modos de existir. Assim, busca-se nas geografidades e no espaço os sentidos e o fundamento geográfico da ação ao admitir sua dimensão espacial intrínseca. Portanto, considera-se que os agentes-sujeitos³ sociais responsáveis pelas ações políticas possuem suas geografidades intimamente relacionadas à espacialidade na existência e aos significados que esse espaço assume na realização dessa ação.

A ação política - como atividade da condição humana de existência e possível somente na pluralidade do convívio social - e as geografidades, como a evidencia da essencialidade da espacialidade para a existência humana, apresentam-se como os fenômenos centrais e gerativos desse estudo. O contexto de organização do tecido social e do corpo político, que constitui o mundo, os territórios e os lugares de realização da pesquisa é o da Resex Marinha de Canavieiras o qual motivou considerar a ação como política e comunitária. O sentido de comunitário refere-se ao fato dos agentes-sujeitos políticos dessa gestão não imporem a essa atuação uma hierarquia que exclui e admite relações desiguais. Isso justifica a ênfase direcionada às ações políticas dos pescadores e marisqueiras artesanais beneficiários da Resex.

Considerou-se, portanto, a maneira como o Estado brasileiro relaciona-se com o tema, mas sobretudo a maneira como os próprios moradores se relacionam entre si e com a gestão da unidade, por meio da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX), as

3 O significado aqui atribuído ao unir as duas palavras “agentes-sujeitos” está ligado à compreensão da autonomia necessária a qualquer processo de ação política com vistas a transformações significativas para o viver social onde se realiza. Portanto, agente por ser alguém agindo e sujeito por ser esse agente um Ser autônomo que faz da autonomia princípio para o estabelecimento, *a posteriori*, de meios e fins para o agir em concerto.

outras associações que a compõem, seu modelo de estatuto e as aspirações do agora e do depois diante do modelo institucional de cogestão imposto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Assim, a partir das “coisas” como elas são, essa pesquisa se debruçou em estudos e reflexões sobre como as “coisas” poderiam ser, nesse caso a gestão dos Territórios Tradicionais, especialmente das Resex.

Ao admitir tais pressupostos, pretendeu-se estudar e apreender os processos de construção e legitimação das ações políticas comunitárias na Resex Marinha de Canavieiras – BA a partir da compreensão das geografidades refletidas e evidenciadas por meio das experiências cognitivas e existenciais de pescadores e marisqueiras da unidade. Por isso frisa-se a relevância em apreender sobre os saberes e a ação na perspectiva do estabelecimento de princípios para o sentido de política, nesse caso, o diálogo, a autonomia e a partilha. Tais fenômenos – saberes, ação e política - nascem *nos* e *dos* viveres e sentires sociais e possuem íntima relação com a equidade, a solidariedade e as reciprocidades nas relações cotidianas estabelecidas; características consideradas essenciais ao êxito da ação política comunitária.

Os territórios e os lugares de realização das vivências e experiências em campo dessa pesquisa consistem no mundo vivido de populações tradicionais agroextrativistas. Tais espaços carregam hoje o sentido de Territórios Tradicionais e são juridicamente definidos pelo Decreto nº 6040/2007⁴. Nesse contexto, há áreas no país (como é o caso da Resex de Canavieiras) onde foram criadas UCUS, com delimitação territorial definida por meio de um decreto federal e que respondem a um conjunto de legislações específicas. Porém, os espaços dos Territórios Tradicionais⁵ não surgem com a institucionalização de alguma UCUS; sua constituição se deu a partir da assinatura do decreto criando uma perspectiva jurídica do conceito.

Há no Brasil inúmeros espaços que podem ser classificados como Territórios Tradicionais, tendo em vista a perspectiva apresentada pela legislação vigente, independentemente de ter ali instituída alguma UCUS. O espaço onde a vida se realiza e faz sentido - o espaço geográfico – é o universo de possibilidades dos Territórios Tradicionais e não um emaranhado de fatos supostamente ocorrendo de maneira linear e sucessiva e encerrados por uma legislação específica. Os territórios pesqueiros, os lugares de convívio dos pescadores e das marisqueiras e todos os espaços de experiências vividas no cotidiano não se limitam ao texto proposto pelo Estado para definir Território Tradicional.

4 Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

5 Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts 231 da Constituição e art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.

Em vista disto, outro aspecto importante nessa pesquisa são os significados atribuídos pelos extrativistas marinhos⁶ aos territórios e aos lugares, independentemente da sua institucionalização e/ou conceituação jurídica. Na Resex Marinha de Canavieiras, há sentidos atribuídos aos territórios e aos lugares que precedem e independem da criação da unidade. As geograficidades coexistentes e os valores e significados atribuídos ao espaço geográfico pelos pescadores e pelas marisqueiras foram essenciais para o processo de criação da Resex em Canavieiras. Essa essencialidade se destaca também na compreensão da espacialidade presente na existência e suas correlações com a ação política e o modelo de gestão realizado na unidade.

Nesta pesquisa, os encontros com o mundo, os territórios e os lugares para vivências e experiências em campo serviram para observações participantes. São esses os momentos de partilha com um mundo alheio ao meu e por isso necessários para o direcionamento dos resultados aqui apresentados. As reflexões a partir dos referenciais teóricos possuem o mesmo *status* das reflexões a partir das experiências e vivências em campo. Nesse sentido, os pescadores e as marisqueiras não se configuram como objetos de estudo; se há *objeto* de estudo, nesse caso, é a compreensão do fenômeno da ação política comunitária com vistas à gestão de uma Resex Marinha.

Como foi definido pelo decreto de criação da Resex, no seu art. 2º estabeleceu-se como objetivos da unidade proteger os meios de vida e a cultura da população de pescadores e marisqueiras residentes na área de sua abrangência, e ao mesmo tempo garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Além de Canavieiras, a Resex inclui áreas do município de Belmonte e Una e pescadores de Comandatuba e Oiteiro – pequenas comunidades vizinhas a Resex – que também são usuários de territórios pesqueiros dentro da unidade. A população beneficiária está distribuída pelo seu território e zona de amortecimento entre oito comunidades além da sede municipal, a saber: Atalaia, Puxim da Praia, Barra Velha e Campinhos – dentro da poligonal da Resex - Puxim do Sul, Oiticica, Pedra de Una e a comunidade de Belmonte – em sua zona de amortecimento.

Em 2009 a Portaria nº 71 criou o Conselho Deliberativo da Resex de Canavieiras (CDRC), sendo o mesmo composto por representantes dos Governos Federal e Estadual, uma instituição estatual de ensino superior, representantes do setor produtivo privado, sociedade civil organizada e as associações de pescadores e marisqueiras de Canavieiras e das

6 O uso da expressão “extrativistas marinhos” é a união do Ser pescador e marisqueira diante da unificação e nacionalização da luta por direitos e melhorias na qualidade de vida e trabalho dessas populações. A partir da criação da CONFREM (Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos) em 2014, essa expressão adquire sentido e relevância como identificação de um corpo político formado e instituído.

comunidades pesqueiras localizadas nos limites da unidade. Há ainda as colônias de pescadores Z-20 e Z-21 de Canavieiras e Belmonte respectivamente e a Marinha do Brasil com representantes no conselho.

A organização do tecido social e sua coesão são destaques no processo de criação da Resex e também na sua gestão. Essa coesão social foi essencial ao enfrentamento do mercado imobiliário representado pelo setor hoteleiro, de setores e representantes dos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal e de parte do comércio local para ter o decreto de criação assinado. Como o Plano de Manejo e o Acordo de Gestão estão em construção há uma Instrução Normativa – IN nº 83 de 2006 do IBAMA que cria o *Acordo de Pesca de Canavieiras* para estabelecer um mínimo de regras para as atividades de extrativismo no interior da Resex. Somado a isso, há ainda a assinatura do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU no início de 2016, documento que endossa a autonomia de acesso e gestão territorial conquistada com a criação da Resex.

Além da AMEX e do Conselho Deliberativo, há em todas as outras comunidades no mínimo uma associação local para realização de reuniões e debates sobre as demandas locais e o manejo da unidade (DUMITH, 2012). Esse fator cria uma atmosfera favorável ao debate e à construção coletiva de soluções para problemas diversos. Considera-se, portanto, as ações políticas inerentes ao processo de criação da Resex e a organização social e política dos pescadores e das marisqueiras locais elementos substanciais para a motivação da realização dessa pesquisa e especialmente para a escolha do caminho filosófico-epistemológico percorrido.

A tese está estruturada em 4 capítulos e seus respectivos subcapítulos. Após a introdução e apresentação do trabalho, há dois itens, um sobre questões metodológicas para a realização da pesquisa: **SOBRE O SABER E O FAZER: pelos caminhos da pesquisa e de sua realização** e o outro uma primeira aproximação com o cotidiano da Resex e seus moradores: **UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: o mundo dos extrativistas marinhos...**

No capítulo 1 o debate gira em torno da noção de saberes e ciências, na tentativa de compreendê-los como domínios cognitivos experienciais nascidos de relações e interações cognitivas entre ser humano e mundo e que não possuem, a partir da consideração do ente que lhes constituem, diferenças hierárquicas *a priori*. Nesse sentido, tem-se nos saberes científicos e nos saberes tradicionais de pescadores e marisqueiras artesanais dois mundos distintos de saberes, colocados aqui na perspectiva da dialogicidade devido ao fato de ambos nascerem de um mesmo processo: relações e interações cognitivas e experienciais entre Ser e mundo.

No capítulo 2, o debate versa sobre as inter-relações entre geografia, espaço e ação, com ênfase nos sentidos e fundamento geográfico dessa ação. Reflete-se também sobre as relações e as interações cognitivas e existenciais cotidianas por meio das geograficidades, com o intuito do estabelecimento de princípios para a política e seus desdobramentos na vida social cotidiana, tendo a Resex como inspiração e referência. Já no capítulo 3, as reflexões foram sobre a institucionalização de Territórios Tradicionais, enfatizando a relevância da consideração dos significados atribuídos ao espaço e os sentidos territoriais preexistentes e que precisam ser destacados no processo de criação de uma Resex. Para finalizar, no capítulo 4, confluem reflexões realizadas ao longo de toda a tese, contextualizadas no mundo, territórios, lugares e geograficidades presentes na Resex Marinha de Canavieiras-BA. Dá-se destaque ao cotidiano dos moradores da unidade, aos princípios estabelecidos e seguidos no modelo de gestão territorial pela AMEX, às suas relações com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e aos saberes e fazeres que evidenciam as geograficidades locais e suas relações e interações no cotidiano de convívio.

Os resultados dos estudos aqui apresentados são um convite à reflexão sobre as relações, interações e emoções necessárias à coexistência humana cotidiana, cuja aceitação mútua e as coincidências nos desejos de convivência precisam ser intrínsecas a toda e qualquer vida social. Tal reflexão convida a fazer do viver social uma escolha nascida a partir de uma construção coletiva e não um dever imposto por intervenções tiranas e autoritárias...

SOBRE O SABER E O FAZER: pelos caminhos da pesquisa e de sua realização...

A vida extrapola o conceito...

Santo Tomas de Aquino

Inicia-se esse item admitindo o pressuposto de que o percurso criativo do itinerário de uma pesquisa científica não pode ser reduzido aos limites do rigor do método. Embora os diferentes preceitos e caminhos filosóficos e epistemológicos das ciências sejam comumente colocados numa perspectiva competitiva, aqui a perspectiva é puramente cooperativa e dialógica. Reconheço os distanciamentos entre alguns pressupostos aceitos pelas diferentes filosofias de métodos para a Ciência Moderna, no entanto há tantas outras aproximações que se complementam e se relacionam entre si e por isso foram considerados durante o percurso criativo para a realização desta pesquisa.

A fenomenologia de Heidegger (2005) com o sentido de Ser em sua existência e espacialidade, a fenomenologia da imaginação de Bachelard (1989) com o sentido toposfílico atribuído à dimensão espacial da existência e os estudos de Schutz (2012) sobre a fenomenologia das relações sociais contribuem na compreensão da perspectiva experiencial da existência ontológica e na construção de significados para o mundo circundante. Diante dos territórios e lugares existentes na Resex, a realização das geograficidades permitem a esse mundo adquirir a concretude demandada do cotidiano a partir e na natureza circundante⁷. O processo de atribuição de significados à natureza e aos elementos, processos e fenômenos que a compõem e se relacionam têm na materialidade concreta, nos saberes e nos fazeres sua ambiência e possibilidade.

Portanto, o mundo circundante é o cotidiano mais próximo da existência de um ente e está imerso no sentido de seu Ser. A dimensão espacial da existência assume significado e relevância para os pescadores e as marisqueiras da Resex a partir do que Heidegger (2005, p.108) denomina de “[...] *modo de lidar* no mundo e *com* o ente intramundano.” (*Grifo do autor*). Deste modo, mundo carrega uma espacialidade e concretude intrínsecas, mas é também duração e permanência, imaginário e memória.

⁷ Falar sobre *natureza circundante* quando me refiro aos fenômenos gerativos dos saberes e fazeres de pescadores e marisqueiras artesanais não tem nenhuma correlação com a ideia de meio ambiente, no sentido de ser apenas algo que nos rodeia, que nos circula. Para além disso, essa natureza é sobretudo significado atribuído a partir da identificação de significantes, pois a expressão vem do sentido fenomenológico atribuído à mundo circundante em Heidegger (2005). A natureza circundante nasce na realização do *Dasein* (*Existenz*) e tem também relação com a constituição das geograficidades. Porém, neste caso, para pescadores e marisqueiras artesanais, essa natureza está imersa em seus imaginários e memórias de experiências vividas, ao passo que eles(as) próprios(as) também estão submersos nessa natureza que lhes dão abrigo, alimento e sentido.

Na espacialidade que compõe a existência, as geograficidades nascem com esse mundo fenomenológico e existencial e têm na Terra, que oferece a natureza circundante, a estabilidade para a existência humana. Assim, “A Terra é, por excelência, para o homem, como destino, a *circunstância* (*circumstare*), aquilo que se ergue à sua volta e mantém sua presença como engajamento no Ser.” (DARDEL, 2011, p.43). Isso me permite considerar que a atenção de Heidegger (2005) dedicada à compreensão e a explicação da mundanidade desse mundo circundante repousa na relevância que a criação e o sentido fenomenológico atribuído ao *mundo* tem em relação ao sentido de Ser do ente. Sua existência se realiza dentro desse mundo criado por ele mesmo em sua coexistência cotidiana.

Entre os pescadores e as marisqueiras da Resex, esse mundo circundante se mistura à natureza circundante e impõe a sua compreensão uma aproximação dos significados e proposições explicativas coletivamente construídos e compartilhados. Tais significados encerram esse mundo e atribuem à essa natureza o sentido de abrigo, lugar e territórios para obtenção de alimento e renda: são os espaços da coexistência cotidiana, seu espaço geográfico.

Todo esse processo revela-nos a realidade geográfica da existência humana. A materialidade concreta, que se encerra nos significantes e se desdobram em significados inerentes ao mundo e à natureza circundantes, adquire sentido a partir das “Múltiplas [...] modalidades sob as quais a realidade geográfica conduz, através dos símbolos e de suas imagens, para além da matéria.” (DARDEL, 2011, p.37). Portanto, o sentido de mundo para a fenomenologia e a geografia nasce na realização da coexistência cotidiana. Entre os pescadores e as marisqueiras tudo isso se realiza estando entrelaçados e imersos na natureza e no mundo que lhes dão abrigo, alimentos e saberes.

Então “mundo”, para uma ciência fenomenológica, está na essência do significado de todas as coisas, ele se remete diretamente ao ser que se dirige às coisas e se interroga sobre seu sentido. “Mundo” para a ciência geográfica também deve ter esse sentido essencial. (HOLZER, 2014, p.290).

Justifica-se somar à fenomenologia a ciência da cognição e suas explicações a respeito dos fenômenos gerativos das relações e interações cognitivas com esse mundo circundante. Essa junção viabiliza compreender os processos de construção de sentido para o Ser a partir de tais relações e interações ao serem experienciadas no encontro do observador observando o mundo e a ele atribuindo significados. Toda essa dinâmica é responsável pela possibilidade de

atribuição de um sentido para o Ser de um ente e se encerra na coexistência humana⁸ e sua realização cotidiana: ao mesmo tempo que alimenta criações é por elas alimentada também.

Os fenômenos gerativos da possibilidade de atribuição de sentido ao Ser e ao mundo circundante estão nas relações e interações cognitivas, somadas às experiências vividas no cotidiano. Trata-se da atuação dos sentidos humanos (os fenômenos gerativos dos saberes - audição, olfato, paladar, tato, visão, imaginário e memória) e da existência (*Dasein*⁹ - *Existenz*) no processo de conhecer. Por isso a ciência da cognição e a fenomenologia afirmam que viver é conhecer. Ora, se considero o sentido de Ser um fenômeno evidenciado nos saberes, nos fazeres e nas ações desse Ser, os fenômenos gerativos do saber, do fazer e da ação possibilitam esse Ser adquirir e atribuir sentido a todo e qualquer ente.

Na busca de um encontro possível entre a ciência da cognição e a fenomenologia a primeira preocupação refere-se a questões metodológicas para os encontros, vivências e experiências em campo. Deste modo, a questão dos saberes, dos fazeres e da ação política se realizando na dimensão espacial da existência são aqui centrais. Por isso a relevância da ciência da cognição concentra-se na compreensão dos fenômenos gerativos¹⁰ dos saberes humanos e a da fenomenologia na compreensão do sentido de Ser. Assim pressupõe-se que esse sentido tem nos saberes, nos fazeres e na ação política os fenômenos que melhor traduzem seu âmago e na espacialidade inerente à existência o lugar de sua realização e ambiência cotidianas.

Deste modo, há nas estratégias de construção de compreensões científicas possibilidades metodológicas e epistemológicas diversas que sempre são direcionadas e

8 O sentido atribuído à coexistência humana parte da noção de existência como o fenômeno que designa toda a riqueza de relações e complicitades recíprocas entre o cotidiano do ente e seu processo de ser. Existir demanda sentido atribuído e assumido, assim a coexistência é o convívio de existências se realizando num mesmo cotidiano e mundo. É dessa dinâmica que surgem os viveres sociais, os fenômenos humanos formam *continuum* com os fenômenos sociais, logo trata-se de seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos: “Nós, seres humanos, somos seres sociais: vivemos nosso ser cotidiano em contínua imbricação com o ser dos outros.” (MATURANA, 1997, p.195). Essa contínua imbricação cria os espaços das coexistências.

9 Dentre as diferentes traduções para o português das obras de Martin Heidegger, o uso da expressão *pre-sença* é muitas vezes substituída pela expressão *Dasein* (*Existenz*). Há entre os estudiosos da filosofia de Heidegger (isso ficou evidente entre os autores e trabalhos que estudei) uma predileção ao uso da expressão *Dasein* e no caso específico de Hannah Arendt na obra “A Dignidade da Política” o uso da expressão *Existenz* aparece como sinônimo de *Dasein* quando a autora afirma que Heidegger assim denomina o Ser do Homem. No entanto, a tradução da obra O Ser e o Tempo de Heidegger que eu utilizei nesta tese foi a de Marcia Sá Cavalcante Schuback de 2005 e a autora escolhe utilizar *pre-sença* e expõe em notas explicativas as seguintes justificativas: “1) para que não se fique aprisionado às implicações do binômio metafísico essência-existência; 2) para superar o imobilismo de uma localização estática que o ‘ser-aí’ poderia sugerir. [...] *pre-sença* não é sinônimo nem de homem, nem de ser humano, nem de humanidade, embora conserve uma relação estrutural. Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na *pre-sença* que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história etc.”. Aqui optei em utilizar a expressão *Dasein* tendo em vista a tradução de Fausto Castilho (2012, p.69) da obra Ser e Tempo, “Não há dúvida de que o *Dasein* nos é não só onticamente próximo ou mesmo o mais próximo – pois nós o *somos* até cada vez nós mesmos.”.

10 Os fenômenos gerativos dos saberes e considerados em sua realização cotidiana compõem duas dimensões fenomênicas da existência humana. A dimensão fisiológica e cognitiva, onde estão os sentidos humanos, e a dimensão ontológica existencial, onde as experiências vividas e o *Dasein* (*Existenz*) se constituem.

desencadeadas pelas intencionalidades previamente definidas. Todavia, o estabelecimento das estratégias metodológicas possui íntima relação com os preceitos e caminhos filosóficos e epistemológicos escolhidos para o processo criativo.

Como não pensar a ciência como a arte de combinar informações, a partir da definição de critérios e de trajetórias estratégicas previamente definidas e, também, reorganizadas ao longo do percurso criativo? A ciência não “descobre” nada. Ela procura reunir “o que sempre esteve separado”, incluindo-se aí as ideias. Ela também não cria nada a partir da ausência. Assim, como não pensar que a liberdade do método também condiciona a crítica mais criativa? (HISSA, 2002, p.160).

Motivado por essa liberdade apontada pelo autor, a opção dessa pesquisa considerou estratégias metodológicas e preceitos filosóficos e epistemológicos com vistas ao estabelecimento do diálogo entre saberes nascidos em diferentes domínios cognitivos experienciais e contextos sociais (MATURANA, 2001; SANTOS, 2010). Considera-se o ato de conhecer e explicar o mundo formulações de experiências cognitivas e existenciais por meio de outras formulações de experiências; é uma proposição interpretando e traduzindo percepções de fenômenos, objetos e processos cognoscíveis. É sempre uma ação efetiva, ou seja, “[...] uma efetividade operacional no domínio de existência do ser vivo.” (MATURANA e VARELA, 2001).

É importante destacar que embora a palavra *experiência* assuma significados diferentes na ciência da cognição e na fenomenologia, há um ponto de aproximação entre tais significados e está estritamente ligado à realização da existência humana. As relações estabelecidas, as condutas válidas, os saberes, os fazeres e todo o universo de significados e significantes que caracterizam o convívio humano tem na experiência sua manifestação essencial. A experiência aqui é tanto fenomenológica e ligada à intersubjetividade¹¹ humana como é também a experiência cognitiva do conhecer, ligada aos sentidos humanos. “Portanto, toda experiência não é caracterizada apenas pelo fato *de que* existe uma consciência, mas é simultaneamente determinada pelo objeto intencional *do qual* se tem consciência.” (SCHUTZ, 2012, 70).

Embora Alfred Schutz fundamente-se apenas na fenomenologia, suas reflexões também me remetem à ciência da cognição, pois ao correlacioná-la – a fenomenologia - com

11 O significado atribuído a intersubjetividade é a partilha de sentidos entre sujeitos na vida cotidiana. Essa dinâmica relacional entre o ser e suas ontologias criam mundos compartilhados dentro de um mesmo contexto imaginário e social constituído e existente. Resulta na e é resultante da recursividade do viver em condutas consensuais recorrentes (MATURANA, 1997).

as relações sociais o autor coloca a experiência significativa intimamente ligada às condutas consensuais recursivas, próprias da conservação de um viver social válido. Assim,

Estar relacionado com o Outro em um ambiente comum e ser unido a ele em uma comunidade de pessoas são duas proposições inseparáveis. Não poderíamos ser pessoas para os outros, nem mesmo para nós mesmos, se não pudéssemos encontrar um ambiente comum como contrapartida da interconexão intencional de nossas vidas conscientes. (SCHTUTZ, 2012, p.181).

É nesse ambiente comum onde as experiências cognitivas e existenciais adquirem sentido. Nessa dinâmica de compartilhar experiências cognitivas e existenciais o ser humano vai forjando seu contexto social de condutas recursivas válidas e dentro desse mesmo contexto residem os saberes e os fazeres que lhes são peculiares. Por isso a ciência da cognição considera o viver social uma dinâmica de consensualidades construídas através das coincidências nos desejos de convivência e realizada na recursividade do viver cotidiano (MATURANA, 1997).

Ao retomar a questão epistemológica com um significado possível para o fazer científico fenomenológico, segundo Heidegger (2005, p.57 e 58), há uma máxima que exprime a palavra fenomenologia: “[...] as coisas em si mesmas!”, e como sua preocupação está nos fenômenos

Deve-se manter, portanto, como significado da expressão “fenômeno” o que se revela, o que se mostra em si mesmo. [...] Neste modo de mostrar-se, o ente “se faz ver assim como...”. Chamamos de aparecer, parecer e aparência a esse modo de mostrar-se.

Por isso a busca pelo sentido de Ser através da existência revelada nos saberes e nos fazeres de pescadores e marisqueiras artesanais e o significado atribuído ao espaço vivido; suas geograficidades. A partir da concepção fenomênica admite-se que tais fenômenos contenham elementos reveladores, neste caso, do sentido de Ser. Considera-se, desta maneira, que

O termo ‘fenomenologia’ nem evoca o objeto de suas pesquisas nem caracteriza o seu conteúdo quiditativo. A palavra se refere exclusivamente ao modo como se de-monstra e se trata o que nesta ciência deve ser tratado. [...] A fenomenologia é necessária justamente porque, de início e na maioria das vezes, os fenômenos não se dão. O conceito oposto de ‘fenômeno’ é o conceito de encobrimento. (HEIDEGGER, 2005, p.65 e 66).

Isso justifica a atenção dada ao sentido de Ser e aos fenômenos que permitem-me identificar e caracterizar tal sentido. Como a vida humana possui uma espacialidade intrínseca, e a ela é atribuída a tarefa de garantir abrigo e ambiência para as relações e interações cotidianas, o significado de espaço e sua perspectiva experiencial topofílica tornam-se essenciais. São nos saberes, fazeres, territórios e lugares que a existência de pescadores e marisqueiras adquirem

sentido e relevância e o espaço é significado. “A poética do espaço pede por essa capacidade de apreciar o inusitado, pede por um espaço de abertura para voos da sensibilidade, voos da imaginação. (SILVA, 2013, p.330).

Deste modo, tal qual o sentido de Ser, o papel dessa fenomenologia não é definir um conceito para espaço, mas sim buscar compreender os significados que os cercam e o sentido que seus habitantes a ele atribuem. “Por isso, uma fenomenologia do imaginário não trata de fazer descrição da casa e das coisas que a habitam, mas de compreender o sentimento que envolve o habitante de uma casa.” (SILVA, 2013, p.331).

Nessa perspectiva, nossas investigações mereceriam o nome de *topofilia*. Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados. Por razões não raro muito diversas e com as diferenças que as nuances poéticas comportam, são *espaços louvados*. Ao seu valor de proteção, que pode ser positivo, ligam-se também valores imaginados, e que logo se tornam dominantes. O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. [...] Concentra o ser no interior dos limites que protegem. (BACHELARD, 1989, p.19).

Como trata-se da imersão num universo de coexistências distintos do meu, optou-se por seguir os princípios do diálogo e da observação participante presentes na pesquisa participante. Desta forma, a contribuição de pescadores e marisqueiras artesanais com suas reflexões e proposições explicativas sobre a constituição dos seus saberes e as ações políticas para o planejamento e a gestão da Resex Marinha de Canavieiras foi essencial. Por isso é necessário entender e apreender os contextos social e político nos quais vivem os extrativistas marinhos da unidade, seus lugares e territórios significados nesse contexto de coexistências e experiências cotidianas.

Considero a pesquisa participante um processo de partilhar saberes e experiências para construir algo em comum. “[...] o que se sonha e se pretende entre os diferentes estilos da pesquisa participante é tornar também a investigação científica e social uma forma solidária de participação.” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.11). Como o interesse não é materializar na Resex Marinha de Canavieiras um projeto para sua gestão, mas sim estudar alguns fenômenos sociais e políticos e suas influências nas ações políticas para a gestão comunitária na unidade, os momentos de partilhar saberes e experiências serviram como elementos de experiências e vivências em campo para as reflexões e análises que se seguem.

Justifica-se, portanto, nutrir-me das ideias de Santos (2011) sobre o pressuposto da solidariedade como criadora e criatura de saberes, num processo de trocas entre agentes-sujeitos

participantes e autônomos. Nesse sentido, tem-se no diálogo *de* e *entre*¹² saberes o princípio necessário à construção de saberes sociais para ações políticas autônomas e coletivamente concebidas e realizadas.

O fato dos saberes se manifestarem e se realizarem em diferentes domínios cognitivos experienciais não pode ser considerado obstáculo para o diálogo. Na pesquisa participante o encontro entre diferentes grupos sociais faz-se essencial, pois considera-se um viver que entrelaça todos os agentes-sujeitos envolvidos, mesmo quando há diferenças fundamentais na construção dos saberes apresentados por cada grupo. Como a ideia é partilhar e compartilhar, aqui a diversidade torna-se alimento para os saberes e é essencial considerá-los obras que não são exclusivamente realizadas através do método científico e sim características e potenciais inerentes à vida humana em sua realização cotidiana.

As vivências e as experiências em campo configuraram-se em encontros com o mundo, por entre territórios e lugares da Resex Marinha de Canavieiras e com as geograficidades inerentes às espacialidades da vida social cotidiana. A escolha dessa Resex partiu de critérios relacionados a aspectos presentes na organização e dinamismo do seu tecido social, por possuir elementos substanciais para os propósitos apresentados. A ação científica participante caracteriza-se por algumas atividades que permitem e viabilizam o encontro com aquele cotidiano e dele conseguir compreender informações, dados e percepções para revelar e evidenciar processos e características desse cotidiano. Isso propiciou-me apreender como as ações políticas comunitárias se constituem na efetivação do diálogo, da autonomia e da partilha, e como esses fenômenos atuam na organização daquele tecido social e nas relações e interações que se manifestam por meio das espacialidades intrínsecas à essas coexistências.

As reflexões de Brandão (2006), que consideram todo e qualquer ser humano em si mesmo e por si mesmo fonte de saberes, correlacionam-se com aspectos presentes nas narrativas de experiências dos moradores da Resex sobre a construção e o uso dos saberes ali existentes; as trocas realizadas na observação, na oralidade e na experiência vivida não se efetivariam num ambiente de hierarquias excludentes.

A seguir há uma breve narrativa sobre as atividades realizadas durante o percurso do caminho de construção e realização das pesquisas que resultaram nessa tese:

- Pesquisa e análise de dados secundários, bibliográficos e documentos jurídicos e normativos. Essa primeira etapa foi contínua e ocorreu durante todo o processo de

12 O diálogo *de* saberes é o diálogo que ocorre dentro de um mesmo domínio cognitivo experiencial, como o diálogo de diferentes áreas das ciências ou o diálogo das(os) pescadoras(es) entre elas(es) mesmas(os). O diálogo *entre* saberes ocorre entre diferentes domínios cognitivos experienciais, por exemplo, geografia e saberes tradicionais.

confeção da tese. No entanto, destaca-se essa etapa como não conclusiva em nada, pois deve-se somar as análises teóricas o convívio com o mundo, os territórios e os lugares dos extrativistas marinhos com vistas a compreender as geograficidades que ali coexistem no cotidiano.

- Atividades de pré-campo com o intuito de planejar e estabelecer as estratégias de campo. Aqui as ações foram de análise dos documentos oficiais de criação da unidade disponíveis no site do ICMBio e também de contato com as lideranças da Resex para coletar informações e verificar as disponibilidades para iniciar as pesquisas de campo.
- Atividades de campo. Nesse caso as estratégias foram de diálogos semiestruturados, observações participantes e registros por meio do ato fotográfico. Para os resultados apresentados a fotografia exerce o mesmo papel dos textos escritos. A nomeação de fenômenos, processos e objetos os identificam, mas também os limitam, por isso o interesse pela fotografia como estratégia metodológica para evidenciar sentimentos e significados alheios. Entende-se haver aspectos passíveis de apresentação, representação e explicação apenas por meio de imagens fotográficas complementadas por palavras. Como o ato fotográfico contempla também a observação e a experiência vivida, tais fenômenos influenciam o golpe do corte temporal e espacial e permitem o registro de um sentido atribuído à realidade percebida e experienciada. O golpe do corte é o momento no qual o fotógrafo “bate” a fotografia. Neste caso, o tempo age de duas maneiras: primeiro, o *tempo* se refere ao tempo presente, o tempo da humanidade caracterizando os gostos e os padrões estéticos e de relações sociais e políticas representadas pelo produto do ato fotográfico. E segundo, o *tempo* de exposição à luz que infiltra e grava suas marcas pelas lentes da máquina fotográfica. “A foto aparece desta maneira, no sentido forte, como uma fatia, uma fatia única e singular de espaço-tempo, literalmente cortada ao vivo” (DUBOIS, 1993, p.161). Neste sentido não podemos separar a fotografia do momento que a faz ser, ou seja, do ato fotográfico. Isso destaca a relevância da utilização de fotografias registradas pelo autor da tese, mas sobretudo as registradas pelos moradores da Resex. Mergulha-se, portanto, numa relação específica com os signos, o tempo, o espaço, o real, o sujeito, o ser e o fazer (DUBOIS, 1993). A riqueza da imagem fotográfica não está no produto final, mas sim no momento do ato, em outras palavras, “a clivagem tradicional entre produto (a mensagem rematada) e o processo (o ato gerador que está se fazendo) aqui deixa de ser pertinente” (DUBOIS, 1993, p.59). A distinção entre observação e experiência vivida é indispensável apenas didaticamente, sendo num contexto científico de reflexões

necessária para apresentar proposições explicativas sobre processos essencialmente indissociáveis. Por esse motivo a partilha e a dialogicidade epistemológica no fazer científico, pois para compreender geograficidades *alheias* é substancial considerar experiências cognitivas e existenciais *alheias*.

- Breve descrição das atividades realizadas:
 - I. A primeira atividade de campo ocorreu entre os dias 17 e 31 de janeiro de 2015. Nessa primeira vivência e experiência em campo as estratégias se concentraram em diálogos abertos (entrevistas não estruturadas) com lideranças comunitárias e representantes da AMEX e no ato fotográfico. Como estratégias metodológica, nesta primeira atividade foi entregue na AMEX uma máquina fotográfica para ser repassada para diferentes moradores com o intuito do registro fotográfico da vida cotidiana. Houve também o acompanhamento de uma reunião do Conselho Deliberativo sobre conquistas da criação da Resex, projetos para os extrativistas marinhos e fiscalização comunitária e também um intercâmbio realizado na Resex (comunidades de Campinhos e Atalaia) com extrativistas marinhos do Espírito Santo para conhecer as experiências de gestão realizadas pela AMEX em Canavieiras.
 - II. Na segunda pesquisa de campo, entre os dias 12 e 16 de abril de 2015, as atividades se concentraram no acompanhamento de uma reunião do Conselho Deliberativo para renovação dos conselheiros e uma reunião devolutiva da empresa Queiroz Galvão referente a trabalhos e pesquisas para o licenciamento ambiental de um dos seus empreendimentos. Outra atividade foi a participação em uma reunião do projeto Educação Financeira Cidadã desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial – ITES ligada a Universidade Federal da Bahia – UFBA e que apoia o Banco Comunitária da Resex em Canavieiras.
 - III. A terceira pesquisa de campo foi entre os dias 28/05 e 06/06/2015. Nessa ocasião acompanhei uma reunião entre o ICMBio e a AMEX para tratar especificamente sobre fiscalização e fiscalização comunitária, ações educativas e preventivas e licenciamento ambiental para empreendimentos da carcinicultura. A participação e o acompanhamento de um intercâmbio entre pescadores e marisqueiras da região do Baixo Sul na Bahia e lideranças da AMEX em Canavieiras para discutir sobre estratégias de gestão, organização comunitária e

resistência social e política também foi foco de minhas atividades durante a terceira visita.

- IV. A quarta pesquisa de campo que ocorreu entre os dias 14 – 22/07/2015. Realização de visitas nas comunidades de Barra Velha e Puxim da Praia para acompanhamento de atividades cotidianas ligadas ao extrativismo marinho e a culinária. A preparação do óleo de coco e do óleo de dendê, a confecção de utensílios de pesca e a arte da pesca de tarrafa foram alguns dos alvos da observação participante e do ato fotográfico realizados durante o campo.
- V. A quinta e última atividade de campo foi entre os dias 06 – 10/04/2016. O CDRC se reuniu para definir o planejamento da realização dos estudos e mobilizações necessárias à elaboração do Acordo de Gestão. Essa reunião tratou também sobre ações e comemorações dos 10 anos de criação da Resex Marinha de Canavieiras e uma reflexão coletiva sobre o cenário atual, as conquistas e os desafios que ainda estão presentes na vida dos beneficiários da unidade.

É importante destacar que durante as pesquisas e vivências em campo a observação participante, os diálogos abertos e semiestruturados e o ato fotográfico compuseram as atividades realizadas. Além dos momentos institucionais e formais ligados as reuniões ordinárias e extraordinárias dos órgãos de gestão e sobre projetos sendo desenvolvidos, houve momentos de acompanhamento de atividades extrativistas, o cotidiano de tarefas de alguns beneficiários e debates coletivos promovidos por diálogos também coletivos com lideranças comunitárias. Tudo isso acrescido dos registros fotográficos feitos pelos extrativistas marinhos de maneira mais íntima e próxima desse mundo de geograficidades que revela-me territórios e lugares vividos no cotidiano.

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: o mundo dos extrativistas marinhos

*La Terre nous en apprend plus long sur nous que
tous les livres.*

*(Aprendemos muito mais sobre nós com a Terra do
que em todos os livros)*

*Antoine de Santi-Exupéry
Terra dos Homens, 1939*

É essencial entender que a imersão em um mundo alheio ao seu implica no encontro com dinâmicas de consensualidades e condutas válidas construídas a partir de simbologias e valores, que na maioria das vezes estão submersos nas entrelinhas do cotidiano. Quando se trata de extrativistas marinhos da Resex de Canavieiras-BA, esse desconhecido se revela nos saberes, fazeres e sentires podendo ser percebidos quando o observador se disponibiliza a entender o sentido de Ser e sua coexistência no-e-com-o-mundo. Segundo Carlinhos (Carlos Alberto P. dos Santos, 2015), liderança comunitária e morador da comunidade de Atalaia, “O ser pescador é algo muito mais profundo do que uma foto pra vender para o turismo”.

A palavra *mundo* carrega uma polissemia inerente e ao mesmo tempo que evidencia sua fluidez e sugere possíveis interpretações nascidas da diversidade de entendimentos e sentimentos que a palavra evoca, seu significado sempre será construído nas experiências vividas e compartilhadas no cotidiano. A construção do mundo de cada um está intimamente ligada à construção do mundo presente no sistema social onde cada um habita. Corroborando com Pádua (2005, p.10 e 11), para a compreensão dos significados presentes nesse mundo alheio ao meu, “[...] importa compreender, no âmbito das possibilidades abertas a partir da pergunta pelo sentido do Ser, o papel que aí desempenha a dimensão espacial da existência [...]”. Por isso a atenção atribuída às geograficidades; através desse fenômeno o ser humano manifesta o íntimo e o profundo de suas relações e interações cognitivas e experienciais vividas com a Terra e materializadas na espacialidade dessa existência.

No entendimento de Heidegger (2005), essa polissemia está ligada a significados que traduzem a totalidade dos entes que estão dentro do mundo e é também lugar que abriga a multiplicidade desses entes – a pluralidade humana de Arendt (2014) – onde a mundanidade se faz ser e aparecer. Corroborando-se com o sentido que Holzer (2014) também atribuiu ao mundo numa perspectiva fenomenológica e geográfica.

Compreender a Resex Marinha de Canavieiras-BA a partir da compreensão da dimensão espacial da existência evidencia-me uma primeira característica substancial; a

identificação e delimitação de territórios pesqueiros como a evidência mais significativa da essencialidade do espaço para o sentido de Ser pescador e marisqueira.

O significado da expressão “marisqueira” é definida pelas próprias extrativistas da Resex como sinônimo de “pescadora”. D. Maria da Gloria, pescadora de Barra Velha, afirma que “marisqueira é pescadora... antigamente falava marisqueira, mas hoje tem um problema com um pessoal que difere pescadora e marisqueira, mas é a mesma coisa, as duas pescam na mesma área, faz a mesma coisa...”.

O mundo observado e vivenciado durante as pesquisas de campo tem na ecologia dos manguezais, na leitura das fases da lua combinada com o movimento das marés, na dinâmica dos rios que formam os caminhos do estuário, no comportamento do oceano e das espécies da fauna estuária e marinha a construção de um cotidiano fundado no extrativismo e em relações quase simbióticas com a natureza circundante.

Há aqui três elementos que no meu entendimento marcam definitivamente as características e os significados ligados à espacialidade da existência e justifica, deste modo, suas escolhas; saberes, fazeres e experiência. Como fenômenos inerentes ao viver social e à coexistência cotidiana, seus fenômenos gerativos correlacionam-se com os fenômenos gerativos do sentido de Ser.

Figura 1: No manguezal ou em casa, a interação com o mundo circundante se realiza a partir de um complexo universo de saberes e experiências...



Fonte: Mario A Santos. 2015.

Seja na captura do caranguejo dentro do manguezal, ou no trato do siri para beneficiá-lo e prepará-lo para o consumo ou venda (**Figura 1**), o pescador e a marisqueira adquirem seus saberes ao longo da vida e na partilha de momentos e experiências com as pessoas mais velhas da família, normalmente o pai ou a mãe. Ao perguntar sobre como e com quem aprenderam a pesca ou a mariscagem, as respostas sempre envolvem o convívio com pessoas mais experientes, a observação e o fazer cotidiano. “É natural, quando eu nasci eu já encontrei essa maneira de pegar o peixe, meus antepassados, pais e avós já pescavam assim...” (Lucio Evangelista Costa – Comunidade de Barra Velha).

Outro ponto de destaque é atribuir aos saberes o sentido de patrimônio herdado, algo comum também entre os moradores da Resex. Raimundo Santos Lima (2015), morador da comunidade de Barra Velha, diz ter aprendido a pescar com o pai desde criança, “ave maria... foi o patrimônio que meu pai deixou pra mim... graças a Deus, eu tenho o maior orgulho, a maior alegria é eu viver aqui no meio desse rio pescando...”.

Figura 2: Os saberes envolvem conhecer práticas de pesca, navegação e a ecologia de espécies da fauna e da flora locais.



Fonte: João Gonçalves de Santana (B, C e D) e Mario A Santos (A). 2015.

Seja na prática da tarrafa (**Figura 2 - A**), na compreensão sobre o comportamento ecológico das espécies do manguezal (**Figura 2 - B**), no deslocamento das embarcações por entre os caminhos do estuário (**Figura 2 - C**) ou na compreensão das relações ecológicas entre mariscos e o mangue (**Figura 2 - D**), os pescadores e as marisqueiras da Resex têm nesse universo de saberes e experiências o âmago de seu modo de ser-e-estar-no-e-com-o-mundo. Essa vida cotidiana sendo vivida significa a própria existência de cada um e por meio dela que o sentido de Ser alcança o consciente.

A multiplicidade de saberes e explicações que regem a existência dos extrativistas marinhos da Resex cria um *continuum* de fazeres e saberes que vão desde o preparo e confecção dos artefatos de pesca, a captura do pescado ou marisco, seu tratamento e posterior consumo. Assim, o apreender sobre o universo da pesca e da mariscagem entre os moradores da Resex envolve também saberes culinários. O consumo do sururu (**Figura 3**) está ligado ao preparo da mariscada (**Figura 4**), comida típica local e que representa uma das diversas *obras* criadas a partir dessa riqueza de saberes.

Figura 3: Depois da captura há o trato do sururu, marisco muito consumido na Resex Marinha de Canavieiras.



Fonte: Ernesto Monteiro de Almeida, 2015.

Figura 4: Mariscada preparada no óleo de dendê.



Fonte: Ernesto Monteiro de Almeida, 2015.

Essas características e elementos que compõem o universo de saberes e fazeres dos pescadores e marisqueiras artesanais da Resex não permitem às ciências tecerem a mesma lógica de separações e limites para o conhecimento como ocorrem com as disciplinas científicas. Não há uma separação consciente e intencional entre os pescadores e as marisqueiras em relação à criação dos saberes e a vida cotidiana, pois os processos de construção fundados na partilha, na observação, na oralidade e no fazer não atendem à lógica

competitiva comum às ciências. Como o aprendizado vem do convívio com o outro, esse convívio, comumente familiar, é essencialmente uma troca, pois o saber pescar e mariscar compõem o modo de existência no qual ele ou ela estão inseridos. Os mestres da pesca não proíbem o aprendizado e seu comportamento propicia o aprender do outro. É como me disse Raimundo Santos (morador de Puxim da Praia) “Eu tive vários mestres em Canavieiras, Sr. Nilson, Sr. Nô, com 15 e 16 anos eu já saía de jangada e com 19 anos eu já era mestre de jangada...”.

O mundo de sabores (**Figura 5**) e diferentes práticas presentes na vida cotidiana dos pescadores e das marisqueiras da Resex completam as atividades e os saberes extrativistas. Essa completude revela uma complexidade intrínseca e ao mesmo tempo amplia os elementos e processos inerentes às geograficidades e que garantem a íntima e a profunda ligação entre ente, Ser e Terra, as quais esse fenômeno geográfico implica e se refere.

Figura 5: Nesse mundo os sabores revelam saberes ligados ao preparo dos alimentos e ao extrativismo para a captura das espécies que compõem o preparo desses alimentos.



Fonte: Mario A. Santos e João Gonçalves de Santana, 2015.

Figura 6: A diversidade de fazeres reflete-se na diversidade de saberes...



Fonte: João Gonçalves de Santana (A) e Mario A Santos (B; C; D), 2015.

A diversidade é observada e refletida na escolha do melhor lugar para o lance da tarrafa (**Figura 6 - A**), no conhecimento sobre os caminhos que surgem e desaparecem por entre os manguezais e os movimentos de maré (**Figura 6 - B**), nas hábeis mãos durante o processo de ralar o coco para posteriormente fazer o óleo (**Figura 6 - C**) e na saída para a prática da pesca em alto mar (**Figura 6 - D**). No modo de existência presente na Resex, e construído entre pescadores e marisqueiras artesanais ao longo de gerações, reproduzem-se princípios elencados por Brandão (2006) no que tange a cooperação e a solidariedade como caminhos para a construção e a conservação de saberes. Há nessa dinâmica social um nível de gratuidade garantido pelas relações familiares, de parentesco e de amizade entre pescadores e marisqueiras locais.

Essa dinâmica de saberes, sentimentos e realização das *obras* é transferida para o sentido atribuído à Resex e à sua gestão quando o líder comunitário Carlinhos (2015) diz que “o espaço que a gente vive é da União, é um patrimônio da sociedade brasileira e a nós é atribuída a tarefa de cuidar.”. Esse sentimento está presente entre as lideranças da AMEX e reflete nos princípios adotados para a gestão e as ações políticas ali realizadas. Para D. Maria

da Glória, pescadora de Barra Velha, “essa organização foi a melhor que existiu dentro da Resex, os presidentes são todos das comunidades... conhecem a gente, as comunidades.”. Os saberes transcendem as práticas e as técnicas que envolvem a pesca e a mariscagem e alcançam também a gestão territorial na unidade.

Deste modo, é inevitável observar saberes e fazeres ligados à pesca e à mariscagem influenciando de maneira significativa na gestão da unidade. Por exemplo, não é possível fiscalizar a pesca predatória ou ilegal dentro do território da Resex sem considerar, para o planejamento de tal atividade, os saberes sobre os movimentos da maré, a localização dos territórios pesqueiros e o comportamento das espécies de pescado capturados: como fiscalizar a pesca ilegal do robalo no período de defeso (período de proibição da pesca dessa espécie devido ao seu processo natural de reprodução) sem saber onde essa espécie se localiza e se movimenta dentro do estuário nesse período específico que ocorre uma vez ao ano.

Além da fiscalização, a própria determinação do tempo de duração e do período do ano em que ocorrerá o defeso pode ter a contribuição dos saberes tradicionais extrativistas. D. Maria da Glória, marisqueira de Barra Velha, explica que para identificar o início da andata do caranguejo, que é o seu período de reprodução, observa-se a lua,

3 dias depois da lua cheia eles andam e tem vez que é 3 dias depois do quarto crescente... aí quer dizer que eles ficam duas luas que eles podem andar todo fim de ano e por três meses eles andam... o cheiro dentro do manguezal também nos mostra que eles vão começar a andar. (D. Maria da Glória, 2015).

Além desses saberes peculiares que contribuem de maneira pontual com o trabalho do ICMBio, há todo um universo de saberes que envolve o viver social desses pescadores e marisqueiras. Inclui-se tanto os saberes ligados às práticas extrativistas como os saberes que transcendem as técnicas e alcançam as relações e as interações entre as pessoas e entre as pessoas e o mundo. Por isso a espacialidade presente na existência e as experiências cognitivas e existenciais nela realizadas são substanciais; é nessa dimensão que a realização da vida humana se materializa e adquire a concretude dela demandada. Por isso o planejamento e a gestão da Resex dependem desses pressupostos. Antes de aprofundar tal questão, inicio o primeiro capítulo refletindo sobre a existência humana a partir da compreensão dos fenômenos constitutivos dos saberes e seus desdobramentos para o sentido de Ser.

1. EXISTÊNCIA HUMANA, SER-NO-MUNDO E DIÁLOGO ENTRE SABERES

As pessoas são como as palavras, só tem sentido se junto das outras...

Emicida

As reflexões sobre a existência humana se iniciam com base na consideração dos saberes e dos fazeres como um dos caminhos possíveis para compreender o sentido de Ser que se realiza a partir da coexistência e das experiências cotidianas. Tal coexistência é ao mesmo tempo existência *no mundo*, pois o mundo é o lugar de sua realização e ambiência. Porém, é também existência *com o mundo*, pois há uma dinâmica de relações e interações vividas e partilhadas nesse mundo circundante que condicionam essa realização. Assim,

Mundo é efetivamente uma totalidade, muito mais a título de horizonte do que de realidade dada. É um horizonte global e presuntivo de sentido que é relativo ao projeto do Dasein, e nesse horizonte os objetos e os seres têm lugar porque como dado primordial eles recebem um significado. (BESSE, 2011, p.115).

Desta maneira, pensar sobre diferentes fenômenos e processos que envolvem a realização da existência humana, é entrar no universo de possibilidades criado nos domínios fenomênicos da cognição e do comportamento. As relações e interações realizadas no cotidiano dependem da espacialidade inerente à essa existência. Os fenômenos percebidos e experienciados a partir de um significado atribuído ao espaço tem no tempo de sua duração e permanência a possibilidade da constituição de consensualidades e condutas recursivas, atribuindo-lhe um sentido fundado essencialmente na realização cotidiana dessa existência. Essa dinâmica é que permite ao Ser ter sentido construído, atribuído e compartilhado no convívio cotidiano.

Por isso a busca de correlações entre a fenomenologia e a ciência da cognição é substancial, visto que ambas se fundam, a partir de preceitos e caminhos distintos com aproximações e distanciamentos, na tentativa de compreensão do Ser e de sua ontologia existencial. Seja seu sentido (fenomenologia) ou seus fenômenos gerativos (ciência da cognição), a existência que permite ao Ser autoatribuir e atribuir ao outro algum sentido, produz, a partir de relações e interações cognitivas e das experiências, fenômenos próprios do humano e que propiciam ao Ser ter significados imersos num mundo também de significação ontológica e existencial.

O cotidiano da navegação (**Figura 7**) por entre os caminhos dos rios nos estuários da Resex em Canavieiras é uma das diversas práticas que materializam a realização da existência humana. Entre os pescadores e as marisqueiras da unidade essa prática envolve saberes e fazeres

diversos que evocam significados para o espaço e caracterizam um modo de ser-e-estar-no-e-com-o-mundo. Uma trama de relações e interações com o mundo circundante, as quais permitem significá-los como pescadores e marisqueiras artesanais. A duração e a permanência dessas práticas compõem tantas outras comuns entre os moradores da Resex e que encerram o sentido de Ser pescador e marisqueira artesanal.

Figura 7: A navegação está entre as atividades mais comuns entre os pescadores e as marisqueiras na Resex.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

A manifestação dos saberes, dos fazeres e da ação política, através da espacialidade inerente à existência, são os fenômenos elencados para a compreensão do sentido de Ser pescador e marisqueira na Resex Marinha de Canavieiras. Por isso entende-se necessária uma breve reflexão sobre as relações cognitivas e experienciais entre Ser e mundo presentes no ato de conhecer e do explicar o que se conhece. A intenção não é esgotar as teorias e os debates sobre o ato de conhecer, mas apresentar elementos filosóficos e teóricos para justificar e subsidiar o caminho escolhido nos estudos aqui apresentados. Nesse sentido, vale um destaque para a busca da coerência epistemológica entre a fenomenologia e a ciência da cognição, pois

dentre as reflexões e estudos de cientistas e filósofos que as têm enquanto base para a realização de pesquisas científicas, há claramente uma preocupação com a compreensão de dimensões fenomênicas da ontologia existencial¹³ humana.

Há uma complementariedade e cumplicidade entre ambas ao falarem sobre o Ser na realização do *Dasein* (*Existenz*) e na constituição de um mundo, um dos domínios fenomênicos em que realizamos nossa existência. A experiência da existência passa pelas atividades do espírito (ARENDT, 2000a; 2000b), da fisiologia da espécie, das relações cognitivas (MATURANA, 2001; MATURANA e VARELA, 2001) e da ação (ARENDT, 2014), preocupações filosóficas e ontológicas da fenomenologia e da ciência da cognição. Isto as fazem partir do pressuposto de que o mundo não é algo dado e nós não somos seres sociais simplesmente. Portanto, busca-se responder a questões colocando em suspensão a noção da realidade como algo independente do observador e assim questiona-se, especificamente aqui, como o ser humano pode conhecer e agir a partir da coexistência cotidiana e a partilha de experiências vividas?

Quando a ciência da cognição propõe explicações sobre os fenômenos gerativos do Ser e tais fenômenos implicam numa relação cognitiva entre o ente, o Ser e o mundo, os sentidos humanos aliados à experiência vivida têm na constituição do sentido desse Ser - e é nesse ponto que ela se aproxima da fenomenologia - o cotidiano sendo vivido e propiciando significado à essa existência. É por isso que, no caso da Resex, a existência passa também pelo sentimento de afeto ao atribuir significado a esse Ser,

[...] tornando as coisas que o cercam referenciais iniciais e fundamentais para uma configuração não apenas do seu próprio lugar – seu espaço de ação - como também para a compreensão de regiões que se estendem para além delas. (PÁDUA, 2005, p.12 e 13)

Aqui relembro a fala de Carlinhos (liderança comunitária da comunidade de Atalaia) citada no item anterior sobre a responsabilidade do cuidado que cada pescador e marisqueira da Resex carrega ao ser morador(a) e beneficiário(a). Esse cuidado é essencialmente ligado à compreensão que cada pescador e marisqueira possui sobre as espécies da fauna e flora, os ecossistemas, as fases da lua, os movimentos das marés... Toda a natureza circundante é referencial inicial e fundamental para pescadores e marisqueiras na constituição de um sentido para o Ser.

13 A ontologia existencial refere-se intimamente ao Ser, a aquilo que torna possível a existência e faz dela algo com sentido para a vida humana. Trata-se da essência do ser e do espaço relacional por ele construído e não da sua materialidade concreta apenas.

Conforme o próprio Heidegger (2005) coloca, a partir da própria impossibilidade de uma definição para o Ser, é que lhe é exigido um sentido. Como trata-se de um Ser alheio ao meu, é essencial compreender que seu sentido é inerente à sua própria existência cotidiana. Deste modo, “A questão da existência sempre só poderá ser esclarecida pelo próprio existir.” (HEIDEGGER, 2005, p.39). Por isso as vivências e experiências em campo e os encontros com o mundo e as geograficidades de pescadores e marisqueiras artesanais foram essenciais e imprescindíveis à pesquisa e sobretudo ao diálogo.

Portanto, admite-se que a compreensão do fenômeno do sentido de Ser se amplia ao correlacionar proposições explicativas da ciência da cognição e da fenomenologia. O sentido de Ser é revelado no cotidiano da existência existindo. Os sentidos humanos propiciam a construção de domínios cognitivos experienciais que constituem o Ser, mas o sentido para o Ser é construído a partir da construção de significados inerentes a todo e qualquer modo de existência; é na realização do *Dasein* em sua espacialidade intrínseca. Para os pescadores e marisqueiras da Resex

[...] os sentidos de pertencimento a um lugar e de permanência nele estão ligados, no que concerne à dimensão espacial aí envolvida, aos aspectos mais básicos deste processo incessante de auto-compreensão da existência. (PÁDUA, 2005, p.13).

Talvez por isso o aprender a pescar, mariscar, ler e interpretar os movimentos da maré e a navegar nos estuários ou em alto mar seja para os extrativistas marinhos atividades intimamente ligadas à coexistência inerente ao convívio familiar e entre amigos. Essa proximidade, comum ao cotidiano, garante a conservação dos saberes e dos fazeres que lhes dão sentido. Como na **Figura 8** que mostra uma cena comum nas comunidades que ficam dentro da Resex; filhos acompanhando a mãe marisqueira nas atividades do dia a dia. A marisqueira com seus filhos antes de sair para pescar aratu e tirando a água que acumulou na canoa, comunidade de Campinhos.

Figura 8: O preparo da canoa para a pesca do aratu. Resex Marinha de Canavieiras, comunidade de Campinhos.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Trata-se da duração e da permanência de um modo de ser e estar; um mundo de consensualidades de condutas recursivas e recorrentes no cotidiano. À medida que a existência somente pode ser compreendida através da própria existência, o sentido de Ser entre os moradores da Resex somente pode ser apreendido nos encontros e nas vivências com essa existência que se revela existindo em seu próprio cotidiano. Por isso é importante considerar a ciência da cognição, pois é ela quem explica, a partir das relações e interações cognitivas entre o ente, o Ser e o mundo, como se dão os domínios cognitivos experienciais responsáveis pela diversidade de viveres sociais e consequentemente de sentidos para o Ser em sua existência cotidiana.

A pergunta pelo observador feita na ciência da cognição é essencial para entender a existência desse ente e consequentemente de um sentido ao seu Ser. Como nada é externo ao que me ocorre (MATURANA, 2001), a constituição do Ser e seu sentido também não. “Elaborar a questão do ser significa, portanto, tornar transparente um ente – o que questiona – em seu ser.” (HEIDEGGER, 2005, p.33). Assim, nossa experiência vivida está

indissoluvelmente ligada à nossa estrutura; a constituição do nosso mundo experiencial nos aproxima da nossa existência (MATURANA e VARELA, 2001) e nos permite atribuir sentido ao Ser. Toda experiência vivida é ao mesmo tempo cognitiva e existencial.

Os universos experienciais e cognitivos são inseparáveis para a compreensão de um sentido para o Ser, pois ambos são a ambiência para os fenômenos gerativos da realização da existência e a consequente construção de um sentido para esse mesmo Ser. Quando um pescador ou uma marisqueira se autodefinem como tal, ele (ou ela) está atribuindo um sentido para o seu próprio Ser. Ser este que é impossível se desvincular dos saberes e fazeres ligados à pesca ou à mariscagem. Isso justifica as reflexões de Pádua (2005, p.10) a respeito do

[...] existir em cada caso particular, no aí, no ‘estar sendo’ de cada um. Assim, o existir fático determina um modo de compreensão da existência que já se dá no interior e a partir de si mesma, de tal forma que esta nunca pode ser compreendida ‘de fora’, como um objeto perante um sujeito.

Tais reflexões e debates são essenciais ao pretendo diálogo entre saberes para pensar a ação política com a vistas à gestão territorial de uma Resex. Ora, como o ente desse Ser é a espécie humana, os fenômenos gerativos dos saberes são sempre os mesmos e independem do sentido assumido pelo Ser. Por isso a noção de domínios cognitivos experienciais como domínios de existência relaciona-se com o Ser existindo na constituição cotidiana do seu sentido. Nesse caso, os saberes são essenciais ao processo, pois é por meio deles que iniciamos a compreensão de um sentido para o Ser pescador e marisqueira artesanais na Resex Marinha de Canavieiras.

O ser humano “[...] está sempre em uma situação, lançado nela e em relação ativa com ela.” (CEREZER; FLORES e ZANARDI, 2012, p.73). Como vivemos num espaço relacional de interações cotidianas, há uma temporalidade intrínseca revelada e caracterizada pela duração e permanência dos fenômenos e processos gerativos dessa dinâmica de coexistências.

Isso se realiza dentro de um conjunto de consensualidades e condutas recursivas e recorrentes válidas e que são compartilhadas e vividas *por meio da* e *na* linguagem. A possibilidade de atribuir ao Ser um sentido tem no desenvolvimento da linguagem seu fenômeno gerativo.

A capacidade de falar, ademais, não é apenas uma faculdade humana, dentre muitas outras. A capacidade de falar distingue e marca o homem como homem. Essa insígnia contém o desígnio de sua essência. [...] À medida que a linguagem concede esse sustento, a essência do homem repousa na linguagem. (HEIDEGGER, 2005, p.191).

Para Maturana (2001) a linguagem é um comportamento aprendido e não instintivo, pois ocorre na convivência e pode ser distinguido apenas por meio da história dessa convivência, geradora das interações recorrentes. A língua “[...] considerada como um sistema denotativo de comunicação simbólica, composto de palavras que denotam entidades [...]” (MATURANA, 1997, p.150), é precedida pelo processo fundamental resultante da linguagem: a criação de um domínio consensual de interações recorrentes. Por isso o comportamento linguístico sempre será um comportamento construído a partir e dentro de um domínio consensual comunicativo.

A riqueza atingida por uma língua ao longo de sua história, portanto, depende necessariamente tanto da diversidade de comportamentos que podem ser gerados e distinguidos pelos organismos que participam do domínio consensual, quanto da realização histórica efetiva de tais comportamentos e distinções. (MATURANA, 1997, p.151).

Isso possibilitou a comunicação com o outro expondo sentires e percepções. Para além de um sistema de símbolos, a linguagem ocorre “[...] num fluir de interações recorrentes que vemos como um fluir em coordenações de conduta de coordenações de conduta, [...]” (MATURANA, 1998, p.59). Ela se realiza quando incorporada ao modo de viver e surge nessa convivência cotidiana quando esta é consensual.

A linguagem encontra-se por toda parte. Não é, portanto, de admirar que, tão logo o homem faça uma ideia do que se acha ao seu redor, ele encontre imediatamente também a linguagem, de maneira a determiná-la numa perspectiva condizente com o que a partir dela se mostra. (HEIDEGGER, 2003, p.7).

A experiência humana de viver na linguagem nos leva ao encontro do mundo cognoscível. Tal encontro permite apresentá-lo por meio de proposições explicativas e das diferentes formas que o ser humano encontrou para externalizar e compartilhar seus pensamentos, sentimentos, memórias e seu imaginário.

O desenvolvimento da linguagem possibilitou ao ser humano compartilhar sensações, percepções e sentimentos. Isso criou a oportunidade para a conservação de condutas e valores dando-lhes duração e permanência suficiente para criar e conservar modos de Ser e estar. A atribuição de significados apenas é possível, pois vivemos na linguagem, “[...] o linguajar é nosso modo de existir como seres humanos.” (MATURANA, 2001, p.178). É somente por meio da linguagem que conseguimos construir e compartilhar um sentido para o Ser.

Diferentes características desse Ser podem revelar ou evidenciar seu sentido, no entanto considera-se *a priori* os saberes e seus processos constitutivos e fenômenos gerativos. Há inúmeras concepções já consagradas nas ciências e na filosofia sobre o que é e como é

construído o conhecimento humano. Ao admiti-lo como processos gerados a partir de fenômenos ligados às atividades do espírito (ARENDT, 2000a; 2000b) e aos sentidos humanos (MATURANA e VARELA, 2001), o conhecimento está também intimamente relacionado à condição humana de existência.

Na Resex isso fica ainda mais evidente, pois o Ser pescador e marisqueira está intimamente ligado aos saberes e aos fazeres cotidianos. Na **Figura 9** a pesca da tarrafa evidencia um conjunto de saberes necessários à sua prática e como é muito presente na Resex em Canavieiras, ela também reflete elementos que compõem o sentido de Ser pescador. O lance da tarrafa é resultado de uma existência imersa na natureza circundante e na compreensão de fenômenos e processos naturais existentes.

Figura 9: A pesca da tarrafa na Resex em Canavieiras.



Fonte: Mario A. Santos, 2015.

A prática da pesca com a tarrafa implica em navegar (**Figura 10**) por entre os caminhos do estuário, com seus rios e curvas por entre os manguezais. É esse deslocamento diário que lhe permite o trabalho, suas obras e os encontros propiciados nessa dinâmica cotidiana de convívios diversos. É por meio deles que o sentido se materializa e adquire relevância nesse contexto de modo de existir. O diálogo entre saberes é justamente para lidar com um fenômeno que ocorre para além dos limites científicos de atuação e compreensão; a ação política com vistas à gestão territorial de uma Resex.

Figura 10: A navegação como prática comum no mundo dos extrativistas marinhos.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Para pensar sobre o sentido de Ser, a pergunta pelo observador é essencial tanto para a dimensão cognitiva como para a dimensão experiencial e fenomenológica. Considera-se existir um *continuum* entre tais dimensões, o qual mostra-se imprescindível à realização da existência humana e à criação de um sentido para o Ser. Os processos do conhecer e da construção de saberes humanos não se resumem às percepções presentes e possíveis por meio da experiência primeira. Como constitutivas do humano, as experiências vividas e duradouras também influenciam todas as criações provindas de relações e interações cognitivas no cotidiano.

Portanto, os saberes humanos são reformulações de experiências, a partir das reformulações de outras experiências na linguagem. A imaginação retém e projeta imagens da memória, que por sua vez as armazenam e as fazem presentes quando resgatadas pelo imaginário e pelo pensamento reflexivo. Assim, para Bergson (1999) a memória pode vir à tona sob duas maneiras: na ação e/ou nas atividades do espírito. Certas características distinguem duas memórias diferentes, que, no entanto, atuam juntas.

A primeira registraria, sob forma de imagens lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam; [...] Por ela se tornaria possível o reconhecimento inteligente, ou melhor, intelectual, de uma percepção já experimentada; [...] essa consciência de todo um passado de esforços armazenado no presente é ainda uma memória, mas uma memória profundamente diferente da primeira, sempre voltada para a ação, assentada no presente e considerando apenas o futuro. (BERGSON, 1999, p.88-89).

Há implícito nas palavras e reflexões de Bergson (1999) o papel da imaginação nos processos de usufruto da memória em nosso cotidiano, o imaginar e o repetir são elementos inerentes a ela. É nessa trama de relações recíprocas e dialógicas que se tornam coerentes reformulações e proposições explicativas sobre experiências vividas. Isso forma redes de ações coerentes e recorrentes de condutas consensuais recursivas e justifica o reconhecimento e a legitimidade dos diversos e diferentes domínios cognitivos experienciais.

Cada domínio cognitivo experiencial apresenta seus critérios de investigação e aceitabilidade para proposições explicativas de experiências sobre fenômenos da vida cotidiana. Tais explicações “[...] apenas apresentam as condições operacionais do domínio de experiências do observador sob as quais ele ou ela afirma que surge a experiência explicada.” (MATURANA, 2001, p.136). Deste modo, na perspectiva do domínio cognitivo experiencial, todos os domínios cognitivos são domínios de ações adequadas de um observador no seu domínio de experiências e existência. Isso justifica a aproximação entre a experiência cognitiva realizada como ação efetiva e operacional de um sujeito, possível por meio dos sentidos, e a experiência ontológica ligada aos significados atribuídos e a intersubjetividade dos mundos criados nessa dinâmica relacional e interativa.

Essas relações e interações vividas por meio das experiências criam nossas realidades. “[...] minha afirmação cognitiva é válida pelas coerências operacionais que a constituem.” (MATURANA, 2001, p.36). Por isso a validade do que digo sobre minhas experiências não depende de ela ser realizada dentro dos preceitos científicos, mas sim de ser coerente para quem a escuta. Quando faço a pergunta pelo observador a realidade passa a ser uma proposição explicativa; “[...] a realidade é sempre um argumento explicativo. “ (MATURANA, 2001, p.38).

Um domínio cognitivo experiencial é sempre produto de encontros e do convívio do ser-no-mundo, composto por processos que nascem a partir do pensar cognitivo e permitem criar reformulações de experiências (por isso domínio cognitivo experiencial) por meio da linguagem a respeito da existência. As atividades do espírito – pensar, querer e julgar – colocadas por Arendt (2000a e 2000b) são os fenômenos internos ao humano que, por meio da experiência e junto com os sentidos humanos, propiciam a construção de um domínio coerente

de ações cotidianas e recorrentes. As mesmas revelam saberes e sentires caracterizadores e legitimadores de cada domínio cognitivo experiencial existente.

A compreensão de um sentido para o Ser coloca em evidência elementos que materializam tal intencionalidade. Ao admitir os saberes e os fazeres como fenômenos da vida social humana capazes de clarividenciar esse sentido, tornar-se urgente compreender os processos que os desencadeiam na coexistência cotidiana. Como nossa relação com o mundo circundante é essencialmente cognitiva e experiencial, os sentidos humanos e as experiências vividas compõem toda a construção e compreensão de um sentido para o Ser. Assim, a fenomenologia e a ciência da cognição se completam nessa empreitada e permitem ampliar o entendimento das correlações entre fenômenos internos ao humano e ligados à existência e à constituição do Ser e seu sentido.

Se o sentido de Ser tem nos saberes um dos fenômenos que o evidencia, os fenômenos gerativos desses saberes têm relação direta com a construção desse sentido. A existência humana passa necessariamente pela construção dos saberes e a construção dos saberes passa necessariamente pela experiência vivida. É nesse ponto que a fenomenologia, com estudos sobre a ontologia existencial do Ser e a perspectiva experiencial de relação e interação com o mundo, e a ciência da cognição, com pesquisas sobre os fenômenos e processos gerativos da cognição humana e conseqüentemente dos saberes, se unem e propiciam ampliar a compreensão da existência humana e dos processos de atribuição de sentido ao Ser que se realiza na coexistência cotidiana.

Os saberes e fazeres humanos são aqui os principais fenômenos da vida social que caracteriza e encerra um sentido para o Ser em sua espacialidade intrínseca. Pescadores e marisqueiras da Resex tem nos seus saberes e fazeres o modo de sua existência e a possibilidade de realização do seu Ser a partir da realização de suas geograficidades. Por isso o Ser é sempre um estar, um ser-no-mundo. A seguir uma breve reflexão sobre os saberes e suas correlações com a cognição e as experiências vividas.

1.1 Sobre cognição, experiências e proposições explicativas

Considerar a existência humana e seu sentido a partir da constituição dos saberes implica em refletir sobre os sentidos humanos e as experiências vividas, fenômenos gerativos desses saberes. Nesse ponto residem os argumentos para o diálogo entre saberes necessário para se pensar a ação política com vistas à gestão territorial de uma Resex. Nesse diálogo, as ciências e os saberes extrativistas tradicionais compõem o enredo e se associam a partir da

intencionalidade essencial dessa pesquisa; estudar a ação política comunitária com vistas à gestão de uma Resex. Portanto, as discussões sobre a existência humana e o valor atribuído ao sentido de Ser justifica-se, pois, num diálogo o Ser de cada e de todos agentes-sujeitos participantes devem compartilhar experiências e vivências num contexto equitativo e não hierárquico.

Ao considerar as relações e interações cognitivas e as experiências por elas propiciadas fenômenos constitutivos do humano considera-se haver interfaces entre ambos num jogo recíproco de influências. A intenção aqui não é separá-los para identificar as características intrínsecas de cada um, mas considerá-los enquanto fenômenos processuais se realizando num *continuum* e ao mesmo tempo essenciais ao ato de conhecer e às criações humanas. Um dos propósitos fundamentais é me remeter, não apenas ao universo mensurável ou matemático, pois como já mencionado antes, incluo a memória e o imaginário aos sentidos humanos para compreender o ato de conhecer como um acúmulo de experiências vividas e a consideração dessas mesmas experiências acumuladas em cada nova experiência a ser vivida.

A existência humana passa pelas experiências e as experiências adquirem sentido essencialmente nessa coexistência que a cria e é por ela criada. Portanto, entende-se tanto a experiência cognitiva dos sentidos humanos explicada pela ciência da cognição, como a experiência ontológica existencial realizada com o mundo das intersubjetividades explicada pela fenomenologia, essenciais ao modo de existir humano.

Reconhece-se haver aproximações e distanciamentos entre as proposições explicativas sobre o fenômeno da *experiência* utilizadas pelos autores aqui elencados, mas o interesse é fazer das aproximações a justificativa para esse diálogo. Nessa perspectiva, Schutz (2012) explica a experiência como um fluxo de consciência;

Aquilo que nós de fato experienciamos na duração não é um ser que é discreto e bem definido, mas uma constante transição de um aqui e agora para um novo aqui e agora. [...] o “Agora” é uma fase, mais do que um ponto, de modo que as diferentes fases se fundem umas com as outras ao longo de um *continuum*.” (SCHUTZ, 2012, p.72-73 e 75).

Esse fluxo de consciência é posteriormente incorporado pela reflexão e pelo pensamento cognitivo e intencional da vida cotidiana e assim seus produtos vão assumindo significados e papéis nesse mesmo cotidiano vivido. Um exemplo é a **Figura 11** com o lance da tarrafa, prática de pesca comum entre os pescadores de rios e estuários na Resex em Canavieiras. A técnica que envolve a fabricação do objeto tem no seu uso um universo de sensações e percepções essenciais para o sucesso da empreitada: a pescaria não se resume às técnicas e aos objetos utilizados em sua prática. Há no lance da tarrafa inúmeros saberes

puramente técnicos, tanto na confecção do artefato como também em seu manuseio, mas há também um universo imaginário e de memórias construído na coexistência cotidiana e nas experiências vividas e acumuladas durante a realização das relações e das interações com a natureza circundante.

Figura 11: A pesca de tarrafa na Resex em Canavieiras.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Deste modo, destaca-se para o entendimento desse *continuum* e sua duração e permanência a compreensão de Maturana (2001) sobre a experiência como a realização de nossas relações e interações cognitivas com o mundo, e ao afirmar não ser possível distinguir -

na experiência - entre percepção e ilusão¹⁴ o autor coloca a experiência como um primeiro mecanismo de acesso ao que para nós é a realidade válida. Assim, Schutz (2012) destaca a captura pela chamada rede de reflexão dessa experiência e o transporte para outro nível de consciência.

Segundo Maturana (2001), para a distinção entre ilusão e percepção na experiência são necessários dados de outras experiências para invalidar a experiência anteriormente vivida como válida. Essa condição é constitutiva dos seres vivos e para a espécie humana ela se reflete através de duas palavras as quais indicam tal incapacidade: erro e mentira. A mentira é ato consciente e quando alguém mente se sabe que está mentindo, ao contrário do erro, “O erro é um comentário *a posteriori* sobre uma experiência que se vive como válida. Se não a viveu como válida é uma mentira.” (MATURANA, 2001, p.27). O erro torna-se consciente a partir de referências às experiências distintas, as quais vivia-se como válidas.

As experiências, seja no sentido cognitivo colocado por Maturana (2001) ou no sentido fenomenológico colocado por Schutz (2012), comportam-se como o resultado de interações recorrentes entre o ente, o Ser e o mundo. Essas interações são mediatizadas pelas intersubjetividades que os ligam e permitem ao Ser construir significados e estabelecer relações cotidianas com esse mesmo mundo. Portanto, unem-se aqui duas compreensões sobre cognição e vida cotidiana (SCHUTZ, 2012 e MATURANA, 2001), correlacionando-as com a experiência vivida junto ao mundo circundante: o que *resulta na* e é *resultante da* existência humana e do sentido assumido pelo Ser.

Tudo isso se refere à vida cotidiana. Entre os pescadores e as marisqueiras da Resex essa dinâmica, composta por um conjunto de processos e fenômenos, é evidenciada e revelada nas experiências dos saberes desenvolvidos e conservados no convívio entre os mais jovens e os mais experientes. Não apenas a pesca ou a mariscagem, mas saberes ligados à culinária também vêm dos antepassados. D. Naná (Marina Pinto Monteiro, moradora de Barra Velha) comenta que o óleo de coco “Praticamente é receita de família, minha mãe e avó sempre fizeram e desde criança de 8 ou 9 anos eu ajudava a fazer o óleo de coco na casa dos meus pais.”. É no convívio cotidiano (**Figura 12**) que esses saberes vão se construindo e se conservando para

14 Essa afirmação de Humberto Maturana foi construída a partir de algumas experiências realizadas em laboratório e de observações no cotidiano. Um dos exemplos citados pelo autor é “vocês estão viajando de trem e ele para numa estação na qual há trens nos outros trilhos. Certamente isto já lhes aconteceu alguma vez. Vocês dizem: ‘já estamos partindo!’ Olham de novo e veem que é o outro trem que está se movendo. Esta é a deliciosa ilusão de que partimos quando ainda não partimos. [...] para que uma pessoa possa depois dizer que era uma ilusão, tem que fazer referência ao ambiente, a outras circunstâncias distintas daquela experiência. Isso, portanto, é cotidiano, não é nada exótico.” (2001, p.25-26). Por isso o erro é *a posteriori*, ao contrário da mentira. Tudo isso pode acontecer também com as proposições explicativas, sendo científicas ou não, por esse motivo os saberes evoluem e se autotransformam, as experiências humanas mantem isso como possibilidade perene.

manter um sentido ao Ser desse ente: o pescador e a marisqueira artesanais. O saber pescar e mariscar também envolve saberes alheios às práticas extrativistas, mas que estão indiretamente ligados a ela.

Figura 12: Momentos do cotidiano dos moradores da Resex.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Deste modo, o papel da imaginação e da memória como sentidos humanos é essencial para essa dinâmica. Sem imaginário e memória, não existiriam os saberes; por isso Bachelard (1989, p.18), propõe em sua fenomenologia “[...] considerar a imaginação como uma potência maior da natureza humana.” Dentre as diferentes contribuições às obras humanas, destaca-se nesse momento a essencialidade da imaginação à linguagem. Ao evidenciar a interação entre imaginário, memória e saberes, evidencia-se também a linguagem como fenômeno humano do comunicar e do compartilhar o universo cognitivo. “A possibilidade de recuperar algo pela memória é, de fato, o primeiro pré-requisito para qualquer construção racional.” (SCHUTZ, 2012, p.77).

É por meio da linguagem que o imaginário e as atividades do espírito se manifestam para além do íntimo de cada um. Isso ocorre também com o pensamento reflexivo contido nas ciências. Para não reduzir o imaginário e a memória a faculdades da mente, têm-se nesses dois sentidos internos ao humano fatores essenciais à cognição e as suas possíveis criações, especificamente aqui, os saberes.

[...] a imaginação criadora desempenha um papel fundamental tanto na ciência quanto na filosofia. Toda grande obra filosófica é uma criação imaginária, [...] o mesmo acontece em ciência. Os grandes avanços científicos procedem da criação de novos esquemas imaginários, que são formados sob a pressão da experiência disponível, mas não “decorrem” dessa experiência. (CASTORIADIS, 2004, p.138).

Destaca-se, assim, o papel da instituição imaginária da sociedade e do imaginário social instituído (CASTORIADIS, 1982; 2004). Os saberes compõem os processos de instituição imaginária de todo e qualquer grupo social; nesse caso específico, os pescadores e as marisqueiras tradicionais da Resex Marinha de Canavieiras-BA. Ao reconhecimento e legitimidade desses saberes e seu domínio cognitivo experiencial, atribui-se o imaginário social instituído.

Uma vez criadas, tanto as significações imaginárias sociais quanto as instituições se cristalizam ou se solidificam, e é isso que chamo de imaginário social instituído, o qual assegura a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens e que permanecem o tempo necessário para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha transformá-las ou substituí-las radicalmente por outras. (CASTORIADIS, 2004, p.130).

Como os saberes também compõem esse imaginário social instituído, a dinâmica e os processos sobre os quais Castoriadis (2004) reflete são inerentes também aos saberes surgidos em todos e quaisquer contextos de coexistência humana: o que fora denominado anteriormente de domínio cognitivo experiencial. Assim os saberes configuram-se como resultados de experiências compartilhadas entre quem pôs-se a conhecer. São, portanto, sempre uma empreitada coletiva. Talvez por isso, a relevância em considerar, segundo B. Santos (2011), os saberes na perspectiva da emancipação e não da regulação, na qual a solidariedade e a partilha seriam combustíveis à sua construção e usufruto.

O momento da partilha e do diálogo para a construção dos saberes é o momento em que cada agente-sujeito participante expõe suas apreensões por meio das suas experiências. A experiência cognitiva é o meio pelo qual efetivamos o conhecer. Nesse sentido, o diálogo *de e entre* saberes, surgidos a partir do encontro entre diferentes domínios cognitivos experienciais, mostra-se como um dos princípios necessários à construção de saberes sociais para ações políticas autônomas e coletivamente concebidas e realizadas.

[...] não mais o andar solitário de quem sabe pra si, mesmo que também para ajudar a um outro, mas o andar coletivo de quem descobre que todo o saber que não se abre a ser uma vivência de partilha é um saber não-confiável, por que suas motivações podem ser pouco verdadeiras em um sentido humano, mesmo que suas descobertas sejam corretas e inovadoras, desde um ponto de vista científico (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.12).

Entre os moradores da Resex, essa prática se materializa em intercâmbios e parcerias com outras organizações da sociedade civil e universidades públicas que compartilham com eles saberes construídos no domínio cognitivo experiencial científico. Essa partilha é valorizada e reivindicada pelos pescadores e marisqueiras, pois há entre eles uma consciência coletiva

diante da relevância das parcerias, como também dos benefícios que os saberes científicos propiciam à gestão. Na **Figura 13** há representados dois importantes momentos: a reunião devolutiva sobre os resultados de um projeto para Caracterização e Monitoramento de Ecossistemas Costeiros na região do Litoral Sul da Bahia realizado por profissionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (A) e a reunião sobre economia solidária e cidadã ligada à capacitação dos beneficiários na gestão do banco comunitário existente dentro da Resex (B).

Figura 13: Momentos importantes para os moradores e para a gestão da Resex.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Observa-se que essa preocupação é antiga e precede a própria criação da Resex. Fabio Santana (liderança comunitária e natural da comunidade de Campinhos) comenta sobre o momento em que tomou conhecimento da possibilidade de criação da Resex; “eu soube em 2001 e fui ler e ver o que era para poder ajudar, fui antes estudar e fazer leituras para poder ajudar os companheiros.”. Para D. Maria da Glória (liderança comunitária e moradora de Barra Velha) aconteceu o mesmo, ela afirma que “foi correndo, apreendendo, aprendendo, se envolvendo nas coisas da pesca e da Resex e hoje eu vejo que posso ensinar outras pessoas...”.

Para retomar a questão das criações humanas, admite-se que os saberes se caracterizam e se efetivam a partir de trocas e reciprocidades num contínuo experiencial ininterrupto. As experiências cognitivas e a ontológica existencial são fenômenos da vida humana que abrangem as diferentes maneiras pelas quais uma pessoa conhece e constrói a realidade (MATURANA, 2001; SCHUTZ, 2012; TUAN, 2013). Nesse sentido, o diálogo aparece como algo intrínseco a esse processo e os saberes e as experiências cotidianas que o criam e são por ele criadas, o tem como meio e fim. “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para

pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. [...] Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. [...] É um ato de criação.”. (FREIRE, 2005, p.91).

Isso fortalece as construções coletivas motivadas pelo diálogo entre agentes-sujeitos participantes do processo. Maturana (2001) considera os saberes sempre proposições explicativas que propõe reformulações de experiências que nunca poderão substituir as experiências que explicam, independentemente do domínio cognitivo experiencial no qual elas surjam. Assim, os saberes atuam também como sistemas explicativos correlacionando experiências e fenômenos, onde é necessário haver sempre um domínio de explicações coerentes.

A criação pressupõe uma base material ou intelectual já construída. Não se inventa do nada. Criar, portanto, é sempre reinventar. Criar, transformar e rearranjar fazem-se através de atividades próprias da natureza humana. Sendo assim, também incorporam cargas de subjetividade, inerentes ao perfil psicológico do sujeito e de sua inserção no contexto da história e da cultura. (HISSA, 2002, p.126).

Considera-se que todo e qualquer convívio social cria saberes e epistemologias (B. SANTOS, 2010; BRANDÃO e STRECK, 2006) e que tais saberes são sempre legítimos para o contexto de coexistência humana no qual eles surgem, entende-se essa pluralidade *dos* e *nos* saberes humanos essencial às ciências. Por isso para o diálogo entre saberes a presença do saber científico é tão imprescindível quanto todo e qualquer saber que se deseja presente.

Há entre filósofos e historiadores das ciências o estabelecimento de proposições explicativas sugerindo desvendar os mistérios do processo histórico de nascimento e legitimação do que é por nós considerado ciência. Tais explicações colocam datas específicas para identificar uma suposta evolução linear do fenômeno dos saberes científicos. Embora reconheça-se o valor didático de tal empreitada, há de se considerar que havia diversificados saberes nas sociedades humanas do pré-período científico. Saberes que foram inclusive incluídos dentro dos limites que cada disciplina científica adotou para si.

Por isso é perfeitamente questionável a consideração da suposta linearidade de acontecimentos para nos traduzir de maneira exata e inequívoca as etapas históricas de evolução do pensamento científico. Os processos cognitivos ligados ao conhecer lidam com influências filosóficas e epistemológicas, de modo a sobrepor tempos e espaços no interior das explicações científicas. Entretanto, seguindo as reflexões de Bachelard (1996) pode-se admitir, de modo grosseiro, três grandes períodos históricos reveladores de importantes características e pressupostos intrínsecos ao fenômeno do fazer ciência, a saber: o primeiro período denominado estado pré-científico compreende à Antiguidade Clássica e o Renascimento entre os séculos

XVI – XVIII; o segundo período iniciando-se no final do século XVIII se estendendo pelos séculos XIX e metade da primeira década do XX; e por fim o terceiro período iniciado em 1905, “[...] como o início da era do *novo espírito científico*, [...] A partir dessa data, a razão multiplica suas objeções, dissocia e religa as noções fundamentais, propõe as abstrações mais audaciosas.” (BACHELARD, 1996, p.9).

Anterior ao processo histórico de institucionalização das ciências, com a delimitação de suas áreas de atuação e os fenômenos que se propunham explicar, os seres humanos já carregavam consigo um amplo e complexo arcabouço de saberes e explicações sobre diferentes temas. Tais saberes obviamente sempre estiveram sujeitos às transformações paradigmáticas, porém nunca dependeram do que hoje reconhecemos como método científico para existirem e fazerem sentido, o que não lhes eximem de possuir inevitavelmente estratégias de investigação e aceitabilidade coletivamente reconhecidas e legitimadas. Contudo, a maneira como eles eram construídos muitas vezes passavam por estratégias metodológicas as quais hoje compõem o domínio cognitivo experiencial das ciências.

Nessa dinâmica e processo histórico, atribuir à ciência moderna o adjetivo “cartesiana” deu a um estudioso das ciências, René Descartes (1596 – 1650), o *status* de ser um dos principais pensadores (ao lado de Isaac Newton (1642 – 1727) e do mecanicismo) do método científico hegemônico, o qual reconhecidamente influencia o pensamento e o fazer das ciências até os dias atuais. A sobreposição de tempos e espaços comentada em parágrafo anterior reflete aqui nas significativas influências que os períodos considerados da Antiguidade Clássica e do Renascimento (BACHELARD, 1996) ainda realizam em parte significativa do pensamento científico atual. “[...] a física newtoniana foi destronada no século XX pela mecânica quântica e pela relatividade. Mas os traços fundamentais da lei de Newton, seu determinismo e sua simetria temporal, sobreviveram.”. (PRIGOGINE, 1996, p.19).

Há princípios e regras apresentadas que passaram a compor os preceitos do fazer ciências e a determinar o que seria considerado conhecimento científico. Porém, entende-se também que tais princípios e regras já foram revistos e reconhece-se no domínio cognitivo experiencial das ciências outros caminhos epistemológicos possíveis para conhecer fenômenos, objetos e processos a partir de métodos e metodologias diversas. Essa diversidade muitas vezes apresenta estratégias sem a iminente preocupação de produzir algo para ser classificado como verdade, certeza absoluta ou algo semelhante.

René Descartes (2009), no livro “O Discurso do Método”, admite a busca pela verdade científica e coloca tal propósito como o primeiro da investigação científica. Como a obra representa uma autobiografia, há elementos evidentemente pessoais e destacados pelo próprio

autor, como, por exemplo o trecho afirmando que seu “[...] propósito não é ensinar aqui o método que cada um deve seguir para bem conduzir sua razão, mas somente mostrar de que modo procurei conduzir a minha.” (DESCARTES, 2009, p.9). Entendo alguns pontos como equivocadamente incorporados e apreendidos pelas ciências em geral, ao serem assumidos como pressupostos necessariamente intrínsecos ao processo de fazer ciências em particular. Portanto, é necessária essa reflexão para não negligenciar as contribuições do autor à ciência moderna e ao mesmo tempo não cair nas armadilhas que as diferentes interpretações de sua obra impuseram.

Como foi colocado antes, a necessidade de transformações epistemológicas e de método nas ciências não nascem da descoberta de uma suposta inutilidade do que foi construído até o momento, pelo contrário.

É durante o processo de crítica que se inventa o novo, sempre um rearranjo interpretativo de informações e elementos já presentes no ambiente sob leitura. Assim, “descobre-se” o novo (para a ciência, trata-se de uma resposta) somente quando, no mundo, já existem condições para a pergunta, que desperta a crítica e a criatividade. (HISSA, 2002, p.127-128).

Ainda que houvesse em Descartes uma cumplicidade explícita com as matemáticas “[...] por causa da certeza e da evidência de suas razões[...]” (DESCARTES, 2009, p.14), isso não retirou das reflexões apresentadas no Discurso do Método a preocupação com a experiência, pois

[...] resolvendo-me a não mais procurar outra ciência além da que poderia encontrar-se em mim mesmo, ou então no grande livro do mundo, empreguei o resto da juventude em viajar, em ver cortes e exércitos, em conviver com pessoas de diversos temperamentos e condições, em recolher várias experiências, em experimentar-me a mim mesmo nos encontros que o acaso me propunha, e, por toda parte, em refletir sobre as coisas de um modo tal que pudesse tirar algum proveito. (DESCARTES, 2009. P.17-18).

Muito embora reconhecesse a *posteriori* a experiência como um obstáculo para a obtenção de qualquer certeza durante esse processo, esse período foi também considerado essencial para a compreensão de que, mesmo sendo diferentes as condições e os costumes de outros grupos sociais, tais condições e costumes são aceitos e aprovados em cada convívio social estabelecido. Outros aspectos essenciais ao método proposto por Descartes são a razão e a dúvida. Esse entendimento está dentro dos *Domínios das Ontologias Transcendentes*¹⁵ e,

15 Segundo Maturana (2001) e Maturana e Varela (2001), o *Domínios das Ontologias Transcendentes* considera a razão propriedade da consciência (conscience), uma faculdade da mente humana e também o fenômeno que propicia-nos fazer referência a algo independente de nós, como se a razão assegurasse a nossa habilidade para tal ato. Para Prigogine (1996) é um tipo de conhecimento (o da razão dentro do *Domínios das Ontologias Transcendentes*), por muitos considerado ideal ao unir o suposto conhecimento completo com a certeza, “[...]”

portanto, a realidade como algo acessível apenas à racionalidade científica induz o autor a afirmar que somente a razão daria a segurança e a certeza reivindicadas pelas ciências.

O sentido de científico construído por Descartes (2009) nunca foi posto de lado. A questão da razão e da objetividade como meios para alcançar o que passa a ser considerado verdade científica sempre foram itens presentes em reflexões e elucidações sobre o método científico. No entanto, entendo que há tendenciosas interpretações e significados atribuídos às reflexões de Descartes, as quais muitas vezes motivaram críticas que criam até hoje obstáculos para o seu entendimento e aprofundamento.

Diante da preocupação evidenciada em minhas reflexões com a questão da cognição, a obra o “Discurso do Método” passa a ser imprescindível para pensar a cognição dentro do universo científico e seus pressupostos filosóficos e epistemológicos predominantes. Se a cognição é intrínseca à condição humana de existência, os produtos criados a partir dela pertencem ao universo de possibilidades dos seres humanos. Nesse sentido, as ciências como um domínio cognitivo experiencial não se apresentam mais enquanto único conhecimento válido.

É por meio da cognição que tomamos consciência de ser e estar em convívio com o mundo: um ser-no-mundo. Quando nascemos, mundos já existem e significados já foram atribuídos “[...] sempre existiu um mundo antes da sua chegada e sempre existirá um mundo depois da sua partida.” (ARENDT, 1971, p.31). Isso é para Arendt (1971) a lei da Terra: todos os sistemas vivos não apenas estão no mundo, mas são do mundo. Assim, “Vista da perspectiva do mundo, toda a criatura que nele nasce vem bem equipada para lidar com um mundo no qual Ser e Aparência coincidem; está adaptada a uma existência mundana.” (ARENDT, 1971, p.30). Disso decorre o sentido atribuído à natureza fenomênica do mundo e a consideração do observador no ato de conhecer esse mundo.

A ideia aqui não é impor ao saber um determinismo biológico, mas apenas levar em consideração características fisiológicas do ente e que são relevantes para a constituição dos saberes e proposições explicativas: é nesse domínio fenomênico que estão os fenômenos gerativos dos saberes. Por isso os sentidos humanos assumem relevância essencial nesse debate. Entender a cognição como um fenômeno humano que, por meio da experiência, permite o ato de conhecer, faz-se essencial.

desde que fossem dadas condições iniciais apropriadas, elas garantiam a previsibilidade do futuro e a possibilidade de retrodizer o passado.” (PRIGOGINE, 1996, p.12). Assim, o *Domínio das Ontologias Transcendentes* aceita as ciências como único conhecimento válido e verificável.

No que se refere aos processos e trabalhos criativos, dentre os quais os saberes se encontram, pressupõe-se

[...] o emprego de habilidades técnicas que, em princípio, para observadores descuidados, parece prescindir do sonho e da fantasia. Entretanto, o próprio desenvolvimento de tais habilidades demanda a potencialização de espíritos criativos que estão associados à capacidade imaginativa. (HISSA, 2002, p.127).

O mesmo ocorre com os saberes extrativistas tradicionais e justifica as reflexões colocadas anteriormente sobre a coexistência de saberes técnicos que envolvem as práticas da pesca e da mariscagem com saberes ligados à experiência vivida, a imaginação e a memória. A experiência cognitiva e ontológica é, portanto, o fenômeno do encontro e do diálogo com o mundo ao nutrir-nos de percepções e entendimentos sobre esse mesmo mundo. As sensações, as percepções e as concepções têm na imaginação, na memória e no pensar cognitivo mecanismos organizadores de ideias, colocando-as dentro de um sistema aceitável por aquele domínio cognitivo experiencial de proposições explicativas correlativas.

Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento. (TUAN, 2013, p.18).

Nas reflexões contidas na citação acima evidencia-se uma aproximação entre a experiência cognitiva de Maturana (2001) e a experiência ontológica de Schutz (2012). Quando Tuan (2013) afirma que experienciar é aprender está intrínseco aí os fluxos de consciência e as reflexões *a posteriori* que permitem a partir da experiência construir outros níveis de consciência. Por isso a relevância em desconsiderar pensamento e sentimento como opostos, onde um registra uma realidade objetiva e o outro, estados subjetivos (TUAN, 2013). Isso justifica entender a imaginação e a memória como atuantes no ato de conhecer humano: sua natureza ultrapassa o funcionalismo por ele mesmo e alcança as dimensões dos significados e dos significantes.

Tal questão (significados e significantes) tem nos significados o que é representado e nos significantes o que representa. As reflexões de Barthes (2007) na obra “Elementos de Semiologia” emprestam aqui elementos essenciais à essa compreensão. Para o autor o significado “[...] não sendo nem ato de consciência e nem realidade, [...] só pode ser definido dentro do processo de significação, de uma maneira praticamente tautológica: é este ‘algo’ que quem emprega o signo entende por ele.” (BARTHES, 2007, p.46).

Ao contrário da concepção estoica atribuída ao significado e ao significante (BARTHES, 2007), entende-se aqui que o dizível está necessária e intimamente ligado à representação psíquica e à “coisa real”. O dizível não é possível ser dito sem representações psíquicas da “coisa real” que será dita. Com isso, o significante precisa ter como natureza sugerida algo inextricável do sentido atribuído ao significado. “A única diferença é que o significante é um mediador: a matéria é-lhe necessária; mas, de um lado, não lhe é suficiente [...]” (BARTHES, 2007, p.50), pois precisa das palavras e da experiência para expressar o significado atribuído a tal significante. Tudo isso é cotidiano e está relacionado com a cognição humana e a recursividade do viver a partir de condutas consensuais recorrentes.

Ao considerar o pressuposto de que a realidade não é uma entidade independente do observador, as explicações ao pretender traduzir essa realidade também não o são. Portanto, para cada domínio cognitivo experiencial, há proposições explicativas válidas e pertencentes a um conjunto correlativo e coerente de explicações. Como os saberes humanos não são exclusivamente científicos, mas sim criações provindas de relações e interações cognitivas e experienciais, das quais o método e os saberes científicos também provêm, proposições explicativas atendem a diferentes critérios de aceitabilidade e investigação. “O observador está na experiência do observar como uma condição constitutiva inicial a priori no momento de refletir, explicar ou falar. “ (MATURANA, 1997, p.263). Assim a realidade é construída no viver social humano como um conjunto de proposições explicativas “[...] para dar conta de nossa experiência de coerências operacionais em nossa vida diária e técnica [...]” (MATURANA, 1997, p.263). Essas coerências operacionais referem-se ao que é válido e legítimo em cada contexto social de coexistência humana.

[...] o que faz com que um argumento particular seja racional é sua construção impecável de acordo com as coerências operacionais do domínio de realidade particular no qual o observador o apresenta como uma característica de sua práxis de viver [...] (MATURANA, 1997, p.267).

Para exemplificar as características da práxis do viver extrativista marinho e seus saberes, a seguir apresenta-se reflexões sobre dois domínios cognitivos experienciais - saber extrativista tradicional e saber científico - e as possibilidades epistemológicas para o diálogo e a partilha entre diferentes contextos experienciais de domínios de existência. Para tanto, compreende-se a partir dos pressupostos apresentados que todos os saberes humanos compõem sistemas coerentes de significantes e significados correlativos e necessários ao sentido e a legitimidade de suas existências.

1.2 Saberes extrativistas tradicionais e saberes científicos: para uma epistemologia da autonomia, da dialogicidade e da partilha

*Método, Método, que queres de mim? Bem sabes
que comi do fruto do inconsciente...*

Jules Laforgue

Dentre os vários diálogos realizados com os pescadores e as marisqueiras da Resex relembro um que narra uma história interessante para expressar o que eles pensam sobre seus próprios saberes e a relevância e legitimidade a eles atribuídos. A construção de um empreendimento do setor petroquímico no mar do município de Canavieiras demandou inúmeras estudos ambientais técnicos ligados aos processos e etapas do Licenciamento Ambiental. A localização, a instalação e a operação do empreendimento dependem da aprovação de diferentes estudos, com vistas à avaliação dos impactos ambientais e para o estabelecimento de estratégias preventivas e corretivas de gestão ambiental.

Dentre esses estudos, houve um específico para a leitura e a interpretação da dinâmica das correntes marítimas na região; dados necessários à gestão de riscos e da emergência ambiental para a operação do empreendimento. Os resultados prévios apresentados foram contestados pelos pescadores de alto mar presentes na reunião devolutiva. Os mesmos apontaram erros sobre a leitura e a interpretação das correntes de superfície e de fundo. Neste impasse, os próprios pescadores assumiram uma parte metodológica e de campo dos estudos e após dois meses coletando novos dados, os pesquisadores responsáveis reconheceram o erro e passaram a considerar a compreensão dos pescadores da Resex.

Outro exemplo está no apoio que os pescadores deram aos pesquisadores que realizaram estudos preliminares sobre a criação da Resex. Sr. Raimundo Pinto, morador de Puxim da Praia, destaca essa relação,

fiz o trabalho do manguezal com o Drº Rogério, o Sergio, tinha o Jeferson também... nós fizemos esse trabalho aí, a respeito do sururu, lambreta e caranguejo... esse trabalho nós entravam naqueles pontos marcado com tinta e com GPS e ali puxava uma corda da berada até o centro do mangue para fazer a pesquisa do buraco do caranguejo, medindo o tamanho do caranguejo e como é que tava né... depois é que voltava para tirar o sururu, outro rapaz tirando a lambreta para levar pra casa e medir pelo tamanho que eles tinham né... então foi esse caso que nós fizemos o processo, que eu acompanhei o pessoal fazendo... aí depois veio a respeito da ostra... (Raimundo Pinto, 2015).

Esses saberes nascem no cotidiano do viver e conviver, Lucio Evangelista (2015) coloca que aprendeu a pescar “a base de 12 anos de idade eu comecei a pescar, e eu venho pescando... direto nessa época, eu to com 59 anos, vou fazer 60...”. Além dos saberes técnicos

da pesca, essa atividade também ensina para a vida; “é bom... agora dias melhores e dias mais fracos, que a pescaria tem isso né... dia bom, é maré, tem maré que dá boa tem maré que dá mais fraco...” (Lucio Evagelista, 2015).

Tudo isso justifica considerar os saberes criações ligadas à coexistência humana e que invocam o diálogo e a partilha como processos inerentes e inextricáveis. Sua realização se dá apenas quando a autonomia dos agentes-sujeitos envolvidos cumprem os papéis de meio e fim dessa dinâmica. Isso significa que os saberes extrativistas tradicionais e sobretudo os saberes científicos resultam dos mesmos fenômenos gerativos, fenômenos estes que são propiciados por meio das relações e interações cognitivas e das experiências vividas entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo.

Há inúmeros exemplos de saberes e fazeres extrativistas expostos até o momento. Como apresentado na **Figura 14**, a interação com a natureza circundante é essencial aos saberes extrativistas tradicionais e sempre haverá nos seus processos de construção cotidiana uma interdependência quase simbiótica entre ente, Ser e natureza. Nesse sentido, o tempo e o espaço, representados pela duração e permanência da dinâmica dessa interação, é vivido na coexistência de geograficidades e atribui aos saberes extrativistas tradicionais um caráter intimamente fundado na compreensão da dinâmica da natureza circundante.

Figura 14: Sr. João, se misturando ao manguezal para a captura do caranguejo.



Fonte: Mario A. Santos, 2015.

Assim, o tempo de duração da pescaria é o tempo de duração da maré. O tempo necessário ao deslocamento da jangada até o território pesqueiro em alto mar é determinado pelos ventos, pela corrente marítima e pelo modelo de jangada utilizada. A duração do extrativismo da ostra segue o ritmo de enchimento da maré que é determinado por uma série de fenômenos e processos naturais, todos interpretados pela marisqueira no planejamento da ida ao manguezal para capturar ostras. Portanto, no momento da realização das práticas extrativistas cada pescador e marisqueira já processou em seu imaginário e pensamento incontáveis informações e explicações previamente concebidas e que são essenciais ao sucesso da empreitada. Por isso o tempo e espaço são percebidos como duração e permanência nas experiências cognitivas e existenciais de convívio e relações estabelecidas.

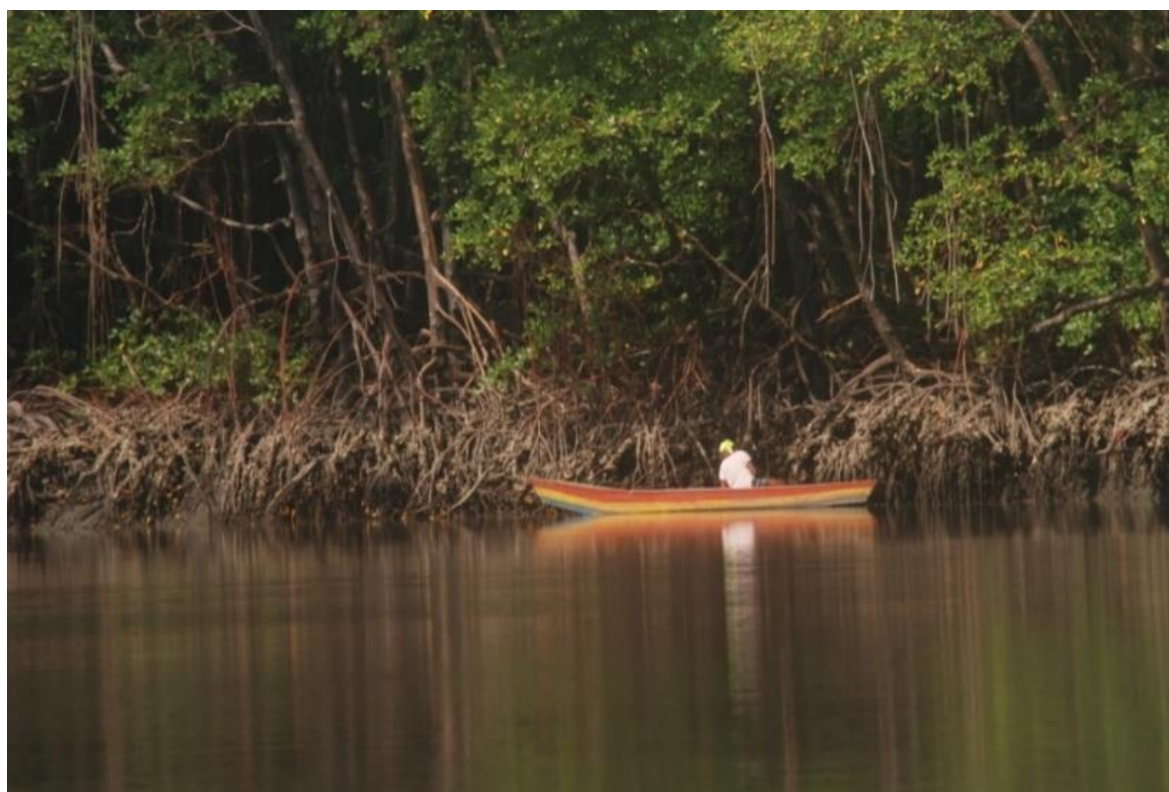
Sr. Raimundo Pinto (2015), morador de Puxim da Praia, explica a pescaria que acontecia de jangada quando era mais jovem:

Eu pescava mais na linha de fundo, a gente na época como era de jangada a gente ia para fora pescar é de linha, linha de fundo, a gente pescava com camarão, os peixes que a gente pegava era guaricema, vermelho, cavala, era manual na linha mesmo e nós de jangada saía da costeira para o mar aberto

era 5, 6 e pouca, dependendo da viração era o vento, tinha vez da gente chegar na praia 4 horas da tarde, quando a viração ajudava a gente chegava 2:30, 3 horas, agora quando a viração tava bem vagarosa a gente chegava até 4 e pouco da tarde...

Na **Figura 15** temos a D. Marlene na captura de ostras fixadas nas raízes da Mangue Vermelho. A exposição desse emaranhado de raízes aéreas tem sua duração determinada pelos movimentos da maré e esses movimentos são desencadeados por inúmeros outros fenômenos e processos naturais envolvendo as fases da lua, as estações do ano e as condições meteorológicas de cada dia; toda essa dinâmica é compreendida e explicada pela marisqueira e essencial à sua prática extrativista.

Figura 15: O extrativismo da ostra praticado por D. Marlene, comunidade de Campinhos, Resex Marinha de Canavieiras – BA.



Fonte: Mario A. Santos, 2015.

É importante ressaltar que um conjunto de informações ou uma proposição explicativa não podem ser consideradas um saber. O saber sempre é um conjunto de explicações possibilitando ações para resolver problemas e intervir no mundo, portanto saber implica movimento, colaboração, intervenção e ação. Ao contrário,

[...] explicações são proposições apresentadas como reformulações de uma experiência, aceitas como tais por um ouvinte, em resposta a uma pergunta

que requer uma explicação. [...] Portanto, há tantos tipos diferentes de explicação quantos diferentes critérios usamos, explícita ou implicitamente, para aceitar os diferentes tipos de reformulação de experiências que aceitamos como explicações [...]. (MATURANA, 2001, p.134).

A partir de tais pressupostos, para que um conjunto de explicações coerentes se transforme em uma teoria e um conjunto de teorias permitam a realização dos saberes são necessários níveis de interações e conectividade entre o ente, o Ser e o mundo capazes de movimentos, colaborações, intervenções e ações. Por isso Maturana (2001) chama atenção para o fato das teorias demandarem “[...] aplicabilidade gerativa no domínio das ações humanas.” (MATURANA, 2001, p.163). Não basta ao pescador explicar como funciona as diferentes fases da lua, essas explicações são somadas a tantas outras e formam os saberes extrativistas tradicionais e, a partir disso, a pescaria se realiza no cotidiano.

Desta maneira, questiona-se o sentido de verdade atribuído às teorias e às explicações científicas. Ao tratá-las como sinônimo de verdade e não um domínio de explicações e interpretações sobre fenômenos, processos e objetos cognoscíveis, abre-se um cenário favorável ao *conflito* de ideias e ao mesmo tempo desfavorável ao *diálogo* de ideias. A perspectiva da pesquisa participante nos conduz para a partilha e, portanto, para a dialogicidade. Por isso o destaque antes à solidariedade e ao diálogo como fenômenos criadores. A partir dos pressupostos inerentes ao *Domínio das Ontologias Constitutivas*¹⁶, tem-se nos saberes humanos criações possíveis por meio de interações e relações cognitivas entre Ser e mundo circundante. Ao admitir o convívio social como criador de saberes, admite-se também que os saberes não ocorrem necessariamente no domínio cognitivo experiencial científico.

Na ciência da cognição, Maturana (2001) e Maturana e Varela (2001) consideram haver dois domínios ontológicos que determinam a maneira como aceitamos ou não as explicações e as teorias como válidas. A primeira é o Domínio das Ontologias Transcendentes comentado em nota de rodapé anterior. A segunda maneira, o Domínio das Ontologias Constitutivas, que consiste na pergunta pelo observador e no entendimento da realidade sendo essencialmente construída e compreendida a partir do observador. Por isso a relevância da pergunta pelo observador para a compreensão de um sentido para o Ser. Os saberes são “[...]

16 Na ciência da cognição, Maturana (2001) e Maturana e Varela (2001) consideram haver dois domínios ontológicos que determinam a maneira como aceitamos ou não as explicações e as teorias como válidas. A primeira é o *Domínio das Ontologias Transcendentes* comentado em nota de rodapé anterior. A segunda maneira, o *Domínio das Ontologias Constitutivas*, consiste na pergunta pelo observador e no entendimento de que a realidade é essencialmente construída e compreendida a partir do observador. Por isso aqui a relevância da pergunta pelo observador e, portanto a compreensão do sentido de Ser: é essencial compreender a maneira como pescadores e marisqueiras artesanais compreendem a gestão da Resex. Os saberes são “[...] um fenômeno do operar do ser vivo em congruência com sua circunstância [...]” (MATURANA, 2001, p.34).

um fenômeno do operar do ser vivo em congruência com sua circunstância [...]” (MATURANA, 2001, p.34).

Talvez a grande contribuição da ciência da cognição para tais reflexões tenha sido o entendimento do ato de conhecer como um processo ocorrendo internamente, o que identifica a cognição como um processo de conhecimento e do viver. Isso justifica compreender os saberes extrativistas tradicionais a partir das relações e interações mantidas pelos pescadores e pelas marisqueiras da Resex com a natureza circundante. Especialmente com e entre as espécies capturadas nas práticas extrativistas e os ecossistemas que elas habitam. A espacialidade intrínseca à existência evidencia a noção de duração e permanência para a compreensão atribuída ao tempo no processo de construção e conservação dos saberes e fazeres da pesca e da mariscagem.

Os saberes são processos intimamente ligados ao viver e a um tipo específico de experiência cognitiva. Com a evolução da linguagem surge, além do mundo dos conceitos e das ideias, o mundo social da coexistência cotidiana e a experiência de relações organizadas e conscientes. A experiência da consciência reflexiva, junto à evolução da linguagem e da realidade social, coloca a consciência (*conscience e consciousness*¹⁷) humana como um fenômeno apresentando duas naturezas distintas e cúmplices: biológica e social. Por estar intimamente ligada à realidade social, ao aceitar que somos seres vivendo na linguagem e por meio dela efetivam-se a existência e o sentido de Ser, a preocupação nessa pesquisa voltou-se para as

[...] atitudes duráveis do espírito humano frente a frente com a realidade circundante e cotidiana, em correlação com as formas dominantes da sensibilidade, do pensamento e da crença de uma época ou de uma civilização. (DARDEL, 2011, p.47).

Nesse caso, o universo de sentimentos e pensamentos de pescadores e marisqueiras artesanais compõem os elementos presentes e essenciais às reflexões e proposições explicativas aqui apresentadas. Trata-se de dedicar-se aos domínios da ciência geográfica e dos saberes

17 Há uma ressalva feita pelo tradutor do livro de Hannah Arendt, A vida do Espírito, vol.I – Pensar destacando que em algumas línguas, inclusive no português, a separação entre as duas expressões, a partir de suas semânticas, nunca foram feitas, assim, tem-se dois fenômenos constitutivos da condição humana; a *conscience* que supostamente está sempre presente dentro de nós, como uma faculdade humana. E a *consciousness* como um fenômeno interno que se desenvolve a partir das e com as experiências e as atividades do espírito – pensar, querer e julgar – também reside em nós, contudo, precisa-se fazer existir e ser alimentada no cotidiano da existência mundana para se fazer efetiva. Aqui optei em utilizar a expressão em português – consciência – compreendendo, ora essas duas noções, ora uma delas apenas, o que me obrigou a sempre indicar no próprio texto sobre qual fenômeno me refiro. Para Maturana e Varela (2001), esses dois fenômenos da condição humana de existência se fundem num só, denominado também de consciência (*conscience e consciousness*), nada mais é do que a concatenação de reflexões as quais associamos a nossa identidade a partir de nossas experiências de interações relacionais recorrentes no cotidiano.

extrativistas tradicionais¹⁸ de pescadores e marisqueiras artesanais da Resex Marinha de Canavieiras-BA. Há diferentes elementos já destacados para evidenciar todo esse universo cognitivo e experiencial citado. As **Figuras 16 e 17**, por exemplo, representam momentos e atividades que se somam e caracterizam tais elementos. O universo cognitivo e existencial construído entre os pescadores e as marisqueiras da Resex

[...] trata{m} das representações do além que dão sentido às suas vidas. Esses saberes estão ligados intimamente ao modo de agir, aos processos e às estratégias que cada um desenvolve, ou às políticas imaginadas ao nível do grupo. (CLAVAL, 2014, p.12).

Figura 16: O uso da tarrafa na pescaria tem forte relação com o sentido de Ser pescador.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

18 Não se trata de tentar definir conceitualmente, mas de atribuir um sentido para “saber extrativista tradicional”, e assim admiti-lo como um processo que inevitavelmente ocorre conosco: o conhecer. Atribuir à palavra saber o adjetivo “extrativista tradicional” tem aqui um único propósito: identificar a qual domínio cognitivo experiencial esse saber se refere, ou seja, como os pescadores e as marisqueiras da Resex de Canavieiras se auto reconhecem enquanto população tradicional, entende-se coerente utilizar a mesma adjetivação ao se referir aos seus saberes acumulados. Tal postura justifica-se no pressuposto colocado anteriormente a partir de reflexões e análises de Humberto Maturana e Francisco Varela sobre o ato humano de conhecer e sua interface com nossas relações e interações cognitivas cotidianas. Não é o método científico que nos permitiu conhecer, mas trata-se sobretudo, dessas relações e interações estabelecidas entre ser e mundo e que nos propicia compreendê-lo e explicá-lo. As ciências são como todos os outros saberes, produtos dessas relações e interações cognitivas e não fenômeno gerativo delas.

Figura 17: A fabricação e a pescaria de jangada na Resex em Canavieiras liga os pescadores a uma prática nobre que lhes confere um respeito bastante significativo entre os extrativistas marinhos da região.



Fonte: M. A. dos Santos, 2015.

Nas diferentes explicações sobre a geografia e sua natureza ontológica e epistemológica destaca-se a obra “O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica” de Eric Dardel (2011) lançada pela primeira vez em meados do século passado na França. No tema sobre a história da geografia, o autor coloca os saberes de naturezas distintas como elementos que traduzem uma consciência geográfica. Isso independe da cronologia do tempo, pois “[...] a Terra não é um dado bruto a medirmos como ele ‘se dá’, mas que sempre transita entre o Homem e a Terra uma interpretação, uma estrutura e um “horizonte” de mundo, [...]”. (DARDEL, 2011, 47).

A partir dessa reflexão, há a apresentação das diferentes “geografias”, a saber: a Geografia Mítica, a Geografia Heróica, a Geografia das Velas Desfraldadas e a Geografia Científica, as definem, ligando “[...] cada uma delas a certa concepção global do mundo, a uma inquietude central, a uma luta efetiva contra o ‘fundo escuro’ da natureza circundante.” (DARDEL, 2011, p. 47). Assim, a geografia se coloca numa posição privilegiada para realizar diálogos com saberes construídos a partir de critérios de investigação e aceitabilidade não científicos.

A consciência geográfica na perspectiva apresentada por Dardel (2011) não é resultado exclusivo do método científico; pelo contrário, ela nasce da consciência da dimensão espacial na realização da espacialidade intrínseca à realização do *Dasein* na vida social humana. Coube a geografia incluir esses saberes dentro dos limites que a encerram. Entende-se que a ciência geográfica, devido à sua íntima ligação com conjuntos de saberes e experiências do cotidiano, coloca-se como uma ciência carregando em sua concepção ontológica, fenomenológica e conceitual uma clara e motivante interface com os aqui denominados saberes extrativistas tradicionais.

É necessário, portanto, compreender a geografia não como um quadro fechado em que os homens se deixam observar tal qual os insetos de um terrário, mas como o meio pelo qual o homem realiza sua existência, enquanto a Terra é uma possibilidade essencial de seu destino. (DARDEL, 2011, p.89).

O mesmo ocorre com os saberes extrativistas tradicionais de pescadores e marisqueiras da Resex. É nessa existência cotidiana que seus saberes adquirem sentido para as relações e interações que ali se constituem. Aqui encontramos pontos em comum com as palavras de Brandão (1994) a respeito de visões de mundo presentes entre populações indígenas diversas. “Assim, elas decorrem sempre de uma capacidade criativa de pensar a natureza como símbolo, e o sentido simbólico como algo essencialmente social.” (BRANDÃO, 1994, p.20). Esse jeito de atribuir significados à natureza possui íntima relação com a vida social desses agentes-sujeitos. Entre pescadores e marisqueiras artesanais da Resex o universo imaginário acompanha a compreensão da dinâmica da natureza presente em seus cotidianos e está sempre ligado às práticas extrativistas.

Quando a geografia se propõe a pensar e estudar sobre nossas relações sociais e políticas com a natureza, destacando desses fenômenos sua dimensão espacial intrínseca, ela está explicitamente admitindo para seu universo epistemológico, teórico e de método a coexistência humana a partir de sua espacialidade intrínseca. Nesse sentido, quando me proponho a pensar sobre geograficidades que não são minhas e ocorrem em lugares e territórios que não compõem minhas experiências cotidianas, penso ser essencial me voltar ao diálogo, pois “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.” (FREIRE, 2005, p.91).

Ao considerar o diálogo um ato de criação admite-se a coletividade e a equidade como imprescindíveis para as ações transformadoras. Como aqui essa transformação é sobretudo epistemológica, os saberes criados e legitimados em domínios cognitivos experienciais não científicos não são mais objetos de estudo e sim o universo cognitivo e existencial de agentes-

sujeitos políticos presentes na pesquisa participante. “Se é dizendo a palavra com que, ‘pronunciando’ o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.” (FREIRE, 2005, p.91). Ganham significação também os saberes, evitando a busca da conquista de um saber pelo outro e motivando conquistas e criações proporcionadas pelo diálogo *de e entre* saberes.

Nessa perspectiva, tem-se na teoria dialógica da ação proposta por Freire (2005) o inevitável encontro de agentes-sujeitos políticos para a pronuncia do mundo e sua transformação. Destaca-se a necessidade colocada por Freire (2005) da existência de duas dimensões que devem aparecer de forma solidária no diálogo: a ação e a reflexão.

E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples trocas de ideias a serem consumidas pelos permutantes. [...] A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. (FREIRE, 2005, p.91).

O reconhecimento da legitimidade do saber do outro torna-se imprescindível e a equidade nas relações entre agentes-sujeitos políticos essencial. A ação dialógica tem na colaboração e na partilha características evidenciando seus princípios. Ela só é possível entre agentes-sujeitos que não deixam espaços para a imposição, a manipulação, a domesticação e a sloganização.

Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? [...] Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais. (FREIRE, 2005, p.93).

Entende-se, portanto, que o encontro entre ciências e saberes extrativistas tradicionais permite a ciência transcender a si mesma ao criar um espaço de dialogicidade e cumplicidade entre domínios cognitivos experienciais distintos, porém dialógicos. Nesse caso, trata-se de questões epistemológicas e metodológicas que admitem para saberes de diferentes domínios cognitivos experienciais os mesmos fenômenos gerativos. Isso implica haver semelhanças essenciais e necessárias para o diálogo.

Assim, ao identificar nos processos de fazer ciências e na apresentação-representação dessas ciências realizadas, imaginário, memória e experiências cognitivas e existenciais, identifica-se também nos saberes extrativistas tradicionais rigor metodológico e explicações

com argumentos repletos de objetividades e pretensa exatidão. Na Resex Marinha de Canavieiras isso resulta na prática de inúmeras técnicas e estratégias de pesca e mariscagem¹⁹ que utilizam objetos técnicos, os denominados artefatos de pesca, desenvolvidos e explicados num entrelaçar interminável de elementos ao mesmo tempo classificados como objetivos e subjetivos, mas que encerram um conjunto de saberes e fazeres viabilizando e realizando a (re)produção social nos espaços da Resex.

Tanto as ciências não são um saber possível apenas através da racionalidade objetivista e supostamente exata e inequívoca, como os saberes extrativistas tradicionais não resultam apenas de voos imaginários e sensações perceptivas e não racionalizadas.

As proposições explicativas são legitimadas no movimento cotidiano do viver social e político e compõem sentires e fazeres de diferentes contextos sociais e de saberes. A realidade objetiva na qual estamos imersos não é universal nem tão pouco independente do que nós fazemos (MATURANA, 1997). Para cada sistema vivo ela se apresenta de um jeito e para nós, seres humanos, ela está condicionada às emoções e experiências vividas e acumuladas. Ora,

Toda vez que queremos convencer alguém a agir de acordo com nossa vontade, e não podemos ou não queremos usar a força bruta, nós damos aquilo que afirmamos ser um *argumento racional objetivo*. Fazemos isso sob o pretexto implícito ou explícito de que o outro não pode opor-se a nosso argumento, porque sua validade é garantida por sua referência ao real. (MATURANA, 1997, p.244).

Isso é comum dentro das ciências e o processo de admitir uma explicação enquanto válida adquire muitas vezes um *status* de petição de obediência, pois as ciências são o único saber cuja contestação passa necessariamente pela própria ciência; não se questiona um saber científico por meio de um saber tradicional, por exemplo. Tudo isso pretende-se sem sentido diante dos pressupostos colocados no *Domínios das Ontologias Constitutivas* (MATURANA, 2001) e ao adentrar um universo explicativo não científico, com explicações coerentes àquele contexto de saberes, fazeres e sentires por ele fundamentados e legitimados. Nessa ótica, consideramos observadores observando o observar.

Nessas circunstâncias, a observação é tanto o ponto de partida último para explicar o observador, o instrumento de explicação, quanto é a questão mais fundamental para qualquer tentativa de se entender a realidade e a razão como fenômenos do domínio humano. [...] o observador e a observação devem ser explicados na explicação do operar do ser humano como um observador. (MATURANA, 1997, p.246).

¹⁹ Mariscagem são práticas extrativistas realizadas dentro do manguezal ou em áreas de apicuns para a captura de mariscos, tais como, ostra, caranguejo, guaiamum, sururu, mapé, camarão, aratu, etc.

Esse processo de observar propicia o diálogo com a natureza, e a partir dessa dinâmica de relações e interações, a construção de nossa coexistência com o mundo e natureza circundantes. Dentre os diferentes domínios cognitivos experienciais que surgem dessa práxis de viver, os distintos domínios explicativos são também domínios de condutas recorrentes e ações legítimas, pois a aceitação das explicações é contextual e sua epistemologia não pode ser desvinculada do contexto social e cultural ao qual pertence.

Ao considerar o ato de conhecer um fenômeno gerado *pelos* e *nos* sentidos humanos e na realização das experiências vividas, processos intrínsecos ao processo do viver, e manifestado através da ontologia existencial de ser-no-mundo, considera-se também a possibilidade do diálogo *de e entre* saberes passar necessariamente por uma questão epistemológica, mas sobretudo política. Apresenta-se no capítulo seguinte reflexões e debates sobre a interface entre a geografia, a ação política e a dimensão espacial da existência, ao explorar os sentidos e o fundamento geográfico dessa ação.

2. GEOGRAFIA, ESPAÇO E AÇÃO POLÍTICA PARA PENSAR A COEXISTÊNCIA HUMANA

Nós organizamos a história do mesmo modo pelo qual os primitivos organizam os mitos: uma manipulação arbitrária para inventar uma visão global do universo.

Guy Sorman

Embora já tenha feito referências e tecido algumas reflexões sobre a espacialidade, as geograficidades e o ser-no-mundo, até o momento o esforço se concentrou na compreensão de um sentido para o Ser a partir da compreensão dos saberes, dos fazeres e dos seus fenômenos gerativos. Há nesse capítulo o acréscimo da dimensão espacial da existência humana e os sentidos atribuídos pelo o Ser que a significa. Neste caso, a ênfase é sempre direcionada para a relevância e a urgência da dialogicidade para pensar a gestão de uma Resex. Como fenômenos da vida social cotidiana, os saberes, os fazeres e a experiência têm no espaço sua possibilidade de realização e concretude; a espacialidade cumpre papel essencial na construção de um sentido para o Ser.

Isso justifica invocar da ação política seu fundamento e sentidos geográficos, pois trata-se de um fenômeno cuja realização se funda no espaço e na revelação do Ser do agente-sujeito. Deste modo, o sentido de Ser é forjado por meio dos saberes e fazeres acrescidos de suas realizações e criações através da dimensão espacial da existência. À essa dimensão atribui-se significados que traduzem uma imensidão íntima em consonância com a imensidade do mundo e a profundidade do sentido de Ser (BACHELARD, 1989). Essa imensidão se realiza e é realizada a partir da imensidade do mundo acolhida pelo sentido que o Ser constrói em sua coexistência cotidiana.

Ao afirmar que a imensidão está em nós, Bachelard (1989) cria uma correlação clara e direta entre a imaginação criadora, sua interface com a memória e seus desdobramentos para a compreensão do espaço como um fenômeno intimamente ligado à existência humana.

O espaço, assim, não é mais esse meio das coisas simultâneas que poderia ser dominado por um observador absoluto, igualmente próximo de todas elas, sem ponto de vista, sem corpo, sem situação espacial [...]. (MERLEAU-PONTY, 2004, p.15).

Ao contrário, a existência humana e o sentido atribuído ao Ser têm íntima e profunda correlação com a dimensão espacial dessa existência. A sua realização cotidiana tem em sua essencialidade a duração, a permanência, o movimento, as aproximações e os distanciamentos. Todos esses fenômenos têm no espaço condição primordial para adquirir sentido à vida humana. Essa imensidão íntima reside na existência vivida e se realiza a partir das ações e práticas do

cotidiano (**Figura 18**). O sentido que o espaço assume nessa dinâmica tem íntima e profunda inter-relação com as relações e interações que cada pescador ou marisqueira estabelece com a natureza circundante e entre eles mesmos. Trata-se dos processos de compartilhar experiências e vivências com vistas à conservação de um modo de existir e da evidência de um sentido para o Ser, essencialmente construído na espacialidade inerente à essa existência. A espacialidade nasce da experiência e é inerente à dimensão espacial; é a sua manifestação no cotidiano de realização do *Dasein*. Deste modo, a dimensão espacial é lugar e ambiência da realização da espacialidade intrínseca à existência (*Existenz*).

Figura 18: Momentos e instantes do cotidiano na Resex.



Fonte: Mario A. Santos (A e D), João Gonçalves de Santana (B) e Carlos Alberto P. dos Santos (C), 2015.

A **Figura 18** acima apresenta em suas imagens (A, B, C e D) práticas e espaços comuns à existência de pescadores e marisqueiras da Resex. Em todas as imagens há significantes que carregam significados construídos na dinâmica espacial da vida cotidiana. As embarcações (**Figura 18** - B e D) que adquirem diferentes sentidos a depender do momento e do uso, a tarrafa (**Figura 18** - A) e sua relevância para a pesca de estuário e a jangada (**Figura 18** - C) parada na

beira da praia, embarcação que expressa substancialmente para os moradores-beneficiários da Resex em Canavieiras um dos sentidos do Ser pescador.

Para Heidegger (2005) compreender o ente e sua ontologia e Ser constituídos na realização do *Dasein* e da existência é essencial. Por isso iniciei essa tese com reflexões e análises sobre as relações e interações cognitivas, os fenômenos gerativos dos saberes e as experiências. Para dar continuidade é importante incluir a analítica do *Dasein* (*Existenz*), pois “Como um ente deste ser, a pre-sença (o *Dasein*)²⁰ se entrega à responsabilidade de assumir seu próprio ser.” (HEIDEGGER, 2005, p.77). (*Grifo meu – a expressão pre-sença utilizada pela tradutora da obra de Martin Heidegger será substituída pelas expressões Dasein e Existenz utilizadas em outros traduções e discussões sobre o pensamento de Heidegger e por Hannah Arendt na tradução do livro “A dignidade da política” respectivamente.*

Portanto, o fenômeno do *Dasein* (*Existenz*) nos leva à compreensão da existência humana, visto que suas características constitutivas são sempre as possibilidades infinitas do Ser adquirir sentido. Assim, “[...] se encontra a indicação de que, para uma interpretação ontológica desse ente, a problemática de seu ser deve ser desenvolvida a partir da existencialidade de sua existência.” (HEIDEGGER, 2005, p.79). Isso põe em evidência a dimensão espacial e a ação política, já que ambas se realizam e adquirem sentido para a vida humana a partir do cotidiano vivido do ente: o ser humano.

Ao considerar a espacialidade do *Dasein* (*Existenz*) há necessariamente uma concepção de “[...] ‘ser-no-espço’ a partir do seu modo de ser.” (HEIDEGGER, 2005, p.152). Por isso a compreensão de um sentido de espaço é inextricável da compreensão de um sentido para o Ser deste ente que habita e significa esse espaço. Isso justifica a escolha pela noção de geograficidades apresentada por Dardel (2011); trata-se da perspectiva ontológica existencial de lidar com um sentido para o espaço e, automaticamente, um sentido para o Ser.

Tudo isso se refere ao mundo vivido da existência humana; o *Dasein* (*Existenz*) é ao mesmo tempo processos se realizando e caminhos em percurso. Assim, o *Dasein* é a realização da existência e ao mesmo tempo a existência se realizando. Por isso considera-se essa existência o “[...] próprio ser com o qual o *Dasein* pode se comportar dessa ou daquela maneira e com o qual ela sempre se comporta de alguma maneira.” (HEIDEGGER, 2005, p.39). (*Grifo meu*). Deste modo, a geografia, ao lidar com a dimensão espacial da vida humana, lida

20 Embora Schuback (2005) faça suas ressalvas, a opção aqui foi de substituir a expressão *pre-sença* pela expressão *Dasein* (*Existenz*). A escolha dá-se, pois, nos dicionários online de alemão pesquisados as palavras *Dasein* e *Existenz* sempre vem traduzidas por existência. Outra razão é por essa pesquisa se fundar na fenomenologia de Hannah Arendt e entender que o Ser é sempre um *estar* e que há, portanto, uma espacialidade intrínseca à construção de um sentido para o Ser. Essa compreensão está presente nas reflexões e estudos sobre o *Dasein* (*Existenz*) que aqui faço referências.

necessariamente com a questão ontológica do Ser e os diferentes significados que o espaço pode assumir nas experiências cognitiva e existencial.

Justifica-se, neste caso, a preocupação do fazer geográfico, especialmente nessa pesquisa, vivenciar encontros com o mundo vivido de pescadores e marisqueiras artesanais, pois o espaço geográfico

É o mundo da existência, um mundo que agrupa certamente as dimensões do conhecimento, mas também, e sobretudo, aquelas da ação e da afetividade. A geografia está implicada em um mundo vivido, o mundo ambiente da existência cotidiana de homens. (BESSE, 2011, p.114).

Neste sentido, Martin Heidegger (2005) ao apresentar a expressão *ser-no-mundo* a evidencia a partir da unidade fenomênica que ela própria sugere. Assim, o *Dasein*, que possui um Ser se realizando em sua existência, ao constituir um ser-no-mundo, constitui um sentido para o Ser e para o mundo no qual sua ontologia se realiza. É dessa dinâmica que o ser-no-mundo conserva e sustenta suas relações e interações cognitivas e experienciais com esse mundo e junto a ele conserva também o sentido de sua própria existência cotidiana. “Para se ver o mundo é, pois, necessário investigar o ser-no-mundo cotidiano em sua sustentação fenomenal. O mundo mais próximo do *Dasein* cotidiano é o mundo circundante.” (HEIDEGGER, 2005, p.107). Por isso antes considere o mundo em sua perspectiva fenomenológica e na relação simbiótica entre pescadores, marisqueiras e a natureza.

Assim, a geografia, ao se preocupar com a dimensão espacial da existência, tem no mundo circundante a materialização e a concretude intrínsecas aos diferentes significados atribuídos à espacialidade e as geograficidades. Assim, antes de aprofundar sobre os sentidos e o fundamento geográfico da ação política a partir das geograficidades e do espaço da aparência, segue-se um subcapítulo para explorar previamente a relação da geografia com a dimensão espacial da existência e suas correlações com elementos inerentes à essa existência e aos seus diferentes significados possíveis.

2.1 A Geografia e a espacialidade intrínseca à existência humana

Quando a geografia propôs de estudar as diferentes interações e relações humanas realizadas na dimensão espacial da existência, ela apropriou-se de expressões comuns à vida cotidiana para representar e traduzir características e especificidades inerentes a tais interações e relações. Aqui essas expressões são: geograficidades, territórios e lugares. Por isso, as reflexões realizadas até o momento evidenciam os caminhos filosóficos e epistemológicos escolhidos para a realização dessa pesquisa. Tais caminhos me levam a duas expressões

utilizadas pelo pensamento geográfico para adjetivar e invocar um sentido ao fazer geográfico enquanto ciência. Assim busca-se na geografia humanista e fenomenológica²¹

[...] um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito de espaço [...]. (TUAN, 1982, p.143).

Adota-se tais caminhos, pois eles propiciam para a geografia a compreensão de um sentido para o Ser e tem no *Dasein*, a existência humana se realizando, um caminho para compreender essa ontologia existencial. Nessa ótica, as “Cartas sobre el Humanismo” (Cartas sobre o Humanismo) de Heidegger (2000) constituem um ponto de partida para iniciar minhas reflexões sobre a perspectiva humanista de pensar e fazer ciências, nesse caso específico a geografia: “[...] meditar y cuidarse de que el hombre sea humano en lugar de no-humano, ‘inhumano’, esto es, ajeno a su esencia.”²² (HEIDEGGER, 2000, p.21).

Nesse ponto assumo também um sentido para o fazer geográfico: compartilhar compreensões de mundo e intersubjetividades direcionando-as para a ação política com vistas às transformações positivas no convívio cotidiano.

O humanismo busca entender em sua complexidade constitutiva o humano (TUAN, 1982) e tem na fenomenologia e também na ciência da cognição os caminhos para fazê-lo. Isso justifica o foco na dimensão espacial da existência através da realização dos saberes e fazeres; fenômenos ligados à atribuição de sentido para a ação e a pluralidade humana intrínseca à realização dessa ação (ARENDT, 2014). Deste modo, “A perspectiva humanista focaliza-se sobre as atividades e os seus produtos que são distintivos da espécie humana.” (TUAN, 1982, p.145).

Tanto na fenomenologia que sustenta o humanismo como na ciência da cognição, a pergunta pelo observador é substancial para as proposições explicativas apresentadas e para a compreensão que delas resultam. Por essa razão o sentido de Ser não pode prescindir dos fenômenos que fazem do humano, humano. Logo, compreender as experiências vividas, a cognição e os sentidos humanos permite compreender que o saber, a ação e a espacialidade são substanciais à construção de um sentido para o Ser.

Na perspectiva refletida por Furter (1992) e corroborada aqui, o humanismo não nos impõe modelos de ser e aparecer a partir de um ser humano supostamente ideal. Assim, entender

21 Humanista e fenomenológica identificam “um” mesmo jeito de fazer geografia, pois o humanismo tem nas fenomenologias suas bases filosóficas e teóricas.

22 Meditar e cuidar de que o homem seja um ser humano, em vez de não-humano, ‘desumano’, isto é, fora de sua essência.

o sentido de Ser através desse jeito de fazer ciência permite-me compreender a pluralidade de coexistências como um fenômeno comum da vida social humana. Essa condição é essencial à ação e à política, pois a prática da liberdade é um pré-requisito que as constitui e as significa; por isso o humanismo evidencia a condição humana como processo e *constructo* cotidiano. O mundo criado a partir de interações e relações cognitivas “[...] não se revela a mim no espaço, impondo-me uma presença maciça a que só posso me adaptar, mas como um campo, um domínio que vai tomando forma na medida da minha ação.” (FURTER, 1992, p.26).

Justifica-se, desta maneira, considerar a íntima relação entre espaço, mundo cognitivo e experiencial e ação. O ser humano ao assumir seu lugar no mundo – e se situar dentro dele –, assume também seu humanismo (FURTER, 1992) e a possibilidade de, por meio da ação, transformar esse mundo composto de significantes e significados. “O humanismo é, portanto, uma certa maneira de se ligar ao mundo.” (FURTER, 1992, p.165). À essa maneira atribui-se um *jeito* de fazer geografia, no qual a existência humana sempre será a realização concreta do convívio e da coexistência da pluralidade comum à essa existência.

A “corrida” das ciências rumo ao processo de legitimação e reconhecimento formal de sua origem e relevância acarretou na incorporação inevitável de proposições explicativas oriundas do processo de conhecer humano.

Com o nascimento das disciplinas científicas, tudo o que havia sido produzido pelo fenômeno do conhecer e podia ter legitimidade dentro dos critérios de investigação e aceitabilidade das ciências passou a compor os conteúdos teóricos e filosóficos de cada ciência estabelecida e reconhecida institucionalmente. Assim, é necessário expor elementos que compõem a geografia como ciência e conjunto de saberes, com ênfase em questões filosóficas e epistemológicas necessárias para identificar, legitimar e caracterizar sua complexidade e diversidade intrínsecas.

Deste modo, expressões como sensibilidade geográfica, ser geográfico, ontologia geográfica e saberes geográficos permeiam reflexões e debates dessa ciência desde antes a data do reconhecimento e legitimação institucional de sua origem (século XIX). “A Geografia foi por muito tempo uma disciplina prática ou aplicada, mas no decorrer do tempo ela se elevou à ciência pura.” (HETTNER, 2011 p.138). As expressões citadas acima revelam preocupações de ordem filosófica e de métodos, ao sugerir caminhos epistemológicos distintos. Nesse sentido, como a intenção é o da complementariedade por meio de aproximações e correlações, o esforço ergue-se para uma solidariedade entre distintos caminhos epistemológicos dos quais o pensamento geográfico nutre-se e se faz ciência.

Pesquisas sobre a história do pensamento científico em geral, e do geográfico em particular, mostra-nos que havia durante o século XIX um forte e evidente privilégio dado ao tempo em detrimento ao espaço. A geografia nasce enquanto ciência num período no qual a dimensão espacial dos fenômenos e objetos não reinava nas ciências sociais e humanas. Dentre os diversos pesquisadores que refletem sobre tal período na geografia, coloco Soja (1993) e Philo (1996) destacando tais características e expondo de maneira bastante detalhada os processos teóricos e embates filosóficos realizados para a sua parcial superação na geografia. Os autores também destacam como a noção de espaço passou a ser essencial ao entendimento do presente geográfico.

A teoria social crítica não se resume à geografia e desde a publicação em português do trabalho de Soja (1993) já se passaram 24 anos. Para as ciências em geral e o pensamento geográfico em particular, as considerações sobre o tempo e a irreversibilidade para vida na teoria quântica e na física do não-equilíbrio (PRIGOGINE, 1996) permitiram incluir caminhos filosóficos e epistemológicos em estudos da dimensão espacial da existência preocupados com a não linearização do tempo para a compreensão do espaço. Deste modo, o tempo não é mais puramente subjetivo e a irreversibilidade coexiste com a reversibilidade na organização dos tecidos sociais existentes. O viver social sadio²³ e a construção dos saberes é transformação e conservação, duração e permanência.

Ao desconsiderar o espaço como um fenômeno traduzido e entendido apenas a partir da listagem de fatos históricos, “[...] geralmente cadeias de causas-e-efeitos que se perseguem ‘através dos anos’ [...]” (PHILO, 1996, p.271), a questão temporal ganha outra dimensão e sua análise não se restringe à linearidade dos fatos e sim às ações que ali ocorreram e ainda ocorrem no presente da coexistência cotidiana. Trata-se dos sentidos humanos da memória e do imaginário atuando na temporalidade intrínseca às relações e as interações cognitivas com a dimensão espacial da existência e o mundo circundante.

A década de 1970 e mais precisamente a de 1980 marcaram simbolicamente uma retomada do debate sobre a questão do espaço na teorização da geografia. Houve uma afirmação e predileção teórica “[...] de um materialismo histórico profundamente espacializado.” (SOJA, 1993, p.58). A inclusão da dimensão espacial na teorização social crítica proposta pela

23 Utilizar a expressão “sadio” para se referir a qualidades da vida social implica em considerar que esse viver social é fundado em relações equitativas e de cuidado de um para com o outro. Essa expressão é inspirada nos estudos de Humberto Maturana sobre a vida social e os fenômenos que a caracteriza. Deste modo, como a vida social não pode prescindir de consensualidades recursivas, condutas válidas e coincidências nos desejos de convivência, a expressão “sadio” vem representar tais características e encerrar um sentido de cumplicidade necessário ao convívio entre as pessoas e entre as pessoas, o mundo e a natureza.

geografia exigiu uma desconstrução e uma reconstituição teóricas num universo bem estabelecido de teorias.

Similarmente, a geografia moderna esteve tão introvertida e fechada em seu casulo, com respeito à construção da teoria social crítica, e tão confinada em sua definição da geografia histórica, que talvez também seja incapaz de se adaptar à reafirmação contemporânea do espaço sem uma desconstrução e uma reconstituição radicais. (SOJA, 1993, p.59).

Esse processo de ressignificação do fenômeno do espaço dentro do pensamento geográfico invoca dos pesquisadores a imersão em preceitos filosóficos antes desconsiderados ou esquecidos, mas que têm na dimensão espacial da existência questões essenciais para suas estruturas. Deste modo, torna-se importante destacar a separação entre as proposições explicativas que tentam elucidar o fenômeno do espaço, e assim conceitualizá-lo, das que tentam explicar a organização do espaço, sendo este produto da vida social. Em ambos os casos, o espaço é colocado como base e dado contextual da espacialidade desse convívio cotidiano. Desta maneira,

O espaço, nessa forma física generalizada e abstrata, foi conceitualmente incorporado na análise materialista da história e da sociedade, a ponto de interferir na interpretação da organização espacial humana como um produto social, passo primeiro e fundamental para se reconhecer uma dialética sócio-espacial. [...] Mas esse espaço físico foi uma base epistemológica ilusória para se analisar o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana. O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais. (SOJA, 1993, p.101).

Esse embate teórico e filosófico, que trouxe a dialética para os esforços intelectuais de elucidação do fenômeno do espaço e sua organização, também ampliou elementos e processos considerados nos estudos sobre a dimensão espacial da existência. Nesse sentido, ao admitir o espaço e sua organização como produtos sociais emergindo de práticas sociais e ações políticas, a preocupação passa a ser o entendimento da dialética existente entre o espaço criado e organizado pela vida social e suas inter-relações com os objetos, as estruturas e as instituições existentes.

Segundo Soja (1993), tal questão dividiu a análise espacial materialista histórica dialética em pelo menos três pontos de vista, a saber: “[...] as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes do espaço [...]” (SOJA, 1993, p.103); o segundo ponto de vista é a

[...] resistência à sugestão de que o espaço organizado representa algo além de um reflexo das relações sociais de produção, de que possa gerar grandes contradições e um potencial transformador no tocante ao modo de produção, de que ele seja, de algum modo, homólogo à estrutura e às relações de classe, [...] (SOJA, 1993, p.104).

O terceiro consiste numa posição intermediária entre os dois primeiros extremos. Há elementos de ambos em suas proposições explicativas, no entanto há um recuo no “[...] reconhecimento franco da importância formadora da espacialidade, atendo-se a posições analiticamente fracas e vulneráveis sobre o papel da estrutura espacial [...]” (SOJA, 1993, p.104) na manutenção do modelo de produção, que na visão de muitos é o fenômeno constituinte da organização do espaço.

Dentre todos os pressupostos apresentados por Soja (1993) em suas proposições explicativas sobre o fenômeno do espaço e sua organização, há elementos que garantem aos objetos desse espaço papel fundamental para o seu entendimento. Ao admiti-los, é importante considerar o risco de admitir também suas existências sem a atribuição de significações humanas. Como são significantes, são inevitavelmente condicionados a algum ato humano de significação e sentido, só as materialidades não lhes bastam. Ora, se o espaço é um fenômeno constituído pela ação na experiência cognitiva e existencial, então sua existência está condicionada à realização do *Dasein* para o *ser* humanos.

No caso da geografia e do fenômeno do espaço, nas três últimas décadas há transformações intensificadas, tanto na dinâmica da vida social e política, como na epistemologia das ciências, que inevitavelmente alcançaram a geografia e a maneira como explicamos o fenômeno do espaço. Assim, o destaque adquirido e atribuído às teorias quânticas, fenomenológicas e à física do não-equilíbrio, junto aos da neurociência e da ciência da cognição, têm provocado alterações bastante significativas na maneira de fazer ciência e no significado dessa ciência.

Entende-se que quando essa transformação é parcial e fragmentária, fenômenos, objetos e processos continuam sendo analisados, ora com os novos paradigmas epistemológicos disponíveis, ora com fundamentos de uma construção teórica já ultrapassada (SANTOS, 2008). Nessa trama, muitas vezes criam-se obstáculos puramente ideológicos, interferindo na continuidade de um processo de transformações imprescindíveis e que podem beneficiar os usos possíveis para os saberes construídos.

Nesse emaranhado de teorias e proposições explicativas sobre o espaço e a geografia, Benno Werlen (2012) no final da década de 1980 apresenta uma teorização para a geografia que altera seu tratamento da teoria social. Embora o autor desconsidere a relevância do espaço

também para a ação e as práticas sociais, o que não ocorre aqui, pois a dimensão espacial e a espacialidade inerente à existência são essenciais, suas reflexões contribuem para compreender a interface entre o entendimento geográfico do mundo, a ação e as práticas sociais.

Essa abordagem não procurou explicar ações individuais e práticas sociais em termos de aspectos geográficos, como a distância e o clima, mas praticamente o oposto, explicar fenômenos geográficos em termos de ações e práticas sociais. (WERLEN, 2012, p.550).

Nesse sentido, o pensar sobre o espaço e seus significantes e significados fez da ação humana e das práticas sociais e políticas fenômenos e processos constitutivos desse espaço e de sua organização e significados possíveis. Destaca-se o papel central do agente-sujeito político dessa ação. Muito embora o contexto material influencie nossas ações, ele não as determina, pois isso reduziria as nossas ações à causalidade entre ente e objeto técnico. Tal perspectiva é às vezes explicitada pelo materialismo histórico nas teorias geográficas. O próprio Milton Santos (2008) define a compreensão e a explicação do espaço geográfico a partir do entendimento das inter-relações existentes entre sistemas de objetos e sistemas de ações.

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (SANTOS, 2008, p.72-73).

A ressalva é que os objetos não são relevantes como causa da organização do espaço geográfico, mas como condição e consequência fundamental da ação. Embora a ação seja a única atividade da condição humana que ocorra entre agentes-sujeitos independentemente da materialidade circundante (ARENDT, 2014), quando ela pretende-se política e com isso resultar em intervenções na vida social cotidiana, então os objetos técnicos, o trabalho e as obras passam a ser essenciais também. Talvez isso tenha levado Santos (2008) a também fazer ressalvas ao falar sobre o espaço como um híbrido e a colocar a intencionalidade entre a ação e o objeto: se o espaço geográfico é significado atribuído, então ele nasce de ações realizadas e relações e interações construídas e estabelecidas.

Esses objetos não têm por si mesmos uma história, nem uma geografia. Tomadas isoladamente em sua realidade corpórea, aparecem como portadores de diversas histórias individuais, a começar pela história de sua produção intelectual, fruto da imaginação científica do laboratório ou da imaginação intuitiva da experiência. Mas sua existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos – uma ordem vertical – e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos – uma ordem horizontal. Sua significação é sempre relativa. (SANTOS, 2008, P.102).

Essa significação é o resultado de encontros e diálogos traduzindo implicações recíprocas entre o agente-sujeito e o mundo circundante. Para os pescadores e as marisqueiras da Resex, a natureza circundante e o mundo dos artefatos do extrativismo marinho compõem o universo da materialidade concreta e de objetos técnicos que possuem íntima correlação com o sentido atribuído à espacialidade intrínseca à existência e ao Ser. Logo, para os extrativistas marinhos relacionar a prática da pesca e da mariscagem à ação política é inevitável. D. Maria do Camarão (2015), liderança comunitária moradora de Canavieiras afirma: “A Resex veio para dar apoio ao pescador, é uma segurança [...] antes da Resex a gente não tinha direito aos territórios.”.

Por isso a relevância de compreender que

[...] a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos. (SANTOS, 2008, p.101).

Pescador de Campinhos, Fabio Santana (2015) corrobora com D. Maria do Camarão e afirma que “a Resex ajudou a consciência do pescador mostrando a ele que a conservação garante sua vida. [...] é a luta diária do trabalho, da pesca e da mariscagem e a luta política para manter a Resex.”. D. Maria da Gloria também destaca que a criação da Resex já trouxe muita coisa boa, continua sendo bom “e que melhore mais ainda, tenha mais direitos.... eu vou falar pra você sinceramente agora, se não fosse a Resex eu não estaria mais na Barra Velha, por que do jeito que eles estavam, os gringos comprando tudo, eu não estaria mais lá, hoje eles respeitam mais...”. Trata-se da compreensão desse *continuum* que dá sentido e substancialidade à vida: são as diferentes obras do trabalho, da ação política, dos saberes e das práticas sociais. Com isso, justifica-se a proposta de estudar “[...] de forma simultânea o mundo da matéria e o mundo do significado humano.” (SANTOS, 2008, p.101).

Como o humanismo e a fenomenologia me permitem tais reflexões e análises, é natural a aproximação com tais linhas filosóficas e epistemológicas. A concepção fenomênica do mundo e do Ser em sua ontologia existencial são essenciais para o entendimento da dinâmica espacial intrínseca à vida social e política. Por isso a compreensão da condição humana de existência e de suas ações passa pelo entendimento “[...] do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar.” (TUAN, 1982, p.143). A perspectiva humanista-fenomenológica foca em atividades e práticas constitutivas e distintivas do humano e tem na ação e na experiência cognitiva e existencial elementos essenciais para pensar e compreender o fenômeno do espaço.

Quando Holzer (1997) indica a intencionalidade como o fenômeno humano que caracteriza nossa relação com o mundo, deve-se incluir nessa reflexão o mundo da consciência (*conscience e consciousness*) proposto por Arendt (2000), pois a partir dele cria-se uma correlação íntima e recíproca com o pensar sobre os fenômenos do espaço e da experiência cognitiva e existencial. Como a fenomenologia investiga tais processos e relações de ser-no-mundo e a realização do *Dasein*, tê-la enquanto caminho filosófico na geografia humanista é essencial. Para Heidegger (2005), a fenomenologia é o estudo das coisas em si mesmas, propiciando o pensar e o entendimento sobre esse ser-no-mundo e sua coexistência cotidiana.

O termo fenomenologia refere-se em seu conteúdo à ciência dos entes, “[...] a ontologia só é possível como fenomenologia.” (HEIDEGGER, 2005, p.66). O que o autor denomina de sentido formal da fenomenologia, “[...] deixar e fazer ver por si mesmo aquilo se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo.” (HEIDEGGER, 2005, p.65). Não se trata de fazer da fenomenologia um meio de se alcançar uma realidade inquestionável, mas sim uma possibilidade de compreensão dessa realidade percebida e experienciada por meio de interações e relações cognitivas no cotidiano.

As explicitações do conceito preliminar de fenomenologia de-mostraram que o que ela possui de essencial não é ser uma “corrente” filosófica *real*. Mais elevada do que a *realidade* está a *possibilidade*. A compreensão da fenomenologia depende unicamente de se apreendê-la como possibilidade. (HEIDEGGER, 2005, p.69-70).

A partir desse pressuposto citado, compreende-se seus princípios norteadores fundados aqui em Heidegger (2005), com a questão ontológica do Ser e seu sentido no *Dasein* e na existência se realizando como espacialidade, como também em Bachelard (1989), com a fenomenologia de imaginação como força criadora e o sentimento topofílico na atribuição de significado à dimensão espacial da existência. Ambos autores expõe as questões fenomenológicas de maneira diferente, no entanto aqui são entendidas como complementares, pois identifico neles a preocupação iminente com as relações e as interações entre o ser humano e o mundo. Embora esse mundo assuma para cada autor um sentido, a existência humana em relação a ele mostra-se essencial para a construção de um sentido ontológico para o ser-no-mundo.

Isso justifica a importância atribuída por Pádua (2005), e corroborada aqui, ao espaço em suas reflexões sobre a fenomenologia em Martin Heidegger. A compreensão do fenômeno do mundo circundante sofre influências claras da espacialidade deste ser-no-espaço e ser-no-mundo, visto que Heidegger (2005) atribui espacialidade ao *Dasein* a partir da evidência e concepção do ‘ser-no-espaço’ em seu modo de Ser, estar e existir no mundo.

Portanto, tanto a espacialidade como a realização do *Dasein* são “[...] modos de ser de entes que vêm ao encontro dentro do mundo.” (HEIDEGGER, 2005, p.152). Essa dinâmica de encontros cria o convívio peculiar da coexistência de diferentes entes nesse mesmo mundo e a espacialidade inerente propicia a aproximação e com isso a partilha de vivências e experiências.

O mundo dos pescadores e marisqueiras artesanais da Resex tem nesse espaço e na sua espacialidade a constituição e a realização do *Dasein* de ser-no-mundo (**Figura 19**) “[...] o espaço está no mundo na medida em que o ser-no-mundo constitutivo do *Dasein* já descobriu sempre um espaço.” (HEIDEGGER, 2005, p.161). (*Grifo meu*).

O extrativista marinho imerso no mundo torna-se um ser-no-mundo e sua existência construída através da realização do *Dasein* o coloca em constante relação e interação com a natureza circundante (**Figura 19**). Nessa dinâmica um mundo e sentidos para o espaço vão sendo cotidianamente construídos. Dessa construção nascem e dependem as experiências cognitiva e existencial criadoras das geograficidades que os caracterizam e identificam.

Esse conjunto de fenômenos e processos inerentes à existência humana, quando assumem sentido e concretude na dimensão espacial da existência assumem também os significados do Ser dos entes que realizam seu *Dasein*. Deste modo, realiza também as intersubjetividades do mundo ali compartilhado. Por esse motivo, o sentido de Ser, imerso em seu mundo de significantes e significados, é essencial à compreensão de um sentido para o espaço.

A espacialidade só pode ser descoberta a partir do mundo e isso de tal maneira que o próprio espaço se mostra também um constitutivo do mundo, de acordo com a espacialidade essencial do *Dasein*, no que respeita à sua constituição fundamental de ser-no-mundo. (HEIDEGGER, 2005, p.163). (*Grifo meu*).

Figura 19: O espaço vivido no mundo do extrativista na captura do caranguejo.



Fonte: Mario A. Santos e João Gonçalves de Santana, 2015.

Para além da dicotomização do objetivo e subjetivo tem-se o esforço de entender, através da intersubjetividade, o que “[...] acontece no momento em que o corpo, como elemento móvel, coloca-se em contato com o exterior e localiza o outro, comunicando-se com outros homens e conhecendo outras situações.” (HOLZER, 1997, p.79). Trata-se das experiências cognitivas e existenciais do mundo vivido no cotidiano e de ações e práticas sociais e políticas. Reconhece-se, portanto, corroborando com Lowenthal (1982), que a geografia é composta por um conjunto de saberes explicados e traduzidos por meio da experiência cognitiva e existencial, da imaginação e da memória social presentes nos modos de existência e vivência humanas.

Na perspectiva fenomênica experiencial admite-se que o ser humano nutre-se ao mesmo tempo do plano do imaginário, da fantasia, do pensamento reflexivo e do raciocínio lógico e conceitual. Por isso na fenomenologia e na ciência da cognição tais fenômenos, constitutivos do humano, aparecem num *continuum* essencial ao entendimento da ontologia existencial se realizando no mundo vivido. Como nossa compreensão experiencial e cognitiva *de e no* mundo pode ser íntima e direta ou indireta e conceitual (TUAN, 2013), entende-se que a ação e a política constituem-se fenômenos reveladores de um sentido para o espaço e a espacialidade humana.

Optei em explorar-estudar elementos epistemológicos e autores que propiciem apresentar a geografia como uma ciência composta de um conjunto de saberes dialogando entre si e com o processo de ser-no-mundo. Isso justifica a relevância das noções de consciência (*conscience e consciousness*) e sensibilidade geográficas colocadas antes e a integração *de e entre* saberes nascidos por meio dessa mesma experiência e cumprindo um papel de demiurgo da dialogicidade enquanto princípio epistemológico.

Por isso os pensamentos de Dardel (2011) são aqui essenciais. Na sua proposição para explicar a construção da geografia como ciência, o autor não descarta os saberes que indicam uma consciência geográfica sobre o mundo e nossa posição nele antes da delimitação e reconhecimento da geografia científica. “O que temos em vista é a maneira como desperta uma consciência da realidade geográfica como conhecimento e sobre quais objetos ela se apoia.” (DARDEL, 2011, p.83).

Ao propor uma epistemologia da dialogicidade e estudar as diferentes linhas de pensamento filosófico e epistemológico que acompanham as ciências, observei na geografia a consciência e a sensibilidade geográficas como não sendo exclusivos do rigor científico. Quando Dardel (2011) expõe seu entendimento sobre a história dessa ciência, fica evidente a relevância dos saberes humanos construídos e compartilhados até o momento da sua institucionalização e legitimação. Nesse ponto, os saberes e a experiência da realidade espacial da vida cotidiana dos pescadores e das marisqueiras da Resex Marinha de Canavieiras dialogam com o pensamento geográfico, ao me fazer refletir sobre os sentidos para os fenômenos do espaço e da ação política desenvolvidos no cotidiano desse mundo vivido.

Essa realidade socialmente construída reflete para a geografia a sensibilidade e a consciência geográficas. Como há uma dimensão espacial na experiência vivida, há fenômenos, relações e processos com desdobramentos espaciais que fazem o pensar sobre o espaço, o lugar e o território se expressar em estudos sobre a condição humana de existência. Nesse caso, somados à compreensão fenomênica da ação, da política e dos saberes. Tudo isso é tão somente uma possibilidade de compreender e explicar fenômenos e processos do cotidiano humano, pois. “A vida cotidiana, o lugar do simples [...] é, simultaneamente, o lugar e o tempo em que o humano se realiza.” (DAMIANI, 2005, p.169).

Essa perspectiva abre outras possibilidades de compreensão da dimensão espacial da existência fundada nas relações e interações cognitivas e experienciais do ser-no-mundo. Ao fazê-lo, abre-se também a possibilidade para uma outra noção de política espacial centrada no *Dasein* e na existência desse ser-no-mundo e assim ter no sentido de Ser do agente-sujeito participante dessa política a sua essencialidade.

As transformações teóricas e epistemológicas permitem pensar sobre um sentido para o fenômeno do espaço a partir da espacialidade inerente à ação e à realização dos saberes e fazeres do cotidiano. Deste modo, admite-se que a consciência e a sensibilidade geográficas são reveladas por meio de ações e práticas sociais e políticas com dimensões e sentidos espaciais intrínsecas. Por isso proposições explicativas sobre a experiência vivida em sua dimensão espacial compõem saberes que povoam a mente e nutrem as ações humanas muito antes do surgimento, a rigor, das disciplinas científicas. Destaca-se, todavia, a relevância do pressuposto colocado no capítulo anterior. As criações humanas, sobretudo os saberes são produtos de relações e interações cognitivas com o mundo circundante e não algo possível apenas por meio do método científico

Nesse emaranhado de proposições explicativas sobre tal tema, a geografia se destaca por ter em sua concepção e surgimento o espaço como um ente que lhe constitui e que é, portanto, sua preocupação essencial e ontológica. Assim, a geografia se realiza através de proposições explicativas ligadas à dimensão espacial da coexistência humana inerente à realização do *Dasein* presente no ser-no-mundo.

A consciência e a sensibilidade geográficas só são possíveis a partir do entendimento da existência e realidade geográficas, do saber-se e sentir-se ligado à Terra (DARDEL, 2011). Essa ligação atribui ao espaço, ao lugar e ao território significados que são construídos nas e pelas geografiedades compartilhadas entre as pessoas na constituição de suas espacialidades. Há diferentes fenômenos que podem caracterizar a maneira pela qual construímos nossa íntima e profunda relação com a Terra.

A compreensão das geografiedades inicia-se, portanto, com a compreensão das relações e interações cognitivas e experienciais realizadas na espacialidade inerente à existência. Por isso Heidegger (2005) afirma que o próprio espaço se mostra também como fenômeno gerativo desse mundo. Logo, para as geografiedades tanto o domínio fenomênico da fisiologia, que caracteriza a adaptação de cada ente à existência mundana, como o domínio do comportamento, que para o ser humano encerra os diferentes domínios cognitivos experienciais, são essenciais à sua formação e seu sentido.

Entre pescadores e marisqueiras da Resex são as atividades extrativistas, repletas de sentidos e significados ao domínio humano da existência, que traduzem as geografiedades inerentes àquele espaço geográfico. É a apreensão do dinamismo do mundo vivido de Buttimer (1982) revelando uma vida vivida e sustentada pela afetividade que criamos para com o espaço de nossa coexistência e vivência cotidianas. “A realidade geográfica vem assim ressoar em nós.” (DARDEL, 2011, p.39) e a partir dela nascem nossas geografiedades.

Como apresentado na **Figura 20**, entre os pescadores e as marisqueiras da Resex essas geograficidades ganham cor, forma e sentido no interior das casas. Por exemplo nas cozinhas (**Figura 20 - A**) espaço onde as refeições, que dependem intimamente dos saberes extrativistas, são preparadas. No preparo do óleo de coco (**Figura 20 - B**). Essas geograficidades são sobretudo comportamento: na partilha da refeição (**Figura 20 - C**), após uma reunião de intercâmbio com pescadores e marisqueiras de outra região da Bahia, e na partilha da gestão simbolizada pela sede de uma associação de pescadores (**Figura 20 - D**).

Figura 20: Momentos e relações presentes no mundo vivido dos pescadores e das marisqueiras da Resex.



Fonte: João Gonçalves de Santana (A e C), Elialda Avelino (D) e Mario A. Santos (B), 2015.

Quando a geografia se desprende das limitações impostas pelas descrições fisionômicas das paisagens e se lança a entender a coexistência humana com o mundo, ela também se permite entender a consciência e a sensibilidade geográficas como elementos que, a partir das intencionalidades, identificam os significantes e criam assim, os significados. Sempre ligado à dimensão espacial da existência e seu sentido para a vida humana, para a geografia humanista-fenomenológica e para a ciência da cognição a percepção do mundo cognoscível nunca é algo dado e concluído.

[...] a Geografia observa e analisa aspectos do meio ambiente na escala e nas categorias em que comumente são apreendidas na vida diária. Por mais que os metodologistas pensem em como a Geografia deve ser, o temperamento de seus praticantes a faz universal e multifacetada. Em sua amplitude de interesses e capacidades – concreta e abstrata, acadêmica e prática, analítica e sintética, interna e externa, histórica e contemporânea, física e social -, os geógrafos geralmente refletem o homem. (LOWENTHAL, 1982, p.104).

Deste modo, a dimensão espacial da existência humana nunca se apresentou simples e, nesse sentido, a geografia lhe empresta tal característica. “[...] os temas de interesse da Geografia, ameaçando ultrapassar as fronteiras da disciplina, parecem solicitar um intercâmbio de vários campos do saber.” (HISSA, 2002, p.271). Ao aceitar em seu bojo teórico-epistemológico e metodológico essa troca entre diferentes ciências e saberes, aceita-se tal aspecto como necessidade para o entendimento e explicações sobre fenômenos e processos presentes na espacialidade da vida social e política.

Observa-se que há transformações em curso com o intuito de aproximar as ciências da vida cotidiana influenciando também a geografia. Nesse sentido, movimentos e movimentações mundiais atribuem às ciências possibilidades de interpretação do mundo e de seus fenômenos, processos e objetos a partir de pressupostos diversos. Ao admitir que a realidade não é independente do observador e que nada é externo ao que nos ocorre (MATURANA, 2001), a observação científica e suas proposições explicativas assumem outro *status*. O acesso privilegiado à realidade perde o sentido e acessar a realidade passa a ser uma possibilidade cognitiva e existencial humana; um fenômeno possível por meio da experiência e dos sentidos humanos. Deste modo, as ciências não são o único meio de atingir explicações coerentes, aceitáveis e confiáveis desse acesso à realidade.

Para a geografia, essa aproximação com o cotidiano da existência humana enriquece seu corpo teórico-epistemológico e metodológico. Ao propor o diálogo com distintos domínios cognitivos experienciais, contribui para uma potencial ampliação do entendimento sobre análises e reflexões a respeito da existência humana e sua espacialidade intrínseca se realizando no cotidiano, bem como dos fenômenos, processos e relações que a compõem. Nesse universo a intencionalidade é fundamental, pois as experiências vividas a tem como fenômeno constitutivo da identificação de significantes e da atribuição de significados. A intencionalidade é elemento essencial também à construção de saberes e fazeres inerentes à coexistência humana.

Mas a intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como o resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e seu entorno. (SANTOS, 2008, p.90).

Nessa correlação entre Ser e mundo circundante, o espaço é explicado a partir de diversas perspectivas e teorias, com diferentes variáveis para caracterizar e evidenciar seu dinamismo, natureza e ontologia. Seus diversos significados possíveis podem ser explicados a partir de meras descrições e caracterizações dos elementos que o compõem ou por análises simplórias de causa-efeito. É possível também uma compreensão fenomênica, ao considerar e analisar a inter-relações dos fenômenos, processos e relações existentes entre a espacialidade presente na existência, a realização do *Dasein* e, no caso dos pescadores e das marisqueiras da Resex, suas relações e interações com a natureza circundante.

Essas diferentes trajetórias referem-se à constituição dos diferentes domínios cognitivos experienciais; fala-se sobre o cotidiano da vida social e política percebida em sua dimensão espacial da existência e nas relações e interações que as caracteriza e lhe atribui algum sentido. “Mais que em qualquer outra disciplina, entretanto, a matéria objeto da Geografia aproxima o mundo do discurso geral; o presente tangível, a vida do dia-a-dia do homem na terra raras vezes estão distantes do nosso interesse.” (LOWENTHAL, 1982, p.104).

A preocupação em aproximar a geografia de uma epistemologia que se nutre do cotidiano de ações e experiências vem da intencionalidade de criar aqui um diálogo com os saberes de pescadores e marisqueiras artesanais. Esse diálogo visa a compreensão da ação política comunitária na gestão da Resex realizada pelos próprios beneficiários²⁴ da unidade. Assim, entende-se essencial compreender a organização do tecido social e do corpo político presentes na Resex, além do universo de significantes e significados influentes na maneira como a gestão é realizada.

Nesse sentido, são providenciais as argumentações de Massey (2013, p.29) sobre três proposições para pensar sobre o espaço, a saber:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. [...] *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera que distintas trajetórias coexistem; [...] multiplicidade e espaço são co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão,

24 Beneficiários são todos os moradores extrativistas ou não que cumprem o perfil estabelecido em plenária do Conselho Deliberativo para definir que são os moradores que diretamente se beneficiarão da existência da unidade. Segundo o ICMBio a definição do perfil de beneficiários é uma etapa importante do cadastramento de famílias em UC, pois facilita o reconhecimento e a aprovação da relação de famílias beneficiárias de cada unidade. O reconhecimento das famílias beneficiárias ocorre juntamente com o diagnóstico social e produtivo em UC, que propiciará a sistematização e a análise da realidade produtiva e de acesso a serviços e políticas públicas das comunidades tradicionais.

necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se.

A partir do entendimento da autora de considerar as inter-relações e interações ocorridas inevitavelmente entre os agentes-sujeitos e os elementos *do* e *no* espaço colocando-os numa perspectiva relacional, a dialogicidade apresenta-se substancial à essa trama social e política cotidiana. Por isso a relevância em considerar o espaço um fenômeno que propicia a materialização da existência da multiplicidade e da coexistência múltipla de diferentes: algo intrínseco ao próprio entendimento e sentido de espaço, ação e mundo vivido.

Tais características emprestadas ao fenômeno do espaço o colocam num perene estado de construções possíveis. Quando Hanna Arendt (2014) sugere a ação como a constante possibilidade do novo, tal condição humana de existência adquire *status* imprescindível à compreensão do espaço como fenômeno oriundo da coexistência humana com o mundo, dimensão na qual o Ser aparece e está. De fato, Arendt (2014) considera a ação como um fenômeno que emana no espaço da aparência e tem, portanto, aí seu fundamento. É o espaço da revelação do Ser do agente-sujeito quando na modalidade do agir político em concerto.

Aqui, então, o espaço é, sem dúvida, um produto de relações (primeira proposição), e para que assim o seja tem de haver multiplicidade (segunda proposição). No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo. O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo. (MASSEY, 2013, p.32).

Essa compreensão nascida no esforço de pensar sobre o espaço, é também fruto da experiência de tratá-lo não como um dado bruto e acabado, mas como algo podendo ser e sendo influenciado pelas experiências vividas e pela coexistência cotidiana: “[...] o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído.” (MASSEY, 2013, p.35) e, portanto, o político também. Trata-se do reconhecimento da relevância da ação política para a compreensão de um sentido fenomênico para o espaço. Assim, as análises e reflexões de Doreen Massey (2013) e Pierre Furter (1992) contribuem para essa empreitada. As atividades humanas ligadas à sua condição de existência têm na ação um fenômeno que traduz o nosso comportamento diante do outro. A ação “[...] corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.” (ARENDT, 2014, p.8).

Nas experiências e itinerários cotidianos, produzimos conceituações implícitas de espaço que nos colocam em relação ao mundo e aos seus entes. Tais conceituações refletem o âmago de nossas percepções de espaço. “Elas são um elemento crucial em nossa ordenação do mundo, posicionando-nos e a outros humanos e não-humanos em relação a nós mesmos.” (MASSEY, 2013, p.157). No espaço, nossa condição de ser social e político dispõe da heterogeneidade simultânea e também da eterna possibilidade do novo, da surpresa. Nesse sentido, o pensamento de Arendt (2014) corrobora com o destaque atribuído à ação na geografia e sua aventura de entender e explicar o fenômeno do espaço diretamente relacionado às condições humanas de experiência cognitiva e existencial (HEIDEGGER, 2005; BACHELARD, 1989 e DARDEL, 2011).

Toda a construção teórica e filosófica de Hannah Arendt (1993; 2000a; 2000b; 2014) sobre as relações do espírito humano, a partir de uma concepção fenomênica do mundo, com a ação e seus desdobramentos sobre a condição humana de existência, empresta-nos proposições explicativas para o entendimento dos sentidos e do fundamento geográfico da ação, nesse caso em especial, ligando também aos sentidos atribuídos ao trabalho, a obra e a política. É exatamente nesse ponto que se torna mais emblemático e essencial ainda essa aproximação da geografia com os fenômenos da ação política e da experiência cognitiva e existencial: o ocorrido a partir das relações, interações e coexistências resultados e resultantes da realização do *Dasein* do ser-no-mundo.

Quando Arendt (2014) propõe a relação entre a ação e o espaço da aparência, que é o espaço onde essa ação se realiza e no qual a ontologia do Ser do agente-sujeito se revela, ela cria a possibilidade da compreensão de um fundamento geográfico à própria ação. Trata-se de um fenômeno da condição humana de existência. Ao evidenciar sua manifestação e dimensão espaciais, a perspectiva geográfica passa a compor a compreensão de tal fenômeno. Deste modo, atribui-se outro *status* à ação nos estudos geográficos, no entanto não se elimina a essencialidade do espaço, pois a ação e seus desdobramentos materiais e imateriais têm no espaço o seu fundamento e nas geograficidades seus sentidos.

O espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal do domínio público e as várias formas de governo [...] Onde quer que as pessoas se reúnam, esse espaço existe potencialmente, mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre. (ARENDT, 2014, p.249).

Aqui trata-se de um mundo feito por meio de relações e interações múltiplas no cotidiano onde o social e o político são construídos. Apreender sobre o cotidiano das

experiências vividas é apreender sobre o dinamismo do mundo vivido e suas manifestações e desdobramentos espaciais; é o contexto dentro do qual a consciência é revelada e se manifesta material e imaterialmente. “Similarmente, se se separa pessoa e mundo, a integridade da experiência escapa. A pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e mundo estão engajados nos processos e padrões observáveis no comportamento evidente.” (BUTTIIMER, 1982, p.176).

O que se busca, ao eleger a ação e a experiência cognitiva e existencial como fenômenos constitutivos de um sentido para o espaço, é justamente a aproximação, por meio de uma inevitável reciprocidade entre o sentido de Ser e a espacialidade do seu *Dasein*, com o ser-no-mundo e ser-no-espaço. Isso justifica para o próximo subcapítulo a necessidade de estudar as geograficidades, traduzindo os sentidos geográficos da ação e manifestando-se no espaço, fundamento dessa mesma ação.

2.2 Os sentidos e o fundamento geográficos da ação política e o viver social

Para a continuidade e aprofundamento no debate sobre a interface entre a dimensão espacial da existência e a ação política, retoma-se as reflexões iniciais sobre as condições humanas de *ser-e-estar-no-e-com-o-mundo*. No primeiro capítulo a atenção para a questão do Ser centrou-se na análise sobre os processos constituintes dos saberes humanos, das relações e interações cognitivas com o mundo circundante e sobre a existência de diferentes critérios de investigação e aceitabilidade para a construção desses saberes. Todavia, tem-se agora a inclusão nas reflexões sobre um sentido para o Ser, a análise de fenômenos intrínsecos às atividades do espírito – pensar (cognitivo), querer (a vontade) e julgar (liberdade política) e seus desdobramentos para a ação.

Os saberes, ao propiciar a ação, a intervenção e a transformação, têm como precedentes o pensar cognitivo, constituído na atividade do conversar comigo mesmo numa perspectiva reflexiva, para num segundo momento esse pensar transformar-se em diálogo com o outro. O querer, ligado ao fenômeno da vontade e nascido da atividade do pensar, nos colocando a agir, e por último o julgar (no qual reside a escolha de como agir), que nos permite a prática da liberdade política para propiciar o surgimento do até então inexistente (ARENDT, 1993; 2000a; 2000b).

Antes de aprofundar sobre as relações entre as atividades do espírito e a ação, com seus desdobramentos para o pensar sobre o espaço e suas geograficidades, entende-se necessário refletir mais sobre o Ser e a aparência, a partir da concepção fenomênica do mundo. O processo de aparecer e Ser, que implica em estar, cujo a fenomenologia considera nossa

tomada de consciência (*conscience e consciousness*) para uma realidade intersubjetiva traduzida nas e pelas intencionalidades (HEIDEGGER, 2005), traz consigo os fenômenos constitutivos do humano; “[...] as nossas condições para a experiência e para o conhecimento[...]” (ARENDT, 2000a, p.83).

Ao afirmar que na constituição do mundo, Ser e aparência coincidem, Arendt (2000a) e Heidegger (2005) evidenciam os fenômenos que propiciam ao ser humano desenvolver suas geograficidades, visto que seu desenvolvimento é possível a partir dessa ligação recíproca entre ente, Ser, natureza e mundo circundante. Assim, as geograficidades nos indicam que não somente estamos *no* mundo, mas somos *do* mundo. Esse pertencimento revela a sintonia entre a maneira como aparecemos e somos e a maneira como o mundo nos aparece e é.

Como esse aparecer é um parece-me, todo o Ser, ao aparecer, aparece a outro Ser que é também um parece-me (ARENDT, 2000a). Ao mesmo tempo atribui-se sentido e tem um sentido atribuído. Observar o Ser alheio implica em também ser observado por esse mesmo Ser. Essa troca cotidiana, fundada nos encontros e nos diálogos, cria as relações e interações da partilha de experiências cognitivas e existenciais do ser-no-mundo: todo ente humano constitui-se um ser-no-mundo na realização cotidiana da espacialidade do seu *Dasein*.

Esse Ser, como dito em Maturana (2001; 1997) e Arendt (2000a), está ligado a um corpo que o limita. Entretanto, as atividades do espírito, a consciência delas e seu posterior desenvolvimento compõem um universo e ocupam um espaço no qual a liberdade, a possibilidade do novo e o diálogo *de* e *entre* saberes são processos e possibilidades intrínsecas. Não se trata de um determinismo fisiológico imposto ao nosso potencial cognitivo; são apenas características da espécie. As limitações fisiológicas não se aplicam às possibilidades das atividades do espírito, das experiências e dos saberes. Um exemplo utilizado pelo próprio Maturana (2001) é o fato de biologicamente sermos impedidos de voar e ao mesmo tempo termos inventado o avião, ao contrário de uma capivara, por exemplo, que jamais será vista sobrevoando as montanhas do Himalaia. Portanto, o Ser se manifesta e se revela nesses dois momentos: nas atividades do espírito e na ação, a partir da pluralidade humana intrínseca aos viveres sociais e seus saberes e fazeres inerentes.

Ao considerar que a ação e a experiência cognitiva e existencial são fenômenos essenciais à atribuição de sentido e fundamento ao nosso universo de significantes e significados, torna-se essencial refletir sobre a perspectiva espacial intrínseca à realidade intersubjetiva. Esse ponto cria também uma inter-relação com as reflexões anteriores sobre os processos de relações e interações cognitivas com o mundo, visto que tais fenômenos – ação e

experiência - possuem íntima relação com a aparência e o Ser, e consequentemente com o pensar sobre o espaço.

Para Maturana e Varela (2001) e Maturana (2001) o ser humano sempre estabelece relações e interações cognitivas com o mundo. Ao estabelecê-las, são criadas as possibilidades para a existência do mundo dos artifícios e das obras humanas.

[...] esse ambiente, o mundo no qual nascemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu por meio da organização, como no caso do corpo político. (ARENDT, 2014, p.26).

A partir dessa trama de relações e interações entre os seres humanos e entre os seres humanos e o mundo são criadas as condições *sine qua non* para os saberes e os fazeres. É no cotidiano que nos caracterizamos diante do mundo vivido. Nessa ótica, as geograficidades caracterizam os domínios cognitivos experienciais. Admite-se a realização do humano, dependente e através de uma interioridade, mas sobretudo numa dinâmica relacional (MATURANA, 1997) com o mundo, com os outros seres vivos e com outros seres humanos.

A dinâmica biológica do ser vivo – que também chamo sua fisiologia -, na medida em que realiza o ser vivo, resulta na constituição desse como totalidade, que tem um domínio de relação que um observador vê como seu domínio de conduta ou modo de vida. [...] A fisiologia dá origem, faz possível e limita a vida de relação de um ser vivo, mas não a determina, causa ou contém. (MATURANA, 1997, p.109).

Essa ressalva colocada por Maturana (1997) em relação à fisiologia é importante, pois como há reflexões a respeito das atividades do espírito que precedem a ação, seria contraditório falar em ação e liberdade políticas (ARENDT, 1993; 2000b; 2014) e ao mesmo falar em determinismo fisiológico para as atividades da condição humana e da vida do espírito. Outro ponto relevante é a frequente confusão entre o entendimento das condições fisiológicas que constituem o ser humano enquanto sistema vivo e as condições de desenvolvimento do Ser ontológico existencial por meio das experiências e vivências cotidianas.

Enquanto sistemas vivos, existimos em dois domínios fenomênicos que não se intersectam: o domínio de nossa realização em nossa corporalidade (*o domínio da fisiologia*), e o domínio de nossas interações como totalidades (*o domínio do comportamento*). Apesar desses dois domínios não se intersectarem, eles são acoplados em sua realização através do modo de operação do sistema vivo enquanto uma entidade determinada estruturalmente. (MATURANA, 1997, p.299).

O interesse aqui é pelos estudos do Ser e da aparência na realização do seu *Dasein* no mundo: o *domínio do comportamento*. Por isso o espaço relacional faz-se essencial nessa

reflexão. A ação política²⁵ e as geograficidades, ao darem sentido para a realidade espacial, ocorrem na e pela pluralidade intrínseca à coexistência humana. Portanto, a fisiologia da espécie não é vista aqui enquanto fator determinante, mas simplesmente como a reunião de características que exprimem conjuntos de possibilidades ilimitadas para a experiência ontológica existencial do agir político e da construção de saberes e fazeres.

O destaque atribuído às atividades do espírito faz-se necessário, pois o fenômeno da ação é precedido por fenômenos internos ao ser humano e são essenciais à maneira como pensa-se e realiza-se essa ação. Assim, é imprescindível falar sobre o pensar, o querer e o julgar para compreender o fenômeno da ação a partir da perspectiva política do agir em concerto.

Ao compreender que as ações políticas somente são possíveis no convívio coletivo, é necessário estabelecer estratégias para fazer desse convívio coletivo condição essencial para o viver social ali instituído. Nesse contexto, todos os viveres sociais instituídos ao possuírem sua própria dinâmica de relações e interatividades entre os agentes-sujeitos que os compõem precisam, para manter o sentido de sistema social, da cumplicidade espontânea com dupla funcionalidade: gerativa e conservadora de relações, interações e significados que dão sentidos à vida social.

Como a intenção não é expor todas as teorias sociais existentes, mas trazer reflexões que corroboram com as considerações sobre a realização da ação política e seus desdobramentos no viver social, é essencial um modo de pensar a vida social a partir da interação com a ação política. A compreensão sobre tais temas permite afirmar que os seres humanos, tanto no agir político como no viver social, apresentam elementos do Ser e da aparência possíveis somente na e a partir da pluralidade humana nessa coexistência cotidiana (linguagem, saberes, fazeres, sentires, significados, significantes). Justifica-se, assim, estudar essas duas dimensões da existência humana (ação política e viver social) como *continuum* experienciais fundamentais para o entendimento da cumplicidade intrínseca entre ambas. “[...] um ser humano não é um indivíduo senão no contexto de sistemas sociais onde ele se integra, e sem seres humanos individuais não haveria fenômenos sociais humanos.” (MATURANA, 1997, p.193).

Os sistemas sociais e suas ações políticas possíveis compõem uma parte do universo humano da existência, que nos ligam profundamente à ontologia e as experiências cognitivas e existenciais cotidianas. Contudo,

25 A noção de política aqui considerada será aprofundada mais adiante nesse capítulo. No entanto, ressalta-se que, ao utilizar esse predicado aliado ao fenômeno da ação, indica-se como caráter intrínseco a sua manifestação a pluralidade humana e como princípios que determinam meios e fins, a autonomia, o diálogo e a partilha.

[...] um sistema vivo enquanto entidade autônoma é uma rede descontínua de processos circulares de produções moleculares na qual as moléculas produzidas constituem através de suas interações as redes que as produzem determinando seu crescimento, existindo apenas enquanto permanecerem assim. (MATURANA, 1997, p.187-188).

Embora nessa passagem Maturana (1997) refira-se ao indivíduo como sistema vivo, o autor transfere tal compreensão para o funcionamento e dinâmica dos sistemas sociais também. No entanto, insiste-se em ressaltar essa distinção entre a fisiologia da espécie e a ontologia existencial do Ser e de sua aparência, pois

[...] permite não somente ao observador caracterizar a organização de um sistema nos termos de sua constituição, mas permite-lhe ainda compreender que um sistema não muda se não mudam as propriedades de seus componentes. (MATURANA, 1997, p.188).

Assim, os sistemas sociais instituídos, denominados aqui de vida social ou viver social, se realizam por meio da recursividade do viver e das interações recorrentes ao formar uma rede de ações coordenadas (MATURANA, 1997). Essa rede é produto e ao mesmo tempo produtora dessa organização que pode ser identificada e caracterizada como sendo um sistema social. Qualquer mudança no viver social somente é possível quando essa rede de ações coordenadas, por meio dos agentes-sujeitos que a compõem, também sofre alguma transformação. Isso pode ser motivado, por exemplo, por uma ação política ao incluir novos comportamentos e novos significados a essas interações recorrentes e relacionais do cotidiano.

A mudança social é uma mudança na configuração de ações coordenadas que define a identidade particular de um sistema social particular. E isso porque a mudança social só acontece quando o comportamento dos sistemas vivos individuais que compõem o sistema social se transformam de maneira a dar origem a uma nova configuração de ações coordenadas que define uma nova identidade para o sistema social. (MATURANA, 1997, p.190).

Por isso a linguagem é essencial, pois ela é o elemento fundamental que tornou possível o viver social (MATURANA, 1997), assim como a ação tornou possível o exercício político do agir em concerto (ARENDT, 2014). Sem o surgimento da linguagem e a compreensão da existência das atividades do espírito, que trouxe à consciência (*conscience e consciousness*) humana a compreensão de fenômenos internos e gerativos dessas atividades, as quais precedem a ação, nós não nos realizaríamos enquanto ser social e, portanto, político.

Dentre as atividades do espírito identificadas para Arendt (2000a) e Maturana e Varela (2001), o pensar cognitivo representa o início de tudo – *conditio sine qua non*²⁶ - que envolve

26 Expressão em latim que indica uma ação cuja condição ou ingrediente é indispensável e essencial. Fonte: www.jusbrasil.com.br – 21/092016.

a constituição das proposições explicativas, dos saberes e da ação. Os seres humanos sempre foram seres pensantes e essa inclinação reflete também nossa necessidade “[...] de pensar para além das limitações do conhecimento, para fazer mais com esta capacidade do que usá-la como um instrumento para conhecer e fazer.” (ARENDT, 2000a, p.21). O pensar tornou-se essencial para a ação política comunitária. Ir além das limitações do conhecimento é colocar o pensar cognitivo a serviço das ações humanas, sobretudo as políticas por promoverem a constituição do espaço da aparência e colocar em convívio a pluralidade humana.

Esse pensar - que busca ser aqui cognitivo, pois é intencional – precisa sair da dimensão do *conversar comigo mesmo*. Como o foco é a ação e, portanto, a admissão da pluralidade humana, a atividade do pensar demanda sair do eu pensante e alcançar o eu dialógico.

O pensamento sem a fala é inconcebível. [...] O pensamento com a linguagem conceptual que o acompanha, dado que ocorre em e é falado por um ser que se sente em casa num mundo de aparências, tem necessidade de metáforas para lançar uma ponte sobre o espaço entre um mundo dado à experiência sensível e um reino onde essa apreensão imediata da evidência nunca pode existir. (ARENDT, 2000a, p.42).

Por isso a linguagem e a dialogicidade são substanciais; é impossível para o eu pensante alcançar o pensamento alheio sem a linguagem e o diálogo. Ao entender o diálogo como um ato de criação coletiva (FREIRE, 2005), este faz-se essencial ao pensar cognitivo com vistas à ação. Nessa coexistência cotidiana com o outro, a exposição do pensar e do Ser por meio da linguagem revela sua intersubjetividade compartilhada e construída *pelas* e *nas* experiências cognitivas e existenciais. Ao mesmo tempo em que adquire consciência a partir das atividades do espírito e justifica a relevância essencial dessas experiências para o viver social.

Ao questionar o que nos faz pensar, Arendt (2000a) diz ser uma necessidade coeva à existência humana na Terra e “[...] não inquire de causas nem de finalidades.” (ARENDT, 2000a, p.147). Contudo, o cotidiano criou inúmeras finalidades ao pensar, sobretudo ao pensar cognitivo que conduz as atividades do espírito e permite identificar, a partir de um querer e fundamentado na liberdade do julgar, caminhos para construir diferentes domínios cognitivos experienciais e contextos de organização do tecido social e do corpo político.

O pensar é, portanto, cognitivo, pois há uma intencionalidade nele: a ação política. Para tanto, tem-se que transcender o pensar e nesse ponto o querer (a vontade) e o julgar (liberdade política) cumprem funções essenciais ao complementar as atividades do espírito necessárias às ações políticas com vistas às transformações sociais.

O ponto que interessa aqui é que sempre que transcendo os limites da minha própria duração de vida e começo a refletir sobre esse passado, julgando-o, e sobre esse futuro, construindo projetos da vontade, o pensar deixa de ser uma atividade politicamente marginal. E essas reflexões surgirão inevitavelmente em emergências políticas. [...] Em tais emergências, revela-se que a componente purificadora do pensar é política por implicação. (ARENDT, 2000a, p.211).

Por isso a importância de correlacionar as atividades do espírito que precedem e influenciam à ação, com as possibilidades de desdobramentos e transformações para o viver social já instituído. Nos estudos de Arendt (2000a; 2000b) a atividade mental de julgar aparece por excelência como a mais política delas, pois considera-se o julgar “[...] o produto derivado do efeito libertador do pensar, realiza o pensar, torna-o manifesto no mundo das aparências [...]” (ARENDT, 2000a, p.212). Contudo, o exercício do julgar é sempre alimentado pelas outras atividades do espírito, pensar e querer, e ao mesmo tempo influenciado pelo íntimo e profundo evidenciados nas geograficidades construídas no cotidiano do Ser.

O fenômeno da ação é uma atividade intrínseca à condição humana e as atividades do espírito intrínsecas à ação. Logo, destaca-se que a atividade do pensar demanda ser direcionada e motivada para caminhos que conduzam o querer e o julgar para um viver social e político sadios. Como foi colocado antes sobre os sistemas sociais, é perfeitamente possível o estabelecimento de princípios e elementos que propiciem a identificação de um sistema social sadio. Para os extrativistas marinhos da Resex questões de saúde pública, direitos sociais e políticos, a autonomia na gestão do território e a autonomia econômica das comunidades são elementos facilmente identificáveis e mensuráveis para o reconhecimento das virtudes e fraquezas de um sistema social instituído.

Isso atribui à ação política uma responsabilidade significativa para os desdobramentos no cotidiano das pessoas. “[...] os princípios segundo os quais agimos e os critérios segundo os quais ajuizamos e conduzimos as nossas vidas dependem em última instância da vida do espírito.” (ARENDT, 2000a, p.83). Assim sendo, na vida do espírito (e suas atividades inerentes), o pensar não pode ser alimentado para um querer que não julga, mas subjuga as pessoas e seus viveres e sentires sociais. A liberdade política requerida pela ação precisa manifestar-se nas relações e interações cotidianas ocorridas na dimensão espacial da existência e que compõem e dão sentido ao cotidiano social.

[...] só o agir e o falar precisam de um espaço de aparecimento – tal como as pessoas que veem e ouvem – para que se possam de todo atualizar. [...] A vida do espírito na qual faço companhia a mim mesmo pode ser silenciosa; nunca é muda e nunca pode estar completamente esquecida de si mesma, por causa

da natureza reflexiva de todas as suas atividades. (ARENDT, 2000a, p.84 e 87).

É dessa reflexividade que o pensar cognitivo deve-se alimentar. Somente por meio desse fenômeno da coexistência humana – o diálogo - é possível a partilha de pensamentos. Como a ação nutre-se da pluralidade humana, o diálogo mais uma vez apresenta-se como um elemento essencial a esse processo, pois possui a mesma fonte de nutrição.

Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente *a* condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam*²⁷ – de toda a vida política. (ARENDT, 2014, p.8-9).

Na segunda obra sobre a Vida do Espírito (vol.II - querer), Hannah Arendt (2000b) reflete sobre a consciência (*consciousness*) da liberdade política adquirida pelas atividades do espírito. Faz uma ressalva quanto a “[...] um defeito inevitável em todos os exames críticos da faculdade da vontade.” (ARENDT, 2000b, p.211). As proposições filosóficas sobre tal tema são apresentadas muito mais na perspectiva interpretativa do mundo e menos com o propósito de transformá-lo. É no pensar cognitivo, no querer e no julgar que “[...] o dom do espírito que possuímos para iniciar algo novo [...]” (ARENDT, 2000b, p.211) põe em questão a aquiescência do Ser e da aparência com o agir.

A liberdade política do querer e do julgar, junto às suas aplicações na ação, evidencia a eterna possibilidade do novo, inerente ao fenômeno da ação e, portanto, estabelece para a vida social a perene possibilidade de ser diferente do que é. “[...] a ação política, como toda ação, é sempre essencialmente o começo de algo novo; como tal, ela é, em termos de ciência política, a própria essência da liberdade humana.” (ARENDT, 1993, p.51).

A busca pela aquiescência na ação política passa inevitavelmente pelo diálogo entre os agentes-sujeitos participantes do processo de agir. Como na ação o agente-sujeito se revela ao agir, essa revelação é apresentada por meio da aparência, ao revelar seu Ser. A aparência sempre será um parece-me e o Ser sempre é ao mesmo tempo aparência para o outro Ser que também me é um parece-me.

Estar vivo significa estar possuído de um impulso de automostração que responde ao fato da nossa dimensão de aparência. [...] Aparecer significa sempre parecer a outros, e este parecer varia de acordo com o ponto de observação e a perspectiva dos espetadores. [...] Parecer corresponde ao facto que todas as aparências, a despeito da sua identidade, são percebidas por uma pluralidade de espetadores. (ARENDT, 2000a, p.31-32).

²⁷ Expressão em latim para Condição pela qual. Fonte: www.jusbrasil.com.br – 21/09/2016.

Por isso o sentido de Ser compreendido em sua ontologia existencial é substancial, pois propicia ao agente-sujeito assumir e evidenciar seu Ser na ação. Nesse caso somente o diálogo poderia dar abrigo a essa pluralidade sem a tentativa de negá-la. A dialogicidade²⁸ possui duas dimensões solidárias, a saber: a ação e a reflexão (FREIRE, 2005). Esses fenômenos devem compor o antes e o durante da ação política.

Para Paulo Freire (2005) o diálogo é ele mesmo a palavra; decorre-se que não é no silêncio que o humano se realiza. “Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*.” (FREIRE, 2005, p.90). Aqui há a necessidade filosófica e conceitual de admitir os agentes-sujeitos como ao mesmo tempo “homens”²⁹ de pensamento e “homens” de ação. Ação sem reflexão pode se transformar num fazer não reflexivo e que, portanto, ignora as atividades do espírito sob o risco de reduzir a ação a um simples fazer técnico.

É nesse ponto que a ação não pode ser substituída pela fabricação e colocada numa perspectiva utilitarista. Sua demanda vem da vida política e da condição humana de coexistência. Por sua vez, a demanda da fabricação vem da utilidade atribuída aos objetos fabricados por meio de um fazer puramente técnico e que não exige do fabricante a ação como precedente da sua realização. “Na verdade, passa a ser apenas um meio de atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto.” (ARENDT, 2014, p.225). Não há tampouco, no ato de fabricação, a revelação do agente-sujeito, próprio da ação.

Em tais situações, a ação perde a qualidade por meio da qual transcende a mera atividade produtiva, que, desde a modesta fabricação de objetos de uso até a inspirada criação de obras de arte, é desprovida de outro significado além do que é revelado no produto acabado, e nada pretende mostrar além do que é claramente visível ao fim do processo de produção. (ARENDT, 2014, p.226).

Há características inerentes ao fenômeno da ação que estão intimamente ligadas à condição humana de Ser e aparecer no mundo, ou seja, sua origem não é motivada pela utilidade, mas pela coexistência na pluralidade humana: ela é cotidiana. Durante o longo processo de desenvolvimento humano nos períodos pré-filosóficos e filosóficos e o perene aprofundamento da compreensão sobre a vida humana, as explicações sobre as atividades do

28 É importante fazer uma ressalva quanto ao fenômeno do *diálogo* e sua aparição aqui nesse subcapítulo, pois no subcapítulo 2.3 tratar-se-á desse fenômeno com maior profundidade. Contudo, entende-se ser essencial citá-lo já nesse momento da tese devido a sua relevância para compreender as relações e interatividades possíveis entre ação política e viver social.

29 A tradução do livro de Hannah Arendt utiliza a palavra *homem* ao se referir ao ser humano, isso justifica a colocação entre aspas, pois o uso da palavra *homem* pode, nos tempos atuais, sugerir um conflito de gênero, o que não é o caso.

espírito e seus desdobramentos às atividades básicas da chamada *vita activa* – trabalho, obra e ação (ARENDT, 2014) – têm provocado transformações nos significados atribuídos, tanto às atividades do espírito - questionando inclusive sua existência e relevância ao ser - como também as atividades humanas fundamentais da *vita activa*, reduzindo-as ao utilitarismo.

Esses argumentos respingam em diferentes teorias sobre ação e política e influenciam na criação de obstáculos para a compreensão dos dois fenômenos. Isso impede também a compreensão dos desdobramentos positivos que a pluralidade humana e sua coexistência cotidiana implicam para o viver social e político. De fato, a interatividade e o diálogo inerentes à ação não acontecem com a fabricação. Além disso, as atividades do espírito, sobretudo o pensar cognitivo, muitas vezes não são alimentadas e usufruídas no ato de fabricar, o que pode enfraquecer a coesão necessária à organização do tecido social e do corpo político, ao fazer delas – atividades do espírito - fenômenos sem sentido.

Segundo Arendt (2014), há pensamentos presentes na Idade Moderna que carregam uma leitura sobre a ação e a política acusando-as de inutilidade, de imprevisibilidade, irreversibilidade dos resultados e, sobretudo do anonimato dos agentes-sujeitos. Ora, como a ação política é algo essencialmente realizado na pluralidade humana, seus feitos não possuem um “herói” considerado o autor do sucesso. Essa coletividade, caracterizada por Arendt (2014, p.231) como humanidade, “[...] é uma abstração que jamais pode tornar-se um agente ativo.”. A suposta inutilidade atribuída à política e à ação permitiu a ascensão de interpretações a partir da criação de discursos falaciosos para defender uma também falaciosa política (ou jeito de fazer política). A condição humana da pluralidade, comum à ação política e geradora do domínio do público, é substituída por uma aparente homogeneidade forjada no cotidiano do viver social.

Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária. (ARENDT, 2014, p.49).

Desde a Antiguidade grega havia separações bastante claras sobre a compreensão da vida privada e da vida pública. Não obstante, a vida privada se resumia ao lar; as relações internas a esse lar eram totalmente contrárias ao um viver no domínio público. A possibilidade da ação política na vida privada - alheio ao espaço da aparência - era inconcebível.

Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas é diferente dessa associação natural cujo centro é o lar (*oikia*) e a família, mas encontra-se em oposição direta a ela. (ARENDT, 2014, p.28).

Nos tempos atuais, esse entendimento sobre vida social e política, separando-as conceitualmente e no cotidiano das pessoas, não faz mais sentido e há claras evidências da influência da política no viver social. Na Resex em Canavieiras, por exemplo, o fato da prefeitura não oferecer todos os serviços de saneamento básico para todo o município, impõem aos moradores os problemas gerados pela ausência ou ineficácia no tratamento dos efluentes domésticos.

Desta maneira, essa mistura essencial e sobretudo cotidiana, não permite mais o alheamento de um perante o outro, muito embora alguns discursos atuais sugere que os cidadãos se preocupem com os assuntos privados, pois a vida pública e sua governança seriam de inteira responsabilidade do seu representante eleito “democraticamente”. Segundo Arendt (2014) todos os argumentos contra a “democracia”³⁰ carregam consigo elementos contra o essencial para a política e as atividades do espírito: a pluralidade e a liberdade.

Talvez por isso haja dentre as proposições explicativas sobre democracia um entendimento predominante que permite aqui uma analogia com a antiga separação grega entre vida privada e vida pública. Atualmente essa separação se evidencia no exercício da gestão pública pelos representantes do Legislativo (vereadores, deputados e senadores) e do Executivo (prefeitos, governadores e presidente) eleitos pelo voto popular e na ausente ou frágil participação social nos processos decisórios.

Esse contexto pode justificar a noção de fragilidade dos assuntos humanos ligados à ação, o que engendra uma contínua fuga para a suposta solidez da quietude e da ordem, a ponto de Arendt (2014, p.277) afirmar “[...] que a maior parte da filosofia política, desde Platão, poderia facilmente ser interpretada como uma série de tentativas de encontrar fundamentos teóricos e meios práticos de uma completa fuga da política.”. Isso ocorre, pois entende-se o conceito de Governo a partir da ideia que para um viver social há necessariamente um comando realizado por alguns, com o dever de obedecer de todos os outros (ARENDT, 2014).

É importante essa reflexão, pois esse sentido atribuído à noção de Governo legítima o modelo de cogestão estabelecido pelo SNUC para as Resex. Tal modelo determina o Estado como ente maior e responsável pela gestão desses territórios, através da figura do presidente do Conselho Deliberativo e o Chefe da Unidade, uma vez que é necessariamente um funcionário

30 Colocar a palavra democracia entre aspas é intencional e tem o propósito de destacar seu significado e relevância para essa pesquisa. Reconhece-se haver inúmeras proposições explicativas que tentam defini-la. Mas muitas delas não alcançam os fenômenos invocados pela expressão. Assim, inicia-se uma proposta de atribuir um sentido à democracia e não uma definição conceitual. Para tanto, Amartya Sen (2011) tece algumas considerações prévias sobre a liberdade (como já foi visto, fenômeno essencial à ação política), considerando-a em sua multidimensionalidade e dentro de amplos conteúdos e contextos sociais, pois é intrínseco a ela – a liberdade - a pluralidade que a vida humana implica. (Voltar-se-á a esse debate no capítulo final da tese).

do ICMBio e nunca uma liderança comunitária. Essa característica inerente à perspectiva jurídica estabelecida para a gestão das UCUS, especificamente as Resex e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, carrega a noção de Governo colocada antes, a qual não prescinde necessariamente do diálogo, da autonomia e da partilha. A ação vê-se substituída por modelos de comportamentos e fazeres estabelecidos por instrumentos jurídicos, muitas vezes construídos com argumentos pseudocientíficos e coercitivos.

No entendimento de Hannah Arendt (2014) já em 1954 (data da publicação da primeira edição do original *THE HUMAN CONDITION*) considerava-se ser,

[...] talvez, a primeira geração a adquirir plena consciência das consequências mortíferas inerentes a uma linha de pensamento que nos força a admitir que todos os meios, desde que sejam eficazes, são admissíveis e justificados para alcançar alguma coisa que se definiu como um fim. (ARENDT, 2014, p.285).

Faz-se necessário afastar da política essa lógica dos meios e dos fins para pensar na perspectiva do estabelecimento de princípios. Ao fazer restrições a certos meios para se alcançar determinados fins e considerar que, a depender do fim, os meios são justificáveis (ARENDT, 2014), corre-se o risco de admitir situações desfavoráveis à coexistência da pluralidade humana e conseqüentemente de um viver social sadio. “Enquanto acreditarmos que lidamos com fins e meios no domínio político, não poderemos impedir que alguém recorra a todos os meios para alcançar fins reconhecidos.” (ARENDT, 2014, p.286). A degradação da política se espalha em nosso viver social e coloca sua essencialidade à vida coletiva em questão, pois a noção de princípios para o agir político é substituída pela de utilidade para a fabricação de algo. Essa noção é também transferida para a “fabricação” de um modelo de produtividade e “progresso” da sociedade.

A pluralidade humana e a cumplicidade no cotidiano cumprem papéis fundamentais para os princípios da política. Ora, se vivemos um período histórico que vangloria o individualismo competitivo, é compreensível a ação política e suas características inerentes ligadas à pluralidade e a cooperação serem questionadas e criar a partir disso um cenário desfavorável a sua realização. O fenômeno da ação e da política tendem a nos conduzir por caminhos distantes do egoísmo competitivo e criador de desigualdades hierárquicas, comuns ao sistema capitalista de produção e a globalização da economia. Há, portanto, um aspecto da fabricação, o utilitarismo míope, que se mostra a principal força degradante da ação e da política.

A ação como atividade da condição humana e realizada na experiência da coexistência da pluralidade, dá suporte para considerá-la na perspectiva de processos relacionais de

interações no cotidiano. Ao contrário da fabricação de algum objeto, que possui perecibilidade matematicamente calculável, a força da ação frente aos processos por ela desencadeados é ilimitada, pois “[...] a ação não tem fim. O processo de um único ato pode perdurar, literalmente, por todos os tempos até que a própria humanidade tenha chegado a um fim.” (ARENDT, 2014, p.291).

Enquanto processo, a ação política nos sugere a necessidade da permanência de características e elementos propiciadores de seu desencadeamento, por isso sua íntima relação com o viver social e com as consensualidades recursivas que o caracteriza. Direcionar a ação para a política é direcionar a ação para a atividade mais nobre do convívio entre humanos, cujo processo tem na liberdade e na pluralidade, características imprescindíveis a todo e qualquer convívio social que se pretende sadio.

Segundo Hannah Arendt (1993), parece haver no mundo de hoje um conjunto falacioso de proposições explicativas que propõem compreender a política, mas muitas vezes não ultrapassam as opiniões e as ideologias³¹. Portanto, não alcançam a dimensão e relevância do fenômeno da política para a vida social humana, reduzindo-a às estratégias e à trama da política partidária para as eleições dos representantes do Legislativo e do Executivo. Nesse sentido, cria-se um abismo entre a maneira efetiva de melhorar o viver social por meio da ação política e o que os governos, em suas diferentes modalidades e jurisdições, realizam para tal.

Assim, a compreensão é na leitura de Arendt (1993) uma atividade interminável por não pretender produção de resultados finais. No entanto, entende-se que, como a ação política, a compreensão pode desencadear processos benéficos ao viver social, pois ao contrário dos governos preocupados com a doutrinação para se legitimarem, a compreensão preocupa-se com diálogos para nutrir as ações “[...] engajando o espírito humano em algo que não passa de um interminável diálogo entre ele mesmo e a essência de tudo o que é.” (ARENDT, 1993, p.52).

Soma-se a isso o diálogo nascido da pluralidade humana, sem o qual a ação política não se constituiria. Portanto, trata-se da convivência entre diferentes ao admitir o agir em concerto como sendo próprio da política, visto que “A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espço e se estabelece como relação.” (ARENDT, 2007, p.23).

31 As ideologias podem ser tão nocivas aos saberes quanto às opiniões. Milton Santos (2007) debate sobre a relação entre território e dinheiro e o papel do sistema ideológico para essa relação que, como o próprio autor define, é perversa. Maturana (1998), até destaca a relevância das ideologias quando em diálogo numa convivência de aceitação mútua, pois, quando colocadas em conflito, são essencialmente contra a democracia. Nesse sentido, Milton Santos (2007), sugere ser o sistema ideológico quem garante o “sucesso” das ditaduras do dinheiro e da informação, mantendo a legitimidade da globalização e suas estratégias e dinâmica.

É importante destacar que nos tempos atuais, especificamente aqui no Brasil, o significado e a compreensão da política são realizados por meio de interpretações que enfraquecem as características consideradas essenciais ao fenômeno e ao sentido da política. Isso cria uma atmosfera desfavorável às atividades do espírito, sobretudo pelo detrimento do pensar cognitivo em favor de opiniões e ideologias falaciosas e da liberdade em favor da doutrinação.

Como o viver social baseia-se na interação de pessoas, os sistemas sociais são formados “[...] por seres vivos que, através de suas interações recorrentes, constituem uma rede de ações coordenadas na qual eles se realizam a si próprios como tais [...]” (MATURANA, 1997, p.189). Observa-se que tanto a ação como o viver social são fenômenos da vida cotidiana e ocorrem na dimensão espacial da existência por meio das relações e interações humanas que lhe são peculiares. Como os saberes, a política aparece-nos como um *constructo* social possível somente a partir desse espaço relacional e de suas interações recorrentes.

Ao passo que na ação política o *novo* é uma eterna possibilidade, no viver social ocorre o mesmo. “O devir histórico de qualquer sociedade é sempre o resultado desses dois processos: conservação e variação.” (MATURANA, 1997, p.201). Portanto, transformações em viveres sociais são sempre possíveis, justificando a essencialidade da política para a vida social. Por se tratar da convivência entre diferentes, a política, junto às atividades do espírito que precedem a ação, podem fazer surgir a motivação para a construção de transformações coletivamente almejadas, credenciando o papel da liberdade³² para as atividades do espírito. Um viver que tem a doutrinação como código de conduta, a liberdade se anula.

Ao longo da história filosófica e científica observa-se inúmeros significados e explicações atribuídas à política, no entanto o que está no seu âmago desde a *polis* grega é o fato dela ocorrer *a partir da* e *na* pluralidade humana. Contudo, dentre as diferentes explicações surgiram preconceitos ligados ao seu exercício e à sua compreensão. Há nos dias atuais um entendimento fortemente influenciado pelas práticas dos *políticos profissionais*³³ partidários,

32 O sentido de liberdade aqui é o da liberdade política. “Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer.” (ARENDT, 2007, p.195). Portanto, é incoerente para o entendimento empregado aqui separar ação política e liberdade. É importante destacar que a liberdade no campo da política não é um fenômeno nascido a partir da vontade (ARENDT, 2007). Se assim o fosse voltaríamos à noção da filosofia cristã para *liberum arbitrium*, ou seja, a liberdade de escolha entre duas opções dadas. Ao contrário, a liberdade na política reside na perene possibilidade “[...] de chamar a existência o que antes não existia, o que não foi dado nem mesmo com um objeto da cognição ou de imaginação [...]” (ARENDT, 2007, p.198). É por isso e a partir disso, que a ação política e o viver social precisam coexistir, sobretudo quando há necessidade de transformações sociais profundas que demandem liberdade para pensar, querer e julgar sobre coisas e relações que ainda não existem; é a possibilidade de sempre começar algo novo.

33 A noção de político profissional refere-se aos candidatos eleitos pelo voto popular dentro do modelo de plebiscito adotado pelo Estado brasileiro. Portanto, trata-se de todos os membros do Legislativo e do Executivo em todas as esferas da administração pública – federal, estadual e municipal – eleitos pela população. A adjetivação

responsáveis por parte fundamental da gestão pública na democracia “representativa” do Estado brasileiro. Isso tudo motiva um crescente descrédito para com a política e acaba por nos afastar de assuntos essencialmente humanos.

A resposta de Hannah Arendt (2007) diante da pergunta sobre o sentido da política é apontar a liberdade. No entanto, diante de tantos malefícios ligados à política, Arendt (2007) inverte a questão e pergunta se a política ainda tem algum sentido. A própria autora reconhece essa questão como tão antiga que remonta a Platão, à Grécia antiga e à experiência na *polis* grega, pois todos os idiomas europeus derivam o entendimento da política a partir desse início (ARENDT, 2007). Impõe-se admitir necessariamente a pluralidade humana nesse processo. Por isso a política sempre fará sentido para a vida social cotidiana, visto que ao contrário abandonaríamos as atividades e os fenômenos que nos constituem humanos. O seu sentido essencial continua sendo a liberdade.

Com o advento do social, para utilizar uma expressão de Arendt (2014), a política vai também se transformando e se ressignificando na vida cotidiana. O sentido de “ser livre” ou de “ser escravo” na Grécia antiga era a diferença entre dispor ou não da liberdade para a coisa política, para o domínio do público. A essa liberdade era atribuída a força e o controle absoluto da vida privada, da vida no domicílio (ARENDT, 2007; 2014). Portanto, para entender a coisa política na acepção aristotélica, é necessário entender a política enquanto objetivo e não meio. No entanto,

O sentido da coisa política aqui, mas não seu objetivo, é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. [...] A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não-dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais. (ARENDT, 2007, p.48).

Para o viver social, a ação política precisa ser regida por princípios que direcionarão os meios e os fins necessários às transformações positivas e coletivas. Quando Maturana (1997) coloca o social como constituinte do ser humano, entende-se que o significado de ser humano aparece no viver social; é a realização do *Dasein* (*Existenz*) inerente ao ser-no-mundo realizando sua coexistência a partir de um sentido para esse Ser (HEIDEGGER, 2005). Para a compreensão aqui pretendida, e diante das experiências vividas na Resex Marinha de Canavieiras, entende-se o viver social como a experiência da partilha entre coexistências

“profissional” justifica-se, pois, há a tendência no Brasil dessas pessoas se dedicarem somente a isso e, ao cumprir três, quatro ou até mesmo cinco mandatos, essa atividade torna-se sua profissão.

presentes no convívio cotidiano. Desta maneira, a partilha de sentires, saberes, fazeres e experiências torna relevante o apontamento da ação política e das atividades do espírito como intimamente ligadas ao diálogo e à cumplicidade entre os agentes-sujeitos participantes. Considera-se que

A conduta social está fundada na cooperação, não na competição. A competição é constitutivamente anti-social porque, como fenômeno, consiste na negação do outro. Não existe a “competição sadia” porque a negação do outro implica a negação de si mesmo ao pretender que se valide o que se nega. A competição é contrária à seriedade na ação, pois aquele que compete não vive naquilo que faz, aliena-se na negação do outro. (MATURANA, 1997, p.206)

Desta forma, admito que Maturana (1997) complementa as reflexões de Arendt (2014) quando a autora fala sobre a revelação do Ser do agente-sujeito no ato de agir. Por isso a essencialidade da cooperação no viver social que *se nutre da e nutre a* ação política; “[...] a natureza íntima do fenômeno social humano está na aceitação e no respeito pelo outro [...]” (MATURANA, 1997, p.208-209). Nesse ponto, o exercício do pensar cognitivo pode ser direcionado a um querer que julgue a ação política a partir de princípios com vistas a construir um viver social fundado na dialogicidade, na autonomia e na partilha. Isso justifica o sentido da política centrar-se na interação entre seres humanos em liberdade (ARENDT, 2007). Sem liberdade para as atividades do espírito, a ação corre o risco de se transformar em um simples fazer e o viver social em processos de doutrinação para comportamentos institucionalmente legítimos.

Essa compreensão é entendida como um processo ininterrupto que resulta nos significados produzidos em nossa coexistência cotidiana, “[...] em nosso próprio processo de vida [...]” (ARENDT, 1993, p.40). Ao compreendermos a política como um fenômeno para viabilizar o convívio *da e na* pluralidade humana e a eterna possibilidade do iniciar algo novo, então, a vida social fundada na ação política carrega inerente a si mesma um *poderia ser o que não é*.

Se a essência de toda ação, e em particular a da ação política, é fazer um novo começo, então a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição, diferente das muitas outras, que permite aos homens de ação [...], no final das contas, aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe. (ARENDT, 1993, p.52).

Ao fazê-lo, a compreensão permite à política se colocar a partir de princípios como meio-fim capaz de criar, por meio das atividades do espírito e da experiência cognitiva e existencial, viveres sociais que têm na liberdade um pressuposto intrínseco. Portanto, interessa

aqui uma compreensão de política e de ação não alheia ao viver social. Embora hoje ainda haja um nível de privatividade na vida social a ser mantido, há também no viver social cotidiano encontros e diálogos que podem e devem ser mediatizados pela ação política, por sua vez mediatizada pelo mundo.

Sobre esse aspecto, Freire (2002) coloca como ponto de partida o entendimento e a compreensão crítica de que nós seres humanos existimos no mundo e com o mundo, corroborando com reflexões de Arendt (2000a) e Maturana (1997; 2001) sobre a questão do Ser e da aparência e com Heidegger (2005) sobre o *Dasein* e sua espacialidade intrínseca ao ser-no-mundo. Esse processo de existência *no-e-com-o-mundo* é a condição básica para sermos agentes-sujeitos no agir político, pois:

Somente homens e mulheres, como seres “abertos”, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. (FREIRE, 2002, p.77).

Essa expressividade da linguagem explicativa e significativa, que nos coloca no mundo do linguajar (MATURANA, 1997; 2001), revela a necessidade intrínseca do diálogo. “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo, e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato simples do nosso aparecimento físico original.” (ARENDT, 2014, p.221).

O não alheamento da ação em relação ao viver social é necessário, pois a política, como fenômeno que induz o convívio da pluralidade inerente a nossa existência é condição humana para propiciar a instituição da vida social. A própria Hannah Arendt (1993), em escritos realizados entre os anos de 1946 e 1975, reconheceu fatos históricos ocorridos na vida social europeia como motivação do interesse pelas filosofias políticas.

[...] o interesse atual pela política na Europa pode ser retraçado a partir de experiências políticas perturbadoras, em particular das duas guerras mundiais, dos regimes totalitários e da assustadora perspectiva da guerra total. (ARENDT, 1993, p.75).

O entendimento de que a ação política tem significativa capacidade de interferências e desdobramentos para a vida social é justificado com as experiências e vivências de campo na Resex Marinha de Canavieiras. Há inúmeras ações políticas comunitárias, ligadas à gestão do território, com implicações na vida social dos moradores e na realização das atividades de pesca e mariscagem, já que sem acesso ao território pesqueiro a pesca não seria possível.

A repugnância frente a uma existência absurda desaparece quando o homem descobre que ele próprio não é dado a si mesmo, mas que pelo engajamento

pode tornar-se quem escolheu ser. A liberdade humana significa que o homem cria a si mesmo em um oceano de possibilidades caóticas. (ARENDT, 1993, p.82).

Tais possibilidades residem na criação coletiva de mundos compartilhados entre entes e suas ontologias. O mundo comum a todos nós abriga o fenômeno da ação política, com seus sentidos e fundamento geográfico: as geograficidades e o espaço da aparência – o domínio do público.

Considera-se aqui toda ação política um fenômeno consciente, ou seja, sempre teremos “[...] uma representação em nossa mente daquilo que iremos fazer [...] Portanto, o que ocorre é um ato reflexivo de atenção voltada para uma ação imaginada como pronta e acabada.” (SCHUTZ, 2012, p.143 e 145). Assim, o pensar cognitivo, o querer e o julgar acontecem antes e durante o diálogo, ao apresentar por meio da linguagem o que era até o momento pensamento e iniciar então a própria ação. Ela permite ao agente-sujeito ter consciência dos seus atos, suas intencionalidades e resultados pretendidos (FREIRE, 2002). Aqui está a relativa imprevisibilidade paradoxal atribuída antes à ação política; se é possível prever possíveis resultados, é ao mesmo impossível exaurir todos os desdobramentos realizáveis na vida social pela ação política.

Compreende-se que essa cumplicidade entre ambos se realiza e adquire sentido no espaço geográfico³⁴. Partindo do pressuposto que a separação existente na *polis* grega entre vida pública e vida privada se desfez ao longo da história social humana, há atualmente uma evidente inter-relação entre política e viver social nos espaços da aparência e geográfico. São espaços do Ser em sua experiência cotidiana de coexistência com o outro. Neles ocorrem esses dois fenômenos da condição humana que os constituem e os significam: o viver social e o agir político.

Assim sendo, a teoria da ação de Arendt (2000a; 2000b; 2014) tem na liberdade política o entendimento, não da possibilidade de escolha entre duas opções dadas, mas da liberdade de construir relações e processos que ainda não existem.

Por isso Massey (2013) chama a atenção para as implicações que o sentido de espaço traz para a política. A relevância do pensar sobre o espaço é realizada a partir das ações humanas

34 Segundo Dardel (2011), o espaço geográfico, ao contrário do espaço geométrico, se compõe de espaços diferenciados, nos quais o ser humano dá a cada lugar uma singularidade em seu aspecto, portanto, um espaço geográfico sempre será o espaço do vivido, das experiências e do cotidiano. “O espaço geográfico é único; ele tem nome próprio [...] O espaço geográfico tem um horizonte, uma modelagem, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e resiste. [...] Por toda parte o espaço geográfico é talhado na matéria ou diluído em uma substância móvel ou invisível.” (DARDEL, 2011, p.2 e 7). É, portanto, o espaço onde a vida humana se realiza e nossa realidade intersubjetiva se concretiza; tem-se nas ações (aqui políticas) e nas práticas sociais fenômenos gerativos e constitutivos.

e das práticas sociais. Nesse sentido, a perspectiva experiencial é um caminho para admitir essa inextricável relação entre Ser e aparência com o sentido de espaço, justificando a análise anterior sobre as relações entre cognição, saberes e experiência. Por esse motivo a concepção fenomenológica e existencial para um sentido de espaço é essencial para a compreensão das geografidades e suas implicações à ação política.

O espaço é, portanto, um fenômeno da percepção humana intimamente relacionado com o mundo vivido e com a experiência cognitiva e existencial. Quando Bachelard (1989) apresenta argumentos, que são também construídos a partir de uma concepção fenomênica do mundo, para refletir sobre a poética do espaço, para nós importa o papel da imensidão íntima e a relação entre casa e universo (mundo). As experiências e os significados atribuídos aos objetos, fenômenos e relações da vida humana encontram abrigo nessa imensidão íntima e na profundidade do Ser. Já o sentido afetivo da casa é muitas vezes, especificamente entre os pescadores e as marisqueiras da Resex, atribuído também ao mundo externo. Essa “casa” não se restringe à construção civil que lhe dá forma, mas transcende-se também para as experiências que lhe dão sentido.

Nessa comunhão dinâmica entre o homem e a casa, nessa rivalidade dinâmica entre a casa e o universo, estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico. (BACHELARD, 1989, p.62).

De fato, ao transcender a geometria tangível dos espaços e compreender a dinâmica experiencial e ontológica que os constituem e os significam, abre-se um cenário favorável para não tratar, de um lado, as ações políticas realizadas como uma mera fabricação de um objeto, e de outro lado, o viver social como uma mera doutrinação de comportamentos institucionalizados. Ao compreender essa dinâmica de coexistências de experiências e ontologias, compreende-se também a pluralidade como característica intrínseca aos processos inerentes à construção de um sentido para o Ser.

O espaço é antes de tudo um significado atribuído, um ato intencional *da* e *na* experiência da ação e do viver social. Compreende-se, portanto, haver no cotidiano inúmeras situações consideradas como problemas sociais e que possuem íntima relação com a forma do nosso comportamento espacial. Esse universo relacional e interativo existente entre o Ser, o mundo e o espaço determina as materialidades e as instituições existentes em cada viver social instituído. Doreen Massey (2013, p.35) tece reflexões “[...] sobre o espaço ordinário, o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído.”. Nessas negociações há demandas por ressignificações de valores, relações e

interações para a coexistência cotidiana da pluralidade humana fazer sentido. “Múltiplas são as modalidades sob as quais a realidade geográfica conduz, através dos símbolos e de suas imagens, para além da matéria.” (DARDEL, 2011, p.37).

Questiona-se, portanto, a matematização do pensar sobre o espaço, quando colocado enquanto fenômeno fixo e passivo diante da espacialidade inerente à existência humana. Esse ponto encontra abrigo nos estudos de Massey (2013), o que invoca retomar as reflexões sobre o sentido de espaço com seus desdobramentos na política. Como já citado, a autora entende o pensar sobre o espaço a partir de três considerações fundamentais: produto de inter-relações, condição de existência da multiplicidade e processo em eterna construção.

Ao compreender o espaço como algo nunca acabado, pois sua existência está íntima e profundamente condicionada pela ação e pela experiência cognitiva e existencial, o sentido de liberdade política de Arendt (1993; 1997) correlaciona-se com o que Massey (2013) considera fundamental: o modo como pensamos o espaço. “[...] o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política.” (MASSEY, 2013, p.15). A partir da revelação do agente-sujeito na ação, o Ser e a aparência revelam os resultados de nossas cosmologias estruturantes no espaço por ela – a ação – criado.

Ao centralizar a atenção na ação e nas experiências cognitivas e existenciais, a geografia atribui a essas duas atividades da existência humana significados que me permitem pensar como o sentido para o espaço se desdobra na política. Por isso pensar a política como o exercício de convívio com o outro, e a esse exercício direcionar um viver social para possibilitar-nos a liberdade política como prática cotidiana comum, é substancial para construir relações e interações gerativas e constitutivas do bem-estar e aquiescências coletivas.

O corolário político é de que uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político pode forçar, na imaginação, um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria história para contar. A imaginação da globalização como uma sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas (o que não implica estarem desconectadas) e futuros que, potencialmente, também possam sê-lo. (MASSEY, 2013, p.31).

Há na citação acima dois pontos a serem destacados. Em primeiro lugar, a noção de “flecha do tempo” atribuída a ideia de progresso linear inerente a globalização econômica e a evolução tecnológica, pois ao admitir que a irreversibilidade é parte também do viver social, a noção de causalidade entre passado e futuro perde o sentido (PRIGOGINE, 1996) e a coexistência pacífica de diferentes histórias e tempos deixa de ser necessariamente

questionável. É perfeitamente possível o convívio entre relações e interações sociais criadas em diferentes tempos (entende-se o modo de vida das populações extrativistas tradicionais possível de coexistir com um modo de vida citadino). Em segundo lugar, a noção de liberdade política ao incluir a perene possibilidade do viver social ser diferente no futuro. Assim, a causalidade não necessariamente dita o que poderá existir amanhã.

Nesse sentido, quando Arendt (2014) qualifica a ação como sendo processual, a noção de espaço em Massey (2013) também o é, pois,

[...] imaginar o espaço como sempre em processo, nunca como um sistema fechado, implica insistência constante, cada vez maior, dentro dos discursos políticos, sobre a genuína abertura do futuro. [...] O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. (MASSEY, 2013, p.31 e 32).

Quando a autora coloca a relevância de considerar as distintas trajetórias coexistentes no espaço com suas relações e interações no cotidiano, evidencia-se uma interface para compreender essa dinâmica como criadora da ligação do ser humano com a Terra, com o solo natural, criando elos afetivos e interativos com o mundo. Heidegger (2005) utiliza as expressões “espacialidade” e “mundanidade” para se referir a dimensão espacial inerente à realização do *Dasein* na existência do ser-no-mundo. Desta maneira, compreende-se que ambas expressões carregam íntima e profunda relação com a realização cotidiana das geograficidades citadas na obra de Eric Dardel (2011).

Nesse caso, a realidade espacial da Resex Marinha de Canavieiras se constrói a partir das ações políticas e dos seus envolvimento na dinâmica do viver social instituído. Como a fenomenologia e a ciência da cognição lidam com questões do Ser, sua ontologia e existência, a ação política e o viver social reivindicam para a sua compreensão a inclusão da experiência cognitiva e existencial. Em vista disso, o agente-sujeito

[...] possui responsabilidade pelos mundos de seus contemporâneos socioculturais e biofísicos, incluindo aí questões de solidariedade e de precaução. [...] O “espaço”, ou a experiência da realidade como espacial, é construído e constituído pelo sujeito, pelas práticas do sujeito. O que o espaço “é” para o sujeito ativo depende do que o sujeito está fazendo: é dependente da ação e não pré-existente, é socialmente construído de maneira intersubjetiva e não uma contenção ou um quadro de mensuração do social. (WERLEN, 2012, p.553 e 554).

Por isso o pensar sobre o espaço invoca compreender a dinâmica cotidiana contida no mesmo, a partir do entendimento da dinâmica de ações políticas e práticas sociais intrínsecas a esse cotidiano. Para tanto o sentido de Ser na realização do *Dasein* e a existência se realizando

no cotidiano são essenciais para os sentidos atribuídos por esse Ser à dimensão espacial da sua própria existência; a espacialidade. Como o intuito aqui não é pôr em conflito elementos divergentes dos diferentes autores do pensamento fenomenológico, embora reconheça sua existência, o foco centra-se nos elementos congruentes necessários para a dialogicidade (e não o conflito) entre proposições explicativas diversas.

Se a geografia oferece à imaginação e à sensibilidade, até em seus voos mais livres, o socorro de suas evocações terrestres, carregadas de valores terrestres (*terriennes*), marinhos ou atmosféricos, também, sempre espontaneamente, a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social. (DARDEL, 2011, p.6).

Admite-se, entretanto, que para “Uma concepção de pesquisa em geografia, ontologicamente adequada, precisa respeitar o sujeito conhecedor e agente.” (WERLEN, 2000, p.13). Conclui-se que a ontologia existencial influencia as ações políticas e o viver social instituído, e nos leva de volta à escolha pela geograficidade para desvendar o sentido da espacialidade inerente à existência expressa no domínio cognitivo experiencial de pescadores e marisqueiras artesanais.

Na fronteira entre mundo material, onde se insere a atividade humana, e o mundo imaginário, abrindo seu conteúdo simbólico à liberdade do espírito, nós reencontramos aqui uma geografia interior [...]. (DARDEL, 2011, p.5).

Essa interioridade geográfica é revelada *pelas* e *nas* geograficidades inerentes às ontologias existenciais criadas nas relações e interações entre o Ser, o espaço e o mundo. Portanto, todo o conteúdo existencial do humano de que trata a geograficidade (HOLZER, 2014) é conteúdo construído *na* e *pela* experiência cognitiva e existencial. É utilizado durante os processos de compreensão do cognoscível e da posterior atribuição de significados ao um mundo que nos rodeiam e nos preenchem ao mesmo tempo.

Aqui retorna-se às reflexões sobre os sentidos da imaginação e da memória para a experiência cognitiva e existencial e para os processos criativos do humano. Admitir a imaginação e a memória como sentidos humanos somados a visão, audição, olfato, paladar e tato já define seu sentido. Isso propicia entender que os universos do imaginário e da memória compõem, junto com as atividades do espírito, os fenômenos internos gerativos das relações e interações cognitivas com o mundo e criadores, por conseguinte, das condições favoráveis ao desenvolvimento da linguagem, dos saberes e dos fazeres nossos diferentes domínios cognitivos experienciais.

Para Castoriadis (2004), os fenômenos do imaginário e da imaginação apresentam significados essenciais para a nossa relação com o mundo circundante. É o nosso potencial de criação, “[...] uma *vis formandi*, imanente às coletividades humanas, como ao seres humanos singulares.” (CASTORIADIS, 2004, p.129). O autor considera então não ser possível explicar as criações humanas – linguagem, saberes e fazeres – por meio de elementos alheios à coletividade humana. Por isso há uma inextricável relação com as atividades do espírito, a experiência e a ação.

Há aspectos nas reflexões de Castoriadis (2004), sobre o potencial de criação do imaginário e da imaginação, semelhantes a elementos das reflexões de Arendt (2014) sobre ação e a perene possibilidade do novo garantido pela liberdade política. Quando Castoriadis (2004, p.129) refere-se à criação como um “[...] fazer-ser de uma forma que não estava lá, a criação de novas formas de ser”, refere-se também à noção de liberdade política, não reduzindo, portanto, essa liberdade ao *liberum arbitrium* da escolha de opções previamente dadas e presente na filosofia cristã. (ARENDT, 1993; 2000b; 2007).

[...] a imaginação criadora desempenha um papel fundamental tanto na ciência quanto na filosofia. Toda grande obra filosófica é uma criação imaginária, ela é criação dessas significações particulares que são as significações filosóficas. Elas não são produtos “racionais”. A ideia de *ideia*, por exemplo, não provém de uma indução empírica nem de uma dedução lógica – estas a pressupõem, antes. (CASTORIADIS, 2004, p.138).

Por esse motivo, como ocorrem com as atividades do espírito, a imaginação e o imaginário são necessárias à ação política. Esta, assim como a imaginação e o imaginário, constitui nossa força transformadora. Para Bachelard (1989), as forças imaginantes desenvolvem-se em duas linhas impossíveis de serem separadas completamente, embora apresentem características bastante distintas. “Uma encontram seu impulso na novidade [...] As outras forças imaginantes escavam o fundo do ser [...]” (BACHELARD, 1989, p.1). Assim, fenômenos internos ao Ser e a aparência (atividades do espírito, os sentidos humanos e os saberes), como também os externos (linguagem, ação, política e fazeres), saltam do sujeito e encontram na dinâmica do convívio social da pluralidade humana abrigo e sentidos para Ser, aparecer e estar. Trata-se da “[...] consonância da imensidade do mundo com a profundidade do ser íntimo.” (BACHELARD, 1989, p.194).

Compreender as geograficidades significa compreender os sentidos da ação política para o viver social específico. As geograficidades é a cumplicidade entre o ser humano e a Terra, e dessa cumplicidade cria-se um sentido para o Ser na realização do *Dasein* como ser-no-mundo.

A instituição de um viver social “[...] é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário.” (CASTORIADIS, 1982, p.159). Tais componentes coexistem compondo fenômenos constitutivos das coletividades humanas e dependem das coincidências nos desejos de convivência (MATURANA, 1997), pois são elas que conservam modos de existir do ser-no-mundo-e-com-o-mundo.

Isso permite afirmar que não é possível compreender o conjunto e a dinâmica da vida social como um sistema funcional apenas; é necessário e essencial alcançar as significações e os simbolismos nascidos, não de uma motivação funcional, mas espiritual, cognitiva e experiencial.

A partir da experiência cotidiana percebe-se elementos direcionando nossas relações para com o mundo como sendo essencialmente espaciais. Os lugares e os territórios são fenômenos garantindo sentido às suas realizações, interações e materialidades. O que seria dos saberes da pesca sem o território pesqueiro de usufruto? Para os pescadores artesanais, o espaço é feito de *continuum* experienciais. A realidade objetiva palpável da presença dos rios, das árvores do mangue, das canoas navegando, dos utensílios utilizados nas práticas da pesca e da mariscagem, se somam ao imaginário, a memória e aos saberes do pescador e da marisqueira.

Essas intersubjetividades são utilizadas para combinar diferentes variáveis uteis para a escolha do lugar onde será dado o lance da tarrafa, o caminho percorrido pela canoa em harmonia com a dinâmica das marés, o local onde está o aratu, tudo isso forma um mundo que se abre a partir de um espaço geográfico percebido e vivido na mais profunda intimidade do Ser; é a geografia interior, as geograficidades de pescadores e marisqueiras artesanais, “[...] em que a espacialidade original e a mobilidade profunda do homem designam as direções, traçam os caminhos para um outro mundo; a leveza se liberta dos pensadores para se elevar aos cumes.” (DARDEL, 2011, p.5).

As reflexões e estudos de Eric Dardel permite-me justificar e compreender a essencialidade das atividades do espírito, da experiência cognitiva e existencial e da ação para os estudos sobre as geograficidades. Esses estudos se desdobram nos processos de significação e intencionalidades atribuídas por meio do reconhecimento e legitimação de territórios e lugares de realização das ações políticas. Os sentidos geográficos da ação repousam nas geograficidades dos agentes-sujeitos responsáveis por essa ação e o seu fundamento está na dimensão espacial intrínseca ao agir em concerto; o espaço público (da aparência). No próximo subcapítulo apresento uma análise sobre como a ação política pode correlacionar-se com as geograficidades e seus territórios e lugares de realização.

2.3 A partir das geograficidades... lugares, territórios e ação política

Falar sobre as geograficidades dos pescadores e das marisqueiras artesanais da Resex é falar sobre suas práticas do viver social e suas ações políticas direcionadas à gestão da unidade. Esse cotidiano de encontros entre ente, Ser e mundo faz dos saberes e dos fazeres inerentes a manifestação objetiva e concreta das relações e interações estabelecidas com o mundo e a natureza circundantes. Tudo isso se materializa, por exemplo, nas atividades extrativistas cotidianas e nos encontros para reuniões e intercâmbios (**Figura 21**).

O uso da expressão *geograficidades* é próprio da geografia e não há entre os pescadores e marisqueiras da Resex consciência sobre seu significado científico. No entanto, como os fenômenos escolhidos para evidenciá-las (as geograficidades) – saberes, fazeres, ação política e viver social – são para os moradores da unidade bastante significativos, utilizá-los para compreender os processos, as relações e as interações cognitivas e experienciais que caracterizam e encerram um sentido para o Ser pescador e/ou marisqueira permitiu-me correlacionar o significado de uma expressão geográfica com o mundo vivido na pesquisa.

As geograficidades evidenciam nossa mais íntima e profunda ligação com a Terra construída na existência, por meio de relações e interações cognitivas e experienciais que a partir dela se realizam (**Figura 21**). Pelos desdobramentos inevitáveis das ações políticas para com o viver social e porque a relação entre vida política e vida social adquire, a partir da era Moderna, outros significados em relação à Antiguidade, as transformações em viveres sociais e corpos políticos são constantemente influenciados pelas relações e pelas interações advindas dessas mudanças de significados. O alheamento e o distanciamento comuns na Antiguidade foram substituídos por interferências significativas da vida política na organização e especificamente no sentido atribuído a essa vida social.

Figura 21: Relações e interações que caracterizam e identificam geograficidades de pescadores e marisqueiras da Resex.



Fonte: Mario A. Santos, 2015.

Atualmente é inegável o quão a vida política influencia o viver social, inclusive e sobretudo se considerarmos a política partidária praticada pelos políticos profissionais. Tais influências, quando veem de uma noção de política que não dialoga e não admite a pluralidade humana como essencial para sua concepção e realização, podem desencadear implicações indesejadas quando se avalia os valores intrínsecos à essa pluralidade. Por isso dá-se especial atenção às geograficidades, pois seus fenômenos gerativos evidenciam a multiplicidade de coexistências própria da pluralidade humana.

Estudar o sentido de lugar e de território a partir da compreensão das geograficidades coexistentes é estudá-los em suas concepções fenomênicas e experienciais. A dimensão espacial da existência humana e os sentidos a ela atribuídos são essencialmente constituídos no convívio social e nas relações e interações cognitivas e existenciais no cotidiano; é “viver um tempo, pensar um espaço, estar num lugar. [...] o lugar contido no espaço, o espaço transformado de maneira intencional nos diversos nomes do lugar.” (BRANDÃO, 2009, p.15 e 19). É a alegria de viver dentro do rio pescando de Sr. Raimundo, morador de Barra Velha.

Após a década de 1950, quando Dardel (2011) apresentou a noção de *géographicité* (geograficidade), a compreensão sobre a dimensão espacial da existência a partir do *Dasein* do

ser-no-mundo (nossas relações e interações com a natureza e mundo circundante) adquiriu no pensamento geográfico um *status* que aprofunda as reflexões iniciadas no início do século passado por diferentes geógrafos na França e também no Brasil³⁵. Ao incluir nesse debate a fenomenologia e seus pressupostos filosóficos e epistemológicos, a pergunta pelo sentido de Ser passa a ser substancial para compreender o sentido do espaço significado por esse mesmo Ser.

Deste modo, a realização do *Dasein* na coexistência do ser-no-mundo caracteriza as geograficidades e evidencia elementos socialmente instituídos. Isso permite identificar os diferentes domínios cognitivos experienciais existentes e assim compreender que todo o universo de significantes e significados inclui compreensões, sentires, saberes e fazeres intimamente relacionados com cada viver social instituído.

As geograficidades relacionam-se, portanto, com a dimensão ontológica do ente humano em sua realidade intersubjetiva e expressam a imensidade do mundo na profundidade do Ser se realizando em sua espacialidade intrínseca. Concordando com Bachelard (1989) sobre a poética do espaço, entende-se que para falar sobre lugares e geograficidades, é necessário remeter-se ao sentido topofílico de afeto e cuidado que o espaço vivido implica.

Esse cuidado, já expresso nas palavras de Carlinhos (liderança comunitária na Resex), para quem cuidar dos territórios e lugares da Resex é essencial à manutenção do seu sentido e relevância, é substancial também para começar a tecer os princípios necessários e presentes na ação política voltada para a gestão comunitária defendida e praticada pela AMEX. São os princípios da política que encaminham os resultados das ações.

Por isso o orgulho de ser pescador: “nunca tive vergonha de ser o que sou, sou pescadora desde pequena, com muito orgulho criei meus filhos sendo pescadora.” (D. Maria do Camarão, 2015), o jeito peculiar de pensar no outro: “sonho atingir cada vez mais metas melhores para nossos filhos e netos e deixar algo melhor para eles.” (Fabio Santana, 2015) e a realização dos sonhos são substanciais para esse processo dentro da Resex:

[...] os nossos sonhos não são diferentes dos sonhos de quem mora fora daqui.
[...] acreditar que a pesca de amanhã vai ser melhor do que a pesca de hoje,
em todos os sentidos [...] o mar nem sempre vai ta calmo né, e convivendo
com o mar a gente aprendeu a esperar o dia melhor para navegar, é assim que
é nossa vida. (Carlinhos, 2015).

35 Ler tese de doutorado de André Nunes de Sousa intitulada de “Percurso historiográfico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo: contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo” apresenta em 2016 no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA.

No tocante a *lugar* reconhece-se primeiramente a diversidade de sentidos atribuídos a essa palavra. A preocupação não é desvendar tal diversidade, mas fazer o esforço epistemológico e conceitual de tornar evidente o sentido aqui assumido. Por isso a expressão *topofilia* utilizada por Bachelard (1989) correlaciona-se com relações afetivas, de zelo e carinho, nas quais encontramos sentido para lugar. Assim, os estudos de Yi-Fu Tuan (2013) e suas reflexões na perspectiva experiencial dão continuidade e corroboram com os estudos realizados por Bachelard (1989).

O pressuposto aceito anteriormente e que admite a realidade como um *constructo* interno corrobora com as palavras de Tuan (2013) ao considerar a realidade um *constructo* da experiência. Tendo em vista que essa experiência é cognitiva e existencial, há uma inextricável relação com a realização do *Dasein* do ser-no-mundo. Os fenômenos que evidenciam a espacialidade intrínseca à existência - com destaque às geograficidades - não são frutos somente de ações e intervenções institucionalizadas ou matematizáveis. Pelo contrário, as geograficidades nascem a partir de interatividades relacionais também simbólicas e imaginárias, que nascem de intencionalidades e de significados atribuídos.

Embora as noções de território e lugar possam ser interpretadas e explicadas a partir de uma classificação cartesiana baseada em quantidades e métodos empíricos de mensuração, é possível compreendê-las também por meio da fenomenologia e da ciência da cognição. Visto que ambas se referem à existência e às experiências humanas *no* e *do* mundo. Minha intencionalidade é fazer dialogar tais noções e entendimentos, substituindo a ideia de “verdade científica” pela de “explicação científica”. Esse diálogo precisa ser feito frente ao reconhecimento de que na Resex Marinha de Canavieiras a institucionalização e a delimitação territorial são reais e influenciam concretamente no cotidiano dos moradores da unidade. No entanto, a abordagem institucional do território demanda a manutenção da perspectiva fenomênica experiencial, pois entende-se que ela precede e dá legitimidade à própria institucionalidade territorial.

A afetividade espacial invocada pelos sentimentos topofílicos pode nascer a partir de diferentes relações, interações e situações. Quando Tuan (2012) aprofunda a noção de *topofilia*, ele a investiga em relação as nossas atitudes e valores frente ao meio ambiente “[...] utilizando o esquema simples de dicotomizar cultura-meio ambiente.” (TUAN, 2012, p.135). Contudo, embora consideremos a perspectiva topofílica ao pensar sobre nossa relação com o espaço geográfico, os domínios cognitivos experienciais – e não a cultura – criam e recriam mundos e interações relacionais entre Ser, aparência e esses mundos criados.

Escolheu-se aqui não utilizar a palavra *cultura* para evitar duas incoerências epistemológicas, a saber: a noção estruturalista comum na ideia de cultura predominante no pensamento geográfico, já que isso cria obstáculos frente ao sentido de liberdade política e suas implicações ao viver social. Outra questão é sobre o questionamento da noção de realidade como algo universal e, portanto, externo e independente do Ser-observador. Essas ideias criam obstáculos para a coerência epistemológica necessária em relação ao sentido atribuído aos saberes e as proposições explicativas apresentadas ao longo do primeiro capítulo, pois subverte o universalismo aparente das explicações científicas e considera o Ser-observador responsável pela explicação proposta e sua validade e aceitação.

A compreensão de um sentido para lugar, a partir da concepção fenomênica de mundo, me exime da preocupação em estabelecer a precisão conceitual demandada pelo cartesianismo e permite-me considerar lugar significado atribuído que cria relações peculiares para com a espacialidade. Tal significado surge por meio de relações estabelecidas e sentimentos construídos na realização do *Dasein* do ser-no-mundo e na afetividade para com a dimensão espacial. Assim sendo, é apropriado para sua compreensão unir reflexões e pressupostos fenomenológicos às discussões sobre os sentidos humanos e à existência presentes na ciência da cognição.

[...] todo lugar, não é delimitado por limites precisamente definidos, mas, no sentido de ser o foco de intensas experiências, é ao mesmo tempo sem limites. [...] O ser é sempre articulado por meio de lugares específicos, ainda que tenha sempre que se estender para além deles para compreender o que significa existir no mundo. [...] Estar na terra significa morar, relacionar-se com lugar por meio da existência, estar ciente da própria mortalidade, falar com os outros, encontrar com as coisas não humanas [...] (RELPH, 2014, p.29-30).

Nesse dinâmica exemplificada por Relph, a constituição de lugares é imprescindível. Como essa constituição passa pelo sentido de Ser e pelos significados que esse Ser atribui a espacialidade do mundo circundante, as experiências cognitivas e existenciais são os seus fenômenos geradores. Entre os pescadores e as marisqueiras da Resex, o lugar é evidenciado pelo afeto e carinho que demonstram ter pelo mundo vivido. O cotidiano lhes apresenta sua dimensão espacial de maneira bastante evidente e à essa dimensão é atribuída valores e significados imbricados no Ser pescador ou marisqueira. Trata-se das relações e interações construídas com a natureza circundante.

Por exemplo, a leitura do movimento das marés e suas correlações com as práticas da pesca e da mariscagem. Isso tornou-se evidente nas vivências em campo ao perceber como o planejamento do dia a dia dos pescadores e das marisqueiras são influenciados, e algumas vezes determinados, por essa compreensão do fenômeno das marés.

Nesse sentido, ao destacar correlações entre geografidades e ação política e admitir sentidos geográficos à ação, as reflexões de Relph (2014) permitem interrogar o valor pragmático que estudos fenomenológicos sobre a ontologia e o Ser podem ter para processos decisórios sobre o estabelecimento de estratégias para lidarmos com temas contemporâneos da vida social humana. A partir da preocupação com o viver social sadio numa Resex, entende-se as relações e as interações cognitivas e existenciais e o sentimento topofílico para com o espaço e o mundo circundante como essenciais para a criação e a realização de intervenções-transformações na vida social. Visto que o afeto tem o potencial de desencadear e conservar relações e interações benéficas.

De fato, ao evocar os sentidos que dão sentido aos lugares, evoca-se ao mesmo tempo sentimentos afetuosos construídos e legitimados na espacialidade do *Dasein* do ser-no-mundo. Nesse sentido, as reflexões de Marandola Jr. (2014) podem também contribuir, pois a noção de circunstancialidade atribuída ao sentido de lugar conduz a compreensão pela situação e mundo circundante. “A primeira se refere à qualidade própria de se situar: um posicionamento relativo em um sentido amplo. Refere-se ao mesmo tempo a uma *delimitação* e a um *contexto*. (MARANDOLA JR., 2014, p.232). Assim, a noção de situação envolve relações cotidianas de uns com os outros, as relações e as interações entre ente, Ser e mundo.

Já o mundo circundante “[...] é aquele mais próximo, que envolve o ser e os entes em um cotidiano fático da pre-sença (*Dasein*) [...]” (MARANDOLA JR., 2014, p.233) – (*grifo meu*) - e sua relação com os sentidos que dão sentido ao lugar. Por isso considerar as geografidades como o fenômeno próprio da espacialidade do ser-no-mundo e que refletem essa íntima e profunda ligação entre o Ser, sua existência ontológica e a dimensão espacial da vida humana. Como diz o próprio Marandola Jr. (2014) trata-se do resgate do sentido visceral de nossas inter-relações com a Terra. Esse resgate para pensar a gestão comunitária em uma Resex é essencial, pois dele nasce a compreensão dos valores, dos saberes e dos fazeres presentes e que dão sentido e legitimidade à sua criação.

Pensar o ser-no-mundo a partir das coexistências cotidianas e criar uma correlação com a ação política, o lugar, o território (fenomênico experiencial) e suas geografidades implica o estabelecimento de princípios para fugir da trama dos meios e fins comuns à fabricação e não à ação. Isso justifica ter na dimensão espacial da existência – lugar, território (fenomênico experiencial) e geografidades – os sentidos e o fundamento geográfico da ação política. Ora se agimos no espaço da aparência, então a ontologia do Ser e sua existência necessariamente atuam nesse processo. Ao considerar a ação uma atividade plural por excelência, essa pluralidade demanda ser necessariamente considerada para esse processo.

O ser se constitui, portanto, por essa circunstancialidade composta pelos entes (as coisas do mundo) e os seres, os quais se dispõem de determinada maneira relacional. [...] Estar no mundo fenomênico ontológico é, nessa perspectiva, uma imersão completa que coloca no centro o ser-no-mundo circunscrito e circundado pelas coisas e pelos homens, circunstanciado no tempo e no espaço. (MARANDOLA JR., 2014, p.234-235).

Deste modo, quando a ação política invoca a revelação do Ser ao agir, todo o universo existencial que contribui para a construção de um sentido a esse Ser estará presente no momento da ação. Como a ação é uma das atividades da condição humana de existência, sua realização encerra nosso Ser e caracteriza-nos como humanos em convívio e em permanente processo de realização da nossa condição de ser-no-mundo.

Observei durante as vivências em campo ser comum entre os pescadores e as marisqueiras atribuir ao espaço vivido adjetivos e alimentar relações e interações realizadas na dimensão espacial da existência, que remetem a sentimentos topofílicos de orgulho por estar envolto aquele mundo circundante. Assim, D. Naná afirma: “viver em Barra Velha é ótimo tanto que estou nessa idade e ainda moro aqui na minha comunidade.”. E Sr. Goldman (2015), morador de Puxim da Praia, sobre gostar ou não de morar em sua comunidade: “adoro, é o lugar onde eu fui criado, venho da história de uma família de quase 300 anos nesse local, a gente vai seguindo a vida, eu adoro viver aqui [...]”. O mesmo Sr. Goldman (2015) fala sobre a atuação de outras lideranças, pescadores e marisqueiras, na gestão da Resex:

Sim, nota 1000, não digo nem 10 nem 100, é nota 1000. Com certeza, se eu morrer agora eu to satisfeito, não só eu como meus companheiros, respeito muito o trabalho dos meus companheiros também, são todos guerreiros e guerreiras.

Isso justifica a essencialidade da compreensão do sentido de lugar a partir das relações topofílicas entre Ser e espaço, pois tais sentimentos influenciam na maneira como lidamos com o mundo criado e compartilhado e com a natureza presente nas interações do cotidiano. Se há hoje inúmeros autores negando a possibilidade da existência desse tipo de relação e significação com o espacial, refletindo sobre “[...] a falência dessa forma de identificação com o lugar [...]” (MARANDOLA JR., 2014, p.237), me parece essencial aprofundar o debate na perspectiva fenomênica experiencial para compreender o porquê dessa “falência”. A partir disso, é preciso ressignificar espaço e lugar, em vez de se esforçar para negar sua essencialidade à vida humana.

A fluidez contemporânea não elimina a importância da relação original com a casa natal e o lugar: cria outras possibilidades de auto identidade, as quais são construídas em bases menos sólidas, e é nesse processo que se funda a insegurança ontológica: não na perda de importância do lugar, mas no

aumento das mediações e do distanciamento dele. (MARANDOLA JR., 2014, p.243).

Para a gestão comunitária da Resex isso seria frustrante, pois é justamente a consciência coletiva de ligação íntima e profunda com o mundo e a natureza circundantes que motivam e faz emanar um poder coletivo essencial à organização do tecido social e do corpo político na Resex. Embora exista no país a intensificação das atividades econômicas e de seus princípios fundamentais para a transformação de objetos em mercadorias, muitas vezes transferidos para as relações humanas, essa lógica atende as expectativas de uma trama econômica e mercadológica fortalecida a partir da década de 1945 e ligada à construção da irrelevância do Ser e da ação política.

Tudo isso admite-se ser fundamental para esse distanciamento do sentido tofófilo de lugar, frente à supervalorização da fabricação, da técnica e dos objetos técnicos. A institucionalização do viver social, sob o risco de reduzi-lo a um conjunto de normas de comportamento e conduta, ameaça a pluralidade e a liberdade política intrínsecas à ação e presentes nas geograficidades e na espacialidade do ser-no-mundo.

O destaque atribuído às geograficidades justifica-se, pois, como o fenômeno dos saberes humanos compõe-se de processos cognitivos, interativos e experienciais, esses saberes são substanciais para compreender o sentido da ação política e sua inter-relação com os territórios e os lugares. As reflexões iniciadas no primeiro capítulo sobre o fenômeno dos saberes ecoam nos estudos sobre lugar e os sentidos geográficos da ação política. Assim, lugar e saberes nascem nessa dimensão de existência que realiza suas relações e interações na dimensão espacial da vida cotidiana. Talvez por isso Tuan (2013, p.167) afirma que “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado.”.

No debate proposto por Serpa (2013), ao relacionar ação e discurso como enunciando o lugar, o autor destaca também a relevância que o lugar tem para a ação. Embora suas reflexões sejam sobre ambientes citadinos, Serpa (2013) também se fundamenta no sentido atribuído por Arendt (2000a; 2000b; 2014) à ação e às atividades do espírito que a compõem.

Porque é livre, a ação não está subordinada nem ao intelecto nem aos ditames da vontade, mas precisa de ambos para a consecução de um objetivo qualquer. A ação se baseia em princípios que parecem operar como fonte externa de inspiração e são de ordem muito geral para pressupor metas particulares. (SERPA, 2013, p.77).

Os sentidos e sentimentos ligados ao lugar influenciam a ação política que ali se realiza. Assim, quando as geograficidades conduzem a ação, o lugar ganha sentido e evidência.

Os agentes-sujeitos que falam e agem em seus contextos de relações e interações sociais consequentemente enunciam seus lugares de experiências cotidianas,

[...] estes grupos e iniciativas enunciam lugares através de um conjunto de táticas que subvertem as estratégias hegemônicas de produção do espaço, evidenciando o lugar não como algo dado, mas sim como algo dinâmico e processual: algo que se constrói a partir das diferentes trajetórias temporo-espaciais dos agentes produtores do espaço.” (SERPA, 2013, p.79).

Nas palavras de Serpa (2013) observa-se novamente a ação como um fenômeno que cria sentido humano para o espaço. Se a ação política vislumbra intervenções positivas na vida social, a compreensão e a consideração das geografiedades ali existentes influenciarão o quão essa ação política manterá intactos os princípios que a fundamentaram. Os agentes-sujeitos da ação política, ao evocarem suas experiências íntimas com o lugar, evocam um sentido espacial para suas existências, levando-as a ter significantes e significados que as identificam e ao mesmo tempo são por elas identificados.

Por isso no caso da Resex considera-se necessário falar também sobre questões envolvendo o território (fenomênico experiencial), além dos sentidos que dão sentido ao lugar. Como trata-se de um território institucionalizado pelo Estado, é necessário transcender tal institucionalização e, para tanto, justifica-se a perspectiva experiencial fenomênica considerada. Na Resex Marinha de Canavieiras, os chamados territórios pesqueiros formam espaços para práticas extrativistas, que dependem do rigor técnico na confecção de seus utensílios e no desenvolvimento das técnicas de uso. Ao mesmo tempo, revelam um universo de experiências, imaginários e saberes para a realização das práticas de pesca e mariscagem em tais territórios.

Trata-se da compreensão do *continuum* experiencial presente no dinamismo do mundo vivido de Anne Buttimer (1982), pois essa reflexão fundamenta tal pressuposto. Assim, o território institucional da Resex é precedido de significados e intencionalidades inerentes aos domínios cognitivos experienciais ali existentes antes do processo de institucionalização. A perspectiva jurídica adotada para o conceito de Território Tradicional não pode sugerir que antes as experiências espaciais ali não eram legítimas. Portanto, entende-se necessário um esforço reflexivo para evidenciar as correlações entre lugar e território (fenomênico experiencial e o institucional) no pensar sobre a ação política dentro de uma Resex.

Embora reconheça-se hoje a dimensão e a amplitude do conceito de território, incluindo até a interação sociedade/natureza (HAESBAERT, 2006), a geografia “descobriu” o território por meio da geografia política e das teorias sobre a atuação e a concepção do poder instituído sobre um “[...] espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado.”

(CLAVAL, 1999, p.7). Portanto, há um predomínio dentro da geografia dessa noção atribuída ao conceito. Nessa perspectiva, a ideia de território relaciona-se diretamente com a ideia de controle e ordenamento. O território do Estado é

[...] a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. (HAESBAERT, 2006, p.40).

Se tratando de UCUS não posso me furtar dessa perspectiva, no entanto a preocupação é não fazer dela o encerramento do debate sobre a questão do território sob o risco de ignorar suas inter-relações com a experiência cognitiva e existencial e a ação política. O próprio Haesbaert (2006) considera em suas reflexões uma diversidade de noções atribuídas ao termo e influenciadas pelas condutas filosóficas de cada pesquisador. Mais uma vez a ciência geográfica vê-se na busca pela superação da dicotomia material/imaterial.

Nas reflexões sobre território (fenomênico experiencial), destaca-se a necessidade de serem consideradas a dimensão material das relações sociais e “[...] o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.” (HAESBAERT, 2006, p.42).

Ainda nas duas últimas décadas do século XX, a dimensão imaterial do território, por meio da geografia humanista ou fenomenológica, empresta ao debate contribuições de filosofias que atribuem à experiência vivida e à percepção dos sentidos fortes influências no conhecer e explicar os processos e os fenômenos geográficos. Assim, o fenômeno do território deixa de ser apenas uma realidade dada e objetivamente explicável e passa a ser também uma realidade socialmente construída por meio de experiências vividas e ações humanas no cotidiano.

Ao contrário do que coloca Raffestin (2011), ao considerar o espaço como anterior ao território e atribuindo-lhe a imposição da flecha do tempo em suas constituições, compreende-se aqui ambos – espaço e território – como sendo processos de significação humana construídos no cotidiano de experiências cognitivas e existenciais vividas na dimensão espacial da existência humana. Assim, o espaço não é algo dado “[...] como se fosse uma matéria-prima.” (RAFFESTIN, 2011, p.144), preexistente a todas as ações humanas. Como ato de significação humana, o espaço permite mundos que surgem de relações e interações experienciais entre ontologias coexistentes. É experiência, ação, intencionalidade e cotidiano.

Essa noção corrobora com a noção de mundo percebido de Merleau-Ponty (2004), pois na exploração desse mundo percebido, há o espaço. Como para o autor, esse mundo nos é

revelado pelos sentidos (aqui acrescido, vale ressaltar, do imaginário e da memória) e pela experiência vivida. O espaço também o é: “[...] todo ser exterior só nos é acessível por meio de nosso corpo e é revestido de atributos humanos que fazem dele também uma mescla de espírito e de corpo.” (MERLEAU-PONTY, 2004, p.18).

Nesse processo, a dimensão espacial da realidade identifica, por meio de atos intencionais e ações humanas, os territórios (fenomênicos experienciais) e a eles destina-se valores e significados fundados na coexistência cotidiana. Não se trata do vínculo destacado por alguns estudiosos entre território e cultura, explorado por meio da compreensão da identidade e dos elementos da identificação no espaço apropriado (HEIDRICH, 2013). Trata-se tão somente de relações e interações fenomênicas experienciais, por meio de relações e interações cognitivas entre ente, Ser e mundo com os seus processos e objetos cognoscíveis.

Os territórios (fenomênicos experienciais) possuem, portanto, em sua materialidade concreta e imaginária as mesmas experiências e interações cognitivas inerentes a todo processo de significação da espacialidade na existência humana. No entanto, a dimensão topofílica dessas relações e interações não se realizam necessariamente e seus desdobramentos no cotidiano são diferentes quando comparados com os desdobramentos das relações e interações para com o lugar.

Nos territórios, as relações e interações – especificamente na Resex Marinha de Canavieiras – se realizam, sobretudo, durante as atividades extrativistas e tais relações podem provocar sentimentos de fadiga e frustração, por exemplo. Contudo, o bem-estar e outros sentimentos positivos também aparecem nessa dinâmica relacional e interativa ocorridas nos e com os territórios. Criam-se, assim, inúmeras territorialidades que se sobrepõem nos processos de realização da vida e das atividades extrativistas. A essa sobreposição, atribui-se também a pluralidade humana, presente em todos os fenômenos do viver social como circunstância e substância.

No caso da Resex, os territórios (fenomênicos experienciais) se constroem a partir das inter-relações entre trabalho, saberes e obras extrativistas. No entanto, a significação desses territórios não acontece somente a partir desses precedentes, pois há outros instantes e interações que propiciam aos agentes-sujeitos identificar e identificar-se com territórios diversos. O itinerário cotidiano de ir e vir cria os territórios de deslocamento entre lugares. No caso dos pescadores e das marisqueiras da Resex, esse itinerário é cumprido com o vai-e-vem das embarcações com as idas para o mangue, visitas a amigos e familiares de comunidades vizinhas, pescarias de estuário e alto mar, sempre fluando pelos caminhos que unem e separam mundo, territórios e lugares.

Para as discussões sobre o fenômeno do território no pensamento geográfico é importante evidenciar o sentido aqui atribuído a duas expressões presentes no debate, a saber: política e poder. No entanto, antes de aprofundar tais questões é necessário destacar que a perspectiva experiencial e a concepção fenomênica do mundo impedem-me de pensar o fenômeno do território distante dos pressupostos filosóficos e epistemológicos da fenomenologia e da ciência da cognição. Território dentro da Resex trata essencialmente da experiência cognitiva e existencial e da realização da coexistência cotidiana de pescadores e marisqueiras artesanais.

Ao retornar, portanto, à questão da política, da mesma maneira que Massey (2013) define ser essencial a compreensão de uma nova política para pensar a questão do espaço, também o é para pensar o território. A noção de política sempre foi central nas reflexões e estudos sobre o território dentro do pensamento geográfico. Aqui sua compreensão parte da concepção fenomênica do mundo, o que implica numa ressignificação do fenômeno do território a partir de um outro sentido atribuído à política. Entendo-a dentro da perspectiva da ação e como atividade da condição humana de existência, a pluralidade humana intrínseca lhe é essencial.

Esse sentido para a política difere substancialmente do senso comum que a liga com a política praticada pelos políticos profissionais (denominaremos aqui de política partidária) eleitos pelo voto popular e responsáveis, portanto pelo cumprimento de parte significativa das responsabilidades e deveres do Estado para com o cidadão. Essa política partidária é criada e legitimada a partir da delimitação territorial da atuação soberana de um governo, seja ele federal, estadual e/ou municipal. A reflexão crítica não se direciona a contestar a legitimidade da existência de territórios instituídos nesse contexto, mas sim a ampliar a noção dada ao conceito e explorar outros entendimentos e compreensões da dimensão espacial do viver social. Isso remete a identificar a “criação” legítima de territórios (fenomênicos experienciais) não ligados ao Estado ou por ele institucionalizados.

Assim, sem considerar o Ser-observador na atribuição de significados e na constituição das realidades intersubjetivas, os territórios pesqueiros nascidos na experiência cotidiana de pescadores e marisqueiras da Resex correriam o risco de não serem considerados legítimos. Isso implicaria no não cumprimento dos preceitos necessários para o reconhecimento de um território institucionalizado pelo Estado. No entanto, como colocado antes, há nesse caso dois momentos que garantem a legitimidade, tanto fenomênica experiencial, como institucional: os próprios pescadores e as marisqueiras significando seus territórios pesqueiros e,

posteriormente, esses territórios pesqueiros sendo legitimados frente ao Estado e transformados em Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Ao compreender a política como fenômeno nascido da pluralidade humana e que tem na ação sua fonte de existência e na liberdade seu significado, a mesma carrega como característica intrínseca o viver social humano. Se o território e o lugar são possíveis na experiência cognitiva e existencial de interações cotidianas e significação do mundo circundante, tornando-nos ser-no-mundo, as geograficidades reveladoras de nossa relação visceral com a Terra (DARDEL, 2011; MARANDOLA JR., 2014) são fenômenos essenciais para a coerência da ação política com cada dinâmica social instituída.

A ação, como atividade da condição humana de coexistência, tem na política sua adjetivação essencial, pois a ação é a atividade humana política por excelência. Nesse sentido, voltando aos fenômenos que influenciam o sentido de território, para Arendt (2014) a ação política sempre estará subordinada a um contexto de relações de poder. O que é essencial nesse caso é a noção de poder considerada para a ação política. Assim, Arendt (2014), Freire (2005), Sen (2011), B Santos (2011) e Castoriadis (1982) contribuem para o debate sobre princípios fundamentais para se pensar o poder dentro de uma perspectiva humanista e fenomênica, que não crie obstáculos para a noção de ação política com vistas ao viver social sadio.

A noção de viver social sadio colocado por Maturana (1997; 2005) depende de um modelo de organização do tecido social voltado para tal fim, mas que também o tenha como meio. Isso conduz à noção de autonomia ligada à política pertencente à *práxis*, ou seja, “[...] é aquilo que visa o desenvolvimento da autonomia como fim e utiliza para esse fim a autonomia como meio.” (CASTORIADIS, 1982, p.94). A autonomia torna-se necessariamente um princípio para a ação. Com base nessas reflexões, a política não pode ser definida por um esquema de fins e meios, pois seria reduzi-la a um simples fazer técnico (CASTORIADIS, 1982; ARENDT, 1993). A vida social sempre acontece para além disso e as relações que a caracteriza e a identifica precisa se basear “[...] na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência [...]” (MATURANA, 1998, p.69). Isso remete a uma característica básica da ação: a pluralidade humana.

O viver social sadio depende, portanto, de uma trama de relações cotidianas que tem na ação política mecanismos para forjar relações sociais não hierárquicas e independe da supervalorização ou da desvalorização para impor a obediência ao outro, já que isso é contrário à base emocional necessária no âmbito da convivência de aceitação mútua. “[...] sem aceitação mútua não pode haver coincidências nos desejos, e sem coincidências nos desejos não há harmonia na convivência, nem na ação nem na razão e, portanto, não há liberdade social.”

(MATURANA, 1998, p.75). Nesse sentido, destaca-se a força, e não o poder, como central nas relações hierárquicas e de obediência civil. Por isso é importante lembrar que também há para o fenômeno do poder interpretações e proposições explicativas distintas, seguidos de contextos sociais e políticos diferenciados, os quais se desdobram em diferentes reflexões para suas inter-relações com as ações humanas e a vida social.

Aqui o poder apresenta-se como um fenômeno que se efetiva “[...] onde a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais [...]” (ARENDT, 2014, p.249). Carrega, portanto, o potencial de estabelecer relações e interações novas. Como a ação, o poder também ocorre *a partir da* e *na* pluralidade humana, mantendo a possibilidade de existência do domínio público e justificando a sua essencialidade para a ação (ARENDT, 2014). Assim, o poder como fenômeno existindo nas relações entre agentes-sujeitos unidos na modalidade da ação por meio da coexistência do ser-no-mundo, “[...] tem um espantoso grau de independência de fatores materiais, sejam estes números ou meios.” (ARENDT, 2014, p.250), tal como no caso da ação política.

Nesse contexto de convivência entre seres humanos o poder se efetiva e a organização do tecido social voltada para a ação política é constituída e mantida por esse mesmo poder. Compreende-se essa organização do tecido social por meio das suas geograficidades intrínsecas. Portanto, todo significado atribuído ao fenômeno do poder que pressupõe sua criação e manutenção *pelo* e *no* indivíduo e não *pela* e *na* coletividade se distancia do sentido aqui apresentado. Não há nada mais depreciativo na ação do que a perda de poder,

O que primeiro solapa e depois destrói as comunidades políticas é a perda do poder e a impotência final; e o poder não poder ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência, mas só existe em sua efetivação. (ARENDT, 2014, p.249).

O poder é, assim, um potencial de poder (ARENDT, 2014), intimamente ligado à manutenção do corpo político e de sua possibilidade de agir. Como no espaço da aparência, o poder somente se efetiva quando os agentes-sujeitos se reúnem com tal intencionalidade. “E sem o poder, o espaço da aparência produzido pela ação e pelo discurso em público se desvanecerá tão rapidamente como o ato vivo e a palavra viva.” (ARENDT, 2014, p.255).

O espaço da aparência onde a ação se realiza se desdobra em influências para o território de sua atuação, o qual é também político e tem em sua dinâmica cotidiana relações de poder entre agentes-sujeitos agindo em cooperação. O que se destaca são as concepções de política e poder pressupostas para pensar a ação política e o viver social sadio. Assim, quando o Estado controla o território por meio de ações coercitivas, muitas vezes isto é traduzido como

expressão das relações de poder. No entanto, a ideia de poder não pode concordar com intervenções impositivas do Estado ou qualquer órgão, instituição, grupo empresarial, etc., frente às demandas da vida social e do agir político.

As noções de domínio e controle sob os outros e do território evidenciam um discurso forjado ao longo dos tempos sobre o fenômeno do poder. “Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos.” (RAFFESTIN, 2011, p.58), como objetos de desejo do poder ligado sobretudo à política partidária. Contudo, isso levaria a considerar os mesmos trunfos colocados por Raffestin (2011) em relação aos êxitos desse tipo de poder; tais trunfos aparecem necessariamente na perspectiva da competição entre povos e/ou entre Estados por territórios e seus recursos. Essa visão é contrária ao que se pensa aqui, pois entende-se que “A competição não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro.” (MATURANA, 1998, p.13). Ao negar o outro, nega-se também sua ontologia existencial e cria-se obstáculos para o diálogo, para a autonomia e para a partilha (princípios refletindo o âmago da noção de política) no convívio cotidiano; tudo o que vai contra a noção de ação política e de viver social sadio assumidos para essa pesquisa.

Por isso o ponto de partida para as reflexões foi admitir o ser humano e sua existência ocorrendo *no-e-com-o-mundo* (FREIRE, 2002); o *Dasein* e o ser-no-mundo de Heidegger (2005). Nessa dinâmica nascem as relações e as interações cognitivas e experienciais determinando as materialidades, concretas e imaginárias, da existência humana. Isso significa que a transformação do mundo passa necessariamente pela transformação do agente-sujeito agindo sobre esse mundo. “A criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural.” (FREIRE, 2002, p.81). A compreensão desse espaço – e das relações e interações realizadas a partir dele - passa necessariamente pela perspectiva fenomênica experiencial, visto que tais relações e interações são criadas e criam os fenômenos comuns à nossa condição humana para a coexistência cotidiana.

Toda reflexão sobre a ação política e seus sentidos e fundamento geográfico para o viver social, aliada ao entendimento das experiências vividas e das relações e interações cognitivas como fenômenos gerativos dos saberes humanos, levou-me a busca da compreensão de como essa ação política interveem positivamente na organização do tecido social, especificamente numa Resex marinha. A partir disso, entende-se necessário o estabelecimento de princípios para a política, justificando para o próximo subcapítulo a atenção dirigida aos fenômenos do diálogo, da autonomia e da partilha e suas correlações para com a ação política com vistas à gestão de uma Resex.

2.4 Princípios para a ação política com vistas ao viver social sadio

A aproximação com a gestão da Resex durante a realização das vivências e experiências em campo, me permite afirmar que refletir sobre princípios para a ação política é refletir sobre o comportamento da AMEX e das lideranças comunitárias da unidade. Visto que na concepção da instituição e na relação entre as pessoas há elementos que me fizeram compreender a política como um fenômeno essencialmente ligado ao modo de Ser de cada agente-sujeito participante; tanto em relação ao mundo como em relação ao outro. Nesse modo de Ser, que se traduz na coexistência cotidiana e na espacialidade do ser-no-mundo, há os valores e os sentidos atribuídos e assumidos nesse processo e dinâmica.

Não é possível refletir sobre princípios para a política, sem refletir sobre o comportamento defendido e realizado pelas lideranças comunitárias da Resex. Priorizar a solidariedade em detrimento ao egoísmo é, segundo Ernesto Monteiro (liderança de Barra Velha), essencial para escolha de um ou uma representante no Conselho Deliberativo da unidade. Para Carlinhos, liderança de Atalaia, a cumplicidade e a disponibilidade para ajudar o outro vem do exemplo e comportamento do pai, pescador de Jangada, e que ele faz questão de manter em sua atuação de líder comunitário.

Assim, a partir desse subcapítulo conclui-se a composição dos princípios necessários à política - diálogo, autonomia e partilha - e estimados imprescindíveis para a ação e para a vida social. Iniciou-se as reflexões sobre tal necessidade e analisa-se agora o modo como esses princípios interagem e influenciam as diferentes ações humanas, especificamente a construção e interação de saberes - científicos ou não - e a ação política com vistas ao viver social sadio.

Independente do domínio cognitivo experiencial ao qual as proposições explicativas pertençam, os seus processos de legitimação demandam do ouvinte aceita-las como reformulações de experiências cognitiva e existencial (situações e fenômenos) em termos de outras experiências (situações e fenômenos). Por isso os saberes são possíveis *por meio e a partir do* acúmulo dessas experiências trazidas à tona através do imaginário, do pensamento reflexivo e da memória. Assim, ressalta-se que, a partir da perspectiva do domínio das ontologias constitutivas, compreende-se também as ciências como um domínio cognitivo experiencial.

Significa, nesse sentido, considerar a existência de inter-relações inextricáveis entre a ontologia existencial, as atividades do espírito e as experiências vividas na construção dos saberes humanos. Em consequência, tais saberes não se restringem ao domínio cognitivo

experiencial científico; há tantos domínios cognitivos possíveis quantas experiências ontológicas e existenciais realizadas.

Como a ação se realiza entre agentes-sujeitos sem dependência alguma das condições materiais ou técnicas disponíveis, e pautada na noção de liberdade, ela conduz o ser humano ao encontro dialógico com o outro, *conditio sine qua non* e também *conditio per quam* para toda a vida política. Esses dois fenômenos humanos (saberes e ação) têm, portanto, na pluralidade e na interação dessa pluralidade seus processos gerativos essenciais.

Após as reflexões sobre as relações e interações humanas realizadas na dimensão espacial da existência, a construção do diálogo *de e entre* saberes e os sentidos e fundamento geográfico da ação política, refletir-se-á sobre o convívio social e sua constituição enquanto algo sadio ou não. Nesse sentido, alguns elementos que compõem esse convívio e são por ele forjados determinam os princípios estabelecidos para a política, os quais se desdobrarão em ações e práticas sociais cotidianas. Portanto, faz-se necessário retomar e aprofundar reflexões já iniciadas sobre os fenômenos do diálogo, da autonomia e da partilha e suas inter-relações com a ação política e a vida social cotidiana.

Sendo a liberdade política e a pluralidade humana intrínsecas à ação, podemos encontrar nas reflexões sobre o fenômeno do diálogo colocadas por Freire (2005) e Bohm (2005), da autonomia colocadas por Kant (2007) e Castoriadis (1982) e da partilha no sentido atribuído por Brandão e Streck (2006), caminhos para compreender as inter-relações possíveis entre ação política e viver social e apropriar-se de elementos legitimadores dos princípios necessários ao sentido social para a ação política.

A aceitação mútua e a cooperação na convivência são substanciais ao viver social sadio e às coincidências nos desejos dessa convivência. Quando não existentes, precisam ser construídas e ao mesmo tempo conservadas. Assim, entende-se o diálogo, a autonomia e a partilha como processos capazes de contribuir na organização do tecido social necessária a tal construção. Com o estabelecimento dos princípios aqui destacados, os meios e os fins tendem a nascer intimamente ligados ao contexto social e de geograficidades no qual realiza-se a ação.

Como Amartya Sen (2011) reflete, a redução arbitrária da multiplicidade de princípios que guilhotina todos os outros critérios avaliativos aplicados para a política e sua prática coletiva, implica na negação do estabelecimento de tais princípios. Coloca-se em risco a garantia da efetiva liberdade e pluralidade dos agentes-sujeitos do processo, substituindo-os por um fim objetivo e único. Estabelecer como princípios o diálogo, a autonomia e a partilha tende a evitar esse guilhotinamento dos mecanismos propiciadores da verificação e da reflexão crítica frente a ações e práticas realizadas. Eles invocam constantemente a autoavaliação e a

autoverificação do que está sendo realizado no cotidiano daquele contexto social. A autorreflexão crítica e coletiva imprescinde do diálogo, da autonomia e da partilha.

Para a questão do diálogo, é importante colocar alguns pressupostos relacionados a sua caracterização para que sua compreensão se correlacione diretamente com os seus benefícios intrínsecos. Todavia, considera-se essencial a distinção entre um diálogo de saberes e um debate de opiniões. Ao considerar estudos apresentados por Bachelard (1996), as opiniões são a primeira noção de obstáculo epistemológico. Como trata-se para o autor de obstáculos internos ao ato de conhecer, quando cristalizadas e transformadas em proposições explicativas, as opiniões adquirem “[...] assim uma clareza intrínseca abusiva.” (BACHELARD, 1996, p.19) e vão contra os princípios do espírito científico. A opinião, segundo o autor “[...] *pensa mal*; não *pensa*: traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los.” (BACHELARD, 1996, p.18). Novamente o utilitarismo se desdobra em entendimentos absolutamente contrários à ação e à liberdade na política e na vida social.

Identifica-se, portanto, uma correlação reflexiva entre o debate sobre os riscos da substituição da ação pela fabricação, com argumentos relacionados à substituição dos princípios da política pelos meios e fins (ARENDT, 1993; 2014), com o debate sobre diálogo de e entre saberes e a disputa de opiniões. De fato, quando a opinião substitui os saberes humanos ou quando o fazer técnico substitui a ação, cria-se um cenário fragilizado para a organização do tecido social, sob o ponto de vista da coesão de um corpo político e da construção do viver social sadio. Com efeito:

O que caracteriza todas essas modalidades de evasão é o conceito de governo (*rule*) isto é, a noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer. (ARENDT, 2014, p.277).

Ao admitir como legítima tal situação, as relações e interações passam a ser vivenciadas e experienciadas na perspectiva do comando e da obediência, fatores essencialmente alheios ao diálogo *de e entre* saberes, a autonomia e a partilha de experiências no cotidiano. Essa dinâmica de relações revela outra situação e circunstância de clara correlação entre ação política e viver social.

Desta maneira, o fenômeno do diálogo, a partir dos estudos de Bohm (2005) e Freire (2005), apresenta-se essencial à ação política. Ao discursar sobre a natureza do diálogo, Bohm (2005) busca *a priori* o significado etimológico da palavra, que “[...] vem do grego *diálogos*. *Logos* significa ‘palavra’ ou, em nosso caso, poderíamos dizer ‘significado da palavra’, e *dia* significa ‘através’ – e não ‘dois’, como parece.” (BOHM, 2005, p.33-34). Assim, o significado

etimológico da palavra *diálogo* sugere um conjunto de significados que fluem *entre* e *através* de quem desse diálogo participa.

Essa fluidez que impede e inviabiliza a disputa de opiniões. Há, portanto, uma íntima relação com a ação, pois o discurso intrínseco somente terá validade e coerência para com a pluralidade humana que lhe é própria por meio do diálogo. Do mesmo modo que a ação vislumbra fazer existir algo até então inexistente, a partir do fluir de significados inerentes ao diálogo também podem surgir compreensões novas sobre fenômenos, processos ou relações estabelecidas;

O retrato ou imagem sugerido por essa derivação é o de uma *corrente de significados* que flui entre nós e por nosso intermédio; que nos atravessa, enfim. Esse fato tornará possível o fluxo de significados na totalidade do grupo, e daí podem emergir compreensões novas. Trata-se de algo inédito, que pode não estar presente no ponto de partida. Esse significado compartilhado é a “cola”, ou “amálgama” que mantém juntas as pessoas e as sociedades. (BOHM, 2005, p.34).

As diferenças entre uma simples discussão de opiniões e o diálogo *de e entre* saberes passa necessariamente pelo fluir de significados, já que na discussão há uma disputa de ideias cujo propósito inevitavelmente é vencer. “Opiniões assim tendem a ser experienciadas como ‘verdades’, embora possam consistir apenas em suas teorias e seus fundamentos.” (BOHM, 2005, p.38). A correlação com o exposto antes sobre a noção de obstáculo epistemológico atribuído à opinião invoca duas questões fundamentais: a primeira sobre a anulação de algum suposto *status* das opiniões frente à construção coletiva de saberes; e a segunda, sobre cotidiano e ação, ou seja, as opiniões se anulam frente à eminente necessidade da pluralidade dialógica ser e aparecer no tempo e no espaço da ação.

Aqui está a natureza do pensamento coletivo, ao contrário do pensamento competitivo que nega o outro (MATURANA, 1998; BOHM, 2005 e FREIRE, 2005): é substancial a dialogicidade aplicada à construção dos saberes. Estabelece-se, portanto, uma consciência reconhecidamente coletiva e livre em sua existência e concepção. “Tudo pode se mover entre nós. Cada pessoa participa, compartilha a totalidade dos significados do grupo e, ou mesmo tempo, faz parte dele. Isso é um diálogo verdadeiro.” (BOHM, 2005, p.65).

Essa dinâmica pode ser observada durante as reuniões que a AMEX realiza antes das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex. Como nessas reuniões estão presentes apenas os extrativistas marinhos e eventuais convidados externos, ao contrário das reuniões do conselho, o diálogo flui e define-se o comportamento coletivo a partir das demandas também coletivas. Os participantes entendem tais reuniões como o momento de construção coletiva de estratégias

de comportamento e discurso para lidar com as pautas colocadas para cada reunião do Conselho Deliberativo.

Desta maneira, quando Maturana (1998, p.75) expõe seu entendimento sobre convivência sadia e democracia, o faz considerando a necessidade da criação de “[...] um domínio de convivência no qual a pretensão de ter um acesso privilegiado a uma verdade absoluta se desvanece.”. A legitimidade de um domínio cognitivo de existência é obra humana e o propósito de sua transformação também o é. Nesse sentido, as relações sociais e suas interações promovidas compõem o imaginário social instituído e é por ele caracterizado e forjado. Entretanto,

As relações humanas acontecem sempre a partir de uma base emocional que define o âmbito da convivência. Por isso, a convivência de pessoas que pertencem a domínios sociais e não-sociais distintos requer o estabelecimento de uma regulamentação que opera definindo o espaço de convivência como um domínio emocional declarativo que especifica os desejos de convivência e, assim, o espaço de ações que o realizam. (MATURANA, 1998, p.74).

É essencial o abandono da competição e da luta como válidas cultural e socialmente. Os princípios aqui elencados para o agir político tendem a criar um espaço de convivência – o mesmo espaço da aparência onde a ação se realiza – e com os elementos que compõem tais princípios tornam a competição e a luta situações sem sentido e desprezíveis para a coexistência humana. As inter-relações entre a palavra, o diálogo e o discurso colocam a palavra como algo que transcende um simples meio para o diálogo e o discurso; trata-se de entender também seus elementos constitutivos (FREIRE, 2005).

Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente, imediatamente, a outra. (FREIRE, 2005, p.89).

Percebe-se que a cumplicidade e a cooperação aparecem inerentes a todas as reflexões envolvendo a ação política e o viver social sadio. Por isso

O propósito do diálogo é percorrer todo o processo do pensamento e mudar o modo como ele acontece coletivamente. [...]

O objetivo do diálogo não é analisar as coisas, ganhar discussões ou trocar opiniões. Seu propósito é suspender as opiniões e observá-las – ouvir pontos de vista de todos, suspendê-los e a seguir perceber o que tudo isso significa. Se puder perceber o que significam todas as nossas opiniões *compartilharemos um conteúdo comum*, mesmo se não concordamos completamente. [...]

Se cada um de nós fizer a suspensão de pressupostos faremos todos a mesma coisa. Olharemos juntos. O conteúdo de nossa consciência será essencialmente o mesmo. (BOHM, 2005, p.38 e 65).

Tanto para a ação política como para o diálogo, as palavras precisam ser sinceras na busca da transformação e pronuncia do mundo. Por ser uma exigência ontológica existencial, o diálogo carrega em si essa pronuncia do mundo; ao mesmo tempo pronuncia também o ser humano agente-sujeito desse mesmo mundo. A ação se realiza por meio do diálogo, da partilha e da autonomia, a partir de uma coexistência cotidiana nos direcionando à aceitação mútua para, na recursividade do viver, estabelecermos nossas coincidências nos desejos de convivência.

Na perspectiva dialógica da ação política, o encontro entre agentes-sujeitos se realiza com o propósito de transformação do mundo em colaboração. Portanto, tal encontro é precedido da aceitação mútua e da compreensão de que na dialogicidade para a ação política não há “[...] um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disso, há sujeitos que se encontram para a pronuncia do mundo, para a sua transformação.” (FREIRE, 2005, p.192). Assim sendo, revelam-se essenciais as reflexões críticas sobre realidades percebidas e vividas, a fim de transformá-las e não mitificá-las sob o risco da dominação existente e comum ao sistema de governabilidade institucionalizada pelo Estado se perpetuar.

Ao direcionar as ações políticas para o viver social sadio, é importante haver entre os agentes-sujeitos desse processo um fluir emocional considerando para o outro a mesma legitimidade atribuída ao eu. Ao ser mediatizada pelo mundo, a coexistência cotidiana não se esgota na relação eu-tu (FREIRE, 2005), pelo contrário, é na pluralidade humana e na diversidade que ela se realiza e adquire sentido. Por isso compreender o espaço como a realização da coexistência de multiplicidades.

Além da dialogicidade, outro princípio necessário à ação política é a autonomia dos agentes-sujeitos. Visto que o fenômeno do diálogo não permite interações hierárquicas e coercitivas, a autonomia relaciona-se com as reflexões sobre as atividades do espírito, especificamente com os fenômenos do querer (a vontade) e do julgar (liberdade política), que precedem a ação. Kant (2007) na obra *A fundamentação da Metafísica dos Costumes*, originalmente publicada em 1785, já apontava a relação entre autonomia, vontade e liberdade. No entanto, Castoriadis (1982) e Arendt (2000a; 2000b) ampliam a compreensão do fenômeno (a autonomia) ao relacionarem-no de maneira mais clara e direta com a política e a ação.

Outro pensador que destaco é Paulo Freire (1996; 2005), pois ele também contribuiu com reflexões sobre tal fenômeno – a autonomia –, ligando-o a um outro fenômeno que se realiza no íntimo das relações e interações humanas do *ser-no-e-com-o-mundo* e materializadas

no convívio com o outro, dentro de uma dinâmica específica de relações denominada pelo autor de *educação*³⁶.

Ao pensar a ação política e sua realização no cotidiano, é necessário considerar a autonomia do agente-sujeito estendendo-se ao universo social. Por se tratar de relações e interações sociais ocorridas na espacialidade do *Dasein* e na constituição do ser-no-mundo, o convívio com o outro com vistas a ação tem, a partir dos princípios para a política aqui estabelecidos, a necessidade iminente de considerar o sentido de Ser alheio durante este processo. Estabelece-se, portanto, a autonomia enquanto princípio básico da política, pois “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p.59).

O filósofo Castoriadis (1982) utiliza a expressão *práxis*³⁷ para se referir ao fazer político, “[...] este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia.” (CASTORIADIS, 1982, p.94). Há aqui uma íntima relação com os estudos de Arendt (1993; 2014) sobre a ação e a política como atividades da condição humana de existência. Os dois autores se preocupam em não reduzir o fazer político a um simples fazer técnico e nem tão pouco relacioná-lo a algum tipo de saber absoluto, que não se questiona e não está aberto ao diálogo e ao fluir de significados em busca de algo em comum. Tal como a noção de ação política em Arendt (1993), “A *práxis* não pode ser reduzida a um esquema de fins e meios. O esquema do fim e dos meios pertence precisamente à atividade técnica [...]” (CASTORIADIS, 1982, p.94-95).

Tem-se a consciência que no atual contexto da organização social e política predominantes, há regras econômicas e mercadológicas influenciando o cotidiano ao produzir, dentre vários efeitos, um processo de aproximação constante de um viver social que prescindia dos princípios considerados necessários à política. Tal fato justifica estender a autonomia ao domínio do social e não restringi-la ao indivíduo.

A concepção que apresentamos mostra ao mesmo tempo que não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e que sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva. (CASTORIADIS, 1982, p.129).

36 O fenômeno da educação, como o exercício cotidiano de convívio com o outro para troca de experiências positivas para a vida social, tem papel essencial na construção da coesão na organização do tecido social e do corpo político, assim, tal fenômeno será revisitado no capítulo 4 e seus respectivos subcapítulos na perspectiva de explorar essa correlação anunciada.

37 Para não fugir de um dos conceitos centrais nesse estudo, é importante ressaltar que continuaremos utilizando a palavra *ação*, sobretudo pela relação estabelecida com o espaço, no entanto como há uma interface entre as reflexões de Hannah Arendt sobre ação e Cornelius Castoriadis sobre a *práxis*, considerou-se necessário esclarecê-la a partir do sentido apresentado pelo o pensamento de ambos os autores.

O mesmo ocorre com o diálogo e a partilha para a ação política; a existência humana é sempre a coexistência de muitos num jogo de relações e interações cotidianas. Ao falar sobre o fenômeno da autonomia fala-se necessariamente sobre a noção de liberdade, a da liberdade política, não a liberdade como lei universal da moralidade em Kant (2007). A autonomia não pode ser resumida a uma suposta universalidade da moralidade para o agir humano.

Desta maneira, ao considerar a ação a partir de sentidos e fundamento geográfico, considera-se sua íntima relação com as geograficidades e o espaço onde se realiza. Nesse sentido, a moral nunca será universal, pois dependerá do contexto social e político dentro do qual ela é praticada. Por isso considera-se que a dimensão espacial da existência e suas relações e interações sociais têm como universal os princípios estabelecidos à política e não os seus efeitos para a vida cotidiana.

A universalidade, portanto, está restrita aos princípios determinados. No caso da partilha, essa relação ocorre por meio da pluralidade humana e seu convívio. Isso justifica Maturana (1998) propor reflexões sobre a constituição da política e da convivência humana, ao destacar o papel da base emocional que define o âmbito e os desejos dessa convivência, bem como o espaço onde se realizará.

Trata-se aqui do convívio sadio entre domínios cognitivos experienciais pertencentes a contextos de relações e interações cognitivas e existenciais distintas: pescadores e marisqueiras tradicionais da Resex Marinha de Canavieiras, funcionários do ICMBio – representantes do Estado brasileiro - e sociedade civil alheia ao universo da pesca e da mariscagem. Essas relações cotidianas demanda, segundo Carlinhos (2015), liderança comunitária de Atalaia, de funcionários do ICMBio que tenham condições e sensibilidade de lidar com a sociedade.

O cara que tem visão de que o empoderamento comunitário é a melhor estratégia de conservação dos recursos pesqueiros é jogado de lado... a autonomia comunitária também pro Estado as vezes choca. Eles argumentam quando você não tem organização, mas você também não pode avançar muito. (Carlinhos, 2015).

Para as lideranças da AMEX esse cenário cria condições desfavoráveis ao cumprimento do real papel do Estado junto as comunidades tradicionais.

É claro que a gente um declínio também, a gestão por parte do poder público tem deixado muito a desejar, muito mesmo. Então nós carregamos uma frustração muito grande de que nós conseguimos a nível de Associação Mãe junto com as comunidades avaliar, planejar e executar, a nível de gestão junto com órgão público federal, ICMBio, a gente avalia, vai para as reuniões do Conselho, avalia, propõe, mas não se executa por diversos argumentos; falta

de recursos, falta de estrutura, falta de pessoal, mas no nosso ponto de vista, falta muito mais é determinação mesmo, é querer fazer a coisa diferente, é querer ver a transformação acontecer. (Carlinhos, 2015).

Todo esse contexto justifica para a ação política propor justamente a autonomia para diálogos, interações e relações com vistas à partilha de experiências vividas. Entende-se que a vida social e sua legitimidade instituída não dependem da homogeneização de costumes e comportamentos. Pelo contrário, as coincidências entre os desejos de convivência não são exclusivas e possíveis apenas num mesmo domínio cognitivo experiencial. Esse processo de buscar no fluir de significados inerente ao diálogo (BOHM, 2005), coincidências nos desejos de convivência, Maturana (1998) compreende-o como uma

[...] conspiração ontológica à liberdade de ação que se conquista ao compartilhar um desejo que serve de referência para guiar o agir dos conspiradores na convivência. Cada vez que entramos num acordo para fazer algo juntos, de modo a não precisarmos nos controlar mutuamente, porque com aceitação e respeito pelo outro agimos com sinceridade, estamos numa conspiração ontológica. Quer dizer, estamos na construção de um mundo comum a partir do desejo da convivência. (MATURANA, 1998, p.78).

No caso específico da Resex Marinha de Canavieiras, a conspiração ontológica para a liberdade justifica-se e materializa-se na gestão e no cuidado para com os territórios e os lugares vividos. As coincidências no desejo de convivência são refletidas na recursividade do viver cotidiano de zelo e carinho com o qual os moradores realizam e concretizam suas ações.

O fracasso das ditaduras e dos sistemas totalitários e estadistas, de caráter socialista ou não, não é um fracasso econômico, mas espiritual. Seu fracasso é o fracasso do sistema de um projeto ontológico que busca estabelecer uma ordem social impondo um dever ser que nega o indivíduo como ser social consciente e responsável por sua participação na construção do mundo que ele traz consigo em sua convivência com os outros. (MATURANA, 1998, p.79).

Por isso o destaque para a consciência coletiva presente entre os pescadores e as marisqueiras artesanais da Resex; é a compreensão da posição no mundo e da relevância social e política para a própria existência. Em todas as entrevistas e diálogos realizados nas experiências e vivências de campo foram evidenciados o orgulho de ser pescador/marisqueira e a importância da criação da Resex para garantir acesso aos territórios pesqueiros e possibilitar, assim, a construção da autonomia na gestão territorial. “A Resex ajudou a consciência do pescador mostrando a ele que a conservação garante sua vida” (Fabio Santana, pescador da comunidade de Campinhos, 2015). “É por isso que eu defendo a Resex, vou ajudar até debaixo da água.” (D. Maria da Gloria, pescadora de Barra Velha).

A base emocional sob a qual funda-se o viver social instituído é necessariamente forjada nesse cotidiano de encontros entre pessoas. Tanto quanto os saberes, o viver social também é resultado das interações e da dialogicidade entre geograficidades que narram e permitem à pluralidade humana ser e aparecer.

Ao destacar a essencialidade do significado atribuído ao espaço e a cada mundo criado *a partir e como* consequência disso, as ações políticas assumem papel substancial para a compreensão das diferentes e possíveis relações e interações existenciais cotidianas. Os sentidos e o fundamento geográfico dessas ações impõem aos lugares e aos territórios uma inextricavelmente e íntima relação com a ontologia existencial e as experiências vividas. Portanto, como o agente-sujeito tem o seu Ser revelado na ação, o fluir de significados, no qual o diálogo se apoia e se realiza, faz da compreensão das geograficidades um caminho que traduz as condições e as interações da pluralidade humana inerente à essa ação.

A partilha, junto ao diálogo e à autonomia, nada mais é do que uma forma solidária de coexistência cotidiana, cuja aceitação mútua na convivência é preceito fundamental para a conspiração ontológica pretendida. A ação política com vistas às transformações sociais positivas vislumbra também a geração de saberes para apoiar as transformações providas dessas mesmas ações políticas. Contudo, Brandão e Streck (2006) destacam ser mais importantes do que os saberes em si, os diálogos *de e entre* saberes e as experiências partilhadas entre diferentes grupos sociais. Assim sendo, cada ser humano representa uma fonte original e insubstituível de saber.

Longe de reduzir a vida social a um conjunto de regras e comportamentos impostos por um mundo já pronto e acabado, o ser humano inconcluso e consciente de sua inconclusão (FREIRE, 2005 e FURTER, 1992), ao se projetar para o agir político e para a transformação social, busca o *ser mais* e a pronuncia a partir da sua situação de ser-no-mundo.

[...] como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu *aqui* e no seu *agora* que constituem a situação em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados. (FREIRE, 2005, p.85).

Por esse motivo entendo o viver social a partir de algumas condições básicas e iniciais que o define e o viabiliza, a saber: as conspirações ontológicas de coincidências nos desejos de convivência. Portanto, a correlação entre proposições explicativas da ciência da cognição e das fenomenologias permite compreender o viver social como resultados de acoplamentos de diferentes naturezas (MATURANA e VARELA, 2001), ao mesmo tempo em que se funde num fluir de significados através de um ambiente comunicativo compartilhado (SCHUTZ, 2012).

Tais acoplamentos, segundo Maturana e Varela (2001), ocorrem a partir de acoplamentos estruturais entre organismos vivos, desdobrando-se em interações recorrentes resultantes, no caso humano e numa perspectiva fenomenológica, dos *acoplamentos de terceira ordem*. Há na natureza diferentes níveis de acoplamentos entre os diferentes sistemas vivos existentes. “Esse fenômeno é praticamente universal. Por isso, ocorre que os distintos grupos de animais o apresentam com uma grande variedade de formas específicas.” (MATURANA e VARELA, 2001, p.201-202). Contudo, embora haja acoplamentos de uma mesma natureza nos diferentes sistemas vivos, no caso dos acoplamentos possíveis e necessários nas interações humanas – os *acoplamentos de terceira ordem* - somam-se elementos que inexistem dentre outros sistemas vivos não humanos, a saber: a atribuição de significados a partir da identificação de significantes e o uso da linguagem para partilhar percepções e experiências do cotidiano.

Ao entender que a vida social não acontece na competição, como algumas teorias científicas tentam legitimar, mas sim na conservação da adaptação e na cooperação, há características próprias do fenômeno social que são essencialmente altruístas e não egoístas.

Essa fenomenologia se baseia no fato de que os organismos participantes satisfazem suas ontogenias individuais principalmente por meio de seus acoplamentos mútuos, na rede de interações recíprocas que formam ao constituir as unidades de terceira ordem. (MATURANA e VARELA, 2001, p.214).

Ao observar uma conduta de coordenações recíprocas, observa-se também a constituição de um sistema de interações que é possível *na e a partir da* linguagem. Desse modo, os sistemas sociais humanos exigem para sua existência operar seus componentes dentro de um domínio linguístico específico e delimitado (MATURANA e VARELA, 2001), corroborando com as reflexões sobre ambiente comunicativo compartilhado de Schutz (2012), também constitutivo do social. Portanto, as interações e relações entre geograficidades distintas cria os diferentes domínios cognitivos experienciais, os quais revelam que tal fenômeno – o sistema social humano - “[...] não representa uma forma essencialmente distinta em relação ao mecanismo que a possibilita. [...] é um fenômeno que se viabiliza como um caso particular de comportamento comunicativo.” (MATURANA e VARELA, 2001, p.223). Como um sistema, a vida social é assim compreendida:

Cada vez que os membros de um conjunto de seres vivos constituem, com sua conduta, uma rede de interações que opera para eles como um meio no qual eles se realizam como seres vivos, e no qual eles, portanto, conservam sua organização e adaptação, e existem em uma co-deriva contingente com sua participação em tal rede de interações, temos um sistema social. (MATURANA, 1997, p.199).

Como seres sociais, nós seres humanos, vivemos o cotidiano dentro de uma contínua e ininterrupta imbricação com o Ser dos outros, ao mesmo tempo em que possuímos também experiências existenciais individuais e intransferíveis (MATURANA, 1997). Admitir tais pressupostos significa destacar nos sentidos e no fundamento geográfico da ação as geograficidades e o espaço da aparência para a compreensão dessa ação e de seus desdobramentos para a vida social na qual ela ocorre. Nas sociedades humanas os sistemas sociais são compostos por interações recorrentes e cooperativas, ao expressar o operar de seus agentes-sujeitos por meio dos diferentes domínios cognitivos experienciais existentes (MATURANA, 1997; 2001).

Esse ambiente comum é estabelecido pela compreensão que, por sua vez, é fundada sobre o fato de que os sujeitos motivam uns aos outros reciprocamente em suas atividades espirituais. Assim surgem relações de entendimento mútuo (Wechselverständnis) e consenso (Einverständnis) e, com isso, um ambiente comunicativo compartilhado. Esse ambiente é caracterizado pelo fato de que ele é relativo às pessoas que se encontram nele, de modo que esse ambiente é sua contrapartida (als ihr Gegenüber). (SCHUTZ, 2012, p.181).

Em suma, existimos como seres humanos somente em um mundo social que, definido por nosso ser na linguagem, é o meio no qual nos realizamos como seres vivos, e no qual conservamos nossa organização e adaptação. Em outras palavras, toda a nossa realidade humana é social, e somos indivíduos, pessoas, somente enquanto somos seres sociais na linguagem. (MATURANA, 1997, p.203).

As interações recorrentes e cooperativas do viver social cotidiano sugerem, corroborando com Arendt (2014), que o agir nunca é um agir solitário e sempre o é mediatizado pelo mundo; é sempre um encontro de experiências, saberes e desejos de convivência. Logo, ao propor uma reflexão sobre os sentidos do diálogo e da autonomia para a partilha na vida social cotidiana, e considerar tais fenômenos como inerentes à ação política, propõe-se ao mesmo tempo uma reflexão sobre nosso modelo predominante de organização do tecido social e especialmente sobre a conduta individual dentro de um tecido social organizado.

Tais pressupostos indicam ser impossível pensar a vida social e sua instituição como algo dado e finalizado por uma espécie de “força” maior que supera e anula o indivíduo, suas experiências vividas e as atividades do espírito. Ora, se admitimos as geograficidades como a expressão mais íntima e profunda das interações e relações humanas com a Terra, é imprescindível pensá-las dentro de um sistema social instituído, porém, sempre inconcluso. Ao tomar consciência (*conscience e consciousness*) dessa inconclusão, toma-se consciência também da eterna possibilidade, garantida pela liberdade política e pelas relações e interações

cognitivas e experienciais, de transformação do que está até o momento posto como válido dentro de qualquer sistema social.

O *eu* dialógico, [...], sabe que é exatamente o *tu* que o constitui. Sabe também que, constituído por um *tu* – um não-eu -, esse *tu* que o constitui se constitui, por sua vez, como *eu*, ao ter no seu *eu* um *tu*. Desta forma, o *eu* e o *tu* passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois *tu* que se fazem dois *eu*. (FREIRE, 2005, p.192).

Desta maneira, todas as reflexões frente à ação política e seus princípios, a construção de viveres sociais, que têm na partilha peça fundamental para a coexistência humana, o diálogo *de e entre* saberes e as experiências sempre direcionadas à vida social sadia, resultam na circunstancialização de um cenário social específico. Assim, no próximo capítulo, retoma-se e aprofunda-se questões de instrumentos institucionais do Estado e outros socialmente concebidos, necessários às reflexões sobre a interface entre territórios comunitários (fenomênicos experienciais) e Territórios Tradicionais (institucionalizado pelo Estado), ambos com significados intimamente ligados a espacialidade intrínseca à existência, aos saberes e aos fazeres dos pescadores e das marisqueiras artesanais da Resex.

3 EXPERIÊNCIA VIVIDA E A ATRIBUIÇÃO DE SIGNIFICADOS: sobre territórios comunitários e Territórios Tradicionais

As geografias solenes dos limites humanos...
Paul Éluard

Quando escolhi iniciar a tese com discussões sobre o sentido de Ser a partir das relações e interações cognitivas e das experiências vividas, percebi que a dimensão espacial da existência estabelece relações de cumplicidade entre a ação política e o viver social. Desta maneira, considero que essa compreensão precede a compreensão dos sentidos atribuídos aos territórios comunitários vividos pelos pescadores e marisqueiras. Visto que esses sentidos surgem nessa dinâmica de relações e interações que se encerram no Ser e na sua realização cotidiana. Portanto, os dois primeiros capítulos versam sobre os fenômenos gerativos e constitutivos dos territórios comunitários.

Antes de apresentar o sentido cognitivo e experiencial de significação do espaço que resulta na maneira como os pescadores e as marisqueiras artesanais o vivenciam, entende-se essencial às discussões epistemológicas e teóricas circunstancializadas a partir do mundo dos extrativistas marinhos e que precederam esse capítulo. Compreender os fenômenos e processos que nos permitem significar a dimensão espacial da existência é substancial à compreensão dos sentidos atribuídos aos territórios comunitários. Quando transformados pelo Estado em Territórios Tradicionais e UCUS, precisa ficar claro que é esta coexistência de condutas consensuais recursivas de coincidências nos desejos de convivência seu significado essencial.

O não entendimento desses pressupostos criam obstáculos para a gestão e a autonomia comunitária. Talvez por isso a AMEX considere, segundo Carlinhos (2015),

O principal objetivo hoje nosso é a autonomia da comunidade. Nós não temos uma outra saída hoje. Nós não temos a menor condição hoje de daqui a dois anos o ICMBio nomear um outro chefe pra reserva extrativista de Canavieiras e nós termos que começar tudo novamente... ninguém consegue trabalhar assim... a comunidade precisa assumir, o ICMBio tendo seu papel de órgão federal fiscalizador e a comunidade tendo seu papel na implementação de políticas públicas, na definição das estratégias de manejo e uso dos recursos naturais e na busca pela melhoria e qualificação da produção pesqueira. Sem definirmos essas estratégias pra longo prazo e termos que ficar trabalhando ao longo de 10 anos como nós trabalhamos e refazendo sempre as ações nós não conseguiremos êxito de forma nenhuma.

A mudança dessa situação está intimamente ligada ao fato de no capítulo anterior a palavra *território* aparece às vezes acompanhada da expressão *fenomênico experiencial* entre parênteses. A intenção foi evidenciar um sentido admitido ao fenômeno do território a partir de

preceitos filosóficos da fenomenologia e da ciência da cognição. Propõe-se uma resignificação do conceito demandado *a priori* pelo caminho epistemológico escolhido, mas sobretudo por entender que entre os extrativistas marinhos a compreensão e a identificação do território pesqueiro, por exemplo, está intimamente relacionada às suas geograficidades, relações e interações cognitivas e experiências vividas.

É impossível para um pescador ou marisqueira identificar a localização, a durabilidade e o comportamento de um território pesqueiro, ou da mariscagem, sem a coexistência cotidiana para o acúmulo de experiências vividas *com essa e nessa* intencionalidade. Ao contrário do comportamento comum do Estado, não se trata apenas de relações para o controle institucional de uma porção do espaço ou para fazer da natureza uma simples fonte de recursos. A experiência da realidade em sua dimensão espacial não é vivenciada pelos pescadores e marisqueiras artesanais apenas na e pela consciência (*conscience*) objetiva.

Por isso a importância de apresentar elementos da dinâmica social de relações e interações cognitivas e experienciais presentes na coexistência dos extrativistas marinhos da Resex. São esses elementos – sentires, saberes e fazeres – que permitem a compreensão das geograficidades existentes e da dinâmica relacional por elas criadas. Para tanto, admite-se a presença de dois sentidos atribuídos ao fenômeno do território e sugeridos no título desse capítulo: os territórios comunitários de experiências e vivências dos pescadores e marisqueiras e o território institucional da Resex. Há uma inexorável relação entre ambos e a existência do segundo não se justificaria sem a consideração da legitimidade da existência do primeiro.

Os fenômenos centrais para a proposta de reflexão sobre o território são o da experiência cognitiva e existencial e o da geograficidade. O objetivo não é um levantamento antropológico sobre cultura e costumes de pescadores e marisqueiras artesanais, mas sim uma análise sobre atividades da condição humana de existência – ação, trabalho e obra – essenciais à compreensão dessa relação dialógica entre saberes e experiências vividas.

Entende-se aqui o fenômeno do território como resultado de relações e interações experienciais e cognitivas para com a dimensão espacial da existência. No entanto, há dentro do domínio cognitivo das ciências, especificamente da geografia, proposições explicativas sobre tal fenômeno, definindo-o a partir do funcionamento e controle do Estado. No entanto, o interesse aqui reside em transcender tal explicação e alcançar, assim, sua dimensão fenomênica experiencial intrínseca, ligada a outros sentidos possíveis para o fenômeno.

Um livro com bastante influência na conceitualização de território pelo pensamento geográfico é o “Por uma Geografia do Poder”, de Raffestin (2011, p.143), no qual o autor coloca a perspectiva conceitual como “[...] uma formalização e/ou quantificação mais precisa [...]”. Ao

mesmo tempo atribui a existência do território como resultado “[...] de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (REFFESTIN, 2011, p.143-144).

Embora nessa obra o autor não aprofunde o debate sobre o sentido da ação, ele refere-se ao território como resultado dela. Ao fazê-lo, cria-se uma correlação com alguns pontos refletidos nessa pesquisa em relação à noção de espaço considerada, pois entende-se que o espaço adquire sentido humano a partir das ações e da vida social nele realizadas. No entanto, é importante considerar a ação política uma atividade da condição humana precedida pelas atividades do espírito e concomitante à experiência, visto que, Raffestin (2011) a coloca muitas vezes na mesma perspectiva de um simples fazer técnico.

Há, portanto, uma necessária ressignificação do território para além da aparente universalidade da definição conceitual. A partir do processo de significação dos territórios pesqueiros por parte dos pescadores e das marisqueiras da Resex, correlaciona-os com a noção de território comunitário: o território nascido *a partir da* e *na* coexistência de experiências cognitivas e existenciais vividas no cotidiano. Por isso a preocupação em correlacionar a cumplicidade entre a ontologia existencial e a dimensão fenomênica da ação política.

Somado à perspectiva experiencial, na qual a atribuição de significados sempre passa pela realidade intersubjetiva, e devido às influências nas ações políticas e na vida social dentro da Resex, é importante considerar também a perspectiva jurídica e institucional dos Territórios Tradicionais. O mesmo ocorre com a política, além do sentido já apresentado nos capítulos anteriores, reconhece-se na dinâmica e nos processos envolvidos para a criação de uma UCUS influências da política partidária, muitas vezes impondo obstáculos à realização da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e ao cumprimento das funções sociais e políticas³⁸ que justificaram a criação do ICMBio. Assim, é imprescindível em minhas reflexões considerar aspectos inerentes à perspectiva jurídica do conceito e ao mesmo tempo identificar estratégias de atuação da política partidária, por meio da gestão pública, na tentativa de controle do território onde hoje encontra-se a Resex.

Há uma dialética presente no debate sobre o território e implícito no título do capítulo, no entanto compreende-se que a conceitualização jurídica de Territórios Tradicionais não elimina as experiências vividas de relações e interações cotidianas comuns aos territórios comunitários, visto que Território Tradicional é considerado o espaço para a reprodução social, cultural e econômica dos povos e comunidades tradicionais. O território é “[...] onde a história

38 Tais funções estão ligadas às finalidades apresentadas nos incisos de I a V no art. 1º da Lei nº 11.516 de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (SANTOS, 2007, p.13). O central para esse debate é evidenciar as manifestações da existência humana consideradas para atribuir sentido ao território.

Quando Milton Santos (2007) propõe uma reflexão sobre normas e o território, ele o faz pensando nas influências e determinações dos processos de normatização. Embora o autor cite como exemplo empresas do grande capital, é possível e coerente uma analogia com o território da Resex Marinha de Canavieiras. Como no caso das empresas, existem normatizações diretamente ligadas à Resex, a saber: a legislação federal sobre UCUS, o Plano de Manejo e o Acordo de Gestão, o Acordo de Pesca de Canavieiras e o estatuto de funcionamento do Conselho Deliberativo, coexistindo com normatizações indiretamente ligadas, por exemplo, as leis municipais e estaduais, estratégias de atuação das empresas ligadas ao turismo de lazer no litoral da Bahia ou ainda as regras seguidas pelo comércio local.

Para as Resex, os processos de normatizações externa e interna podem criar obstáculos à liberdade prevista pela ação política. Quando o dinheiro é colocado como o fator principal dos critérios e processos de normatizações territoriais, tem-se automaticamente a tendência de tudo tornar-se “[...] objeto de troca, valorizado cada vez mais pela troca do que mesmo pelo uso.” (SANTOS, 2007, p.16). Com as transformações econômicas das últimas décadas, além do dinheiro do Estado, o dinheiro privado também interfere e muitas vezes determina normas para territórios diversos. “[...] o comando se dá a partir do dinheiro global. Esse dinheiro fluido, que é também invisível, um dinheiro tornado praticamente abstrato, um dinheiro global e um dinheiro despótico.” (SANTOS, 2007, p.17).

Suas influências nos territórios ignoram escalas de percepção e experiências vividas dos agentes-sujeitos já presentes nesse território. Ao impor modelos e estratégias de uso para os territórios, os dinheiros do Estado e o global adquirem *status* indevido por interferirem muitas vezes de forma impositiva nas relações e interações sociais já existentes nesse território.

Em outras palavras, a presença das empresas globais no território é um fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente nexos que refletem as suas necessidades individualistas, particularistas. (SANTOS, 2007, p.20).

Não só as empresas globais, mas o próprio Estado quando ignora as relações e interações sociais e políticas já existentes corre-se o risco de agir de forma arbitrária e contrária às suas responsabilidades para com a gestão e as políticas públicas. A conceitualização de território, ao legitimar a coerção e a imposição do Estado como “relações de poder”, torna-se muito conveniente para as normas assumidas pelo dinheiro global. Isso pode impor aos

Territórios Tradicionais o sentido de espaços desinteressantes para a lógica especulativa e de investimentos atuais e ao mesmo tempo legítima qualquer atuação do Estado com vistas a validar normatizações externas e alheias a esses territórios.

É possível destacar na Resex Marinha de Canavieiras grandes empresas ligadas aos setores da carcinicultura, petroquímico e de redes hoteleiras influenciando negativamente nos territórios comunitários existentes (voltarei a esse tema no último capítulo). As influências maiores ou menores das normas externas a esses territórios variam de acordo com a organização do tecido social presente. Isso reflete no quão ele está preparado para avaliar e se necessário resistir a tais processos de normatizações. A possibilidade de resistência frente às transformações impostas por externalidades está diretamente relacionada à capacidade de conservação da conspiração ontológica nos desejos de convivência necessária à ação política. O espaço da aparência existe só em potencial e enquanto a organização do tecido social carregar tal propósito. Isso justifica Santos (2007) considerar que a geograficidade impõe como condição histórica a questão do território e sua centralidade no debate geográfico, pois é nele também, a partir do espaço, onde as ações humanas e todas as manifestações de existência se materializam.

Essa inexorável inter-relação entre o fenômeno do território, a atuação do Estado e a do dinheiro (público e privado) está presente em diferentes proposições explicativas do pensamento geográfico. Independentemente de serem inclinadas ou não para o materialismo histórico, o território aparece muitas vezes como um conceito demandante da legitimidade garantida pela presença do Estado, evidenciado nas relações institucionais de sua delimitação e controle.

Outro ponto em destaque trata da interface entre território e relações de poder. Na proposta apresentada por Souza (2007, p.78) coloca-se o território como sendo “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.”. Não obstante, o autor também se aproxima das reflexões de Hannah Arendt sobre o fenômeno do poder e altera o entendimento em relação à perspectiva apresentada por Raffestin (2011). Assim, essas relações de poder podem assumir caráter não hierárquico e não coercitivo. Ao admitir a intervenção autoritária do Estado no território como exercício de poder, admite-se as relações se realizarem a partir de petições de obediência. Ao contrário, a perspectiva trazida por Hannah Arendt (2014) coloca as relações de poder providas do agir coletivo e em concerto com a pluralidade humana; trata-se de um fenômeno que emana essencialmente do e no coletivo.

Por isso a compreensão do sentido atribuído para territórios comunitários justifica-se, pois, não nega a experiência das consensualidades coletivas inerentes às relações e interações

cognitivas e existenciais. Entre os pescadores e as marisqueiras artesanais da Resex a significação dos territórios pesqueiros é construída nas experiências vividas de saberes e fazeres da pesca. Assim, há nessa trama de significantes e significados elementos ligando-os íntima e profundamente à Terra e se materializando nas práticas sociais, no trabalho e nas obras inerentes a esse universo. A prática do extrativismo marinho evoca e apresenta tais ligações, manifestando-as na aparência e no Ser dos agentes-sujeitos da Resex: são suas geograficidades se realizando na realização do *Dasein* e na constituição do ser-no-mundo. (**Figura 22**).

Figura 22: Essas geograficidades estão no conhecimento da planta (A) que fornece o fruto para fazer o óleo que compõe e caracteriza suas refeições (B), nas atividades cotidianas do lar (C) e das atividades extrativistas e/ou navegação (D).



Fonte: João Gonçalves de Santana e Ernesto Monteiro de Almeida, 2014 e 2015.

Quando chamo a atenção para o alheamento dos dinheiros do Estado e o global para com os territórios comunitários (Tradicionais), é por que esse processo demanda estratégias de comportamento e argumentos para justifica-las ou tentar legitimá-las. Assim, faz-se uma relação com a discussão de Bauman (1998) sobre a criação e anulação dos estranhos. Embora o autor refira-se às sociedades, me parece bastante pertinente uma correlação com os territórios

e suas geograficidades. Dentre os territórios usufruídos pelo dinheiro global e do Estado, há também territórios de “estranhos” com modos de vida que não despertam interesses da economia global ou do próprio Estado.

Dentre eles, pode-se destacar os Territórios Tradicionais. Como geralmente eles ocupam grandes áreas, com algum atrativo natural podendo ser transformado em mercadoria ou commodities, as contradições evidenciam-se, pois, no caso da Resex as dinâmicas social, econômica e política dos extrativistas marinhos (os “estranhos” no caso) apresentam-se como obstáculos e o território e seus “recursos” como oportunidades de investimentos.

Por exemplo, segundo Sr. Goldman, morador de Puxim da Praia, o hotel Transamérica Comandatuba, localizado no município de Una, na parte norte da zona de amortecimento da Resex, realiza passeios por entre os manguezais e estuários da unidade e além de explorar economicamente esses bens naturais, também faz da lama do mangue um atrativo ao afirmar aos turistas e hóspedes que essa lama possui qualidades benéficas à saúde humana.

Reconhece-se haver atualmente inúmeros critérios e estratégias para definir alguém (ou grupo social) como estranho ou não às ordens estética, ética e de conhecimento válido do mundo. O autor destaca duas estratégias diferentes, porém complementares de lidar com os estranhos. A *antropofágica* trata da

[...] estratégia da assimilação: tornar a diferença semelhante; abafar as distinções culturais ou linguísticas; proibir todas as tradições e lealdades, exceto as destinadas a alimentar a conformidade com a ordem nova e que tudo abarca [...]" (BAUMAN, 1998, p.29).

A outra estratégia é a *antropoêmica*, “[...] a estratégia da *exclusão* – confinar os estranhos dentro das paredes visíveis dos guetos, ou atrás das invisíveis, mas não menos tangíveis [...]" (BAUMAN, 1998, p.29). Numa situação mais extrema o autor ainda admite os estranhos sendo simplesmente destruídos fisicamente.

Bauman (1998) também apresenta uma reflexão sobre o papel do Estado nessa criação e anulação dos estranhos e cita sua atuação como sendo a “[...] fonte de todo poder e acima de tudo do poder coercitivo ajudado e favorecido pelo poder que absolve da desumanidade.” (BAUMAN, 1998, p.28). Mais uma vez o fenômeno do poder é colocado como tendo a mesma função da violência e da coerção ao invocar a obediência civil. Essa fluidez no discurso abre possibilidades para a legitimação de sentidos atribuídos a fenômenos da modernidade contrários às reflexões anteriormente apresentadas. Quando a violência coercitiva promovida pelo Estado é entendida como poder significa ser necessário rever profundamente o papel do Estado na sua relação cotidiana com as pessoas.

No processo de conceitualização do território dentro do pensamento geográfico, tanto Raffestin (2011) como Haesbaert (2006), colocam o entendimento do poder essencial ao entendimento do território e sua dinâmica interna. Como no caso do território, Raffestin (2011, p.52) liga o poder à ação humana, no entanto o considera “[...] insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem.”. O autor propõe uma separação na qual o “Poder” e o “poder” evidenciam uma suposta ambiguidade para o fenômeno: com letra maiúscula seria o *Poder* instituído e visível por meio dos aparelhos de delimitação e controle do território, sua população e seus recursos e o *poder* com letra minúscula seria invisível e parte intrínseca de toda e qualquer relação de força.

O poder não se distingue pela letra maiúscula ou minúscula; é um fenômeno intrínseco à dinâmica de um corpo político e emana do e no coletivo relacionado intimamente com a organização do tecido social desse coletivo. Como “[...] o poder não carece de justificativas, já que seria inerente à existência de qualquer comunidade política [...]” (SOUZA, 2007, p.80), ao ser gerado num contexto de ações políticas, criam-se espaços de experiências e vivências distantes da dinâmica criada pela coerção e pela violência mascaradas de poder. Ao trazer essa noção para o debate sobre território, as relações de poder assumem outra feição e com isso o território adquire sentidos para além do sentido atribuído pelo exercício do Estado ou controle por meio do dinheiro.

[...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o sendo comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional”. (SOUZA, 2007, p.81).

O sentido atribuído ao espaço influencia no sentido atribuído à política e o sentido atribuído ao poder influencia o sentido atribuído à ação. Assim, ao colocar o poder como um jogo de relações de força considerando “[...] um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam.” (RAFFESTIN, 2011, p.53), coloca-se também a política numa trama de medição de forças conflitantes (como no caso da política partidária), ao contrário da ação política na qual o poder é um potencial de poder e necessariamente emana de uma conspiração ontológica de coincidências nos desejos de convivência. O mesmo ocorre nos territórios comunitários, ao contrário do “poder” na política partidária que se realiza como verbo, num contexto coercitivo de relações hierárquicas.

As reflexões de Bauman (1998) sobre a criação e anulação dos estranhos, as de Arendt (1993; 2007; 2014) sobre liberdade, ação e política e as de Souza (2007) a respeito do território e da autonomia, aliadas às vivências e experiências em campo para a realização da pesquisa, tornam substancial o reconhecimento das geograficidades coexistentes em território pretendido para a criação de alguma Resex ou RDS. Caso contrário, esse processo de institucionalização territorial tende a realizar intervenções orientadas pelas estratégias antropofágica ou antropeômica. Paradoxalmente, “Na sociedade moderna, e sob a égide do Estado moderno, a aniquilação cultural e física dos estranhos e do diferente foi uma destruição criativa, demolindo, mas construindo ao mesmo tempo; mutilando, mas corrigindo...” (BAUMAN, 1998, p.29).

É comum esse tipo de atuação no funcionamento do Estado brasileiro. Há inúmeros exemplos de empreendimentos sob o discurso ideológico do desenvolvimento econômico que, em nome de supostas melhorias para a sociedade, justificam a expropriação de algum grupo de populações agroextrativistas tradicionais de seu território de origem. Nesse debate torna-se imprescindível apresentar reflexões sobre a noção de justiça e sobre características do modelo de democracia praticado no Brasil. As relações de poder invocadas em todo e qualquer debate sobre território e política têm o seu entendimento carregado de influências teóricas muitas vezes alheias à pluralidade humana. Em vista disso, corre-se o risco do debate iniciar e encerrar numa perspectiva meramente institucional para os fenômenos.

A noção de democracia emprestada da política partidária é igualmente, como o poder transformado em verbo, um obstáculo à ação política com vistas ao viver social sadio. Desde o período do Iluminismo, vem se forjando no mundo um jeito de Ser e estar com profunda dependência do progresso tecnológico, do desenvolvimento econômico e do Estado liberal. “Foi a ideia de progresso que possibilitou acreditar que as sociedades abençoadas com a riqueza material poderiam dispensar a participação ativa de cidadãos comuns no governo.” (LASCH, 1995, p.113). Dentro desse processo histórico de constituição do Estado e da ideia de política, a participação social foi sendo anulada e muitas vezes considerada dispensável ao exercício desse Estado e de seu modelo de democracia proposto.

O modelo de gestão primeiramente previsto para as Reservas Extrativistas assumia a autonomia como propósito e característica centrais (CUNHA, 2010). No entanto, o SNUC foi assinado e estabeleceu a cogestão. Isso impôs às populações agroextrativistas tradicionais a presença de um representante do Estado como chefe da unidade, presidente do Conselho Deliberativo e detentor do voto de minerva³⁹. Outro ponto negativo é a decisão de criação ou não da UCUS estar totalmente dependente de atos e procedimentos jurídicos exclusivos do

39 Expressão popular utilizada no Brasil para indicar o voto de desempate diante de alguma decisão a ser tomada.

exercício do Estado; povos e comunidades tradicionais apenas têm o direito de reivindicar a criação, no entanto, não decidem se ela ocorrerá ou não.

Diante dos pressupostos colocados para o sentido de ação política e da relevância das geografidades na gestão dos territórios, esse entendimento sobre o funcionamento e os papéis de controle do Estado precisam ser questionados. Corroborando com os meus argumentos, o debate sobre a construção do público de José Bernardo Toro (2005) trata a democracia⁴⁰ como uma cosmovisão construída a partir de princípios, “É uma forma de ver e de estar no mundo, um modo de ser e de viver.” (TORO, 2005, p.24). Como no caso da política, devido ao seu caráter fenomênico e por ser um *constructo* social, a democracia não pode ser comprada nem decretada. Nasce na experiência do convívio cotidiano e depende da aceitação mútua, da conspiração ontológica e da coincidência nos desejos de convivência.

A democracia é uma invenção do ser humano, [...] Por isso, nenhuma ordem social é de origem divina ou externa à vontade das pessoas que a assumem: é construída. Podendo, portanto, ser transformada pela mesma vontade que a construiu. [...] A democracia é incluyente, acolhe todos os interesses. Para ela, a paz não é a ausência de conflitos; é o resultado de uma sociedade capaz de aceitar regras para dirimir o conflito sem eliminar o outro. (TORO, 2005, p.26 e 28).

Viver num Estado democrático de direito não se efetiva quando há estratégias de governabilidade pública que anula ou cria obstáculos para a realização da pluralidade humana. Faz-se isso reduzindo o poder a um verbo sustentado por relações hierárquicas comuns ao funcionamento das instituições subordinadas ao Estado. Para a gestão dos territórios comunitários (Tradicionais), essa noção tende a considerar irrelevantes as geografidades coexistentes naquele espaço na tentativa da homogeneização de comportamentos e condutas que supostamente facilitariam o cumprimento das petições de obediência institucionais. Nesse sentido, há uma demanda de ressignificação do fenômeno da democracia:

Façamos da democracia um espaço político para a cooperação na criação de um mundo de convivência no qual nem a pobreza, nem o abuso, nem a tirania surjam como modos legítimos de vida. A democracia é uma obra de arte político-cotidiana [...] (MATURANA, 1998, p.75).

Por conseguinte, destaca-se o caráter processual da ação política e da construção dos saberes resultantes de experiências cognitivas e existenciais: tudo se converte para a construção de um viver social sadio. Assim, o próximo subcapítulo concentra-se no debate sobre a

40 Como no caso da política, a democracia não é um fenômeno ligado exclusivamente ao exercício do Estado. Ela está e faz parte do viver social e é essencialmente um viver político. Por isso, a democracia pode ser construída e estar presente em contextos sociais diversos com o potencial de estabelecer princípios de relações e interações para a coexistência cotidiana da pluralidade humana.

dinâmica de relações e interações sociais recorrentes nos territórios comunitários de pescadores e marisqueiras artesanais. Entende-se que o espaço geográfico possui, a partir dos diferentes tipos de relações e interações entre ente, Ser e mundo, diferentes possibilidades de observação e avaliação da espacialidade intrínseca à existência e evidenciada na e pela a realidade intersubjetiva.

3.1 A dimensão espacial da existência e o viver social em territórios comunitários: autopoiese⁴¹, trabalho e obra

Os resultados dessa pesquisa carregam significativa influência dos pensamentos de Hannah Arendt e Humberto Maturana. Especialmente nesse subcapítulo, as expressões autopoiese, trabalho e obra direcionam-se para a compreensão das correlações existentes com e entre os saberes e os fazeres de pescadores e marisqueiras da Resex Marinha de Canavieiras. Ao seguir uma perspectiva fenomênica e existencial, considera-se um distanciamento da ideia de trabalho como uma atividade regulamentada e assalariada, ou seja, apenas uma profissão. Ao mesmo tempo em que as obras não se resumem aos produtos do fazer puramente técnico, significado comumente atribuído às profissões artesanais e à fabricação de objetos.

Antes de aprofundar essas questões, apresento elementos para a caracterização e a identificação de relações sociais e de atividades extrativistas presentes em territórios comunitários, ao considerar a existência de uma Resex. Para tanto, retoma-se e aprofunda-se o debate sobre o domínio do público e suas correlações com a justiça e a democracia na gestão de tais territórios. A Instrução Normativa - IN nº 03/2007 destaca em seu art. 20º que vulnerabilidades sociais e econômicas de populações tradicionais tornam prioritária a criação de Resex ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS em seus territórios vividos. Portanto, ao avaliar as políticas públicas direcionadas para esse universo, observa-se que o tema da justiça social, sempre amparado por preceitos democráticos, evidencia princípios e diretrizes estabelecidos pelo próprio Estado brasileiro.

Estudos científicos e filosóficos preocupadas com a justiça, debatem necessariamente sobre relações entre pessoas e instituições. Tais relações são moldadas e ao mesmo tempo moldam comportamentos e condutas das pessoas e das instituições sociais existentes. Nesse

41 Segundo o próprio Humberto Maturana (1997), após descobertas científicas realizadas por volta de 1963 e que identificaram o fenômeno da circularidade na organização dos sistemas vivos, a palavra autopoiese foi inventada em 1971 durante uma discussão com outros amigos pesquisadores. Ao estudar a vida e sua constituição a utilização da expressão autopoiese justifica seu declarado interesse pelos processos e relações entre processos realizados pelos seus componentes e não nas propriedades desses componentes. Essas relações entre os processos é o que nos mantém vivos: a autocriação baseada na circularidade da vida, a autopoiese.

sentido, os estudos sobre justiça às vezes focalizam as instituições e outras vezes o comportamento das pessoas no cotidiano de funcionamento dessas instituições. Entende-se as correlações entre ambas como inexoráveis, mas como há aqui uma ênfase no ser-no-mundo e na realização de sua geograficidade, destaca-se que as relações e interações cognitivas, consideradas na experiência e na ação política, apresentam-se essencialmente cooperativas. Quando se transfere tais características para o funcionamento das instituições sociais, transferem-se automaticamente as características da conspiração ontológica e das coincidências nos desejos de convivência que as sustentam e legitimam.

É claro que a natureza da sociedade que resultaria de determinado conjunto de instituições depende necessariamente também de características não institucionais, tais como os comportamentos reais das pessoas e suas interações sociais. (SEN, 2011, p.36).

Esse pressuposto colocado por Sen (2011) corrobora com Castoriadis (1982), pois o autor considera as instituições sociais como sendo essencialmente imaginárias e imersas num universo simbólico de significações, mas que, no entanto, não se esgotam nele. Como ocorrem com as instituições, “[...] não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico [...]” (CASTORIADIS, 1982, p.142). É imprescindível a presença do imaginário e do pensamento em nossos processos criativos e de experiências vividas: “[...] o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para ‘expressar-se’, o que é óbvio, mas para ‘existir’, para passar do virtual a qualquer coisa a mais.” (CASTORIADIS, 1982, p.154). A partir disso iniciam-se seus processos de materialização e realização no cotidiano; o imaginário constituindo-se em ação consciente e ato intencional quando somado à memória e ao pensamento cognitivo com vistas à ação, à prática social ou à experiência.

Como resultado de significações imaginárias, as instituições sociais são inerentes à vida humana e não possuem, portanto, vida própria. Não existem em si mesmas, apenas no espaço relacional e interativo das experiências e vivências do ser humano a partir da maneira como as instituições funcionam e se realizam no cotidiano. Assim, admite-se pensar sobre a justiça a partir do comportamento dos agentes-sujeitos dentro do contexto social a qual pertence. Para as UCUS, especialmente as Resex e RDS, esses comportamentos demandam estarem intimamente relacionados com preceitos políticos e de conservação, os quais justificaram e legitimaram as ações resultantes da sua criação.

Classificar ou não um comportamento como adequado pode ter uma carga de subjetividade que inviabiliza a aceitação alheia de tal classificação. Isso fortalece a justificativa de estabelecer princípios para um sentido de política, pois tais princípios atribuem algum

parâmetro para as ações e a dinâmica das instituições por elas criadas. “A caracterização de instituições perfeitamente justas transformou-se no exercício central das teorias da justiça modernas.” (SEN, 2011, p.38), isso pode criar a falsa ideia de que as instituições possuem “vida” própria e independente das pessoas responsáveis pelo seu funcionamento e estruturação.

Tendo como base reflexões de Amartya Sen (2011) pergunta-se como a justiça pode avançar ou regredir e ao mesmo tempo como ela pode ser promovida no contexto social e político de uma Resex. A própria criação da Resex, do seu Conselho Deliberativo, do Plano de Manejo⁴² e do Acordo de Gestão⁴³ apresentam-se como instrumentos com potencial de avanços na promoção da justiça. Se há uma política pública direcionada para os Territórios Tradicionais e sua população, fazer cumpri-la é substancialmente um mecanismo de promoção da justiça. Talvez por isso Sen (2011, p.40) atribui tanta ênfase para as realizações e os feitos das pessoas; “[...] deveríamos também examinar o que surge na sociedade, incluindo os tipos de vida que as pessoas podem levar de fato, dadas as instituições e as regras [...]”. Para a Resex e as instituições direta ou indiretamente envolvidas com seu planejamento e gestão, isso se torna ainda mais essencial.

Como resultados de ações políticas, os mecanismos para o estabelecimento das políticas públicas no Brasil são processuais e ocorrem a partir de relações sociais e políticas como o é na construção do domínio do público, o qual também resulta de relações interativas e cooperativas entre agentes-sujeitos no cotidiano. A esse cotidiano atribui-se um mundo que é comum a todos nós, intersubjetivo e compartilhado entre semelhantes coexistindo num mesmo sistema social instituído.

As tramas sociais e políticas cotidianas exigem de seus componentes (agentes-sujeitos) o que Schutz (2012) chama de reciprocidade de perspectivas corroborando com a noção de coincidências nos desejos de convivência demandados pela conspiração ontológica de Maturana (1997). Como o mesmo objeto ou fenômeno podem adquirir sentidos diferentes para diferentes pessoas e contextos sociais, isso faz-se essencial e justifica a interatividade cooperativa considerada inerente ao viver social sadio. As eventuais diferenças nos sentidos individuais atribuídos têm a superação pautada na

42 Segundo o SNUC em seu art.2º e inciso XVII, plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

43 O art. 2º a IN nº 29/2012 define acordo de gestão como o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e o Instituto Chico Mendes quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente.

[...] idealização da congruência do sistema de relevâncias: até que se apresente uma evidência em contrário, eu assumo como evidente [...] que as diferenças de perspectiva originadas na minha e na sua situação biograficamente determinada são irrelevantes para os propósitos em questão para ambos [...]. (SCHTUZ, 2012, p.200-201).

Esses propósitos me fazem retornar aos debates sobre espaço público e viver social sadio em UCUS. Para as Resex o sentido de público pode ser expressado através do espaço geográfico comum a todos nesse território delimitado pelo Estado. Os propósitos referem-se à gestão da unidade resultando em melhorias nas condições de vida, trabalho e obra dos seus moradores. Tais espaços são também territórios comunitários e lugares de usufruto cotidiano. Hannah Arendt (2014) destaca dois fenômenos correlatos invocados pelo termo público, porém consideraremos apenas o sentido coerente com a compreensão pretendida, a saber: “[...] o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele.” (ARENDT, 2014, p.64). Evidencia-se, portanto, entre as geograficidades de pescadores e marisqueiras uma íntima e profunda relação com a totalidade do espaço da Resex a partir de uma íntima e profunda relação com a natureza em seu conjunto e os sentidos coletivos atribuídos a ela, sem ferir os sentidos individuais também existentes por meio dos lugares.

O espaço público na Resex “[...] enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que caiamos uns sobre os outros [...]” (ARENDT, 2014, p.64), por isso seu sentido é substancial para a gestão dos territórios comunitários; são nos espaços públicos que as coincidências nos desejos de convivência evidenciam sua significância social. É no domínio público onde congregamos, relacionamos e construímos coletivamente ações e discursos. Esse caráter precisa ser alimentado para a manutenção do potencial para a ação política. Tal fenômeno Hannah Arendt (2014, p.67) denomina de permanência,

Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem que transcender a duração da vida de homens mortais.

O mesmo ocorre com as Resex, pois como trata-se de um decreto *ad eternum*, a sua criação não tem como propósito alcançar somente os moradores do presente. A permanência das condições necessárias à existência do domínio público e da gestão desses territórios são essenciais. Isso corrobora com as correlações apresentadas entre ação política e a organização da vida social: caso a organização social e política voltadas para tais finalidades se desvaneca, o risco da Resex existir somente em decreto federal e não no cotidiano das pessoas se potencializa.

A ação política, o poder e agora a justiça existem somente em potencial, não necessariamente e nem tão pouco para sempre. Isso invoca para a organização do tecido social e do corpo político na Resex Marinha de Canavieiras a permanente preocupação com os princípios que garantiram a construção (e a posterior conservação) da conspiração ontológica de coincidências nos desejos de convivência. Essa trama resultou na criação da unidade e das instituições sociais e documentos normativos subsequentes e necessários. Por isso as lideranças da AMEX insistem na relevância da formação permanente e constante de lideranças comunitárias e da autonomia na gestão do território: “Uma Resex precisa partir do pressuposto de que o empoderamento e a renovação de liderança e o fortalecimento de instituições para no futuro ter autonomia na gestão, essa é a busca.” (Carlinhos, morador da comunidade de Atalaia, 2015).

Num ambiente democrático o espaço público se constrói no cotidiano de experiências da sociedade, “O público é aquilo que convém a todos, da mesma maneira, para a dignidade de todos.” (TORO, 2005, p.30). Esse ambiente democrático não tem escala geométrica definida *a priori*, pois é determinado pela organização do tecido social e do corpo político; assim é também um espaço construído e legitimado nas relações e condutas consensuais cotidianas estabelecidas. O processo de convir a todos da mesma maneira depende necessariamente da conspiração ontológica favorável e de um ambiente comunicativo compartilhado. Toro (2005, p.70) corroborando com tais pressupostos evidencia “[...] a concertação social como a seleção de um interesse compartilhado que, ao ser colocado fora de cada um de nós, orienta e compromete todos aqueles que o selecionaram.”.

A demanda de domínios públicos apresentados pelas Resex é devido a sua natureza jurídica, mas sobretudo à dinâmica social e política por elas evidenciadas. O agir coletivo na gestão precede qualquer intervenção a ser realizada em seus territórios e garante o modelo proposto pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ao colocar os territórios e a sociodiversidade como elementos centrais para esse processo.

Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida primordialmente pela “natureza comum” de todos os homens que o constituem, mas antes pelo fato de que, a respeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. (ARENDT, 2014, p.70).

Para as populações tradicionais agroextrativistas o mesmo objeto seria a gestão dos territórios comunitários e o insubstituível viver social sadio. Por isso o Estado deve considerar o processo de institucionalização de Territórios Tradicionais sempre posterior à percepção e a

constituição, por alguma população tradicional agroextrativista, daquele espaço geográfico como território comunitário de experiências e vivências.

Os territórios comunitários (Tradicionais) ocupados e usufruídos por populações tradicionais agroextrativistas, a partir da assinatura da Lei 9.985/2000 (SNUC) e do Decreto nº 6040/2007, puderam ser institucionalizados⁴⁴ com a criação de categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentável – UCUS.

Ao admitir a essencialidade do domínio do público para as UCUS, admite-se considerar a democracia e a justiça como *constructos* sociais com caráter processual, tal qual o domínio público. Isso significa admitir sua realização no cotidiano, no convívio de pessoas e nas experiências cognitivas e existenciais no mundo vivido, no qual esses fenômenos aparecem e adquirem sentidos. “A construção social do público requer passar da linguagem privada à linguagem coletiva, dos bens privados aos coletivos [...]”. (TORO, 2005, p.29). Essa foi a mesma passagem necessária aos territórios comunitários das Resex. O modelo de gestão realizado na e pela coletividade os colocam como espaços destinados à equidade nas relações e interações necessárias à sua gestão. Esses aspectos tornam-se evidentes ao analisar os princípios e as diretrizes do Decreto nº6040/2007, as IN’s nº 01 e 02 de 2007 que tratam do Plano de Manejo e do Conselho Deliberativo respectivamente e a IN nº 09 de 2014 versando sobre a criação e as funções dos conselhos gestores.

Essa relação com o Estado começa a ser forjada juridicamente pela lei do SNUC e pelo decreto nº 4340/2002 que a regulamenta, sendo definida a partir das conceituações jurídicas estabelecidas pelo Decreto nº 6040/2007 para Territórios Tradicionais e Comunidades e Povos Tradicionais. Suas especificidades nas relações com o trabalho e as obras na organização do tecido social implicam estabelecerem-se relações simbióticas com o mundo e a natureza circundantes, muito embora tais características não devam ser tratadas como causa/efeito ou como regra comum a todas as populações tradicionais agroextrativistas do país.

Entende-se que a legislação citada, somada à criação de uma Resex ou RDS, cria um mínimo de segurança jurídica para a realização de intervenções nesses espaços geográficos. Essa segurança é garantida, pois como instrumentos de reivindicação, a legislação contribui para a construção da autonomia na gestão dos territórios comunitários a partir das experiências cognitivas e existenciais dos grupos sociais que os habitam.

Por serem considerados espaços de reproduções sociais, culturais e econômicas, os Territórios Tradicionais são também espaços onde as coincidências nos desejos de convivência

⁴⁴ Ressalta-se que a criação de Unidades de Conservação no Brasil não se iniciou em 2000, havia antes a criação dessas áreas fundamentas em outras legislações.

se manifestam e as afetividades se materializam. É nessa dinâmica que residem os territórios comunitários como lugares comuns para sentimentos topofílicos entre ser humano, mundo e natureza; tais sentimentos traduzem valores para guiar o usufruto e o convívio cotidianos. A afetividade pelo espaço no qual habitamos “[...] emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade.” (BACHELARD, 1989, p.2). Essa atualidade aparece na compreensão de elementos compondo as geograficidades coexistentes e são revelados nas relações sociais e no dinamismo das atividades extrativistas e suas obras.

Para as populações tradicionais agroextrativistas em geral e para os moradores da Resex Marinha de Canavieiras em particular,

[...] todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. (CASTRO, 1998, p.5).

Justifica-se, assim, a interface evidenciada nos capítulos anteriores entre a existência humana, os saberes e os fazeres extrativistas. O trabalho e as obras possuem íntima relação com o sentido de Ser. Ao citar anteriormente que a expressão “trabalho” não invoca aqui uma questão puramente econômica ou uma profissão, tem-se nas palavras da pesquisadora Edna Castro elementos para corroborar com a necessidade de ampliar o entendimento sobre tal fenômeno e justificar, portanto, a aproximação entre as reflexões de Hannah Arendt a respeito das outras duas atividades da condição humana – trabalho e obra – e as de Humberto Maturana sobre o fenômeno da autopoiese e sua relação com o próprio sentido da vida.

Os processos presentes num sistema autopoietico garantem o fenômeno do trabalho e suas obras, atividades que compõe a condição humana de existência. Há uma inexorável correlação entre ambos evidente em suas definições, mas especialmente nas suas realizações “O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano [...] A obra proporciona um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural.” (ARENDT, 2014, p.8). Como um conjunto de processos *continuum* o primeiro acontece a todo instante, como a autopoiese, e o segundo é deliberado por meio de atos intencionais precedidos pelos sentidos humanos, as atividades do espírito e as experiências, que são também seus fenômenos gerativos.

O trabalho como um conjunto de processos biológicos e a obra como produto possível por meio da dinâmica interativa e relacional de tais processos (ARENDT, 2014), correlacionam-se intimamente com o fenômeno da autopoiese; a autogeração dos sistemas

vivos, cuja dinâmica interna lhes mantém vivo. “A característica mais peculiar de um sistema autopoietico é que ele se levanta por seus próprios cordões, e se constitui como diferente do meio por sua própria dinâmica [...]” (MATURANA e VARELA, 2001). Isso faz o sistema vivo operar “[...] como uma rede fechada de produções moleculares [...]” (MATURANA, 2001, p.176), na qual a obra sempre dependerá dessa dinâmica interna visto que é ela a garantia da realização e das materialidades oriundas do trabalho (ARENDT, 2014).

Entre os moradores da Resex, as materialidades do trabalho possuem íntima relação com as práticas extrativistas. A compreensão de suas obras não se desvincula da compreensão do ser-no-mundo se realizando na espacialidade do *Dasein* e de suas geograficidades. Na **Figura 23** há o exemplo de uma prática extrativista, a captura de siris, na qual o trabalho e suas obras estão presentes e dependem dos saberes para sua realização e concretude. A autopoiese como atividade constante de um sistema vivo é o fenômeno gerativo do trabalho.

A autopoiese se define como a circularidade da organização do sistema vivo *ser humano* e determina a realização ou não do trabalho como um processo da própria vida. Ao se realizar, o trabalho produz suas obras que nascem a partir de interações e relações com as externalidades, e embora tais externalidades não determinem os processos autopoieticos e nem o trabalho, elas os influenciam no modo de forjar as interações e relações com a natureza circundante. Todo esse universo abriga também os processos para a construção das geograficidades e dos saberes moldando os fazeres e suas obras. Assim, as obras, independente da intencionalidade que as motiva, possuem o trabalho como fenômeno gerativo.

Figura 23: Exemplo da mistura entre obra, trabalho e alguns objetos e gestos que os caracterizam na Resex. Neste caso, na captura de siris com armadilha chamada de munzuá.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

Para as atividades extrativistas desenvolvidas na Resex Marinha de Canavieiras, o trabalho realizado pelo corpo e as obras realizadas pelas mãos dependem do adequado funcionamento da autopoiese inerente à vida. A realização dos esforços físico e intelectual presentes nas atividades extrativistas é determinada pelos processos internos e externos ocorridos durante o trabalho para a realização de alguma obra. Nesse sentido, entende-se que as inter-relações existentes entre autopoiese, trabalho e obras invocam para os pescadores e as marisqueiras artesanais da Resex o quão significativas e essenciais são as interações relacionais cotidianas com a natureza circundante.

Dentro desse jogo semântico e etimológico das palavras, ao contrário do termo *obra*, o termo *trabalho* vem fortemente influenciado pelos riscos inerentes à perspectiva axiomática no entendimento de algum fenômeno. Isso impõe ao *debate de* e ao *diálogo entre* proposições explicativas científicas limites epistemológicos para ampliar sua compreensão. Essa ressalva também foi colocada por Hannah Arendt (2014) ao apresentar as diferenças e semelhanças etimológicas entre os termos a depender da língua e do período histórico considerados.

O desprezo pelo trabalho na teoria antiga e sua glorificação na teoria moderna baseavam-se ambos na atitude subjetiva ou na atividade do trabalhado – um

desconfiando de seu doloroso esforço, outra louvando sua produtividade. (ARENDT, 2014, p.115).

A perspectiva axiomática atual para o termo *trabalho* associa-o a emprego ou profissão regulamentados pelo Ministério do Trabalho. Essa associação é característica da era Moderna e vem da intensificação e complexificação das relações de trabalho (como emprego ou profissão) desde a primeira revolução industrial na Europa. Nos territórios comunitários trabalho e obra se confundem no cotidiano de relações e interações, no entanto a normatização territorial imposta pelo dinheiro resulta na transformação da “força do trabalho” em mercadoria também para as comunidades tradicionais. Ao atribuir o sentido de profissão para os termos trabalho e obra, os pescadores e as marisqueiras da Resex veem a desvalorização de suas atividades correspondentes, ao serem reduzidas a uma profissão com pouco valor monetário e social nos ambientes citadinos modernos. No entanto, nos territórios comunitários pode-se considerar que

O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. A obra e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. (ARENDT, 2014, p.10).

Isso evidencia a presença e a relevância da autopoiese para o desenrolar do trabalho. Para os extrativistas marinhos da Resex, as obras resultam nos artefatos da pesca e da mariscagem e na utilização dos mesmos, que por sua vez se desdobram nas garantias do alimento e da renda. Desta maneira, trabalho e obra possuem alguma relação com profissão, mas entre os pescadores e as marisqueiras da Resex não é possível esse reducionismo sob o risco de tratar um mundo de relações e interações cognitivas e existenciais presentes nas experiências vividas e no viver social como uma atividade remunerada qualquer. A construção dos objetos e dos artefatos utilizados no extrativismo possibilita a realização das obras oriundas dos saberes, unidos aos fazeres, dentre as quais apresentam como resultados o pescado e os mariscos capturados. Tanto o fazer técnico como as práticas extrativistas (que não se limitam a uma simples execução técnica) possuem os processos inerentes ao trabalho como constitutivos de suas realizações, assim ambos apresentam obras distintas, porém possíveis por meio do mesmo fenômeno gerativo; o trabalho.

Hannah Arendt (2014) reconheceu que a distinção proposta entre trabalho e obra era inusitada, mas como “A evidência fenomênica a seu favor é demasiado impressionante para ser ignorada [...]” (ARENDT, 2014, p.98) a autora desenvolveu estudos para dar robustez às suas reflexões e colocações. Outro ponto a favor é o fato de haver entre “[...] todas as línguas europeias, antigas e modernas [...] duas palavras etimologicamente independentes para designar

o que viemos a considerar como a mesma atividade [...]” (ARENDT, 2014, p.98): o *continuum* trabalho e obra. Há distinções realizadas a partir da posição política e econômica do responsável pelo trabalho e obra;

Assim, a língua grega distingue entre *ponein* e *ergazesthai*, o latim entre *laborare* e *facere* ou *fabricari*, que têm a mesma raiz etimológica, o francês entre *travailler* e *ouvrer*, o alemão entre *arbeiten* e *werken*. Em todos esses casos, apenas os equivalentes de “trabalho” têm uma conotação inequívoca de dores e penas. O alemão *Arbeit* se aplicava originalmente apenas ao trabalho agrícola executado por servos, e não à obra do artesão, que era chamada de *werk*. O francês *travailler* substitui o mais antigo *labourer* e deriva de *tripalium*, uma espécie de tortura. (ARENDT, 2014, p.98).

Todo esse histórico de debates etimológicos em cima dos termos *trabalho* e *obra* são substituídos aqui pela proposta de Arendt (2014) de tratá-los como um *continuum* experiencial, somada às reflexões de Maturana (2001) e Maturana e Varela (2001) sobre a organização autopoietica dos sistemas vivos. Embora esse livro de Hannah Arendt (2014) seja de meados do século XX, questões apontadas pela autora a respeito do desprezo histórico frente ao trabalho indicam que desde os fins do século V “[...] a pólis passa a classificar as ocupações segundo a quantidade de esforço que exigem, de sorte que Aristóteles considerava como mais mesquinhas aquelas ocupações ‘nas quais o corpo se desgasta mais’.” (ARENDT, 2014, p.100).

Transferindo para os dias atuais, o Brasil apresenta um processo histórico de formação da sociedade que desencadeou um certo menosprezo e desvalorização de empregos e profissões exigentes de grande esforço físico e aparentemente pouco esforço acadêmico, pois normalmente independem de uma formação universitária para o seu reconhecimento e exercício. No entanto, é inadequado reduzir o trabalho e a obra extrativistas a uma profissão não merecedora de crédito e *status quo* por ser braçal e supostamente não intelectual. Historicamente no Brasil, todas as atividades ligadas de alguma maneira ao modo de Ser e estar das populações indígenas e dos povos africanos sofrem com o menosprezo e a estranheza.

A instituição da escravidão na Antiguidade, embora não em tempos posteriores, não foi um artifício para obter mão-de-obra barata nem um instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o trabalho das condições da vida do homem. (ARENDT, 2014, p.104).

Essa “exclusão” acontece atualmente inferiorizando economicamente e socialmente algumas profissões que nunca foram ocupadas por membros das elites econômica e política do país. A equidade, ao contrário da hierarquização, é típica das relações invocadas pelas ontologias constitutivas do saber humano. Entre os extrativistas marinhos da Resex, trabalho e obra se confundem com a caracterização e legitimidade de seus saberes e com a construção e

coexistência de suas geografiedades: isso implica elevar tais atividades a um nível maior de relevância pública e política, visto que nascem na realização do ser-no-mundo e suas geografiedades intrínsecas.

Antes a escravidão foi útil para fazer do trabalho algo desnecessário aos “homens” públicos. Hoje reduzir o trabalho e a obra extrativistas a uma mera profissão sem valor social e econômico serve antes de mais nada para inferiorizar os grupos sociais responsáveis por essas atividades, ao mesmo tempo em que tenta impor-lhes insignificâncias econômica, social e política. Contudo, as principais atividades da *vita activa* – ação, trabalho e obra - não distinguem seres humanos com condições ou não de realizá-las, pois tratam-se das *conditio sine qua non* e *conditio per quam* de toda a condição humana de existência.

Tudo isso é necessário ao processo da vida, nada é alheio a ela e ao seu cotidiano dinâmico e interativo. Como a autopoiese, o trabalho carrega essa íntima e profunda interação com a existência em suas realizações possíveis. Maturana (2001) com o sentido atribuído a autopoiese e Hannah Arendt (2014) incluem a circularidade nos processos vitais da vida humana ao considerar o trabalho um “[...] sempre-recorrente movimento cíclico da natureza.” (ARENDT, 2014, p.119) tornando possível suportar e efetivar tais processos substanciais à existência e à conservação do estar vivo. Como a autopoiese,

A vida é um processo que em toda parte consome a durabilidade, desgasta-a e faz desaparecer, até que finalmente a matéria morta, resultado de processos vitais pequenos, singulares e cíclicos, retorna ao gigantesco círculo global da natureza, onde não existe começo nem fim e onde todas as coisas naturais volteiam em imutável e infindável repetição. (ARENDT, 2014, p.119).

A palavra “vida” nesse caso não é apenas o intervalo de tempo linear entre o nascer e o morrer e limitada por um começo e fim, embora essa dimensão da existência seja essencial para essa pesquisa. “É somente dentro do mundo humano que o movimento cíclico da natureza se manifesta como crescimento e declínio.” (ARENDT, 2014, p.120). O fenômeno da autopoiese e a atividade do trabalho movem-se “[...] sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim de suas ‘fadigas e penas’ só advém com a morte desse organismo.” (ARENDT, 2014, p.121). A esse movimento de crescimento e declínio atribui-se um significado especial, pois é esse *durante* que propicia a materialização do Ser em sua ontologia e existência e nas relações e interações cotidianas resultantes; é, então, vida também.

A partir dessas reflexões chega-se as obras e suas inter-relações com os processos da vida dentro da Resex Marinha de Canavieiras. Percebe-se nelas – as obras - uma inexorável relação para com a realização do trabalho e da própria vida (**Figura 24**). Assim, ação, trabalho

e obra somados a autopoiese compõem as atividades da *vita activa* e a organização circular da autocriação inerente aos sistemas vivos respectivamente. Ampliando as reflexões de Hannah Arendt sobre obra, aqui elas não resultam exclusivamente do fazer técnico, mas também e sobretudo da ação e dos saberes. A durabilidade e a localização das atividades humanas estão ao mesmo tempo no espaço geográfico e no espaço da aparência. Por isso o espaço assume o sentido de acolher a coexistências de multiplicidades.

Figura 24: Mistura entre trabalho, obras, saberes e objetos técnicos (tarrafa e canoa) na busca da obra resultante dos usos desses objetos: capturar o alimento e/ou garantir renda.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

As obras de nossas mãos são responsáveis pela infinita diversidade de objetos que constituem os artifícios humanos (ARENDT, 2014). Entre os pescadores e as marisqueiras da Resex, os artifícios mais comuns do cotidiano relacionam-se direta e indiretamente com as atividades da pesca e da mariscagem. Esse universo de materialidades também evidencia elementos das geograficidades locais e permite a concretude demandada pelos processos de legitimação dos saberes. Nesse sentido,

A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consumamos, o desgasta. O processo vital que permeia todo o nosso ser também o invade; e se não usarmos as coisas do mundo elas finalmente também perecerão e retornarão ao processo natural global do qual foram retiradas e contra o qual foram erigidas. Se abandonada à própria sorte

ou descartada do mundo humano, a cadeira se converterá novamente a madeira, e a madeira se deteriorará e retornará ao solo, de onde surgiu a árvore que foi cortada para transforma-se no material no qual operar e com o qual construir. [...] O que o uso desgasta é a durabilidade. (ARENDT, 2014, p.170)

O mesmo ocorre com as obras da ação, visto que a obra como potencial humano é perene. Nessa inexorável mistura entre autopoiese, trabalho e obra, os produtos do fazer técnico, somados às obras das ações políticas, dos saberes e do uso dos objetos desse fazer técnico, garantem a própria vida dos moradores da Resex. Embora o resultado da pescaria seja produto do uso realizado de obras do fazer técnico e substancial para a continuidade das vidas biológica, social e política na Resex, observa-se que as obras das ações políticas e dos saberes têm em suas materialidades e imaterialidades maior evidência na localização das ações humanas e maior potencial de durabilidade.

O maior destaque para as obras da ação política é a criação de um espaço público para a existência e a realização das geografidades de pescadores e marisqueiras artesanais. Esse processo resultou na conquista da autonomia na gestão do território como consequência da criação da Resex e da assinatura do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso⁴⁵ – CCDRU. Ambos documentos garantem o direito sob o território exercido oficialmente pela Associação Mãe dos Extrativistas - AMEX da Resex Marinha de Canavieiras (**Figura 25**). Morador de Puxim da Praia, Sr. Raimundo (2015), destaca que

Antigamente do jeito que tava as coisas... tava indo de vento à polpa... nós aqui sendo filho do lugar, extrativista, os grileiro vinha de fora comprava as terras da gente, inclusive que nem dos meus pais mesmos e meu avô, compraram, o pessoal não são daqui...

Mas, para a durabilidade perene e a localização adequada no mundo, demanda-se a contínua conservação das condições políticas e sociais necessárias ao direcionamento da conspiração ontológica para as coincidências nos desejos de convivência. A perecibilidade das obras do fazer técnico é determinada pelos materiais utilizados em sua confecção, mas a perecibilidade das obras da ação política se encerra na durabilidade da coesão social e do corpo político.

45 O CCDRU ficou estabelecido pela Lei nº 9985/2000, a qual em seu art. 23º versa sobre a posse e o uso de áreas ocupadas por populações tradicionais, como o mecanismo jurídico de concessão de direitos em relação a algum bem ou patrimônio públicos, sendo nesse caso específico o meio pelo qual estabelece-se a posse e o uso dos territórios tradicionais delimitados com a criação de uma Resex ou RDS. A concessão de direito real de uso foi criada a princípio pelo art. 7º do Decreto-lei nº 271 de 1967, o qual foi modificado pela Lei nº 11481 de 2007 que prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.

Figura 25: Imóvel utilizado como sede da AMEX até meados de 2016.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

Deste modo, quando há diálogo, autonomia e partilha garantidos nos processos decisórios da gestão cotidiana e na realização das ações políticas, as chances de haver coerência entre demandas sociais e políticas com as metodologias e caminhos escolhidos para supri-las são mais possíveis: é a coincidência nos desejos de convivência e a necessária conspiração ontológica para o viver cotidiano.

O caráter mundano das obras tem a ver com o sentido humano atribuído a elas. Para a “[...] fabricação, a obra do *homo faber* [...]” (ARENDT, 2014, p.173) sua utilidade imediata é quem conduz sua realização, ao contrário das obras da ação política nas quais o imediatismo e o utilitarismo muitas vezes se veem distantes de suas motivações, o que não elimina a urgência nos resultados desejados. No entanto, há sempre intencionalidades e significados construídos e concedidos *a partir de e por um* contexto social legítimo. A ligação íntima e profunda entre a ontologia existencial do Ser e a Terra sempre invocará relações inextricáveis entre materialidades e imaterialidades coexistentes em qualquer cotidiano social, sejam elas realizadas pelas ações políticas ou resultantes do fazer técnico.

Chamar a atenção para obras realizadas por meio de ações políticas serve para evidenciar que obras do fazer técnico são exclusivamente determinadas pelas categorias dos meios e fins, ao contrário da ação política que invoca, a partir de um sentido para política,

princípios. Contudo, é importante manter essa correlação entre ambos, pois a fabricação de objetos é demasiada necessária para a Resex, mas sem as realizações das ações políticas as práticas cotidianas que envolvem o extrativismo marinho podem perecer como consequência de uma suposta inutilidade ou insignificância. No próximo subcapítulo sigo com reflexões e análises a respeito das inter-relações existentes e necessárias entre territórios comunitários e Território Tradicional. Trata-se da construção cotidiana do planejamento e da gestão com vistas ao convívio social sadio nas Resex em geral e na Resex Marinha de Canavieiras em particular.

3.2 Entre territórios comunitários e territórios tradicionais... planejamento, gestão e convívio social sadio

As reflexões sobre a relevância de um sentido para a política e da existência na identificação e caracterização de geografidades alheias culminam na importância da dialogicidade para a realização de ações políticas dentro da Resex. Seus processos de planejamento e gestão, quando direcionados para o convívio social sadio, demandam para si os mesmos princípios já estabelecidos para o sentido da política: a autonomia, o diálogo e a partilha. O mesmo ocorre com a justiça, pois é a respeito dela que tratam todas as conquistas materiais e simbólicas alcançadas antes e a partir da assinatura do decreto de criação da Resex Marinha de Canavieiras.

A justiça e a ação política relacionam-se com a garantia da vida em suas mais diferentes dimensões e manifestações cotidianas. Os pescadores e as marisqueiras materializam e cumprem nos seus modos de vida e nas suas geografidades a mais profunda concretude de tudo o que pode ser invocado pela justiça como resultados de ações políticas. Deste modo, a escolha pela fenomenologia e pela ciência da cognição não se resume a questões puramente científicas ou epistemológicas, mas se expressa, sobretudo como posicionamento político. Ao enfatizar a ontologia e a existência enfatiza-se o Ser e suas experiências cotidianas de saberes e fazeres, aspectos sobre os quais o planejamento e a gestão dentro de uma Resex não podem se furtar.

Minhas reflexões ocorrem a partir da compreensão de relações interativas e cooperativas entre as pessoas e entre as pessoas e o mundo, o que demanda para a noção de justiça prender-se necessariamente a essa dinâmica e se realizar *a partir e por meio* dela. Nesse sentido, justifica-se e ao mesmo tempo corrobora-se com a necessidade de definir princípios para a ação política com vistas ao viver social sadio. Portanto, a justiça que o contexto da ação política demanda insere-a automaticamente nos princípios do diálogo, da autonomia e da partilha.

Nos estudos de Sen (2011) sobre o fenômeno da justiça, a interface entre o papel das instituições e das pessoas no processo de garantir ou ampliar a promoção da justiça evidenciam-se nos diferentes exemplos sobre diferentes maneiras de pensar e interpretar a justiça. No entanto, há um aspecto atribuído ao fenômeno que o coloca numa perspectiva processual. “Perguntar como as coisas estão indo e se elas podem ser melhoradas é um elemento constante e imprescindível da busca da justiça.” (SEN, 2011, p.117). A preocupação com a conservação dos princípios que guiam as ações políticas e influenciam a organização do tecido social é a mesma preocupação com a manutenção das relações sociais e políticas e das instituições criadas para a promoção da justiça. Como a ação, a justiça não existe de forma independente e precisa necessariamente ser conquistada e conservada. Essa conservação passa pela conspiração ontológica de coincidências nos desejos de convivência, inclusive e sobretudo na decisão de escolher quais instituições serão criadas e quais serão suas funções sociais e políticas.

Toda teoria da justiça tem de dar lugar importante para o papel das instituições, de modo que a escolha das instituições não deixe de ser um elemento central em qualquer explicação plausível da justiça. No entanto, por razões já discutidas, temos de procurar instituições que promovam a justiça, em vez de tratar as instituições como manifestações em si da justiça, o que refletiria uma espécie de visão institucionalmente fundamentalista. (SEN, 2011, p.112).

Deste modo, a realização do planejamento e da gestão na Resex devem ter nas qualidades dos agentes-sujeitos envolvidos no processo, as qualidades das instituições responsáveis pelo caráter institucional requerido para as ações de planejar e gerir a unidade. Como Território Tradicional a Resex necessita cumprir preceitos jurídicos para existir, no entanto é como coexistências de experiências em territórios comunitários que essa mesma Resex adquiriu sentido e é nesse universo e dinâmica que a realização das obras extrativistas e das ações políticas precisam se realizar.

Tudo isso relaciona-se com a questão de haver (e ser posto em evidência) no mesmo espaço geográfico a coexistência de dois sentidos atribuídos ao fenômeno do território. Tal coexistência está diretamente condicionada pela dialogicidade que ela própria invoca e necessita. Os processos sociais pelos quais analisa-se essa correlação são o planejamento e a gestão a partir de ações políticas dentro da Resex. Para tanto, entende-os como processos que geram resultados e criam relações e interações cotidianas determinadas pela organização do tecido social existente. Há, portanto, uma preocupação direcionada a compreender os processos dentre os quais realiza-se a administração de uma organização viva, nesse caso a Resex Marinha de Canavieiras.

Os processos institucionais para a delimitação e criação de alguma UCUS não substituem, ou têm a pretensão de ignorar, os processos cognitivos, existenciais e experienciais de significação dos territórios comunitários. São esses os processos que devem garantir a legitimidade e fornecer os subsídios necessários às decisões institucionais e de gestão da área. Embora reconheça-se haver conflitos entre ambos, reconhece-se também a necessidade de superá-los com o intuito de construir as coincidências nos desejos de convivência e não alimentar conflitos, muitas vezes ideológicos ou de opiniões, sob o risco do padecimento de todo o potencial existente e necessário à gestão da Resex.

A coexistência dos diferentes sentidos para o território foi desejada pelos beneficiários e possui relação direta com garantias de direitos coletivos e transformações positivas ocorridas na gestão territorial desde a criação da Resex. Afirmou-se no subcapítulo anterior a autopoiese como o fenômeno interno ao humano que garante a autocriação da vida e é determinada - e determina - pela organização dos seus componentes. Transferi-la para os universos social e político da vida cotidiana é invocar o processo essencial para sermos seres sociais e políticos: a recursividade do viver através de uma conspiração ontológica para a coincidência nos desejos de convivência. Contudo, os componentes nesse caso são os agentes-sujeitos participantes do processo, pescadores e marisqueiras responsáveis pelo planejamento e a gestão da unidade.

O viver social, como um ambiente comunicativo compartilhado de relações recorrentes e interativas, gera compreensões e significados que podem criar cotidianamente outras e novas compreensões e significados. Dessa maneira, a autogeração dos sistemas vivos é transferida para a autogeração dos sistemas sociais e sua dinamicidade intrínseca. Tudo isso vislumbra a construção e o estabelecimento de compromissos mútuos, empreendimentos comuns e um conjunto partilhado de saberes.

O planejamento e a gestão se definem como processos contínuos determinados pela organização do tecido social e pelas ações do corpo político. As estratégias necessárias demandam uma construção comunitária a partir do sentido aqui atribuído à política e condicionado, portanto, às ações coletivas e à pluralidade dos agentes-sujeitos envolvidos no processo.

Como a vida, todo processo de planejamento e gestão precisa conviver com o surgimento espontâneo de coisas novas e a realização de ações conscientes e projetadas. Isso evidencia duas capacidades inerentes ao humano: o usufruto da imaginação criativa e ao mesmo tempo da reflexividade crítica. Toda ação é precedida pelas atividades do espírito; o pensar, o querer e o julgar atuando juntos no processo de tornar consciente e intencional nossas ações.

“[...] uma ação é consciente quando, antes de realizá-la, temos uma representação em nossa mente daquilo que iremos fazer. Isso que é o ‘ato projetado’.” (SCHUTZ, 2012, p.143).

Embora reconheça-se a ação como algo planejado e projetado há no desencadeamento de suas obras uma imprevisibilidade inerente (ARENDT, 2014). Para a Resex Marinha de Canavieiras os processos de planejamento e gestão convivem com essa dualidade expressa nas realizações cotidianas. Os desdobramentos das ações políticas voltadas à criação da Resex ultrapassaram o que fora *a priori* pensado e planejado. A nova ordem criada pela institucionalização territorial faz surgir também novas e outras relações interativas e cooperativas. Posso citar como exemplo o banco comunitário e a rede de mulheres, ações coletivas nascidas anos depois das ações coletivas que resultaram na criação da Resex. A espontaneidade e a ação consciente e planejada convivem juntas numa mesma pessoa e num mesmo sistema social instituído.

Cria-se, assim, entre as organizações humanas e dentro dos sistemas sociais instituídos estruturas planejadas da organização formal instituída (o Conselho Deliberativo da Resex, por exemplo) e ao mesmo tempo estruturas “informais” (os territórios pesqueiros) por não possuírem documentos ou natureza jurídica-institucional reconhecidas. Destaca-se aqui a correlação criada entre os âmbitos experiencial ontológico e institucional na definição e no sentido atribuído aos territórios comunitários e Tradicionais; é a corroboração da inexorável inter-relação entre o objetivo e o subjetivo como *continuum* experienciais e existenciais na criação das realidades intersubjetivas do ser-no-mundo.

No cotidiano da Resex, isso ocorre com os processos de planejamento e gestão. Como há inúmeras publicações e debates científicos acerca de tais fenômenos, a preocupação aqui centra-se novamente na apresentação de um sentido coerente com os princípios e os sentidos já esclarecidos sobre a ação política e o viver social sadio. Visto que, planejar e gerir a Resex Marinha de Canavieiras estão intimamente influenciados pela organização do seu tecido social e pela existência de um corpo político.

A partir do sentido de ação consciente atribuído ao planejamento, Souza (2008) remete o ato de planejar e o de gerir ao futuro e ao presente respectivamente. Planejar significa, portanto “[...] tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.” (SOUZA, 2008, p.46). Por sua vez, gerir seria “[...] administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.” (SOUZA, 2008, p.46). Contudo, o tempo e o espaço de ambos se

sobrepõem constantemente na realização cotidiana; planejamento e gestão são distintos e complementares e não concorrentes ou intercambiáveis (SOUZA, 2008).

Um planejamento realizado desconsiderando os preceitos locais e a participação dos agentes-sujeitos diretamente envolvidos no processo tende a não garantir as condições necessárias para a realização da gestão. Essa complementariedade apontada por Souza (2008) ocorre no cotidiano, cujo as materialidades e as relações se efetivam a partir do que foi antes planejado. Para uma Resex esse processo é essencial, pois é a partir dele que as ações políticas adquirem concretude e seus desdobramentos cumprem-se na vida das pessoas.

Um exemplo emblemático na Resex foi a realização do projeto de construção de novas moradias para os beneficiários da unidade. A consciência na escolha dos contemplados foi possível a partir da realização de um outro projeto sobre a confecção de um diagnóstico para conhecer quem são, onde estão e onde vivem os pescadores e as marisqueiras artesanais beneficiárias da unidade. Diagnósticos são essenciais para os prognósticos que planejam intervenções e ações futuras.

Como há necessidade de trabalhar com prognósticos o “[...] desafio que se coloca de imediato, ao se debruçar sobre a tarefa de planejar, é o de realizar um esforço de imaginação do futuro.” (SOUZA, 2008, p.47). Assim, a compreensão do cenário atual sob o qual realiza-se o planejamento de ações conscientes invoca a participação social evidenciada pelos instrumentos jurídicos ligados a Resex: “Não há ação, muito menos ação coletiva coordenada, que possa prescindir disso.” (SOUZA, 2008, p.47).

Compreender organizações sociais e políticas alheias sem considerar suas geograficidades de ser-no-mundo, com seus saberes e fazeres, e sem realizar, portanto, o exercício da empatia e da dialogicidade é algo irrealizável. Isso justifica os princípios epistemológicos aqui presentes e que se desdobram nos sentidos assumidos para a política e a justiça. A IN nº 29 de 2012, ao estabelecer no seu art. 5º e incisos I – XII as diretrizes para a elaboração do Acordo de Gestão para Resex e RDS impõe para a elaboração desse instrumento a coletividade e a pluralidade inerentes as populações tradicionais envolvidas. Há ainda no art. 6º inciso I o destaque para a organização comunitária necessária, atestando as discussões sobre as correlações entre a ação política e a organização da vida social. Como as reflexões centram-se no caráter comunitário da ação política, a organização social demandada também carrega tal característica.

No debate sobre planejamento e gestão proposto por Souza (2008), a inclusão do fenômeno da autonomia em suas reflexões é substancial. Ao se fundamentar também na filosofia de Cornelius Castoriadis (1982), o autor colabora com o sentido aqui entendido de

política e o estabelecimento dos seus princípios. Como os debates sobre ação política estão direcionados ao planejamento e à gestão de uma Resex, a perspectiva autonomista colocada por Souza (2008) certamente contribui para essa compreensão, pois mais uma vez a autonomia conclama pela não exclusividade do Estado na responsabilidade para com a gestão dos territórios. Essas reflexões incidirão nos conteúdos previstos para o subcapítulo 4.3 a respeito das contradições entre cogestão e autogestão para as Resex em geral e para Canavieiras em particular.

Segundo Souza (2008), há no Brasil um entendimento prevalecente no qual o aparelho do Estado pode desencadear transformações a partir de um cenário de forças favoráveis, conduzindo a um “aumento” no grau de autonomia para diferentes grupos sociais. No entanto, reconhece-se também que tanto as correntes liberais como as marxistas de interpretação do papel do Estado o veem como o único ente capaz, por diferentes razões, de atender tais demandas e garantir a justiça social. Portanto, faz-se necessário ampliar o debate, o que pode ser feito por meio da inclusão da abordagem autonomista. Adota-se, assim, o caráter processual para a construção e realização de ações que resultem na promoção da autonomia para a vida social e política. A relação com o Estado demanda ser emancipatória e não regulatória.

Mesmo em uma sociedade heterônoma, não é, a partir de uma perspectiva autonomista, somente o Estado que planeja e gere, e a visão de “participação popular” deve ser radicalizada ao máximo, não se contentando com fórmulas domesticadas como “democracia participativa”, que é um eufemismo recorrente no meio do “planejamento politizado” brasileiro, designando a democracia representativa temperada com alguns mecanismos de participação direta da população. (SOUZA, 2008, p.177-178).

Para as populações tradicionais e a gestão de seus territórios, a criação de uma UCUS e a assinatura do CCDRU configuram-se como factíveis para a promoção dessa autonomia. Isso não significa ausência total do MMA e do ICMBio no planejamento e gestão das UCUS, mas sim definir melhor seus papéis e propagar a construção de cenários e organizações de tecidos sociais voltados para a desoneração do Estado frente as responsabilidades assumidas quando da disponibilização de pessoal para chefe das unidades e presidentes de conselhos. Ao compartilhar as responsabilidades com as populações tradicionais, o Estado tem a oportunidade de, sem descumprir as funções sociais e políticas pelas quais o ICMBio foi criado, ampliar os benefícios da intensificação da participação social durante os processos decisórios para o planejamento e a gestão das Resex e RDS.

Como fora colocado pelas lideranças comunitárias da AMEX, essa relação entre Estado e comunidades tradicionais carece de profunda transformação. Carlinhos (2015), afirma haver um consenso entre as lideranças comunitárias da Resex,

Acho que tem uma coisa que a gente tem pensado ultimamente avaliado, inclusive a CONFREM Brasil vai elaborar uma proposta pro governo nesse sentido. Nós avaliamos que nós não vamos mudar esse panorama se a reserva extrativista continuar com esse modelo institucionalizado e extremamente controlador que nós temos hoje. Nós aqui no caso da reserva extrativista de Canavieiras, nós estamos no 5º analista que assume a chefia da reserva extrativista, então nós já tivemos diversas experiências e nós temos clareza que agora talvez seja o momento de que a comunidade ela precisa de fato assumir a gestão da reserva extrativista... eu não tenho dúvida de que Chico Mendes não pensou nisso. Aonde um grupo, uma comunidade ela é submetida à vontade de um órgão federal com analistas muitas vezes pouco preparados para ter essa lida com a sociedade, reconhecer a autonomia política da comunidade, ele com certeza não concordaria com isso, eu tenho certeza que ele lutou por algo diferente.

O intuito principal da ação política para o planejamento e a gestão é contribuir na construção de convívios sociais sadios. Ao afirmar por meio de instrumentos jurídicos que os processos decisórios na gestão das Resex e RDS passam necessariamente pelo aval dos beneficiários, o país está invocando dos órgãos do Estado, direta e indiretamente relacionados com o universo das UC's no Brasil, a partilha de responsabilidades e a consideração dos agentes-sujeitos envolvidos.

Essas transformações tendem a alterar profundamente a política ambiental no Brasil sob o risco de aumentar a participação das populações tradicionais na sua própria política de desenvolvimento instituída por meio do Decreto nº 6040/2007. A urgência desse debate e a necessária complexificação e aprofundamento das variáveis consideradas em sua análise comporão o próximo capítulo e seus respectivos subcapítulos. Embora haja informações, percepções e experiências vividas sobre a Resex e os extrativistas marinhos ao longo de toda a tese, concentram-se a seguir os resultados, as análises e as reflexões construídas a partir dos encontros, vivências e experiências em campo com a vida cotidiana de pescadores e marisqueiras da Resex Marinha de Canavieiras realizadas entre 01/2015 e 07/2016.

4 A RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS: espaço, experiências e geograficidades...

*Vou ao encontro dos que ousam mergulhar na fonte
que trazem dentro de si e deixam-se tragar pelo
inefável, transmutados no ser que de fato são.*

Frei Betto – A arte de semear estrelas

A criação de uma Reserva Extrativista implica para o Estado, nas figuras do MMA e do ICMBio, o estabelecimento de relações peculiares para com as comunidades tradicionais e o território que elas habitam. Para a construção dessas relações, o reconhecimento e a valorização das geograficidades e a condição de ser-no-mundo dessas populações são essenciais.

Como um modo de ser e estar, o sentido de Ser em Heidegger (2005) tem sua constituição no *Dasein*; a existência humana sendo vivida no cotidiano. Ao somar com as proposições explicativas de Maturana e Varela (2001) sobre o processo do conhecer e a constituição dos domínios cognitivos, encontro uma essencialidade comum ao ente - o ser humano - na construção de um sentido para o Ser: as experiências ontológicas e existenciais. Contudo, no domínio das ontologias constitutivas a pergunta pelo observador no observar implica considerar que, embora a construção de um sentido para o Ser tenha os mesmos fenômenos gerativos em todo ente humano, seu sentido constituído na realização do ser-no-mundo realiza a pluralidade intrínseca à coexistência humana.

Quando o pesquisador se propõe a um estudo que lhe coloca em encontro com universos sociais e de saberes alheios ao seu, o sentido do fazer geográfico – neste caso – se evidencia e a responsabilidade também. Isso justifica estudar as atividades da condição humana de existência num contexto de Resex no qual a ação política fundamenta o modelo de gestão em construção. Para tanto, compreender os saberes que alimentam essa gestão para posteriormente entender a dinâmica do corpo político e a organização do tecido social ali presentes é imprescindível.

A escolha das geograficidades como caminho para a imersão num universo de saberes e fazeres alheios ao meu está diretamente relacionada à ênfase atribuída ao universo cognitivo e as experiências vividas, com seus desdobramentos para a realização da ação política na vida cotidiana. Isso me leva naturalmente à fenomenologia e à ciência da cognição como caminhos epistemológicos e filosóficos para pensar e refletir sobre tais temas. Assim, para a compreensão dos princípios da ação política comunitária e consequentemente do modelo de planejamento e gestão adotados na Resex, as estratégias metodológicas utilizadas me levaram ao diálogo e a

partilha de experiências e vivências que não carregam qualquer correlação com a precisão estatística demandada para amostragem de dados e informações.

Não foi preocupação metodológica definir o número de diálogos (entrevistas não estruturadas) e de observações participantes a partir do número total de famílias e da dimensão territorial da unidade. Os critérios para a escolha dos procedimentos metodológicos estão relacionados ao sentido que cada instante que vivenciei tem para a gestão da unidade. Por exemplo, as reuniões da AMEX ou do Conselho Deliberativo e no caso dos diálogos (entrevistas não estruturadas), realizá-los com beneficiários participantes diretos e indiretos do processo de criação e posterior planejamento e gestão da Resex.

Essa pesquisa tratou da ação política e seu fundamento e sentidos geográficos com vistas ao planejamento e à gestão de uma Reserva Extrativista Marinha. Isso torna essencial a compreensão do aspecto comunitário presente nas organizações sociais criadas com tais intencionalidades. Por isso o diálogo mais intenso e recorrente com as pessoas participantes diretas e indiretas desses processos. Percebi durante os diversos diálogos e observações realizadas na Resex um certo grau de coesão nos pensamentos e nas concepções sobre planejamento e gestão da unidade, que se direcionam para o sentido atribuído à ação política e seus princípios constitutivos na busca cotidiana do bem-estar coletivo. A busca por algo em comum talvez seja a maior e a principal fonte de nutrição do poder do corpo político e da legitimidade do sistema social instituído entre os extrativistas marinhos da Resex.

A criação⁴⁶ da Resex Marinha de Canavieiras em junho de 2006 por meio do Decreto Federal nº 05 estabeleceu sua dimensão territorial, 100.645,85 ha, e ao mesmo tempo as famílias potenciais beneficiárias dessa criação. Como faz parte de uma política pública, o SNUC tem princípios e diretrizes para as Resex e as RDS estabelecidos através de Instruções Normativas (IN): IN nº 03/2007 sobre as normas e procedimentos de criação, a IN nº 29/2012 sobre os requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação do acordo de gestão e a IN nº 09/2014 sobre as normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores. O reconhecimento e a valorização da sociobiodiversidade e a participação social na gestão dos territórios compõem a lista de princípios e diretrizes presentes nesta política pública.

46 O histórico e o processo de criação da Resex já foram preocupações de estudos e pesquisas diversas (MACHADO, 2007; AGUIAR, 2011; DUMITH, 2012; FIGUEIREDO, 2013) e por isso há alguns documentos científicos que dão conta dessa dinâmica. Nesse sentido, não me concentrarei em tais aspectos para não correr o risco de cair na redundância desnecessária e repetir informações de pesquisas e trabalhos já realizados. Porém, algumas questões centrais de todo esse histórico, suas etapas e processos, serão tratadas ao longo desse capítulo e seus respectivos subcapítulos devido a relevância histórica e essencialidade para algumas reflexões e debates presentes nessa tese.

Para a Resex, o cumprimento de tais princípios e diretrizes é essencial para a promoção da justiça e o fortalecimento do corpo político. Essa promoção e fortalecimento podem ser representadas pela coesão do tecido social e na organização comunitária dos extrativistas marinhos participantes diretos e indiretos da gestão da unidade. Ora, ter como princípios e diretrizes para a criação, o planejamento e a gestão das Resex, a garantia dos objetivos da criação, o reconhecimento, a valorização e o respeito à sociobiodiversidade, a promoção do diálogo, a transparência dos processos realizados, a garantia da legitimidade das representações, a equidade participativa nos processos decisórios e a integração de diferentes formas de saberes (BRASIL, 2007; 2012; 2014), inevitavelmente viabiliza a construção de cenários e condições favoráveis à plena efetivação dos propósitos e das conquistas advindas da criação das Reservas Extrativistas. Em outras palavras, favorece a materialização das melhorias previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Figura 26: Sede do ICMBio na Resex Marinha de Canavieiras – Bahia.



Fonte: M. A. dos Santos, 2015.

Na **Figura 27** está a delimitação territorial e a localização das comunidades beneficiárias da unidade, que além de Canavieiras abrange áreas dos municípios de Una e Belmonte. A maior parte do território (cerca de 83%) da unidade é formado pelas águas dos

estuários e do oceano, ampliando sua relevância para a conservação dos recursos pesqueiros nos ecossistemas comuns às essas regiões.

O município de Canavieiras possui pouco mais de 8.000ha de áreas de manguezais, com basicamente 3 famílias distribuídas em 8 espécies (**Quadro 1**). Isso lhe confere o título de abrigar uma das maiores áreas contínuas preservadas desse ecossistema no estado da Bahia (MACHADO, 2007).

Quadro 1: Flora de ocorrência nos manguezais de Canavieiras.

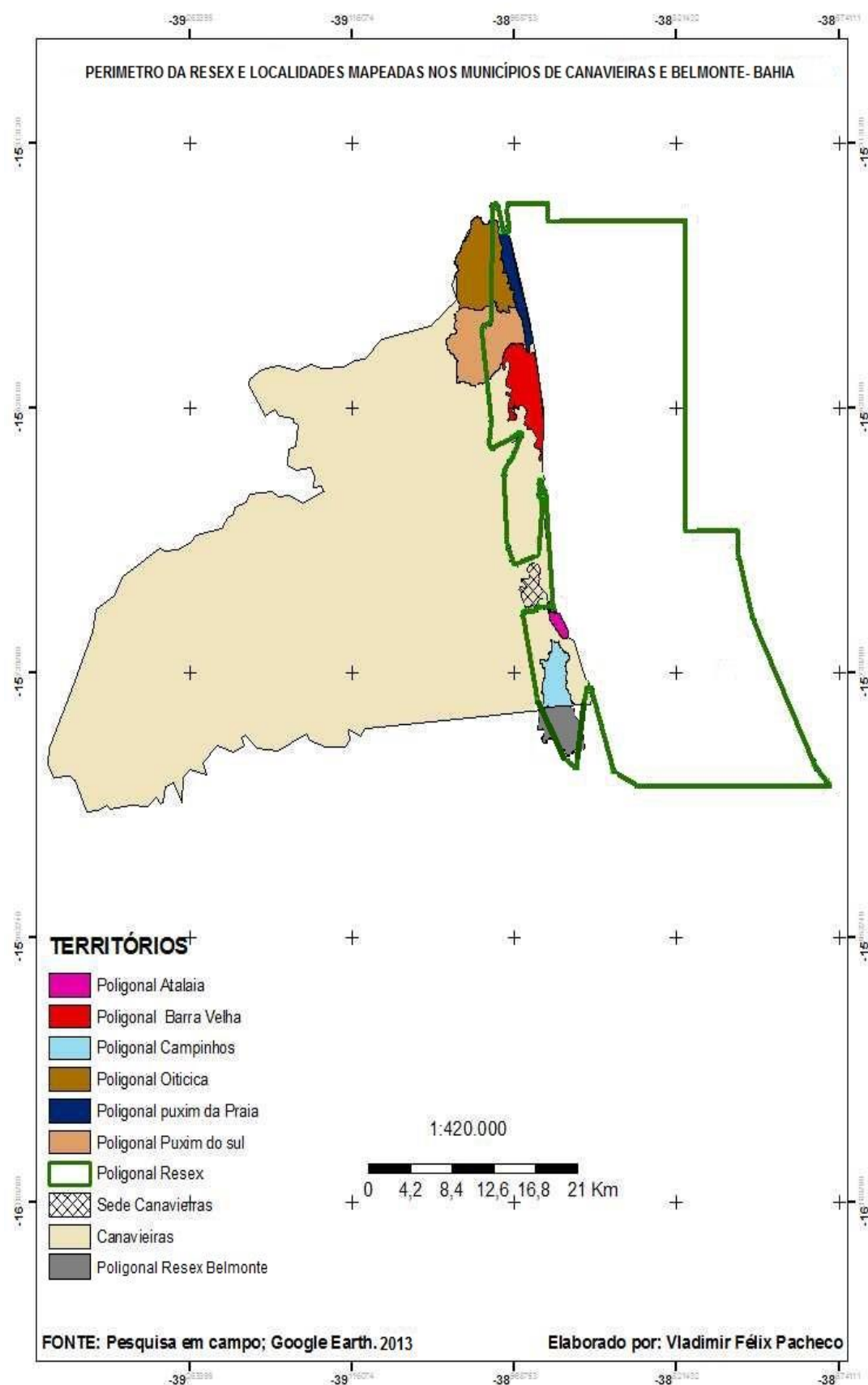
FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME POPULAR
Rhizophoraceae	<i>Rhizophora mangle</i> (L.)	Mangue Vermelho
Avicenniaceae	<i>Avicennia schaueriana</i> (Stapf. E Leech.)	Siriba
	<i>Avicennia germinans</i> (L.)	Siriba
Combretaceae	<i>Laguncularia racemosa</i> (L.) (Gaertn.f.)	Mangue branco
	<i>Conocarpus erecta</i> (L.)	Mangue de botão
	<i>Acrosticum aureum</i> (L.)	Palmeira do mangue
	<i>Spartina altermiflora</i> (Loisel)	Capim do mangue
	<i>Hibiscus pernambucensis</i> (Arruda)	Gaxuma

Fonte: PANGEA/FNMA, 2004.

O processo histórico de conservação dessas áreas possui íntima relação com o modo de vida dos pescadores e marisqueiras da região. Como são áreas para a obtenção de alimentos e o sustento das famílias, interações, muitas vezes simbióticas entre ser humano e natureza circundante, construíram, através das experiências e vivências dessas pessoas com o manguezal, o estuário e o oceano, estratégias de extrativismo e pesca que não colocam em risco a autopoiese e a capacidade de resiliência dos ecossistemas e dos sistemas vivos presentes. Este fato é confirmado com a própria relevância ecológica apontada pelo ICMBio e pelos estudos utilizados para fundamentar e guiar a criação da Resex.

Percebi durante os diálogos que entre os extrativistas marinhos estão claras as relações criadas entre a presença da Resex e as melhorias nas condições de conservação da natureza e consequentemente do estoque de pescado. Fabio, D. Maria da Conceição, D. Maria da Glória, Carlinhos, Sr. João, todos fizeram comentários sobre tais aspectos e reconhecem entre outros moradores, pescadores e pescadoras, alterações em comportamentos nesse sentido.

Figura 27: Mapa de delimitação das comunidades na Resex Marinha de Canavieiras – BA.



Fonte: Relatório PIBIC/CNPQ, Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental Costeira - UFBA, 2010.

A AMEX possui a plena consciência dessa relevância histórica dos pescadores e marisqueiras artesanais, relevância essa que hoje se desdobra para questões econômicas e de saúde pública, visto que a natureza preservada garante inúmeras outras atividades econômicas, sobretudo o turismo, que geram receita para Canavieiras e outros municípios da região.

O art. 2º do decreto de criação destaca como objetivos centrais da Resex a proteção dos “meios de vida e a cultura da população extrativista residente” e ao mesmo tempo a garantia do uso sustentável da natureza. Optei em identificar e caracterizar o universo denominado pelo decreto como “meios de vida” e “cultura” nas geografias de pescadores e marisqueiras locais. Trata-se de considerar as relações e as interações realizadas na espacialidade da vida cotidiana por meio da nossa íntima e profunda relação com a Terra. Essa compreensão permite entender como são criadas as circunstancialidades necessárias às criações da cognição e da experiência que possuem no espaço geográfico, nos lugares e nos territórios suas possibilidades de adquirir sentido à vida humana.

Outra questão importante refere-se às discussões e às reflexões sobre a ação política comunitária. Observei durante a realização das pesquisas de campo que os representantes do ICMBio funcionários da Resex possuem no exercício de suas atribuições de cargo uma atuação restrita, pois ela muitas vezes limita-se ao legalismo da proteção do Estado e do órgão federal ao qual se vinculam. Tratar as leis como normas de execução de tarefas, desconsiderando as circunstancialidades do contexto social, econômico e político locais, implica em obstáculos para alcançar toda a complexidade envolvida no cumprimento das funções sociais e políticas do ICMBio. Estas estão delimitadas pela Lei nº 11.516 de 2007 ao criar essa autarquia federal e estabelecer, nos incisos de I – III do art. 1º, parte de suas finalidades.

Tais funções sociais e políticas se evidenciam também por meio das diretrizes e objetivos do Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. É essencial que representantes de uma autarquia federal criada para responsabilizar-se pelas políticas públicas ligadas à criação e à gestão das Resex e RDS compreendam toda a dinâmica social e política dos seus territórios de atuação. Não se trata de trabalhar em defesa do Estado, mas sim das populações e comunidades tradicionais e dos seus espaços geográficos de coexistência cotidiana.

Os extrativistas marinhos são agentes-sujeitos donos dos seus próprios destinos demandando melhorias sociais, econômicas e políticas como outros grupos sociais existentes demandam. Ao reconhecerem seus direitos e deveres como extrativistas marinhos e como cidadãos brasileiros, os pescadores e as marisqueiras da Resex reconhecem também a potencialidade da ação política e da coesão do tecido social. É como disse Sr. João (liderança

comunitária de Campinhos), “depois que descobrimos esse tal de direitos, aí a gente não parou mais...”. Por isso a ação política na Resex Marinha de Canavieiras assume seu caráter comunitário; não são obras realizadas exclusivamente pelo e no exercício do Estado.

Esse debate invoca do Estado uma transformação em seu comportamento e concepção. Ressignificar-se poderia criar a possibilidade de construir outros parâmetros de relações e interações com os povos e comunidades tradicionais do país. Para tanto, compreender o sentido de Ser em sua existência cotidiana de ser-no-mundo a partir de sua espacialidade intrínseca e mundo compartilhado, é inexorável dessa transformação sugerida.

Todas as atividades cotidianas relacionadas ao extrativismo e/ou às práticas agrícolas têm com a natureza circundante uma dinâmica de correlações que propiciam aos pescadores e as marisqueiras artesanais locais um nível de compreensão e detalhamento substanciais à realização de tais atividades e práticas. Todos os pescadores e marisqueiras compreendem processos e fenômenos naturais ligados à vida das espécies capturadas no extrativismo; períodos e processos de reprodução, deslocamento e localização no habitat natural, hábitos alimentares, dentre outros.

As **Figuras 28, 29 e 30** representam aspectos e instantes comuns ao cotidiano vivido na Resex; moradias, quintais, atividades de trabalho e utensílios utilizados em tais atividades. Além das práticas extrativistas ligadas à pesca e à mariscagem, os moradores da Resex também realizam atividades agrícolas como complemento para a alimentação e às vezes para a renda. Destacam-se, nesse caso, hortas, lavouras de milho, mandioca, coco e dendê, e com menor expressão a pecuária em Barra Velha, Puxim da Praia e Puxim do Sul apenas. Em Atalaia e Campinhos predomina o extrativismo marinho, com poucos moradores desenvolvendo atividades de cultivo de coco, dendê, lavoura de mandioca e às vezes hortaliças para consumo doméstico.

Figura 28: Área e moradias da comunidade de Campinhos – Resex marinha de Canavieiras – BA.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Figura 29: Morador de campinhos em uma de suas atividades do cotidiano: a colheita da mandioca cultivada no próprio quintal.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Neste contexto, a pesca e a mariscagem são predominantemente as principais fontes de renda e obtenção de alimentos dos beneficiários da Resex. Porém, as comunidades de Oiticica e Puxim do Sul são originadas de dois assentamentos do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criados na década de 1970 com vistas a garantir acesso à terra para seus moradores (MACHADO, 2007). As outras comunidades possuem suas origens atreladas à criação de pequenos núcleos familiares, posteriormente transformados em pequenas vilas e povoados, sempre ligados ao extrativismo marinho.

Figura 30: Residências na comunidade de Puxim do Sul, Resex Marinha de Canavieiras – BA.



Fonte: Elialda Avelino, 2015.

Ainda que ao longo de toda a tese há resultados das experiências e vivências em campo e dos estudos e análises realizadas, é importante destacar que nesse último capítulo há uma concentração maior desses resultados. As considerações realizadas a partir dos diálogos com pescadores e marisqueiras e da observação participante, embora seja escrito por mim, contem compreensões e entendimentos construídos de forma coletiva, pois resultam de minha interação dialógica com geograficidades, saberes e fazeres alheios. Por isso o uso de fotografias, frases e reflexões dos próprios beneficiários da Resex. A partir de todos os debates e reflexões tecidas até o momento, considera-se imprescindível, ao falar sobre experiências vividas e geograficidades, admitir a existência humana se realizando no mundo e com o mundo de forma dialógica e processual. Trata-se, portanto, de relações interativas presentes em toda ação humana e prática social. É sobre a

[...] poética do viver [...] Nossa vida como seres humanos ocorre em muitas dimensões que se entrecruzam em sua realização [...] que torna possível tudo o que fazemos, somos ou podemos ser. (YÁÑEZ e MATURANA, 2009, p.193).

Nessa dinâmica realiza-se o *Dasein* do ser-no-mundo e propicia especialmente, os saberes e, assim, justifica-se considerá-los produtos da recursividade de relações e interações cognitivas e existenciais no cotidiano das experiências vividas. “De modo que os comportamentos consensuais pertencem ao domínio das condutas aprendidas.” (MATURANA, 2001, p.71). Todavia, os sistemas sociais instituídos têm saberes que lhe são próprios e constituem a possibilidade da geração de condutas válidas pelos seus membros, tais condutas criam “[...] uma rede de interações que opera para eles como um meio no qual eles se realizam como seres vivos, e no qual eles, portanto, conservam sua organização e adaptação [...]” (MATURANA, 1997, p.199).

Isso não ocorre apenas no domínio fisiológico, mas no cognitivo, existencial e experiencial também, justificando o caráter de bem coletivo atribuído aos saberes e fazeres dos pescadores e das marisqueiras da Resex. A recursividade das condutas e a legitimidade das proposições explicativas que compõem essas condutas são os fenômenos gerativos do viver social e corpo político locais. Deste modo, os saberes que se realizam e se legitimam em cada domínio cognitivo experiencial onde ocorrem também têm na recursividade do nosso viver e conviver cotidianos seu fenômeno gerativo.

Nessa trama de múltiplas compreensões sobre múltiplos fenômenos, objetos ou processos, a possibilidade da existência de um saber não é determinada pelo método científico. O método, construção consciente e intencional, sobretudo para as ciências e as filosofias, nada mais é do que uma das realizações possíveis através das construções cognitivas do ser humano. Portanto, os saberes e as proposições explicativas sobre eles e a partir deles também o são e pertencem ao domínio da recursividade de interações consensuais e recorrentes, constitutivas e conservadoras de cada um dos sistemas sociais instituídos.

A cognição e a experiência vivida (que é sempre cognitiva e existencial), presentes e inerentes à construção dos saberes, somam-se a vida do espírito e as suas atividades ligadas à condição humana de existência; pensar, querer e julgar e ação, trabalho e obra. Nesse sentido, quando a ação é precedida pelas atividades do espírito e se realiza também no operar do nosso viver e conviver, tal qual os saberes, agir passa a ser algo intrínseco ao humano. Tanto os saberes como a ação são inerentes à vida humana e sua ontologia existencial não pode prescindir disso. Por isso antes chamei a atenção para as funções e atividades do ICMBio; é essencial fundá-las na ação política com vistas ao planejamento e à gestão territorial.

Na vida cotidiana isso demanda, por conseguinte reflexões e diálogos entre os agentes-sujeitos envolvidos na ação e na construção dos saberes, sobretudo quando essa ação é política e os saberes dialógicos. Essa situação invoca o estabelecimento de princípios para esse agir e

tais princípios possuem a função de manter coerentes as condições, as relações e as interações necessárias naquele tecido social e corpo político para a realização da ação política e do diálogo de e entre saberes. Os princípios viabilizam a conspiração ontológica necessária para as coincidências nos desejos de convivência e para a construção de condutas consensuais recorrentes; são seus fenômenos gerativos. Isso me

[...] faz lembrar que o indivíduo não existe por si e nem para si. Ele é sempre o resultado de outras tramas; da relação com outras subjetividades; [...] da confluência de conhecimentos, sonhos e condições históricas. Mas ele é também fio único e importante nesta imensa trama que é a sociedade, a história, o saber, enfim, a vida. (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.13).

Justifica-se eleger as geograficidades para através delas imergir no cotidiano de pescadores e marisqueiras artesanais da Resex para compreender as ações políticas desenvolvidas e realizadas ao longo de 10 anos de existência da unidade e como essas geograficidades refletem e evidenciam aspectos e direcionamentos para essas ações.

As geograficidades de pescadores e marisqueiras artesanais aparecem como resultados de relações e interações cognitivas e existenciais afetivas, pois ligam cada extrativista aos seus lugares de convívio, de obras e de coexistências cotidianas. À essa ligação atribui-se todo o universo de saberes, sentires e fazeres que os caracterizam e lhes dão a noção de ser-no-mundo. Essa compreensão de si mesmo é essencial quando pensa-se no Ser do agente-sujeito ao agir, “[...] reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser *mais*.” (FREIRE, 2005, p.59). Fenômeno facilmente observado ao analisar todo processo de organização do tecido e da coesão social e do corpo político na Resex. O orgulho de ser pescador ou marisqueira se reflete na força e coerência do discurso, das ações e das práticas sociais. Como na fala de Fabio, pescador de Campinhos, “pra mim, representa tudo nessa vida” ou na fala de D. Marlene, marisqueira de Campinhos, “sou pescadora desde 12anos e tenho muita honra e prazer, a gente é digno daquilo que a gente faz”.

O sentido geográfico da ação traz à luz as geograficidades, que por sua vez correlacionam-se com o significado invocado para o Ser ao agir. Não cabem na ação política e no diálogo de e entre saberes petições de obediência, por isso as correlações apresentadas entre os princípios da ação política e as noções de democracia e justiça para o contexto das Resex no Brasil, em especial no município de Canavieiras, na Bahia. O esforço epistemológico e teórico aqui presente é resultado da necessidade evidenciada de ressignificar, por meio de uma outra

*episteme*⁴⁷, a compreensão e a realização das funções políticas, sociais e econômicas das Resex (e também das RDS) no país.

Essa outra *episteme* adota a legitimação e o reconhecimento da multiplicidade de coexistências interagindo no espaço e evidenciada pelas geograficidades. Essa multiplicidade propicia a pluralidade de saberes e viveres sociais instituídos. Assim, tece-se uma reflexão crítica diante do modelo de gestão estabelecido pelo SNUC para as Resex e RDS em território nacional. Há contradições e incoerências, jurídicas e políticas, as quais precisam ser enfrentadas e transformadas para o país continuar avançando no quesito gestão territorial dos espaços vividos pelas comunidades tradicionais ou agroextrativistas.

Os pescadores e as marisqueiras beneficiários da Resex representam, dentro da sociodiversidade brasileira, uma parte constituinte de um todo que oferece ao país a coexistência dessa sociodiversidade construída a partir da coexistência de seus saberes e fazeres inerentes. Isso justifica ampliar as relevâncias social, política e econômica das Resex para além dos seus limites territoriais.

Quando a ação política é realizada num contexto de coesão do tecido social e do corpo político, a consciência do agir coletivo com vistas ao bem comum tem no comunitarismo algo substancial para funcionar. Essa é talvez a principal característica observada durante as vivências de campo na Resex Marinha de Canavieiras. A coerência e a cumplicidade percebidas entre as ações das lideranças comunitárias da Resex para o planejamento e a gestão da unidade se refletem no comportamento e na valorização que os beneficiários(os) destinam às lideranças por elas(es) identificadas e legitimadas. Segundo Carlinhos, Sr. Goldman, João, Fabio, Ernesto, D. Maria do Camarão e Sr. Otacílio (todos lideranças e moradores da Resex), entre os extrativistas marinhos da unidade é inaceitável o questionamento frente ao comportamento de alguma liderança comunitária vindo de alguém que não seja pescador ou marisqueira. Nem o ICMBio, nem qualquer outra instituição ou órgão tem o direito ou a legitimidade para tal.

O comunitarismo dentro da Resex está na dialogicidade, na partilha de saberes e experiências, na cumplicidade entre os pescadores e as marisqueiras frente às suas demandas sociais e políticas e no entendimento claro de haver algo em comum a todos e que precisa ser valorizado e conservado. “O saber da partilha tem o dom de se traduzir em solidariedade.” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p.10). Há na expressão “comunitário”, ligada à comunidade, aspectos positivos intrínsecos aos seus possíveis significados independente de qual contexto ela

47 O termo *episteme* tem origem grega e significa ciência, e ao unir com logos – teoria, tem-se epistemologia ou teoria da ciência. Segundo os usos atribuídos à epistemologia, ela é utilizada para designar uma teoria geral do conhecimento, de natureza filosófica, e concernente à gênese e a estruturação das ciências como disciplinas. (Dicionário Básico de Filosofia – Hilton Japiassú e Danilo Marcondes, 2001)

apareça. Considero todo tecido social e sua organização como *constructos* da própria vida socializada por meio do convívio cotidiano entre as pessoas. O viver social sadio compõe essa construção cotidiana e passa necessariamente pela conspiração ontológica para os desejos de convivência.

O sentido aqui atribuído ao comunitarismo empresta subsídios teóricos para sua construção, mas está sobretudo ligado às observações durante as vivências em campo e a compreensão atingida por meio delas sobre as práticas sociais, as ações políticas e as obras desenvolvidas e realizadas pelos beneficiários da Resex. Quando Hannah Arendt (2014) e Humberto Maturana (1997) afirmam respectivamente que o Ser do agente-sujeito aparece ao agir numa conspiração ontológica de coincidências nos desejos de convivência, a noção de bem comunitário se destaca e passa a compor as dinâmicas sociais e políticas necessárias à ação e ao viver social sadio.

Deste modo, os três subcapítulos seguintes têm como preocupações centrais evidenciar a riqueza e a beleza dos saberes e fazeres da pesca e da mariscagem artesanais (o extrativismo marinho), avaliar parte das experiências e das ações políticas com suas transformações e intervenções no cotidiano dos moradores da unidade e por último apresentar uma reflexão sobre o modelo de cogestão estabelecido pelo SNUC para as Resex (e também RDS), a partir da sua interface e contradições com a noção de autogestão territorial.

4.1 A vida da pesca e a pesca que vive: saberes e fazeres de pescadores e marisqueiras artesanais

Há inúmeras imagens capazes de representar elementos estéticos, materiais e imateriais relacionados aos saberes, aos fazeres e as práticas sociais presentes na vida de pescadores e marisqueiras artesanais da Resex. As imagens apresentadas na **Figura 31**, por exemplo, nos mostram duas atividades; uma de extrativismo do Caranguejo (**Figura 31 - A**) e a outra destaca uma das etapas de fabricação do óleo de coco (**Figura 31 - B**). Ambas atividades carregam seus significados e saberes inerentes e são para pescadores e marisqueiras partes de fazeres extrativistas presentes em seus cotidianos. Tanto a captura do caranguejo como a fabricação do óleo de coco estão imersos num mundo de geograficidades próprias do domínio cognitivo experiencial dos extrativistas marinhos. São duas atividades ligando-os, por meio das relações e interações que implicam, íntima e profundamente à Terra, pois dependem de saberes construídos no cotidiano dessas pessoas, saberes esses que mantem com a natureza circundante um diálogo perene e imprescindível.

Figura 31: Pescador e marisqueira com o trabalho e suas obras misturadas as atividades agroextrativistas: em (A) João na captura de caranguejo dentro do manguezal, há cuidados referentes ao fato de ser macho ou fêmea (só se captura macho) e também com o tamanho do caranguejo, que segundo o acordo de pesca de Canavieiras é no mínimo 6cm de carapaça. Em (B) D. Nana rala o coco para o preparo do óleo. Os cuidados se iniciam já na extração do coco e há nesse processo o resultado de anos de acompanhamento da mãe no preparo.



Fonte: M. A. dos Santos, 2015.

Como não há entre os pescadores e as marisqueiras a preocupação com definições conceituais tal qual nas ciências, busquei elementos em seus saberes, fazeres e significados atribuídos que me permitam à compreensão. Os processos de caracterização, distinção e de relacionar situações e circunstâncias para, a partir disso, identificar sentidos, sentimentos e explicações sobre, por exemplo, o que são e como se constituem os territórios pesqueiros e da mariscagem, revela muito sobre suas geograficidades. Para tanto, é substancial admitir o conhecer como um processo inerente à realização do *Dasein* e do ser-no-mundo. Essa realização tem nas experiências cognitivas e existenciais seus fenômenos e processos gerativos e constitutivos, portanto está ligado ao próprio processo de existir e viver.

A realização de cada atividade representada na **Figura 31** pertence a dois itinerários de vida com forte influência da partilha de experiências e vivências, essenciais para que ambos extrativistas presentes nas fotografias desenvolvessem seus saberes e conseguissem realizar por

meio do trabalho do corpo, as obras de suas mãos. Tais itinerários estão intimamente ligados à dimensão espacial da existência e têm nas relações e interações cognitivas e existenciais os fenômenos gerativos e das características assumidas pelas geograficidades locais.

A vida da pesca e da mariscagem em Canavieiras está dividida entre as atividades realizadas em alto mar, longe do continente, as realizadas nos estuários e rios da unidade e as que pertencem às áreas de manguezais. Em cada um desses espaços surgem territórios e lugares identificados e significados através do mundo de intersubjetividades de pescadores e marisqueiras locais. Portanto, os territórios pesqueiros e os lugares de coexistência cotidiana têm na construção das geograficidades os processos e fenômenos gerativos da atribuição de seus significados. Por isso a ênfase à espacialidade inerente ao ser-no-mundo e sua constituição a partir do *Dasein*.

Como colocado antes, o sentido jurídico atribuído ao conceito de Territórios Tradicionais não elimina os sentidos da ontologia existencial e das experiências vividas comuns a tais territórios. Pelo contrário, a assinatura do decreto nº 6.040/2007 valoriza-os, destacando as dimensões sociais e culturais em sua definição e caracterização. O entendimento da espacialidade presente na vida humana é inexorável ao entendimento das experiências vividas (que são necessariamente cognitivas e existenciais) e das relações e interações cognitivas no cotidiano, pois elas são responsáveis pelo desenvolvimento do universo cognitivo inerente a cada viver social instituído; os domínios cognitivos experienciais apresentam suas espacialidades intrínsecas.

Ao admitir que nada é externo ao que nos ocorre (MATURANA, 2001), a significação dos espaços vividos passa necessariamente por esse universo construído ao longo das relações e interações cognitivas entre ser humano e o mundo circundante. Por isso antes se destacou o caráter fenomênico experiencial atribuído ao sentido de território. Compreender as experiências vividas e as atribuições de significados precedentes à institucionalização territorial revelam ao observador externo, nuances e elementos de um *continuum* experiencial e ontológico intrínsecos à vida cotidiana dos beneficiários da Resex.

Os territórios pesqueiros até podem ser geometricamente definidos, mas como possuem duração e estão em constante movimento, não encontram nessa geometria abrigo para sua identificação e delimitação. Os ritmos e os processos da natureza são fundamentais à essa dinâmica. A oferta de pescado e marisco varia com as estações do ano, as fases da lua e os movimentos da maré, mas também com o próprio comportamento ecológico de cada espécie; o território pesqueiro do robalo não é fixo, há variações de acordo com a maré em que a pescaria se realiza. Outro exemplo, é o período de defeso que corresponde ao período de reprodução da

espécie, como nesse período o comportamento das espécies é alterado, seu deslocamento e localização dentro do habitat também.

Tudo isso influencia a existência de cada território pesqueiro identificado pelos extrativistas marinhos. Assim, o processo de identificação e significação de um território passa necessariamente pela intersubjetividade e mundo do pescador e da marisqueira, ao se transportarem para as memórias de vivências e experiências compartilhadas ao longo de suas vidas e de outras gerações na construção de suas geografidades.

Esse acúmulo de experiências e vivências se realiza por meio dos fenômenos gerativos dos saberes e de cada domínio cognitivo experiencial. Esse pressuposto me leva para as reflexões feitas por Henri Bergson (1999) sobre as inter-relações entre o que ele denomina de lembrança pura, lembrança-imagem e percepção com a memória e a vida do espírito. Deste modo, a noção de *continuum* é essencial, pois a distinção das lembranças não é motivada pela realização isolada de cada uma, mas sobretudo pela compreensão de suas atuações na construção da percepção humana. Assim, a lembrança pura se manifesta através da imagem viva que a revela na lembrança-imagem e a partir disso torna-se percepção (BERGSON, 1999), quando somadas às experiências vividas e às atividades do espírito ligadas à condição humana de existência.

Isso justifica correlacionar esse debate com as reflexões de Arendt (2000a; 2000b) e Maturana (2001) e acrescentar o imaginário e as atividades do espírito para a compreensão das experiências, vivências e saberes. Essas reflexões fornecem proposições explicativas para compreender a interface entre os fenômenos gerativos (atividades do espírito e sentidos humanos) das atividades da condição humana de existência e a construção das geografidades de pescadores e marisqueiras artesanais. Trata-se do *Dasein* construindo as condições para o ente ser humano alcançar o sentido de ser-no-mundo; por isso a essencialidade das relações e interações cognitivas e experienciais.

O *continuum* se realiza como produto da recursividade do viver tanto para a dimensão cognitiva e os saberes como para o convívio social instituído. Isso justifica e fundamenta a compreensão dos saberes e do viver social como domínios consensuais fechados “[...] no que diz respeito às condutas encadeadas que o constituem, mas é aberto no que diz respeito aos organismos ou sistemas que o realizam.” (MATURANA, 1997, p.147). Desconstruindo, deste modo, a aparente condição contraditória da existência do ser social e do ser individual.

Nós, seres humanos, somos seres sociais: vivemos nosso ser cotidiano em contínua imbricação com o ser de outros. [...] Ao mesmo tempo nós, seres humanos, somos indivíduos: vivemos nosso ser cotidiano como um contínuo

dever de experiências individuais intransferíveis. (MATURANA, 1997, p.195).

Desta maneira, o beneficiário da Resex age e pratica o extrativismo com base numa complexa trama de saberes e suas proposições explicativas. Tais explicações e as compreensões que elas permitem dão ao extrativista marinho a possibilidade de realizar e materializar sua existência também nos fazeres. A recursividade faz dos saberes e dos fazeres um processo de relações e interações também recursivas e essencialmente experienciais.

A realização e a intencionalidade da ação e das práticas sociais passam pelos sentidos humanos e pelas atividades do espírito, que por sua vez são também demandadas para a lembrança pura, a lembrança-imagem e as percepções. Logo,

Imaginar não é lembrar-se. Certamente uma lembrança, à medida que se atualiza, tende a viver numa imagem; mas a recíproca não é verdadeira, e a imagem pura e simples não me reportará ao passado a menos que seja efetivamente no passado que eu vá busca-la, seguindo assim o progresso contínuo que a trouxe da obscuridade à luz. (BERGSON, 1999, p.158).

Por isso para Arendt (2000a; 2000b; 2014), o pensar, o querer e o julgar precedem a ação e a obra e ocorrem paralelamente ao trabalho. Maturana (2001) esclarece, por meio da ciência da cognição, a atuação dos sentidos do imaginário e da memória na construção de proposições explicativas e domínios cognitivos experienciais. Desta maneira, o sentido de *continuum* experiencial, próprio dos fenômenos gerativos das geograficidades e consequentemente do sentido para a nossa existência, se dá “Justamente porque cada um dos elementos assim constituídos contém, em razão de sua origem, algo daquilo que o precede e também daquilo que o segue [...]” (BERGSON, 1999, p.157). Essa dinâmica retroalimenta o pensar reflexivo, a imaginação e a memória e propicia os produtos das relações e interações cognitivas e seus domínios experienciais; nossos saberes, fazeres e sentires, o universo intersubjetivo e o mundo de cada um e de todos nós.

As geograficidades e seus fenômenos e processos constitutivos fazem da experiência espacial algo intrinsecamente temporal. Há o tempo da vida e de sua materialidade existencial, a fisiologia da espécie e a duração do indivíduo, os tempos sobrepostos, e as vezes conflituosos, da durabilidade das técnicas e dos objetos, e por fim o tempo ligado a sucessões e acúmulos de experiências, encontros e vivências da vida de cada um e daquele sistema social ali instituído; assim, espaço e tempo são ambos duração e movimento. Tais sucessões estão ligadas à recursividade de interações recorrentes e necessárias na construção e conservação de sistemas sociais e seus saberes. Estabelece-se aqui uma correlação com o significado atribuído ao fenômeno da irreversibilidade para a existência da vida proposta por Prigogine (1996, p.12)

“Sem a coerência dos processos irreversíveis de não-equilíbrio, o aparecimento da vida na Terra seria inconcebível.”.

Como a vida se concebeu e o ser humano não se limita à dimensão fisiológica da espécie, essa irreversibilidade é atribuída também à recursividade presente nas proposições explicativas e nas condutas recorrentes de práticas sociais válidas (MATURANA, 1997); sem a irreversibilidade não existiria a linguagem e nem tão pouco os sistemas sociais.

Responsáveis pela criação de um sistema de saberes e fazeres legítimos e caracterizadores dos distintos domínios cognitivos experienciais existentes, a conservação das condições para a realização de padrões de condutas recorrentes (**Figura 32**), tanto as práticas sociais como os critérios de aceitabilidade e investigação para proposições explicativas, são aspectos irreversíveis para considerar a existência e a conservação de um sistema social instituído. À essa irreversibilidade não se aplica o sentido de imutabilidade, pois os sistemas sociais e os indivíduos que os compõem podem sofrer transformações diversas de conduta, comportamento e organização. A irreversibilidade está na conspiração ontológica criada para a instituição e a existência de um sistema social.

Figura 32: Construção e conservação de saberes nas trocas e partilhas entre mães e filhos (A e B) e no vivido durante as atividades de pesca (C e D).



Fonte: João Gonçalves de Santana e Carlos Alberto P. dos Santos, 2015 - 2014.

Trata-se do mundo das significações sociais imaginárias de Castoriadis (1982). Como atos intencionais, a atribuição de significações sociais transcende o aspecto de sustentação, réplica ou reflexo de um suposto mundo real de coisas abstratas. Esse processo de instituição de um mundo de significações “[...] como mundo social-histórico é *ipso facto* ‘inscrição’ e ‘encarnação’ no ‘mundo sensível’ a partir de que este é historicamente transformado em seu ser-assim.” (CASTORIADIS, 1982, p.400). Nada é externo ao que nos ocorre, significar fenômenos, processos, relações-interações e objetos reside no *Domínios das Ontologias Constitutivas* e isso implica na presença e atuação dos sentidos humanos. Essa relação *sui generis* entre o Ser e o significado atribuído e entre o viver social e o mundo de significações imaginárias propicia o continuum experiencial onde “A sociedade faz ser um mundo de significações e é ela própria por referência a um tal mundo.” (CASTORIADIS, 1984, p.404).

Justifica-se, portanto, a essencialidade dos sentidos do imaginário e da memória e suas relações com a linguagem na construção e conservação de domínios cognitivos experienciais. A noção de *continuum* contida nas reflexões de Bergson (1999) e sua interface com as reflexões

de Arendt (2000a; 2000b; 2014) sobre as atividades do espírito e as de Maturana (2001) sobre cognição humana e o conhecer são fundamentais para entender o processo de construção dos saberes existentes entre os extrativistas marinhos sobre a dinâmica das marés, por exemplo. Sem os fenômenos e processos internos ao humano e destacados anteriormente, a maré não seria lida e compreendida. É o movimento e a duração de acompanhá-la diariamente, há 3 ou 4 gerações, em sua dinâmica e processos que permitiu aos extrativistas marinhos desenvolverem complexas e detalhadas explicações sobre a maré e seus movimentos, e ao mesmo tempo utilizar todo esse arcabouço explicativo para a realização de atividades de navegação, pescaria e mariscagem. Não se trata de uma mera descrição de etapas e características observáveis.

As atividades do espírito e as da condição humana de existência *somadas aos e realizadas pelos* sentidos humanos nos fornecem as condições para identificarmos significantes e atribuir-lhes significados através das intencionalidades. Como a espacialidade é inerente à vida humana, tais pressupostos evidenciam no território pesqueiro a sua dimensão fenomênica experiencial intrínseca.

Nós, construtores de espaços e de lugares, de terras, de territórios, de casas e nomes de casas. E também de conceitos, canções, teorias a respeito dos tempos e dos espaços que de algum modo pertencem a nós, na mesma medida em que pertencemos a eles. (BRANDÃO, 2009, p.17).

O ser-no-mundo ao se realizar no *Dasein*, a partir de uma espacialidade intrínseca, realiza-se o indivíduo e ao mesmo tempo o ser social e político que somos. Por isso, trata-se aqui de não considerar os saberes alheios objetos de estudos, mas direcionar a eles a intencionalidade do diálogo para compreendê-los, e a partir dessa compreensão entender como as ações políticas e as práticas sociais presentes se desdobram em influências no planejamento e na gestão territorial da Resex.

Dentre os saberes de pescadores e marisqueiras, destaca-se sem dúvida a compreensão sobre a dinâmica dos movimentos das marés. Nos estuários para a pesca e nos manguezais para a mariscagem, a leitura das variáveis⁴⁸ internas, no caso da denominação de cada uma das marés identificadas, e das externas, para os fenômenos e elementos naturais influenciadores dessa dinâmica, como a lua e os ventos, por exemplo, completam a compreensão utilizada no planejamento e na execução das atividades extrativistas. Sr. João, liderança comunitária e pescador da comunidade de Campinhos já me disse algumas vezes, “Mario, o pescador que não

48 Amplitude, altura, velocidade, coloração da água, temperatura, salinidade, comportamento dos peixes e dos mariscos, todos esses parâmetros são utilizados e combinados de diferentes formas no momento de estabelecer um “nome” para cada uma das marés identificadas.

conhece de maré pega peixe na sorte”. Portanto, é essencial o reconhecimento dessa dinâmica e riqueza; pescar ou mariscar não se resume a um conjunto de técnicas apenas.

Para a leitura das marés e seus movimentos, o pescador e a marisqueira utilizam diferentes denominações⁴⁹ para traduzir diferentes situações e dinâmicas existentes. A maré de lançamento, por exemplo, trata do movimento de aumento da amplitude da maré. A partir da leitura dos moradores-usurários da Resex, de acordo com as luas e suas fases, somadas à estação do ano, a maré possui 7 (sete) lançamentos até alcançar a preamar (maior amplitude alcançada pela maré). Começa-se, a partir de então, a quebra da maré e a mesma inicia seus movimentos de diminuição da amplitude máxima, de acordo também com cada estação do ano e fase da lua. A maré morta ou maré de quadratura ocorre na virada da lua, final de uma fase e início de outra e tende a ser o período de menor amplitude da maré. Maré é também duração e movimento.

Diferentes maneiras de correlacionar essas informações e interpretações permitiram aos pescadores e as marisqueiras construírem inúmeras estratégias de extrativismo, com diferentes utensílios para diferentes espécies de peixes e mariscos apreciados na Resex. Por isso, nesse contexto de geograficidades próprias, trabalho, obra, saberes e fazeres extrativistas misturam o *homo faber* ao *homo laborans* num universo *continuum* de processos e fenômenos relacionais e interativos peculiares desse viver social (**Figura 33**).

49 É importante ressaltar que essas denominações não são invenções dos pescadores e marisqueiras locais; são expressões utilizadas em outras regiões do país. No entanto, aqui prende-se às leituras e interpretações dos extrativistas marinhos da Resex de Canavieiras para compreender as relações e interações estabelecidas naquele cotidiano.

Figura 33: Imagens representando diferentes artes e saberes da pesca e da mariscagem. Em (A) o preparo da tarrafa para iniciar os lances, em (B) a captura de siris na beira do rio, em (C) vários siris capturados e em (D) duas embarcações com várias ostras capturadas também no extrativismo.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Há nesse cenário a identificação de correlações entre o sentido de trabalho em Arendt (2014) e de autopoiese em Maturana e Varela (2001). Ambos possuem a vida como suas condições essenciais. Assim o trabalho de nosso corpo, possível na realização da autopoiese, tem nas obras de nossas mãos e de nossos saberes as possibilidades para além do fazer puramente técnico. No universo do extrativismo marinho, o trabalho e os saberes compõem-se de fenômenos e processos a partir dos quais os pescadores e as marisqueiras realizam suas diferentes obras. Assim, valorizar as obras dos saberes, das ações políticas comunitárias e dos fazeres implica considerá-los num *continuum* existencial ininterrupto. É a junção do *homo faber* o qual “opera em” e do *animal laborans* que “se mistura com” (ARENDT, 2014).

O trabalho e as obras no universo dos extrativistas marinhos da Resex não se limitam a fabricar objetos. Sua interface com processos e fenômenos naturais e sua interdependência das experiências vividas transcendem a noção de obra ligada ao mundo dos utensílios humanos apenas; não é possível compreender tudo o que envolve uma tarrafa, retirando-a do contexto de

saberes e experiências vividas dentro do qual ela adquiriu sentido. Por isso a necessidade de ampliar e contextualizar as discussões realizadas por Hannah Arendt em suas reflexões sobre a condição humana, o espírito humano e a fenomenologia da política.

Em outras palavras, não chega a haver uma verdadeira reificação na qual a existência da coisa produzida é assegurada de uma vez por todas; precisa ser continuamente reproduzida para que permaneça de algum modo como parte do mundo humano. (ARENDT, 2014, 172).

É assim com as obras do fazer extrativista, pois é imprescindível considerar as relações e interações comuns aos saberes e as experiências vividas no contexto onde elas se realizam e adquirem materialidade concreta. Visto que, isso determina em alguma medida sua permanência no mundo humano. Deste modo, o universo técnico da fabricação entre os extrativistas marinhos é intimamente ligado ao universo imaginário e intersubjetivo de usufruto desses objetos técnicos. Essa inexorabilidade considerada vem das observações e diálogos com os próprios extrativistas marinhos. Sr. Raimundo, pescador de Puxim da Praia, diz ser um pescador completo, visto que confecciona todos os seus utensílios de pesca e ainda fabrica a jangada para pescar em alto mar.

Há uma recíproca relação entre os saberes, os fazeres e as obras agroextrativistas; “Todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer.” (MATURANA e VARELA, 2001, p.31). Portanto, quando se estuda esses universos, exige-se uma epistemologia que permita e sustente essa compreensão. Legitima-se, desse modo, a complementariedade entre o entendimento do conhecer como produto da cognição humana e fenômeno intimamente ligado ao processo do viver, interagindo-se e relacionando-se com as externalidades e a concepção fenomênica de mundo. Isso atribui sentido à fenomenologia da política e significado à ação a partir da substancialidade do ser e sua ontologia.

À essa complementariedade, atribui-se a possibilidade de ressignificar os fenômenos e a partir disso reconstruir as relações estabelecidas com eles. O diálogo de e entre saberes também depende dessa ressignificação e ao mesmo tempo é produto dela, pois não há diálogo se não há equidade nas relações e interações construídas; o fluir de significados, comum ao fenômeno do diálogo, substituindo a inútil disputa de ideias ou opiniões.

O universo cognitivo humano abriga e evidencia em suas criações nossos sentidos (visão, olfato, audição, tato, paladar, imaginário e memória), o qual é por eles (os sentidos) evidenciado também. O mundo gerado do e no processo de conhecer depende do processo de viver, pois a cognição é o fenômeno constitutivo do ser vivo: os saberes humanos carregam a marca indelével de nossa própria estrutura. Para além da estrutura carrega também as

experiências cognitivas e existenciais e as relações interativas realizadas ao longo do seu itinerário de existência; as geograficidades. Deste modo, “[...] os processos envolvidos em nossas atividades, em nossa constituição, em nossa atuação como seres vivos, formam nosso conhecer [...]” (MATURANA e VARELA, 2001, p.30).

Tais processos ocorrem no cotidiano do viver social e nas experiências das ações políticas. Para os pescadores e as marisqueiras da Resex incluem-se aí as especificidades das obras dos fazeres agroextrativistas, bem como as experiências vividas que dão sentido aos espaços, territórios e lugares onde tudo isso se realiza. “Essa circularidade, esse encadeamento entre ação e experiência, essa inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, nos diz que todo ato de conhecer faz surgir um mundo.” (MATURANA e VARELA, 2001, p.31-32).

A leitura da **Figura 34** permite trazer a luz parte das relações interativas construídas e mantidas entre pescadores e marisqueiras com as obras do fazer técnico, dos saberes e do trabalho através do diálogo com a natureza.

A navegação (**Figura 34 - A**) somente se realiza a partir de uma detalhada compreensão sobre os ventos e seu comportamento, as correntes marítimas e a localização do território pesqueiro. A pesca com tarrafa (**Figura 34 - B**) depende da mesma leitura realizada para a navegação, no entanto essas informações são direcionadas para outra prática, como no caso da imagem (**Figura 34 - C**) e a prática do extrativismo da ostra. O movimento e a duração das marés determinam o horário de início e de término da mariscagem, como também sua localização, pois o território pesqueiro varia no espaço e no tempo. Há ainda (**Figura 34 - D**) uma jangada cuja fabricação e uso são relacionados aos mais respeitados pescadores de alto mar na Resex em Canavieiras. Isso se deve ao amplo conhecimento sobre o oceano e seu comportamento e a postura solidária com famílias companheiras de pesca, somados à sagacidade e a coragem de um pescador de jangada, adjetivos comumente destacados durante diálogos realizados em campo.

Figura 34: Trabalho, saberes e fazeres, geograficidades inerentes ao viver social dos pescadores e das marisqueiras...



Fonte: M. A. Santos, 2015

Para as relações espaciais dos pescadores e das marisqueiras, a identificação e valorização dos territórios pesqueiros é uma estratégia de sobrevivência, pois sua existência e significados interferem diretamente em políticas públicas e ao mesmo tempo propicia a construção e a conservação de parte dos seus saberes, já que são nesses territórios onde se realizam a pesca e a mariscagem.

Por conseguinte, a dimensão espacial da vida dos pescadores e marisqueiras da Resex não pode reduzir-se ao espaço do geômetra. A dimensão fenomênica experiencial do mundo evocada ao falar sobre geograficidades e ação política apresenta seus traços também e, sobretudo nos sentidos destinados ao espaço. Como na **Figura 35**, as noções de abrigo, segurança e lugar de encontro entre pessoas que se gostam no aconchego do quintal em (**Figura 35 - A**). Os caminhos desses espaços sendo construídos e definidos nas experiências vividas no cotidiano em (**Figura 35 - B**) e o afeto espacial em (**Figura 35 - C e D**).

Figura 35: O aconchego do quintal e da casa (A), os caminhos que ligam territórios e lugares (B), o lazer e a brincadeira construindo afeto entre as pessoas e entre as pessoas e mundo (C) e a beleza estética que encanta o pescador-fotógrafo (D).



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

A identificação e a delimitação de um território pesqueiro ocorrem através da combinação de diferentes variáveis, alterando-as com diferentes combinações de acordo com o tipo e o local de realização da pescaria ou da mariscagem. Em alto mar, por exemplo, (Figura 36) a identificação é realizada por meio das informações sobre o fundo do local onde está (ex: areia ou pedra), o comportamento das correntes marítimas, a direção e velocidade dos ventos e a prática de pesca escolhida. A leitura e a compreensão das correlações entre a dinâmica e os processos presentes nos fenômenos naturais se dão através da recursividade de relações e interações cognitivas que cada pescador estabelece com o mundo e a natureza circundantes e também com o seu mestre de pesca. Por isso a troca e a partilha de saberes e experiências são práticas comuns no universo da pesca e da mariscagem artesanais.

Figura 36: Embarcação rumo ao território pesqueiro em alto mar.



Fonte: Carlos Alberto P. dos Santos, 2014.

A pesca em alto mar é realizada com diferentes tipos de embarcações, no entanto, gostaria de destacar aqui a pesca realizada com a jangada, pois expõe entre os beneficiários da Resex valores e sentires sobre o *ser* pescador e sua ontologia existencial intimamente ligados à atos de solidariedade. Houve alguns relatos durante os diálogos em campo a respeito da preocupação do jangadeiro com alguma família da comunidade que eventualmente não pode sair para pescar. É comum entre eles separar uma parte do pescado capturado para doação. Esse tipo de comportamento correlaciona-se com sentires observados entre algumas lideranças comunitárias no cumprimento do papel de líder na gestão da Resex (voltarei a esse ponto no próximo subcapítulo).

Figura 37: Chegando da pescaria de jangada...



Fonte: Carlos Alberto P. dos Santos, 2014.

A fabricação da jangada para pescaria em Canavieiras é feita com madeira de uma espécie arbórea denominada na região de Piúba. A construção da embarcação é determinada pelo tipo de pesca a ser praticada. A posição do banco, do suporte para colocar a vela e o tamanho da embarcação determinarão se ela será mais ou menos ágil em alto mar e assim possibilitará movimentos que a pesca de linha, por exemplo, exige. Na pesca com rede não há essa necessidade e por isso detalhes do resultado final da construção da embarcação são diferentes. Para o pescador de jangada, além dos saberes sobre a pesca há também os saberes relacionados ao comportamento da embarcação em alto mar, a partir do modelo adotado na fabricação.

A navegação do jangadeiro é realizada através de um conhecimento detalhado sobre a dinâmica dos ventos, da maré e da corrente marítima. Para a corrente e os ventos, suas direções e velocidades precisam ser observadas durante a pesca, nos deslocamentos e na localização do território pesqueiro. Cada estação do ano apresenta sua dinâmica própria e, portanto, há variações durante o ano em relação as direções, ocorrências e velocidades dos ventos, das

correntes marítimas, de superfície e de fundo, e consequentemente do próprio movimento das marés.

Localizar o território pesqueiro na pescaria de alto mar com jangada exige do pescador a realização de triangulações com referências no continente, na praia e a própria embarcação. Quando ocorre de perder de vista o continente, o pescador se guia pelas correntes marítimas, pelos ventos e pela maneira como as ondas “quebram” em alto mar. A leitura da superfície marítima é essencial para navegar sem a utilização de equipamentos de alta tecnologia e tem nos saberes e na vivência de cada jangadeiro sua essencialidade: duração e movimento presentes na recursividade dos fenômenos gerativos de seus saberes. A partir da soma e da combinação dessas informações o pescador sabe o “rumo” do continente e assim ele volta para casa.

Figura 38: Trabalho coletivo na retirada da jangada da água.



Fonte: Carlos Alberto P. dos Santos, 2014.

Figura 39: A volta para a casa...



Fonte: Carlos Alberto P. dos Santos, 2014.

Outro tipo de pescaria, a de estuário⁵⁰, área de encontro entre a foz de um rio e o oceano, portanto sujeito aos efeitos e movimentos das marés, tem no território pesqueiro a mesma fluidez no tempo e no espaço. Os critérios de identificação e delimitação exercem influência determinante na localização e na “duração” de cada território pesqueiro. Diferentes territórios abrigam diferentes espécies de pescado e exigem diferentes práticas de pesca. Por exemplo, para a pesca com tarrafa (**Figura 40 e 41**), a pesca realizada na maré vazante (maré diminuindo sua amplitude) ou na maré repontando (quando a maré inicia seu processo de encher a aumentar a amplitude, é o lançamento da maré) tem o tempo de duração de cada um dos fenômenos. Quando a maré termina de vazar ou está na preamar, ou seja, chegou ao máximo da cheia daquela lua e estação do ano, alteram-se as condições da pescaria e em consequência também a localização dos territórios pesqueiros.

50 Segundo o “Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico” de Antônio T. Guerra e Antônio J. T. Guerra (2006) Estuário é a forma com a qual um rio deságua no oceano. Entre os pescadores da Resex observa-se as duas expressões; “pesca de estuário” e “pesca no rio”, sempre realizada nos caminhos de água por entre os manguezais e também nas Barras, locais de encontro entre o rio e o oceano.

Figura 40: Pesca de tarrafa em área de estuário, barra do rio Pardo.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

Figura 41: Pescadores se preparando para o primeiro lance de tarrafa.



Fonte: M. A. dos Santos, 2015.

Trata-se do caráter ora permanente ora temporário e cíclico dos territórios aos quais Souza (2007) se remete e que são pertinentes com a percepção e as experiências espaciais dos moradores da Resex. Essa temporalidade intrínseca se evidencia na duração desses territórios. Embora Souza (2007) não estivesse falando sobre territórios pesqueiros, considero seu sentido possível passível de compreensões fundadas na dimensão fenomênica experiencial das relações e interações cognitivas e existenciais realizadas através da dimensão espacial da existência.

Assim, duração e movimento são fenômenos essenciais para a construção de relações e interações cognitivas e existenciais entre os extrativistas marinhos e o mundo e natureza circundantes. Essa ligação íntima e profunda com a Terra se realiza nas experiências vividas e na criação de domínios cognitivos experienciais. Antes e durante a realização de um lance de tarrafa, o pescador já processou uma detalhada leitura das variáveis consideradas nesse tipo de pescaria. Antes, pois o planejamento das horas do início e do fim da pescaria é tão essencial quanto o durante. Essa duração é determinada pela maré e o pescador sabe a tradução disso em horas e, portanto, quanto tempo terá para a pescaria. Os sentidos humanos vão à busca das experiências vividas e fazem emergir saberes (BERGSON, 1999; MATURANA, 2001) que permitem ao pescador o planejamento e a realização de suas atividades.

Como não é fixo, o território pesqueiro para o pescador de tarrafa é ao mesmo tempo caminho percorrido. Como o pescador não fica com a embarcação parada fazendo lances de tarrafa no mesmo local e o movimento da maré vai condicionando esse deslocamento durante a pescaria, o processo de percorrer um caminho está intimamente ligado à identificação tanto da espacialização desse território como da sua duração e usufruto. Exige-se correlações de informações sobre a lua, a estação do ano, a localização dentro do estuário, a distância em relação à barra do rio, o fundo do estuário, a localização em um canal ou acima da coroa do mangue, a corrente e sua velocidade e por fim o tamanho e a malha da tarrafa.

Figura 42: O caminho e o território pesqueiro se misturando na arte da tarrafa.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

Figura 43: A arte da pesca de tarrafa e o cuidado para arrumar alguma linha cortada com Sr. João, liderança comunitária de Campinhos.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

A espacialidade presente na existência de pescadores e marisqueiras artesanais tem nos territórios elementos que compõem tanto o universo dos fazeres e suas obras, a materialidade concreta e as técnicas da atividade pesqueira, como também o universo cognitivo das intersubjetividades, no qual os saberes são acolhidos e adquirem sentido junto ao mundo. O objetivo e o subjetivo se fundem no *continuum* experiencial da intersubjetividade e permitem

ao pescador e a marisqueira artesanais compreenderem seu mundo circundante e, a partir dessa compreensão, construir seus viveres sociais, saberes e fazeres, ou seja, suas geograficidades próprias.

Figura 44: Pescado capturado em atividade extrativista. Trabalho, saberes, fazeres e obras misturados na pescaria de tarrafa.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2016.

Aqui se corrobora com a noção de territórios da vida (do cotidiano) e do imaginário colocada por Brandão (2009, p.86) “Entre o sertão e a Cidade, quantos territórios?”, se referindo à vida cotidiana do camponês tradicional da região do município de São Luís do Paraitinga, interior de São Paulo. A correlação se dá, pois entre os extrativistas marinhos, o território é imaginário, visto que somado ao sentido da memória “abriga” no universo cognitivo de cada pescador e marisqueira os significados atribuídos a essa dimensão espacial da existência. É também território da vida ao adquirir sentido nas relações e interações cognitivas e existenciais ocorridas no cotidiano e ligadas a prática da pesca e da mariscagem, relações familiares e sociais.

Essa espacialidade inerente à existência adquire significados e denominações no cotidiano vivido dos extrativistas marinhos moradores da Resex (Figura 45).

Figura 45: Estuários, lares, manguezais e portos...



Fonte: M. A. Santos e João Gonçalves de Santana, 2015.

Isto é, espaços naturais, sociais e sobrenaturais são parte de um todo não claramente definido em suas fronteiras externas e em seus limites interiores. [...] Eis porque o universo dos territórios do imaginário, assim como os do cotidiano, parecem ser, ao mesmo tempo, restritos e abertos; concêntricos, em volta do bairro e de sua capela e descentralizados. (BRANDÃO, 2009, p.86).

São as casas, os quintais, os portos, os caminhos e os lugares comuns, as relações interativas, muitas vezes simbióticas, entre o pescador, a marisqueira e o mundo e natureza circundantes. Esse universo de significantes e significados tem como fenômenos gerativos a coexistência e o convívio com o outro, pois dessa pluralidade resulta a complexa compreensão trazida pelos extrativistas marinhos sobre tudo o que envolve o território da Resex e sua gestão. Novamente reflexões de Brandão (1994) sobre *pensar o mundo* e *pensar-se nele*, contrapondo visões distintas dessa percepção, nos convidam a incluir a pluralidade intrínseca à diversidade de sistemas sociais instituídos ao imergir-se em algum contexto de geograficidades e experiências vividas alheias.

Sejamos capazes de imaginar uma infinidade de sistemas peculiares de sentimento do mundo e de compreensão mítica, religiosa ou artística de tudo. [...] Quanto mais o conjunto obtido de versões de mitos, de lendas de cantos e danças para diversas situações rituais, de fórmulas de cura mágica ditas por xamãs representar formas puras de saber e valor não contaminados pelos de outros sistemas de pensamento, [...] tanto melhor. (BRANDÃO, 1994, p.17 - 18).

Ao falar especificamente sobre as marisqueiras, destaca-se que suas relações interativas e diálogos com a natureza circundante produzem as mesmas complexas e detalhadas leituras e interpretações das marés e suas dinâmicas de correlações. No entanto, as intencionalidades estão direcionadas para os manguezais e a identificação dos territórios da mariscagem. As práticas de mariscagem na Resex concentram-se no extrativismo da ostra, caranguejo, siri, aratu, guaiamum, sururu e camarão (Associar a mariscagem as mulheres é uma questão histórica de formação desses grupos sociais e suas próprias divisões das atividades extrativistas, pois há homens que são extrativistas de caranguejo e guaiamum e pescadores de camarão também). Essas espécies são as mais capturadas e consumidas entre os moradores da unidade. Cada uma delas possuem técnicas e estratégias próprias para o extrativismo, mas em todas as marisqueiras (ou o pescador de camarão e o coletor de caranguejo e guaiamum) conhecem os movimentos das marés e o comportamento ecológico⁵¹ de cada uma das espécies. Todos esses saberes são correlacionados e necessários ao extrativismo.

A marisqueira (**Figura 46**) que se mistura em contrastes com o manguezal, a água e a embarcação, busca na captura das ostras a obtenção do seu sustento, mas em especial a sua própria alimentação e existência; é o trabalho e as obras se realizando através dos saberes e por meio dos fazeres. Conhecedora de diferentes artes de mariscagem, D. Marlene (moradora da comunidade de Campinhos) realiza o extrativismo de várias espécies e carrega consigo um amplo saber a respeito da ecologia dos manguezais, da sucessão das diferentes fases da lua, das características meteorológicas de cada estação do ano e todas as correlações desses fenômenos e processos naturais com a prática do extrativismo.

Como no caso dos pescadores, os saberes das marisqueiras também as colocam numa posição de ser-no-mundo e a dimensão espacial sendo vivida e significada dentro dos manguezais, ou em seu encontro com os rios, criam os territórios da mariscagem e ao mesmo tempo dá a concretude necessária e demanda dos saberes.

51 Comportamento ecológico é o entendimento das interações e relações que cada espécie mantém entre si, com as outras espécies ali existentes e com o ecossistema onde habita. Trata-se da ecologia das espécies; relações fauna-fauna, fauna-flora e flora-flora. Para a marisqueira essa ecologia é sempre em relação à dinâmica das marés e ao comportamento das águas por entre os manguezais.

Figura 46: Durante o extrativismo da ostra e por entre as cores e os contrastes, D. Marlene e sua ontologia existencial misturando-se ao mundo e a natureza circundantes...



Fonte: M. A. Santos, 2015.

A ciência da cognição e a perspectiva fenomênica do mundo entendem que as proposições explicativas e os saberes têm como fenômenos gerativos as experiências vividas (que são aqui sempre cognitivas e existenciais) e as relações interativas entre ser e mundo circundante por elas geradas. Ao observar na **Figura 47** a marisqueira na busca do aratu, observa-se também um momento do criterioso processo de escolha e identificação dos territórios para a mariscagem. A junção das técnicas com a experiência vivida é a convergência, e ao mesmo tempo a evidência, da inexorabilidade entre as obras dos fazeres e as obras dos saberes. Um *continuum* experiencial e ontológico unindo o universo da fisiologia da espécie, e sua autopoiese, às inter-relações entre trabalho, atividades extrativistas e saberes. O fazer técnico da fabricação de utensílios da pesca e da mariscagem coexiste e é direcionado pelos saberes relacionados aos usos de cada um desses utensílios.

Figura 47: A marisqueira em meio as árvores do mangue em busca do Aratu.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

O sentido da coletividade destaca-se também entre as marisqueiras. A colaboração da família e de amigos nas diferentes etapas da mariscagem, desde a captura do marisco até os processos de limpeza e beneficiamento para o consumo e/ou a venda estão presentes nesse universo. Os quintais por entre as casas são os lugares de trabalho e convívio, onde acontecem também as trocas e as partilhas comuns a esses momentos. As relações do pescador e da marisqueira com a natureza circundante e a sua dinâmica se dão em diferentes dimensões, as **Figuras 48 e 49** mostram o registro de instantes recorrentes no cotidiano e essenciais às geograficidades e sua conservação. Trata-se da manutenção de condutas válidas e recorrentes e da recursividade do viver, necessárias e comuns aos sistemas sociais instituídos.

Figura 48: Momentos de troca, partilha e colaboração para o trabalho após a ida ao manguezal para mariscar. Por entre os quintais das residências o trabalho, os saberes e os fazeres são compartilhados e assim a experiência da troca e da cooperação se realizam como cotidiano comum aos extrativistas marinhos da Resex.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

É nesse contexto de partilha que a vida cotidiana adquire sentido. Para a marisqueira e sua família, o quintal é abrigo e segurança, pois remete ao aconchego da casa. No entanto, é também universo, visto que do quintal iniciam-se as preparações e o planejamento das atividades extrativistas. A partir dos quintais, acessa-se um mundo externo que abriga os territórios da pesca e da mariscagem. No imaginário e na memória, esses territórios são acessados e cada extrativista constrói a partir desses dois sentidos humanos, combinando as informações que já detém sobre estação do ano, fase da lua e condições meteorológicas, o contexto e as circunstâncias dentre as quais a pesca ou a mariscagem serão realizadas.

Figura 49: O trabalho e suas obras contemplam o tratamento do marisco capturado antes do consumo ou da comercialização; a marisqueira catando o aratu.



Fonte: João Gonçalves de Santana, 2015.

Nas relações que Bachelard (1989) encontra entre casa e universo, a análise da intimidade feita por escritores e poetas as tem como elemento essencial para acessar e compreender tal intimidade. Por isso a autor afirma que uma casa vivida não se limita às suas formas geométricas. Neste sentido, entendo ser necessário e substancial incluir aí o ser-no-mundo que a habita e significa. “[...] assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade.” (BACHELARD, 1989, p.64). Seus significados e usufrutos se evidenciam e a possibilidade de compreender seu sentido para quem a habita se amplia. Nas relações e interações entre ente, ser e natureza, a materialidade concreta também participa dessa dinâmica de criação do mundo circundante.

Assim, ao evocar as geograficidades para compreender relações e interações cognitivas e existenciais com a dimensão espacial da vida humana, evoca-se também um sentido para o espaço. Como essa interação relacional ocorre *pelo* espaço, compreendê-lo como um fenômeno gerativo dessas interatividades e relações é essencial. Nesse sentido, a partir das discussões de Massey (2013) sobre o espaço como o encontro e a realização da multiplicidade

de coexistências inerente à pluralidade da vida humana e as de Dardel (2011) sobre nossa íntima e concreta ligação com a Terra forjando nosso modo de existência no mundo, compreende-se o espaço geográfico como um processo e uma dimensão da vida humana que nasce e se significa por meio de relações e interações construídas e estabelecidas no cotidiano. Tudo isso é próprio da vida humana e sua realização como fenômeno social; “[...] o mundo que produzimos em nosso ser com os outros [...]” (MATURANA e VARELA, 2001, p.263).

Para os extrativistas marinhos da Resex, esse mundo produzido é evidenciado em suas obras da ação política comunitária, dos saberes e dos fazeres. Todas formam um *continuum* que encerram suas geograficidades e caracterizam a organização do tecido social e a existência de um corpo político. Deste modo, no próximo subcapítulo a atenção se voltará para as obras da ação política comunitária e como elas se desdobram em influências para a realização das obras dos saberes e do fazer técnico, com vistas ao modelo de planejamento e gestão desenvolvidos na Resex pela AMEX e suas instituições parceiras.

4.2 Num outro tempo, depois do sonho... sobre as obras da ação e dos saberes

O egoísmo nunca pode ser maior que a solidariedade...
Ernesto Monteiro de Almeida (Liderança comunitária
na Resex Marinha de Canavieiras)

A epígrafe acima revela trecho de uma das inúmeras conversas que tive com Ernesto Monteiro. Na ocasião, ele me explicava o que é importante ser cultivado por uma pessoa escolhida conselheira titular do Conselho Deliberativo - CD da Resex. Desta maneira, a intencionalidade do uso dessa frase no início desse subcapítulo é para enaltecer o papel dos princípios da ação política, bem como suas correlações com os saberes dos extrativistas marinhos da unidade. Portanto, a escolha das palavras de Ernesto relaciona-se com as análises e reflexões já tecidas sobre o estabelecimento de princípios para a política na conspiração ontológica da ação e com a relevância dos saberes e valores de pescadores e marisqueiras artesanais para essa mesma ação.

Além disso, iniciar um subcapítulo do último capítulo da tese com essa frase justifica-se, pois tal postura é defendida e praticada entre as lideranças comunitárias da Resex (que não necessariamente exercem algum cargo institucional nas associações comunitárias). Nesse sentido, os caminhos para uma epistemologia do diálogo, com elementos do humanismo essenciais ao processo do fazer ciência e do uso dessa ciência que é feita, se abrem naturalmente durante meu percurso criativo. Como posicionamento político, a fenomenologia e a ciência da

cognição alertam para a construção de proposições explicativas com vistas à compreensão da pluralidade intrínseca à conspiração ontológica nos desejos de convivência e invocada pela ação política para um viver social sadio.

As inter-relações entre saberes e ação política com a noção de trabalho colocada por Arendt (2014) residem nos produtos (obras) gerados por esses fenômenos da vida social. Tais questões são gerativas de minhas reflexões, pois compreendo que o debate sobre o fenômeno da obra e suas correlações com o trabalho iniciado por Arendt (2014) pode ser ampliado a partir da atribuição aos produtos da ação política e dos saberes e não somente do fazer técnico, o sentido de obra. Na ação política e no fazer dos extrativistas marinhos da Resex há inevitavelmente a presença do trabalho. Trata-se do próprio metabolismo e funcionamento fisiológico do corpo humano: nossa ontologia existencial não prescinde disso. Por essa razão a interface com a noção de autopoiese, o fenômeno gerativo do trabalho. Porém, para a ação política e para os saberes, as intencionalidades são outras e isso faz surgir outro tipo de obra também.

Não é o trabalho direcionado para o fazer técnico pura e simplesmente, mas para a ação e para os produtos dos saberes. Como foi colocado no subcapítulo anterior, há no caso da Resex Marinha de Canavieiras o trabalho direcionado para a realização das obras agroextrativistas, estabelecendo também uma correlação íntima e essencial com os saberes; são substâncias das geografias locais.

Quando Maturana e Varela (2001) definem a autopoiese como característica essencial dos fenômenos gerativos dos sistemas vivos com suas relações e interações próprias, abre-se a possibilidade de dialogar com o sentido atribuído por Hannah Arendt (2014) ao trabalho como uma das atividades da condição humana de existência. Nas reflexões sobre a interface entre trabalho e vida, Arendt (2014) destaca a dimensão fenomênica da fisiologia e a circularidade inerente à vida (sua autopoiese) ao afirmar que,

Cíclico, também, é o movimento do organismo vivo, incluindo o corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que em toda parte consome a durabilidade, desgasta-a e faz desaparecer, até que finalmente a matéria morta, resultado de processos vitais pequenos, singulares e cíclicos, retorna ao gigantesco círculo global da natureza, onde não existe começo nem fim e onde todas as coisas naturais volteiam em imutável e infindável repetição. (ARENDT, 2014, p.119).

Minha atenção direciona-se para a dimensão fenomênica da cognição, o universo de significados e das intersubjetividades que precedem e ao mesmo tempo conservam um sistema social instituído. O trabalho e a autopoiese são sempre essenciais, mas “O nascimento e a morte de seres humanos não são simples ocorrências naturais [...]” (ARENDT, 2014, p.119), pois essa

durabilidade da permanência materializa relações e interações cognitivas e experienciais, atribuindo à vida sentido humano e criando as instituições imaginárias sociais a partir da recursividade de condutas válidas para os diferentes viveres sociais existentes.

A obra do fazer tem sua durabilidade definida e encerrada na durabilidade das coisas por ele fabricadas. As obras da ação política e dos saberes têm suas durabilidades conservadas pela conspiração ontológica nos desejos de convivência que as realizaram. Logo, no caso da Resex, para a coesão na organização do tecido social e a manutenção do corpo político, são essenciais as condutas consensuais presentes na recursividade do viver cotidiano. Todavia, a atividade do trabalho e sua característica autopoietica se realizam para toda e qualquer dimensão fenomênica identificada através das intencionalidades inerentes às obras: trata-se do seu fenômeno gerativo.

A compreensão das obras da ação política passa pela compreensão dos saberes extrativistas marinhos, pois há uma cumplicidade intrínseca e dialógica entre a institucionalização do território e sua interface com as geograficidades locais. Nesse sentido, a somatória dos saberes extrativistas marinhos com o entendimento da institucionalidade comum à Resex, com suas possibilidades jurídico-normativas de planejamento e gestão, permite aos pescadores e às marisqueiras locais alcançarem um nível de compreensão desse contexto tornando-os imprescindíveis para todo e qualquer projeto de ação política dentro da unidade. Não é possível, por exemplo, construir um Plano de Manejo e um Acordo de Gestão eficientes no cumprimento de suas intencionalidades sem considerar as geograficidades dos extrativistas marinhos diretamente envolvidos.

A assinatura do decreto de criação da Resex simboliza a mais significativa obra da ação política comunitária promovida pelos extrativistas marinhos de Canavieiras e arredores: a criação de um espaço público de experiências e vivências de um corpo político em busca do bem comum. É a experiência vivida de um corpo político e os desdobramentos de suas ações no cotidiano. A legitimidade política e institucional adquirida a partir da assinatura do Decreto nº 05 de junho de 2006 somente é possível com a duração e a conservação desse espaço público de experiências e vivências. É unânime entre os extrativistas marinhos considerar a conquista do território como sendo a maior e mais significativa de todas: “Tem um companheiro do CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros que diz ter 10 motivos para justificar a criação de uma Resex. Mas, sem sombra de dúvidas, a autonomia e a garantia do território é o maior de todos...” (Palavras de Carlinhos, liderança comunitária da Resex).

Os processos e as etapas vencidas pelos pescadores e marisqueiras têm nos conflitos e nas injustiças sociais e políticas ingredientes indesejados, porém presentes ao longo desse

percurso. Não são raras as histórias com situações de constrangimentos e violências física e emocional, pelas quais passaram os moradores das comunidades hoje contempladas pelo território da Resex.

As atividades do espírito, os sentidos humanos e as atividades da condição humana de existência permitem aos extrativistas marinhos aprender com as experiências e vivências dos últimos 10 anos. Os conflitos, as perdas e os êxitos cumprem o papel de motivar e garantir a permanência da busca por transformações coletivas e positivas para o bem-estar social, político e econômico na Resex. Isso justifica considerar as inter-relações entre as questões epistemológicas dessa pesquisa e o posicionamento político do autor. Se a ação política e sua fenomenologia consideram as atividades do espírito que a precedem e tais atividades são constituídas a partir da liberdade política, da eterna possibilidade do novo na ação e de princípios estabelecidos para essa mesma política (ARENDT, 1993; 2000a; 2000b; 2014), a transformação para um viver social sadio será sempre uma possibilidade realizável.

Ao chamar a atenção no subcapítulo anterior sobre o comportamento do jangadeiro diante da sua comunidade foi pensando justamente em duas lideranças comunitárias da Resex: Ernesto Monteiro de Almeida e Carlos Alberto P. dos Santos. Ambos educados por jangadeiros, avô e pai respectivamente, colocam em suas falas e ações a solidariedade como princípio básico. Ao perguntar para eles sobre o orgulho de ser pescador, o relato é o mesmo e direciona-se a esse comportamento destacado. A doação gratuita feita por avô e pai de parte do pescado para aquela(s) família(s) que eventualmente não pôde sair para pescar era comum e certamente os marcou profundamente. São nesses detalhes e exemplos onde identifico as virtudes das pessoas se refletindo nas virtudes das instituições concebidas e geridas por essas mesmas pessoas. São circunstancialidades que mantêm condutas consensuais recorrentes essenciais ao fortalecimento e manutenção da conspiração ontológica para os desejos de convivência.

Assim, nas discussões sobre justiça “Não é difícil perceber a centralidade da vida humana na avaliação arrazoada do mundo em que vivemos.” (SEN, 2011, p.259). Na perspectiva do valor da vida humana e na natureza da vida que as pessoas podem levar, a ação política, que permite às pessoas experiências coletivas de intervenção e transformação do e no mundo, se fundamenta e se realiza no espaço, mas adquire sentido no universo das geograficidades dos agentes-sujeitos participantes do processo. Por essa razão, para a política e o viver social, o espaço sempre será relacional, pois nele e a partir dele coexistem ontologias se materializando nas multiplicidades de experiências vividas.

Com isso o fundamento e os sentidos geográficos da ação me remetem às reflexões anteriores sobre um sentido para o Ser em sua realização de ser-no-mundo, neste caso a partir

das relações sociais e políticas nos territórios comunitários da Resex. Ao definir uma perspectiva jurídica ao conceito de Territórios Tradicionais e conservar seus aspectos constitutivos essenciais, põe-se em evidência a ontologia existencial e suas geograficidades construídas. Portanto, o sentido da existência de territórios comunitários é para a ação política na Resex a garantia da conservação de uma conspiração ontológica que direciona os desejos de convivência para o bem-estar dos extrativistas marinhos a partir da boa gestão desses territórios. Nesse ponto reside a evidência do caráter comunitário da ação política e das suas condutas consensuais recorrentes.

Trata-se da compreensão, como nos aponta Silva (2016), do universo existencial de pescadores e marisqueiras artesanais. Evocados aqui pelas geograficidades através da evidência de seus saberes e fazeres e das experiências vividas que as geraram. A realização do *Dasein* e a constituição de ser-no-mundo realizada na existência dos extrativistas marinhos na Resex Marinha de Canavieiras me levou a considerar uma dimensão territorial comunitária, pois esse aspecto é central em todo o processo de normatização jurídica necessária e inexorável à criação de uma UCUS, especialmente Resex e RDS. A compreensão dessa dimensão espacial da existência precede a compreensão das estratégias e princípios do planejamento e da gestão realizados pelos beneficiários dessas unidades.

As obras da ação política são as conquistas dos extrativistas marinhos e devido à institucionalidade da Resex essas obras sempre são registradas em documentos jurídicos e normativos publicados no Diário Oficial da União. Esses procedimentos dão segurança jurídica e ao mesmo tempo torna pública as regras, as diretrizes e os princípios para cumprir o determinado. No âmbito do reconhecimento dos territórios comunitários e da criação de uma Resex, o CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso cumpre um papel fundamental para os extrativistas marinhos assegurarem a promoção da autonomia e suas implicações no cumprimento dos objetivos pelos quais justificaram a criação dessa Resex.

Logo, a natureza jurídica do CCDRU e o concessionário do mesmo (no caso da Resex Marinha de Canavieiras a AMEX) exigem, por meio da coesão no tecido social e no corpo político, a conservação da conspiração ontológica que viabilizou a assinatura do contrato. Todo o processo de debates e reivindicações para a assinatura do CCDRU tem o CD e a AMEX como peças fundamentais. No entanto devido a sua relevância política, antes de falar sobre a criação do Conselho Deliberativo da Resex, gostaria de designar o primeiro destaque para outra obra da ação política comunitária: a criação da AMEX em 2009 e o conteúdo do seu estatuto e modelo de gestão.

Segundo os próprios conselheiros da AMEX, com a criação da Resex em 2006 iniciaram-se processos mais articulados de organização e coesão sociais. Isso amplia de forma massiva o fomento à criação de novas associações comunitárias e o nascimento e a intensificação de amizades entre os extrativistas marinhos. Posterior e paralelamente a isso, iniciaram também um processo de ampliação da compreensão sobre mobilização social e educação política. Motivados pela partilha de experiências com a população de uma Resex localizada no estado do Acre, os extrativistas marinhos entenderam que havia a necessidade de ampliar essa articulação entre as associações locais de maneira formalizada e a partir dessa reflexão coletiva criaram a AMEX.

Carlinhos explica que houve resistências inclusive por parte do então funcionário do IBAMA/ICMBio, pois consideravam ser a colônia de pescadores a instituição para cumprir as tarefas designadas à AMEX. No entanto, como havia um consenso entre os pescadores e as marisqueiras de que a criação da AMEX traria capilaridade para as ações políticas e poderiam inclusive trabalhar com o fortalecimento comunitário das outras associações a ela ligadas, sua criação foi definida e estabelecida pelos extrativistas marinhos.

É interessante ouvir os beneficiários da Resex falarem sobre amizade e sua presença nas reuniões e encontros por eles organizados. Uma das primeiras questões marcantes durante os diálogos com os pescadores e as marisqueiras ocorreu logo na primeira vivência de campo. Alguns entrevistados destacaram o aumento da amizade entre moradores de comunidades distintas após o início da mobilização entorno da criação da Resex. Hannah Arendt (1993) faz reflexões sobre o diálogo entre amigos e suas implicações para a política. A questão do diálogo como princípio da política e fenômeno gerativo da ação, ao ser realizado por entre amigos sugere que,

A amizade consiste, em grande parte, na verdade, nesse falar sobre algo que os amigos têm em comum. [...] O elemento político, na amizade, reside no fato de que, no verdadeiro diálogo, cada um dos amigos pode compreender a verdade inerente à opinião do outro. (ARENDR, 1993, p.98 e 99).

Nesse sentido, as condutas consensuais recorrentes assumem papel essencial para as relações sociais presentes na ação política para o planejamento e a gestão da Resex. Entender que a constituição de viveres sociais sadios passa pelo estabelecimento de princípios para a ação política coloca a necessidade de compreendê-los – os princípios - dentro de todo e qualquer contexto social e de organização do corpo político direcionados para a ação.

Por isso, destaca-se nas ações e projetos da AMEX a presença iminente do diálogo, da autonomia e da partilha de saberes e experiências. Desde o planejamento da participação nas

reuniões do Conselho Deliberativo, passando pela troca de saberes e fazeres para o manejo do pescado e chegando as parcerias visando a promoção de produtos da sociobiodiversidade, esses princípios norteiam e direcionam as realizações cotidianas da instituição mãe.

Segundo o seu estatuto, a administração da organização é composta por Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Normatizador Deliberativo e Conselho Fiscal. Não há cobrança de taxas e nem registros dos associados, pois consideram todos os beneficiários da Resex automaticamente membros da AMEX. É importante sublinhar que a Diretoria não tem poder decisório e trata-se apenas de um órgão propositivo. A Assembleia Geral como órgão máximo da administração cumpre junto com o Conselho Normatizador Deliberativo a responsabilidade pelas decisões coletivas. Essa organização interna implica na inexistência do voto de minerva como atribuição do presidente da associação.

Outro detalhe interessante é as reuniões do Conselho serem conduzidas pela pessoa mais idosa presente no momento: a sabedoria é constantemente destacada. Tais reuniões versam, dentre outros pontos, sobre planos e programas anuais, investimentos e gastos de recursos financeiros e regimento interno da própria AMEX. Carlinhos salienta na existência da AMEX a criação da capilaridade comentada antes se realizando nas ações direcionadas à formação política com capacitação de lideranças comunitárias, construção de projetos para atender demandas coletivas e busca de novas iniciativas para a gestão da unidade. **(Figura 50).**

No início do processo de criação e efetivação da AMEX houve ações direcionadas ao fortalecimento do corpo político, mas também para a capacitação das lideranças. Ernesto (2015), liderança comunitária de Barra Velha, destaca dentre as conquistas

O projeto específico da AMEX foi um projeto voltado para a capacitação das lideranças da Resex foi um projeto onde se trabalhou capacitação sobre legislação pesqueira, legislação ambiental, legislação previdenciária, sobre direitos trabalhistas, sobre aquaviário, oficina sobre a parte contábil da gestão dos recursos financeiros. Tirando isso aí, nós tivemos aqui no município de Canavieiras recentemente a chegada de algumas organizações de outros estados visitando a gente aqui pra ver como foi que se deu esse trabalho do projeto de compensação ambiental, de que forma foi trabalhado, como foi agregado, todas essas instituições da pesca para discutir um projeto em comum, isso não é comum na costa brasileira. Foi o primeiro lugar que foi feito esse trabalho foi aqui. E esse intercâmbio que essas pessoas vieram fazer aqui isso serviu de divulgação em outras regiões que nós de Canavieiras conseguimos chegar a esse patamar de união entre essas instituições da pesca para conseguir algo em comum.

Figura 50: Intercâmbio para troca de experiências entre extrativistas marinhos de outros municípios (A e B), reunião sobre educação financeira e o banco comunitário (C) e reunião para o acordo de gestão da Resex (D).



Fonte: M. A. Santos, 2015 e Ernesto Monteiro de Almeida, 2016.

As ações e atividades representadas nas imagens da figura acima foram promovidas a partir da AMEX. Por isso a consideração sobre a durabilidade das obras da ação política estar diretamente relacionada à conservação da organização e coesão do tecido social e manutenção de um corpo político.

Sobre a inexorabilidade entre as obras da ação, do saber e do fazer, um exemplo destacado entre os extrativistas marinhos foi a realização do projeto Envolver em 2008 para o mapeamento das condições de vida das famílias beneficiárias da Resex. Mais tarde, esse mapeamento serviu para o planejamento da reivindicação, frente ao governo do estado da Bahia, da realização de um projeto habitacional (**Figura 51**). As obras da ação política ligadas à mobilização social e à promoção da autonomia em processos decisórios para a definição de demandas viabilizaram, num segundo momento, a construção de moradias (obras do fazer técnico) para famílias beneficiárias da Resex.

Figura 51: Modelo de residência construída no projeto habitacional.



Fonte: Ernesto Monteiro de Almeida, 2013

A durabilidade das obras da ação política está nessa coesão social e política observada na Resex. Ao mantê-la, propiciam-se desdobramentos e iniciativas que evidenciam a liberdade e a possibilidade eterna do novo imanente à ação política. Isso me leva para outro destaque, a iniciativa de criação do banco comunitário BAMEX⁵². Esse projeto motiva, dentre outras coisas, reflexões e diálogos sobre economia solidária e melhorias na geração de receita, na gestão financeira ligadas ao extrativismo marinho e na economia doméstica. Percebe-se também em diálogos sobre o banco com os extrativistas um sentimento de orgulho e autoadmiração diante da iniciativa e dos êxitos conquistados a partir dele.

Há ainda a criação do projeto Rede de Mulheres⁵³ (FIGUEIREDO, 2013) e todos os momentos de reflexões coletivas e formação política proporcionados pelas reuniões, encontros e intercâmbios da instituição mãe. O fundamento geográfico da ação política é criado pela AMEX na geração de um espaço público para viabilizar a criação de um sentido geográfico para essa mesma ação política. Justifica-se, deste modo, a dialogicidade, a autonomia e a partilha como inexoráveis ao processo e ao mesmo tempo fenômenos gerativos dessa dinâmica de relações e interações peculiares ao funcionamento e gestão da AMEX.

52 Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras. Criado para oferecer serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da Economia Solidária. (BAMEX/ITES-UFBA, 2012).

53 O projeto Rede Mulheres “[...] nasceu com o intuito de capacitar, mobilizar e empoderar lideranças femininas nas comunidades de pescadores de Canavieiras, e foi viabilizado a partir de um edital do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), uma entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. [...] A Rede de Mulheres abrange seis municípios do sul da Bahia, a saber: Belmonte, Una, Canavieiras, Ilhéus, Itacaré e Cabrália. O projeto espera colocar as mulheres no engajamento de luta por políticas públicas para a melhoria do trabalho da mulher na pesca artesanal” (FIGUEIREDO, 2013, p.96-97).

Figura 52: Presença sempre relevante dos membros da AMEX em reuniões do CD da Resex.



Fonte: M. A. Santos, 2015.

Ao reunir em sua composição todas as outras instituições comunitárias de representação e gestão dentro da Resex (na **Figura 53** há a sede de quatro delas), a AMEX adquiriu um caráter único para viabilizar a construção desse cenário favorável ao diálogo e à partilha de saberes e experiências entre os extrativistas marinhos da unidade e de outros territórios. Essa dinâmica preserva a autonomia em decisões ocorridas antes e alheias às decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo.

Figura 53: Sedes de quatro associações que compõem a AMEX, Campinhos, Puxim da Praia, Barra Velha e Puxim do Sul.



Fonte: M. A. Santos; Elialda Avelino e Ernesto Monteiro de Almeida, 2015.

Ter a maioria no CD e manter a coesão social são fundamentais a esse processo. Apesar de haver entre os beneficiários das diferentes comunidades da Resex percepções individuais distintas, quando o que está em jogo é o bem-estar coletivo e a boa gestão, há uma tendência em prevalecer a consensualidade inerente à coesão social que os fortalece. Há exemplos de alguns momentos vivenciados em reuniões da AMEX que precedem as reuniões do CD que evidenciam essa percepção. Há naturalmente divergências entre opiniões pessoais, mas esses impasses nunca os fizeram perder de vista a Resex, o que os unem de fato. Desta maneira, a própria noção de conflito é ressignificada, pois pensamentos distintos jamais deixarão de existir, mas num ambiente dialógico, não são mais obstáculos ou indicativos de tensões ideológicas irresolúveis,

[...] mas sim de dinâmicas cotidianas e democráticas de pessoas com interesses, histórias e opiniões diferentes entre si [...] Há todo um processo de destruição e reconstrução no meio do caminho, do momento da emergência de diferenças acerca de uma questão, até a chegada a uma decisão coletiva que

possa ter se servido dessa pluralidade e que, de certa forma, também venha para dar sentido a ela. (ANDRADA, 2006, p.6-7).

Essa característica imanente à própria natureza institucional da AMEX alimenta um modelo de gestão defendido e valorizado internamente, pois cria condições favoráveis para processos decisórios ocorrerem com interferências e contribuições apenas de pessoas e instituições escolhidas como parceiros pelos próprios extrativistas marinhos. Isso é muito claro entre os pescadores e as marisqueiras da Resex: a avaliação da parceria é criteriosa e necessita atender as expectativas e as demandas dos moradores da unidade.

Nesse sentido, é interessante observar a relação estabelecida com a academia e seus representantes, pois as parcerias escolhidas de forma coletiva revelam entre os extrativistas marinhos um orgulho autoconsciente do valor intrínseco aos seus saberes e experiências vividas. Observo nesse comportamento a garantia do diálogo entre saberes, visto que qualquer tentativa de petição de obediência por meio da ciência se desvanece nesse cenário.

Há inúmeras situações vivenciadas durante as atividades de campo que revelam esse comportamento e permitem aos extrativistas marinhos a compreensão frente à relevância social e econômica dos seus saberes e fazeres. Além da correção dos resultados do estudo sobre as correntes marítimas citado no início da tese, há exemplos de respostas negativas para projetos sobre mobilização social propostos por instituições/pesquisadores que não são considerados parceiros sob a justificativa de já serem mobilizados.

O caráter processual da autonomia na gestão está também na promoção e conquista dessa própria autonomia. Como um fenômeno processual da vida cotidiana e resultante da organização de um corpo político, a autonomia - como o diálogo e a partilha - somente se transforma em princípio da ação política quando há essa coerência com o sentido de público e comunitário atribuídos ao espaço de realização dessa ação. Como espaços de cooperações, as instituições comunitárias da Resex nutrem e legitimam esse contexto propiciado a partir da existência da AMEX: são elas próprias produtos e produtoras desse contexto.

Do mesmo modo que a natureza da ação lhe impõe ser sempre um potencial de ação, ao retomar as reflexões sobre a relevância do fenômeno do poder para a AMEX e suas ações políticas, o considero, a partir de suas características intrínsecas e processos gerativos, também um potencial de poder.

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. [...]

Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade no estar junto, se pudesse ser possuído como o vigor ou aplicado como a força, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta. Porque o poder, como a ação, é ilimitado;

[...] Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de tudo, à condição humana da pluralidade. (ARENDT, 2014, p.251).

Logo, isso me transporta para as reflexões sobre a promoção da justiça a partir das obras da ação política e dos saberes. A interface existente entre os saberes ligados às práticas agroextrativistas e os saberes ligados ao funcionamento institucional da Resex, é essencial para o processo contínuo de educação política pelo qual as lideranças comunitárias e todos os beneficiários da unidade passam. Esse cenário me permite compreender, ao corroborar com a noção colocada por Arendt (2014), a natureza do poder como um fenômeno emanando *do* e *para o* coletivo ao analisar os desdobramentos ocorridos por meio do estabelecimento de princípios para a política e suas influências no funcionamento da AMEX e na gestão territorial da Resex.

Esse cenário amplia a relevância política da AMEX e ao mesmo tempo lhe dá condições de existência e legitimidade. Há decisões intimamente ligadas à gestão da Resex e ao manejo da natureza no agroextrativismo que precisam ser definidas pelos próprios beneficiários com apoio técnico e científico quando solicitado. Na Resex Marinha de Canavieiras, esse apoio é um hábito da gestão e estabelecer diálogos com saberes alheios ao universo do extrativismo marinho compõe as estratégias de concepção e realização de diversos projetos e ações dentro da unidade. Todas as lideranças comunitárias e moradores com quem conversei destacam a relevância do aprender.

Esse aprender se realiza dentro de um domínio cognitivo alheio aos critérios científicos de investigação e aceitabilidade. Assim, há em suas proposições explicativas a ausência dos limites disciplinares comuns às proposições explicativas científicas. Entre os extrativistas marinhos, coexistem saberes puramente técnicos e de precisão matemática com elementos intersubjetivos e construções imaginárias complexas para ler e compreender fenômenos e processos naturais. A confecção de uma tarrafa é feita através de nós precisos e milimetricamente colocados e a construção de uma embarcação segue regras e normas rígidas de engenharia. No entanto, na utilização desses dois instrumentos comuns entre pescadores e marisqueiras na região de Canavieiras, as práticas extrativistas com eles realizadas são essencialmente determinadas por um universo cognitivo onde os sentidos do imaginário e da memória, aliados à imprevisibilidade natural da vida, cumprem papéis fundamentais.

Todo esse contexto narrado sobre a AMEX não se repete com o Conselho Deliberativo – CD. A começar pela sua composição, pois admite-se a representação de instituições não comunitárias, da sociedade civil, da iniciativa privada e poder público municipal gerando, especialmente para a Resex em Canavieiras, conflitos de interesses entre os diferentes temas e

demandas colocadas. Essa composição impõe à gestão lidar com a presença de setores que não fazem parte do universo de geograficidades, saberes e fazeres do extrativismo marinho e isso pode criar obstáculos para a compreensão de relações e interações sociais e ecológicas, vulnerabilidades, potencialidades e desafios peculiares da Resex. Essa situação pode ampliar o risco dessa mesma gestão receber influências contrárias (como já ocorreu) aos cumprimentos dos objetivos da unidade e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. A participação de outros setores não é necessariamente negativa, há instituições como universidades públicas e ONGs, por exemplo, que os extrativistas marinhos fazem questão de ter na composição do conselho.

A presença em algumas reuniões do CD me permitiu observar que interesses econômicos ligados à carcinicultura, por exemplo, muitas vezes entram em conflito com interesses da conservação da natureza e, sobretudo do modo de vida pesqueiro existente na unidade. A própria prefeitura, a partir dos posicionamentos de seus representantes no CD, sugere fortes inclinações para demandas puramente econômicas e de infraestrutura ligadas à indústria do turismo de massa no município. Isso significa motivar a construção de grandes empreendimentos hoteleiros em Canavieiras e região.

O comportamentopositor da prefeitura implica numa relação nociva à gestão da Resex, fato este confirmado pela decisão da AMEX em votar pela sua exclusão do CD da unidade na última reunião ocorrida para a renovação do conselho. Essa relação deletéria é antiga e já trouxe diferentes consequências para a Resex. Lideranças da AMEX relataram um episódio ocorrido antes da criação da unidade e a partir da apropriação do projeto da Resex pelos futuros beneficiários. Quando os representantes da prefeitura na ocasião entenderam que haveria territórios terrestres delimitados e que os mesmos seriam de jurisprudência federal e o município não teria autonomia em sua gestão, visto que os processos decisórios e o controle social dependeriam da participação efetiva dos extrativistas marinhos. A prefeitura iniciou uma campanha contrária à criação da Resex, com registros de momentos tensos de opressão e até mesmo violência por parte do poder público municipal e outros setores da sociedade apoiadores da prefeitura (Ver Figueiredo, 2013, cap. II).

O comportamento da prefeitura criou um cenário paradoxal e a indignação gerou também desejo de transformação. As lideranças comunitárias relataram que o descaso no cumprimento de demandas sociais e serviços públicos municipais, como o saneamento básico, por exemplo, somados a um aparente descrédito do poder público municipal (nesse caso o executivo e o legislativo) frente a capacidade dos pescadores e das marisqueiras artesanais com

a gestão de uma UCUS, os impulsionaram na organização de ações políticas e parcerias para criar a Resex.

Não obstante tais características e eventuais problemas, a previsão de criação de um CD pela lei do SNUC no §2º do art.18º é outro ponto de destaque para as obras da ação política comunitária. Com caráter deliberativo e sendo necessário em sua composição ter maioria de representantes dos extrativistas marinhos, o atendimento das demandas e das vulnerabilidades das populações tradicionais beneficiárias é definido em assembleias, evidenciando sua relevância para o planejamento e a gestão da Resex e para o cumprimento dos objetivos da sua criação. Assim, a assinatura da Portaria nº 79 de setembro de 2009, de criação do Conselho Deliberativo da Resex de Canavieiras, é outro documento normativo importante e viabilizado através de ações políticas comunitárias promovidas pelos extrativistas marinhos em parceria com a já criada AMEX, o ICMBio e as instituições da sociedade civil organizada.

A AMEX precede o CD, porém ambos são de 2009, mas há outras obras da ação política anteriores às suas criações e que já revelavam transformações ocorridas do processo de amadurecimento de um corpo político se forjando mesmo antes da criação da Resex. Um dos instrumentos jurídicos construído nesse percurso é o Acordo de Pesca de Canavieiras estabelecido através da IN nº 83 de janeiro de 2006 com a finalidade de definir regras para o manejo da natureza durante as práticas extrativistas realizadas na subsequente criada Resex. Essa IN é um exemplo da cumplicidade comum ao diálogo entre e de saberes e as correlações entre as obras da ação política e dos próprios saberes. Saberes jurídicos-científicos, somados aos saberes dos extrativistas marinhos sobre a ecologia das espécies capturadas no extrativismo, permitiram construir regras de manejo da natureza úteis à gestão territorial.

A mobilização política dos extrativistas marinhos para atender vulnerabilidades e demandas sociais e econômicas das comunidades propiciaram inúmeras conquistas materiais e imateriais. Essa mobilização fez do intercâmbio para troca de experiências e saberes uma prática comum, com a geração de alguns frutos importantes para a gestão e o manejo dentro e fora da Resex. Aprender novas técnicas e estratégias para o transporte do caranguejo com os extrativistas do Pará se destaca, visto que tais técnicas e estratégias resultam na diminuição da mortandade dos caranguejos durante o deslocamento até o cliente e ao mesmo tempo no aumento da receita gerada com essa atividade, possibilitando também diminuir a pressão sobre o pescado.

De fato, aumentar a renda com o mesmo tempo de atividade no manguezal e quantidade de caranguejos capturados a partir da diminuição da mortandade pode diminuir a frequência desse tipo de extrativismo e com isso colaborar na preservação da espécie. É

importante evidenciar que as estratégias de manejo construídas pelos extrativistas com parcerias selecionadas sempre serão concebidas na conservação da natureza circundante.

Figura 54: Oficina de capacitação para o transporte seguro de caranguejo realizada no estado do Pará com a participação dos extrativistas marinhos da Resex Marinha de Canavieiras-BA.



Fonte: Ernesto Monteiro de Almeida, 2014.

Essa constante troca de experiências entre pessoas e instituições de diferentes locais do país contribuiu para oficializar uma parceria nacional frente às demandas sociais, políticas e econômicas dos extrativistas marinhos e dos seus Territórios Tradicionais. Esse processo fez nascer a CONFREM – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Extrativistas Costeiros Marinhos. Carlinhos, que além de liderança comunitária em Canavieiras, é também da Direção Executiva da CONFREM, comentou a respeito de uma reunião realizada em Brasília no ano de 2008 sobre extrativismo com a presença do CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros. Os presentes perceberam, durante os debates e diálogos, a existência entre os extrativistas marinhos de inúmeras associações locais fortes. Entretanto não havia uma organização de representatividade nacional para articulações em âmbito nacional.

O nascimento da CONFREM mostra que as obras da ação política e dos saberes não respeitam os limites institucionais das Resex. Seu potencial de alcance não cumpre tais regras e com isso suas possíveis influências podem ser incorporadas por todo e qualquer território comunitário. As conquistas imateriais, como por exemplo a compreensão do valor do diálogo ou da função política do processo de identificação e legitimação de uma liderança comunitária, dependem, para sua efetivação e materialidade concreta no cotidiano vivido de realizações efetivas e duradouras, o que explica a ênfase nas condutas consensuais recorrentes.

Isso fica claro ao verificar as lideranças da AMEX fazendo um longo e sólido trabalho de diálogo com os pescadores de camarão da Resex, com o intuito de construir entre eles um sentido para a relevância atribuída ao período de defeso dessa espécie. Como estratégia de manejo e serviço público prestado, o período de defeso, embora possa demandar revisões, cumpre um papel importante para os processos de conservação da natureza. Durante a participação em uma reunião do CD sobre fiscalização, membros da AMEX destacaram nesse trabalho dialógico a geração de resultados mais interessantes quando comparados com os possíveis resultados gerados por meio de ações de fiscalização meramente punitivas. Para a AMEX educar os extrativistas marinhos é mais relevante para a gestão da Resex do que simplesmente puni-los.

A garantia da autonomia no planejamento e na gestão territorial é um consenso entre os extrativistas marinhos e também carrega consigo elementos das conquistas imateriais e materiais. Ao falar sobre esse tema, Carlinhos cita uma liderança comunitária ligada ao CNS – Confederação Nacional do Seringueiros, Manuel Cunha;

Ele fala que existem 10 motivos para justificar uma criação de uma reserva extrativista, as ele disse que 1 deles vale por todos que é garantir o território. Não temos a menor sombra de dúvida; a garantia territorial ela é a maior conquista. Por que aqui uma coisa foi fato, a partir do momento que criou a reserva extrativista, embora o conflito tenha se estabelecido de forma muito grande, mas nós já nos sentimos protegidos. Nós temos uma clareza muito grande de que todas as outras conquistas elas são em decorrência da proteção do território. (Carlinhos, 2015).

Há uma compreensão coletiva sobre tal importância, que se correlaciona direta e intimamente com a valorização e a conservação dos seus modos de vida, identificados aqui através das geograficidades, dos saberes e dos fazeres. Como obra da ação política e dos saberes, essa autonomia, ao mesmo tempo meio e fim, se efetivou no decreto de criação da unidade e na assinatura do CCDRU, mas sobretudo na existência cotidiana de um espaço público e em tudo o que ela – a autonomia - pode implicar para a vida dos extrativistas marinhos. Por isso é necessário o estabelecimento da autonomia como princípio para a política. “O

respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p.59).

Os princípios e as diretrizes contidos em leis e decretos relacionados às políticas públicas para Territórios e Comunidades Tradicionais fazem alusão às estratégias de planejamento e gestão ligadas à promoção da autonomia. Como as leis não são concessões automáticas de direitos, todo o processo de construção da organização do tecido social e do corpo político na Resex Marinha de Canavieiras direciona-se para as obras não serem consideradas favores públicos. Assim, os sentidos geográficos da ação, alimentados pelas geografiedades dos extrativistas marinhos e seu fundamento mantido na conservação do espaço público inerente à sua permanência no mundo, são essenciais para a escolha dos princípios, suas intencionalidades e significados.

As atividades do espírito, os domínios cognitivos e as experiências vividas comportam toda a geografia da existência dos agentes-sujeitos da Resex. Trata-se do *continuum* experiencial característico dos fenômenos gerativos da ontologia do ser, se realizando nas relações e interações consensuais e recorrentes com o outro. Essa dinâmica de aceitação mútua surge na convivência como resultado dela e é essencial à conspiração ontológica para os desejos de convivência invocadas pela ação e pelo viver social sadio. Em vista disso,

[...] o Ser se molda no mundo, na existência espaço-tempo, nas experiências e nas relações da vida coletiva, entre as objetividades e as subjetividades, entre a razão e as emoções. [...] O ser está no mundo, ter a consciência é, sobretudo, assumir a responsabilidade sobre si e sobre o outro. (SILVA, 2016, p.22).

É o que ocorre com a AMEX: o cuidado de um para com o outro é gratuito e as mobilizações não tendem a favorecer apenas quem delas participam. Pelo contrário, o alcance das coisas positivas conquistadas até o momento sempre é construído a partir de leituras detalhadas sobre a localização e o tamanho das demandas. O exemplo mais significativo foi o Projeto Envolver citado anteriormente. O primeiro recurso financeiro destinado à Resex por meio de uma condicionante de Licenciamento Ambiental de um grande empreendimento na região foi utilizado justamente para saber quem eles eram, onde moravam e como viviam. Essas informações possibilitaram aos próprios extrativistas se conhecerem melhor e ter, assim, condições mais favoráveis ao estabelecimento de prioridades e urgências.

Os vários diálogos realizados com os extrativistas marinhos, o acompanhamento de algumas reuniões importantes da AMEX e do CD, o conhecimento das atividades agroextrativistas com suas estratégias, ferramentas e valores, a presença de intercâmbios entre extrativistas de outros territórios e a realização por meio do ato fotográfico do registro desses

instantes e encontros propiciam-me compreender que há na Resex Marinha de Canavieiras uma dinâmica de relações e interações consensuais de aceitação mútua. Essa dinâmica foi criada a partir de um processo contínuo de construção de consensualidades no convívio instalado e conservado no viver social e no corpo político, sempre com vistas ao planejamento e a gestão da unidade.

Segundo Ernesto (liderança comunitária, morador de Barra Velha), desde o final da década de 1990 e início de 2000, pescadoras de caranguejo de Canavieiras já se reuniam para criar uma associação e reivindicar melhorias nas condições de trabalho e conservação da natureza. Desde então, outras comunidades vêm realizando esse trabalho. Depois de 10 anos de criação da unidade, o cenário construído aparece nas falas dos pescadores e das marisqueiras como sinônimo de orgulho e ao mesmo tempo de desafios. O viver social sadio entre os extrativistas marinhos da Resex surge na conspiração ontológica como resultado dela.

No último subcapítulo, as reflexões e análises são a respeito desses desafios frente a um modelo de gestão que, embora tenha instrumentos e garantias de participação social, ainda mantém as decisões finais e mais significativas com o Estado. Assim, há nas ciências, pois trata-se para nós cientistas de uma questão essencialmente epistemológica, e também entre os extrativistas marinhos e outros povos e comunidades tradicionais demandas para superar as contradições e fragilidades da cogestão imposta pelo SNUC frente à urgência da autogestão sugerida pela ressignificação de um sentido para a política.

4.3 Entre o jurídico e o político, a ação e a educação... cogestão e autogestão na Resex Marinha de Canavieiras

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – Pergunta Kublai Khan.
A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco – mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Polo responde:
Sem pedras o arco não existe. (CALVINO, 1990, p.79)

Embora não seja comum, permita-me iniciar esse subcapítulo com uma citação e utilizá-la como analogia e ponto de partida para somar às minhas reflexões outro fenômeno da vida social considerado para a ação política o seu âmago. Ainda não foi explicitamente trabalhado, mas está nas entrelinhas de algumas reflexões e análises já tecidas. Trata-se da educação, que é para a ação o que a curva do arco é para a ponte. Do mesmo modo que ela une e organiza as pedras formando o arco, sem esquecer a relevância das pedras, pois sem elas não

haveria o arco e nem ponte, a educação une na dialogicidade agentes-sujeitos para a ação. Porém sem agentes-sujeitos conscientes⁵⁴ do seu papel e relevância, não há ação política. Por isso,

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. (MATURANA, 1998, p.29).

Ao considerar a educação um processo contínuo e ininterrupto, cito o destaque colocado por Carlinhos (2015) em uma de suas falas sobre a importância da paciência com o processo de amadurecimento, que trata-se de um processo pedagógico, de outros extrativistas marinhos da Resex.

Nós temos que reconhecer que o entendimento a respeito desse processo, inclusive das vitórias e tudo, nós não temos que exigir que os companheiros tenham esse entendimento do dia pra noite. A gente vive uma história de 500 anos de exclusão aonde eu não tenho que querer fazer uma transformação em 10 anos que levou 500 anos para se consolidar. Por que a gente vê muitos casos de companheiros que estão vendo as conquistas, mas demora um pouco para assimilar isso. (Carlinhos, 2015).

Admite-se, portanto, que a educação une e coloca as pessoas para dialogar num processo contínuo de trocas e reciprocidades. Tal processo cria o amadurecimento da consciência do seu papel de agente-sujeito na transformação social a partir da ação política e como resultado dela. Entendida como o exercício cotidiano de convívio com o outro, a educação potencializa a construção e a sustentação de princípios necessários à conspiração ontológica, sempre direcionada para a coincidência nos desejos de convivência inerentes às condutas consensuais recorrentes de aceitação mútua, próprias da ação política e do viver social sadio.

Nosso problema é que confundimos domínios, porque funcionamos como se todas as relações humanas fossem do mesmo tipo, e não são. As relações humanas que não se baseiam na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência não são relações sociais. (MATURANA, 1998, p.69).

54 Paulo Freire (2005, p.84) coloca essa discussão, relacionando-a com nossa condição de ser inconcluso, mas que “Têm a consciência dessa inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência dessa inconclusão. Por isso a educação como um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.” Os mesmos princípios das relações e interações entre educador e o educando colocados por Paulo Freire atribuem-se, veremos mais adiante, às relações e interações entre povos e comunidades tradicionais e o Estado nas figuras do ICMBio e do MMA. “Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem.” (FREIRE, 2005 p.79). É o mesmo que Maturana (1998), Toro (2005) e Castoriadis (1982) colocam a respeito de nossas responsabilidades sobre si e sobre o outro motivada e fundada numa relação de condutas consensuais estabelecidas com o outro.

Compreender as relações sociais como gratuitas e reciprocamente benéficas conduz à ressignificação das relações entre o ICMBio/MMA e os extrativistas marinhos da Resex. Por isso a organização e coesão do tecido social são imprescindíveis à formação de um corpo político. Pois, sem agentes-sujeitos convivendo no educar, a ação política não se realiza e não se conserva. A educação é o fenômeno gerativo das condições invocadas pelo humanismo e pela humanização como vocação ontológica do ser humano e não como sentimento.

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica, etc., que nos estão condenando a desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz. (FREIRE, 2011, p.137)

Tal qual o sonho da humanização, a educação, a ação política e a gestão da Resex têm em comum o caráter processual e de construção cotidiana das condições necessárias e oportunas para serem efetivamente realizadas. A pluralidade presente na coexistência consensual de ontologias é fenômeno gerativo e inexorável dos processos citados. Na educação “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2005, p.78). Esses processos, tanto na educação como na ação política, revelam as intersubjetividades e a ontologia existencial do outro evocadas no e pelo o espaço de convivência criado.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa. (FREIRE, 2005, p.81).

Novamente as reflexões incidem sobre a ideia fundamental de atribuir às geograficidades locais, com seus saberes e fazeres construídos nas experiências vividas, sua essencialidade frente ao planejamento e a gestão dos territórios comunitários, especialmente quando há uma Resex criada. As observações em campo, especialmente o funcionamento da AMEX e as condutas consensuais criadas entre os próprios extrativistas marinhos, foram essenciais para incluir reflexões teóricas-científicas sobre a educação e correlacioná-las com a ação política e a gestão da Resex.

Destaca-se que não há externalizado entre os extrativistas marinhos esse sentido para a educação. Tal observação nasce das minhas próprias leituras sobre o fenômeno e da interface observada entre o Ser, a ação e sua realização cotidiana. Embora isso não se configure como um ato intencional e consciente entre os extrativistas marinhos, é possível identificar na organização da coesão no tecido social e do corpo político na Resex processos educativos utilizados pela AMEX e estabelecer esse paralelo com as discussões e reflexões apresentadas por Paulo Freire e Humberto Maturana sobre a educação e sua interface com a reflexão e a ação.

Isso não significa, porém, que a simples presença da educação para a realização da ação política garanta em si mesma o estabelecimento dos mesmos princípios identificados entre os extrativistas marinhos da Resex. Contudo, quando essa educação é dialógica e tem como elementos essenciais a partilha e a autonomia dos agentes-sujeitos envolvidos, sua contribuição ao processo é substancial. “Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo.” (FREIRE, 2005, p.96). Esse pensar crítico e, por isso, reflexivo, compõe as atividades do espírito e por isso é um fenômeno gerativo da ação. O diálogo criado pela ação política demanda do pensamento um comportamento reflexivo, pois ação e reflexão são indissociáveis, “[...] de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente, imediatamente, a outra.” (FREIRE, 2005, p.89).

No fluir de significados pertencente ao diálogo, a externalização do pensamento reflexivo, somado às outras atividades do espírito e posteriormente às atividades da condição humana de existência, evidencia nosso viver na linguagem: o fenômeno que se realiza *nas e entre as* relações de uns com os outros (MATURANA, 1997) tem nas palavras um caminho para revelar o Ser do agente-sujeito na ação.

Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palaveria, verbalismo, blablablá. Por tudo isso, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação. Se, pelo contrário, se enfatiza ou exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em ativismo. Este, que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo. (FREIRE, 2005, p.90).

É nesse ponto onde os comportamentos das lideranças comunitárias e da AMEX me evidenciam o apreender como um processo essencial entre os extrativistas marinhos e a gestão da Resex. O caráter formativo das relações e interações educativas inerentes aos processos de organização da coesão no tecido social é característica também das ações do corpo político. A reflexão contínua provocada pelos espaços, relações e interações geradoras e geradas,

constitutivas e constituídas nesse processo propiciaram uma compreensão das interfaces entre o jurídico e o político (o institucional ligado ao exercício do Estado e o comunitário ligado à conspiração ontológica que une os extrativistas marinhos), que permite aos pescadores e as marisqueiras locais transcender o caráter restritivo comum à judicialização da vida social e política.

A resultante disso é o questionamento frente a artigos específicos e significados embutidos nos textos das legislações ligadas ao universo das Resex no Brasil. O Estado brasileiro conserva condutas, por meio da legislação, frente à gestão e ao controle territorial das UCUS para garantir sua soberania frente a autonomia de povos e comunidades tradicionais. Como o Estado não é imparcial, a parcialidade e a conduta estarão sempre atreladas às intersubjetividades do seu representante no momento. Desta maneira, dentro das Resex as decisões da chefia da unidade são tomadas pelo funcionário do ICMBio, com seus valores e visão de mundo. Quando esse representante do Estado não consegue observar melhorias na coesão do tecido social e no corpo político que permitam alterar normativas jurídicas da gestão territorial, os avanços ficam comprometidos e as possíveis transformações positivas do processo também.

A educação possibilita, através da ação política, a instauração de um processo contínuo de amadurecimento da compreensão coletiva direcionada ao viver social sadio e necessária aos sistemas sociais instituídos. Entre os extrativistas marinhos em Canavieiras isso está presente e reflete-se nas complexas e sofisticadas proposições explicativas para traduzir todo o entendimento existente entre eles a respeito da criação, do planejamento e da gestão de uma Resex. Questionamentos sobre normativas jurídicas que motivam e limitam comportamentos dos funcionários do ICMBio, entendidos como restritivos e inadequados para o contexto local, surgem no cotidiano reflexivo das lideranças comunitárias e entre os outros extrativistas da unidade.

A segurança jurídica e as contribuições positivas com a assinatura do CCDRU e com a conclusão do Acordo de Gestão e do Plano de Manejo da Resex têm o potencial de gerar melhorias nesse sentido, pois sem tais instrumentos de gestão e manejo questões sobre o uso e a intervenção nos territórios dependeriam da interpretação de cada analista ambiental do ICMBio no momento de determinar sua pertinência ou não.

Os conteúdos dos instrumentos de gestão e de manejo na Resex, como implicam a participação dos extrativistas marinhos em sua concepção e construção final e devido à natureza e as características desses documentos, eles tendem a trazer melhorias nas decisões vinculadas ao exercício fiscalizador e de gestor atribuídos ao presidente do conselho e chefe da unidade.

Quando Hannah Arendt (1993) reflete sobre a dignidade da política, ela o faz ressaltando os desastres provocados também pela política. Nos dias atuais, adjetivando-a com a expressão “partidária”, há inúmeros casos e fatos passíveis de serem identificados como desastres condicionados, sobretudo pelo nosso modelo de política partidária aliado ao de gestão pública. Para as populações tradicionais agroextrativistas, objetivos, princípios e diretrizes jurídicas sobre a gestão dos seus territórios no contexto político e econômico que vivemos são instrumentos de reivindicações e conquistas sociais e políticas; são obras da ação, com vistas a projetos emancipatórios de transformações sociais.

O debate sobre cogestão e autogestão tem relação direta com o potencial de desastres ligados ao exercício do Estado. Como ilustração, cita-se a Portaria nº 445 de 2014. A partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos baseada na classificação de níveis de criticidade para a preservação dessas espécies, a Portaria determinou a proibição da captura, do manejo, do beneficiamento e da comercialização das mesmas. Para a Resex em Canavieiras, as espécies que compõe a lista e possuem, a partir da decisão, maior potencial de impacto na segurança alimentar e na geração de renda dos extrativistas marinhos são: as diferentes espécies de cação listadas, tubarão, arraia e guaiamum.

A decisão interfere e limita de forma abrupta o estabelecimento de estratégias comunitárias de manejo e conservação da natureza. Como a participação social é garantida por políticas públicas já criadas, este fato é um exemplo claro de como decisões arbitrárias podem impor aos extrativistas marinhos da Resex (e também de outros Territórios Tradicionais no Brasil) restrições à geração de renda e obtenção de alimentos.

A proibição incide diretamente na segurança alimentar e na garantia de renda dessas famílias. A AMEX reconhece a necessidade do manejo para a conservação, mas entende que isso significa construir estratégias fundamentadas nos saberes e fazeres de cada local onde há extrativismo das referidas espécies, avaliando as diferentes práticas extrativistas e os diferentes estados de conservação dessas áreas. Reconhece-se também que essa normativa fere outras ligadas à IN nº 29/2012 sobre os papéis do acordo de gestão e do CCDRU no manejo da natureza dentro da Resex. Desse modo, antes da proibição é necessário esgotar as possibilidades de manejo e, caso seja preciso proibir, é essencial criar outras fontes de renda e obtenção de alimentos.

Debates entre o Governo Federal e a CONFREM resultaram na retirada temporária de algumas espécies da lista. Essa estratégia visa a realização de mais estudos direcionados também para o manejo do extrativismo dessas espécies. Isso não retira da Portaria o caráter de

condicionar os analistas do ICMBio a uma conduta contrária às funções sociais do órgão e dos objetivos de criação da Resex, pois os obriga a multar os extrativistas marinhos sem antes ter havido diálogos e estudos para avaliar qual seria o melhor caminho para a conservação de espécies eventualmente ameaçadas. Isso condiciona os extrativistas marinhos da Resex a uma potencial punição para uma situação sob a qual não lhes pesam nenhuma responsabilidade. Haja visto que, o cenário de degradação ambiental utilizado para justificar a assinatura da Portaria nº 445/2014 não foi criado pelos beneficiários da unidade e nem pela pesca e mariscagem artesanais em ambiente costeiro e estuarino.

Outro exemplo de desastre é o Projeto de Lei – PL nº 3068 de 2015 de autoria do Deputado Federal Sérgio Brito e que tem como relator o também Deputado Federal Evandro Roman. Esse PL propõe revogar o decreto de criação da Resex Marinha de Canavieiras e substituí-la por uma Área de Proteção Ambiental – APA, outra categoria de UCUS prevista no inciso I do art. 14º da lei do SNUC. Há algumas questões legais que colocam a APA como uma categoria de UCUS com frágil segurança jurídica e potencial de criar obstáculos para a efetiva autonomia de povos e comunidades tradicionais na gestão territorial preconizada pelo Decreto nº 6040/2007 e pelas as INs nº 29/2012 e nº 9/2014.

Pontos importantes estão ligados à indefinição da natureza do conselho da unidade e a permissão de áreas públicas e privadas em seus limites territoriais. Tais características inviabilizam a assinatura do CCDRU, fundamental para as comunidades tradicionais, e consequentemente afeta a promoção da autonomia na gestão dos territórios comunitários. Ao mesmo tempo, caso o conselho não seja deliberativo, sua funcionalidade frente ao cumprimento das demandas dos pescadores e das marisqueiras artesanais também se enfraquece.

As conquistas e transformações sociais e políticas realizadas e destacadas ao longo dessa tese foram determinadas pelos desdobramentos da assinatura do decreto de criação da Resex em Canavieiras. A criação de uma APA resultaria na perda de tais conquistas e no aumento das vulnerabilidades sociais e econômicas dos extrativistas marinhos de Canavieiras e municípios vizinhos. Segundo o art. 20º da IN nº 03/2007, as situações de vulnerabilidades de populações tradicionais implicam na criação imediata de uma Resex ou RDS, podendo em caso de riscos graves serem decretadas limitações administrativas provisórias. Portanto, esse PL vai contra princípios de políticas públicas importantes para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

As fragilidades do PL estão em suas justificativas, pois ligando-as a uma suposta relevância para o desenvolvimento econômico, o PL se baseia em argumentos inconsistentes diante da realidade socioeconômica do município de Canavieiras e região. Ao afirmar que a

Resex não cumpre com seus objetivos principais de proteção do meio ambiente e da cultura e modo de vida dos extrativistas marinhos, revela um total desconhecimento do autor do PL em relação ao cotidiano dos extrativistas marinhos da unidade. Ao inverso, a Resex os fortalecem como grupo social, dando-lhes uma visibilidade política antes inexistente. Houve um desencadeamento de transformações nas práticas extrativistas voltadas para a conservação da natureza, como por exemplo, a ampliação do respeito aos períodos de defeso (robalo, camarão, caranguejo e guaiamum) e a criação do acordo de pesca de Canavieiras; ações com impactos positivos no cumprimento dos objetivos de criação da Resex.

Na mesma direção, outro argumento utilizado pelo PL trata de supostos problemas econômicos gerados com a presença da Resex para as atividades de turismo e a agricultura cacauieira, importantes geradores de receita e emprego no município e região. Os limites territoriais da unidade não afetam as áreas de plantio de cacau, visto que 83% da Resex é composto de ecossistemas marinho e estuarino. Estudos e pesquisas realizadas por Rangel (2013) e Rocha (2008) aprofundam tais questões. Segundo o debate e os resultados apresentados pelos autores, a crise do cacau na Bahia não possui qualquer relação com a criação da Resex em 2006. O cenário de crise vem sendo forjado pelo próprio Estado e por setores dos poderes políticos partidários e econômicos do país desde a década de 1980.

No que concerne a atividade turística no litoral da Bahia, a gastronomia e as belezas naturais são dois dos principais atrativos “comercializados” pelo mercado turístico. Ora, a presença da Resex apenas fortalece tais pontos, visto que a culinária dos extrativistas marinhos compõe essa gastronomia e as belezas naturais são protegidas com a conservação da natureza propiciada pela gestão territorial praticada pelos extrativistas marinhos da Resex.

Além dessas questões, o texto do PL ainda destaca supostas influências negativas que a Resex propiciou para a carcinicultura (inclusive com o fechamento de alguns empreendimentos) no município de Canavieiras e região. Durante a participação em reuniões do CD e da AMEX com o ICMBio, observei que tais influências se referem à solicitação, por parte da AMEX, do correto procedimento com o Licenciamento Ambiental desses empreendimentos, do estabelecimento e do cumprimento das condicionantes ambientais para obtenção das licenças, da não utilização de Áreas de Preservação Permanentes – APPs previstas pela Lei nº 12.651/2012 e ainda respeitar as regras estabelecidas para a Zona de Amortecimento da Resex.

As condicionantes ambientais para a obtenção das licenças têm como funções garantir boas práticas de gestão ambiental para as atividades produtivas no país. Portanto, entende-se, ao contrário do exposto no texto do PL em destaque, que tais influências foram positivas e o

eventual fechamento de algum empreendimento foi devido ao não cumprimento das regras legais e normativas. É importante ressaltar a distinção da legislação sobre Licenciamento Ambiental e APPs e a legislação do SNUC: independentemente da existência da Resex, os empreendimentos ligados à carcinicultura precisam se render ao Licenciamento Ambiental e seus instrumentos de planejamento e gestão.

Os desastres da política partidária incentivam as reflexões sobre a promoção da justiça entre povos e comunidades tradicionais agroextrativistas no Brasil. Para os beneficiários da Resex em Canavieiras, a promoção da justiça sempre se relaciona com a garantia da autonomia na gestão dos seus territórios, a coesão na organização do tecido social e a manutenção de um corpo político. Isso evidencia a interface entre as pessoas e as instituições por elas concebidas e geridas. A instituição não é em si mesma a manifestação da justiça, mas um caminho para a sua promoção, justificando “[...] a necessidade de examinar quais realizações sociais são de fato geradas através dessa base institucional.” (SEN, 2011, p.113).

As funções sociais e políticas da AMEX e de todas as outras instituições comunitárias congregadas se refletem nas funções sociais e políticas das lideranças comunitárias. Quando um Deputado Federal propõe a anulação da criação de uma Resex através de um Projeto de Lei, desconsiderando as pessoas e as instituições responsáveis por todo o planejamento e a gestão dessa Resex, esclarece-me a necessidade já destacada de adjetivar a palavra política com a expressão *partidária*, mas sobretudo de ressignificar o sentido para a política e consequentemente para a gestão pública. Isso me conduz a questionar também a atuação do ICMBio e do MMA e suas contradições com a noção de ação política, pois a política presente nas ações da AMEX possui fenômenos gerativos distintos e a “[...] ideia de que a liberdade é idêntica ao iniciar [...] a liberdade de querer simplesmente que isso ou aquilo seja assim ou assado.” (ARENDT, 1993, p.121), é o verdadeiro sentido da política.

Segundo os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e o SNUC, quando populações ou comunidades tradicionais decidem transformar seus territórios em UCUS e o ICMBio/MMA concede parecer favorável, não cabe aos poderes Legislativo ou Judiciário propor qualquer ação contrária, especialmente quando a mesma não passou por um amplo diálogo com os agentes-sujeitos diretamente envolvidos. Todas essas questões atrapalham e criam situações desfavoráveis às condutas consensuais presentes nas boas práticas de gestão defendidas e realizadas pela AMEX e as instituições que a compõem.

De volta aos questionamentos da AMEX frente às contradições e limitações do SNUC, essas “falhas” da gestão pública e da política partidária no Brasil motivam entre as lideranças

comunitárias e a AMEX debates e reflexões sobre cogestão e autogestão territorial, o que me permite um paralelo com o histórico de criação das UCUS no Brasil. Destaco aqui o trabalho de doutoramento de Cunha (2010) que resgata um tema sempre central entre os movimentos e mobilizações sociais em relação às políticas ambientais (ou a ausência delas) no Brasil. O processo de lutas culminou primeiramente na assinatura da Lei nº 6.938/1981⁵⁵ e depois em 2000 na Lei nº 9.985 (SNUC). Seu desenvolvimento foi fundamentado em debates e reflexões sobre a essencialidade da autonomia de povos e comunidades tradicionais agroextrativistas em relação ao planejamento e a gestão dos seus territórios de usufruto permanente e temporário.

No entanto, com a criação do SNUC, as noções de cogestão e corresponsabilidades foram adotadas, mas com o tempo a autogestão voltou às pastas das reivindicações desses grupos sociais. Reconhece-se que a autogestão não depende somente do texto da legislação. Há a demanda por processos educativos com vistas à ação política e direcionados para a recursividade de condutas consensuais precedentes e necessárias à criação de um corpo político. Mais um ponto que afirma a substancialidade da compreensão do sentido geográfico da ação política, através das geograficidades inerentes a cada sistema social instituído.

Para a AMEX, as contradições entre autogestão e cogestão se materializam primeiramente na figura do chefe da Resex, pois o Estado estabeleceu um funcionário concursado do IBAMA que, a partir de 2007 com a assinatura da Lei nº 11.516, foi substituído por um funcionário do então criado Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Como determinação jurídica, o chefe da unidade é doravante o presidente do CD; assim as principais funções institucionais e a prerrogativa do voto de minerva ficam com o Estado. Há, portanto, um obstáculo jurídico para um extrativista marinho (ou até mesmo uma instituição comunitária) presidir o conselho e chefiar a unidade.

Especialmente em Canavieiras, essa situação cria dificuldades na gestão e se reflete na regular troca dos chefes da unidade. Desde a sua criação se sucederam 5 (cinco) Analistas Ambientais. Ora, para o bom andamento da gestão, cada vez que a chefia é trocada é necessário repassar de novo todo o processo de criação e cenário passado, atual e futuro da Resex. Isso cria situações de retrabalho, enfraquece o papel institucional dos analistas ambientais e ao mesmo tempo cria rupturas num processo que demanda ser contínuo. A AMEX destaca que essa situação cria frustração no pescador. Como ele tem memória histórica, segundo Carlinhos

55 Essa lei criou a Política Nacional de Meio Ambiente e ao mesmo tempo estabeleceu definições jurídicas para conceitos científicos e criou instrumentos de gestão ambiental que depois se tornaram essenciais para o planejamento e a gestão territorial das UCUS. Padrões de qualidade ambiental, licenciamento ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, sistema de informações ambientais, dentre outros instrumentos, são hoje fundamentais para a conservação da natureza no Brasil e por isso aliados do SNUC.

(2015), fica parecendo que todas as ações realizadas antes não têm mais valor. “O que foi construído antes parece não ter valor e quando muda o analista tem que refazer tudo de novo...”.

Ao avaliar o significado simbólico da figura do “chefe”⁵⁶ e seus possíveis desdobramentos nas relações cotidianas, esse cenário potencializa o risco de existir obstáculos à emancipação das populações tradicionais agroextrativistas, no que tange à gestão territorial das unidades. Pescador e marisqueira não tem chefe, tem mestre de pesca. O princípio da autonomia está presente no funcionamento da AMEX e de suas instituições, mas não está efetivamente posto nas relações entre Estado e populações tradicionais. A cogestão implica na imposição de condutas e por meio dela pode ser gerado um cenário fragilizado diante da conquista da emancipação efetiva dos extrativistas marinhos da Resex.

Nesse sentido, o domínio e o controle territoriais ficam hegemonicamente ligados ao exercício do Estado. O Conselho Deliberativo de uma Resex ou RDS está regulamentado pela Instrução Normativa – IN nº 02/2007, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para sua formação e funcionamento. É o órgão máximo de gestão dessas categorias de unidades. Define-se por meio do inciso I do art. 2º da mesma IN, o CD como um espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da UC e suas áreas de influências referentes às questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Contudo, o Estado admite em sua composição a participação de grupos e/ou agentes sociais representando setores da economia que muitas vezes não têm a conservação da natureza, com o seu uso social e cultural, como propósito. Ao ampliar o tema para a valorização de saberes e práticas sociais tradicionais, os propósitos podem se distanciar ainda mais. Todavia, isso cria um abismo entre os interesses e as demandas sociais das populações tradicionais e os interesses econômicos e mercadológicos de grandes grupos empresariais e financeiros. Essas contradições podem ser observadas na Resex Marinha de Canavieiras em relação às grandes empresas do setor hoteleiro, do turismo, da pesca em alto mar e as fazendas de camarão. Todas funcionam seguindo estratégias de gestão e atuação do mercado muitas vezes contrárias as da Resex.

Com isso, decisões importantes para a gestão da Resex não são exclusivamente definidas pelos extrativistas marinhos e o risco de interesses alheios aos da conservação e de melhorias nas condições de vida dos seus beneficiários é iminente. Tal cenário coloca em xeque o cumprimento das diretrizes consideradas na formação e funcionamento do CD e listadas entre os incisos I – XII do art. 3º da IN nº 02/2007. A valorização dos saberes e dos Territórios

⁵⁶ Dicionários diversos definem a palavra chefe como aquele que governa, comanda e dirige, ou a pessoa que ocupa o posto superior dentro de uma determinada hierarquia.

Tradicionais, a transparência nos processos de gestão, a adequação a cada realidade local, a integração e o diálogo entre diferentes formas de saber e a integração com políticas orientadas por três eixos de desenvolvimento humano, a saber: educação, saúde e renda sugerem que, para a efetiva autonomia dos extrativistas marinhos nos processos decisórios de planejamento e gestão e para fazer da atuação do ICMBio/MMA uma ação política, demandam-se alterações jurídicas e normativas para incluir etapas e processos educativos de transição da cogestão para a autogestão. Esse processo é dinâmico sempre condicionado por um tecido social suficientemente organizado, um corpo político suficientemente coeso e um Estado direcionando sua razão de ser para o viver social sadio.

Neste contexto as populações tradicionais são compelidas a formar consensos internos para suas ideias serem levadas em consideração; caso contrário, a criação de uma esfera de decisão mais ampla, abrangendo um leque variado de agentes locais, pode ser realizada em detrimento dos extrativistas marinhos. Por isso o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT, vinculado ao ICMBio, recomenda que os beneficiários das Resex constituam uma associação mãe de modo a proporcionar outra esfera de decisão interna.

Na Resex em Canavieiras esse modelo de organização comunitária tem gerado bons frutos, mas novamente esbarra em questões jurídicas impedindo que decisões centrais para a gestão da unidade não sejam definidas exclusivamente pela AMEX. No caso do Plano de Manejo e do Acordo de Gestão, embora em sua concepção e elaboração os extrativistas marinhos tenham a efetiva participação garantida pelas INs nº 01/2007 e a nº 29/2012, a aprovação e posterior publicação no Diário Oficial da União são deliberadas em plenárias do CD, nas quais os votos e os discursos não são somente *das* e *em favor das* populações tradicionais. Outro exemplo das contradições entre cogestão e autogestão; a autonomia presente na AMEX e ausente no CD.

Ao resgatar o histórico de lutas dos seringueiros e povos da floresta para alterações na legislação ambiental e inclusão do uso social e cultural da natureza como instrumento de gestão e conservação, destacam-se debates e reflexões sobre a autonomia administrativa como princípio e fim para a gestão das áreas destinadas às populações tradicionais agroextrativistas. Em sua tese de doutoramento, Claudia C. Cunha (2010) reconhece a abertura do Estado brasileiro para o debate sobre o modelo de gestão das Resex. No entanto, destaca mudanças significativas de reconfiguração da dinâmica institucional do poder local e redefinição do sentido da autonomia anteriormente adotado pelos movimentos sociais envolvidos nas negociações com o Estado brasileiro.

A autora registra o processo de gênese das reservas extrativistas e mostra como o movimento foi, em razão do forte apoio de ambientalistas e das perspectivas de avanços legais, ampliando a ênfase da bandeira ambiental-territorial de povos e comunidades tradicionais em detrimento da de reforma agrária em região florestal. Em decorrência, as populações tradicionais seringueiras (e depois pesqueiras) conquistaram territórios legais, mas submetidos a uma série de regras determinadas pelo Estado, perdendo assim o processo inicial de autogestão de seus territórios tradicionais em favor da cogestão com modelo definido pelo SNUC.

Por isso o destaque no comportamento das lideranças comunitárias, na estrutura e no modelo de funcionamento da AMEX, todos direcionados para a realização da ação política com vistas ao planejamento e à gestão da Resex. Quando esse planejamento e gestão estão sob responsabilidade do ICMBio, a ação política se reduz a um conjunto de técnicas e condutas juridicamente determinadas pelo Plano de Manejo, o Acordo de Gestão e outras normativas relacionadas. As falas das lideranças comunitárias, sobretudo as de Carlinhos, nos mostram como essa situação já obrigou a gestão da Resex se estagnar ou recuar diante de desmandos do ICMBio ou das recorrentes alterações da chefia da unidade.

O legalismo presente e inerente ao exercício das funções dos analistas do ICMBio implica no risco do abandono da espontaneidade e possibilidade do novo e da liberdade política intrínsecas à ação. Há na dinâmica do corpo político mantido pela AMEX a coexistência de intersubjetividades que se materializam nas relações e interações entre os extrativistas marinhos e o mundo e a natureza circundantes. Tal dinâmica é impossível de ser reproduzida no âmbito da atuação dos funcionários do ICMBio/MMA, pois inexistem os fenômenos gerativos da ação e do espaço público criado pela coesão social peculiar à AMEX.

O diálogo, a autonomia e a partilha são os fenômenos gerativos da ação e precedidos pelas atividades do espírito. Ao iniciar a ação, seus fenômenos gerativos se transformam nos princípios da política que guiará essa ação. Por isso toda a ação política demanda relações consensuais de conduta e a aceitação do outro, como um legítimo outro na convivência (MATURANA, 1998). Isso se dá no âmbito das relações sociais. Ora, as relações entre os funcionários do ICMBio nas funções institucionais de gestão da Resex são relações de trabalho fundamentadas no cumprimento de ordens, “[...] elas se fundam no compromisso de cumprir uma tarefa e, nelas, o cumprimento da tarefa é a única coisa que importa.” (MATURANA, 1998, p.69). Neste sentido, não há a reflexão coletiva para pensar o fazer, algo comum na ação política.

Outro ponto negativo está no caso do ICMBio/MMA tratar essas relações de trabalho como relações hierárquicas, o que as distanciam ainda mais das relações sociais baseadas na consensualidade de condutas válidas e na recursividade do conviver.

[...] pois estas se fundam na negação mútua implícita, na exigência de obediência e de concessão de poder que trazem consigo. O poder surge com a obediência, e a obediência constitui o poder como relação de negação mútua. (MATURANA, 1998, p.69).

No funcionamento interno desses órgãos públicos federais trata-se o poder como verbo. Isso não significa a inexistência de ações e práticas positivas realizadas pelos analistas ambientais do ICMBio/MMA dentro das UCs. Especialmente para as Resex, há inúmeros exemplos de projetos desenvolvidos por analistas do ICMBio e que resultam em transformações positivas para os beneficiários e para a conservação da natureza. Na Resex em Canavieiras há vários projetos que tiveram a participação e contribuição do ICMBio/IBAMA/MMA. Hoje o trabalho realizado pelo Analista Ambiental é muito elogiado entre os extrativistas da unidade. A transformação necessária está nos princípios e propósitos de atuação desses analistas; isso não pode ser determinado pelo indivíduo contratado, mas sim pela função social e política do cargo e das responsabilidades assumidas por cada analista do ICMBio; essencialmente um servidor público e não um simples defensor do Estado.

Reduzir a ação política ao fazer comum da fabricação ou da realização de tarefas ordenadas com procedimentos rígidos e previamente definidos me remonta às reflexões de Arendt (2014) sobre os processos de substituição da ação pela fabricação. Substituição essa atuante contra a democracia ao negar elementos essenciais da política. No tocante à Resex de Canavieiras, o que está em xeque é o modelo e conceito de governo “[...] isto é, a noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer.” (ARENDT, 2014, p.277). A ação política é transformada numa mera execução de ordens, a legitimidade das proposições explicativas uma petição de obediência e o poder um verbo.

Para a gestão comunitária do território, o fato da chefia da unidade e a presidência do CD ser um funcionário do ICMBio e não a AMEX ou uma liderança comunitária cria um cenário desfavorável à construção da autonomia administrativa e financeira na Resex. Esse cenário sugere a suposta eterna necessidade da presença de agentes do poder público no controle do território. Naturalmente essa questão não se resolverá com um texto de lei. A educação para a ação política não pode ocorrer apenas entre as comunidades tradicionais; essa é, sobretudo, uma demanda do Estado e seus agentes. É essencial entender e não confundir a autonomia como

princípio da ação política realizada pela AMEX e suas lideranças comunitárias, com a autogestão instalada no funcionamento administrativo de uma Resex. São dois universos distintos, carregando implicações também distintas.

Como foi mencionado anteriormente, a autonomia é um fenômeno da vida social e política, um modo de se relacionar com o outro. No SNUC e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, há direcionamentos para que as relações entre gestão pública e gestão comunitária nas Resex e RDS tenham como prerrogativa a promoção e a garantia da efetiva participação dessas comunidades nos fóruns de decisões.

O processo de construção da autonomia a tem como meio e fim e está intimamente ligado à dialogicidade e à necessidade inerente da valorização dos saberes e fazeres do outro. Não há efetivação da autonomia num contexto onde não haja diálogo, pois ela “[...] é instauração de outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito.” (CASTORIADIS, 1982, p. 126). A autonomia só pode ser desejada para todos e sua efetivação só se concebe plenamente enquanto empreitada coletiva (CASTORIADIS, 1982). Se o diálogo é um ato de criação,

[...] na práxis a autonomia dos outros não é um fim, ela é, sem jogo de palavra, um começo, [...] ela não é finita, não se deixa definir por um estado ou características quaisquer. Existe relação interna entre o que é visado (o desenvolvimento da autonomia) e aquilo por que ele é visado (o exercício da autonomia), são dois momentos de um processo; [...] a práxis jamais pode reduzir a escolha de sua maneira de operar a um simples cálculo; não que este fosse muito complicado, mas porque, por definição, deixaria escapar o fator principal – a autonomia (CASTORIADIS, 1982, p. 95).

Por isso do diálogo se espera a cumplicidade e a cooperação. A competição de ideias é substituída pela partilha de ideias, saberes e experiências. Essas questões colocam em dúvida o comportamento do Estado na figura do ICMBio/MMA. Suas ações se fundamentam basicamente em preceitos científicos utilizados na elaboração da legislação sobre Unidades de Conservação e Gestão Territorial, quando na verdade poderiam desenvolver-se também como formas solidárias de participação. A gestão pública tornar-se-ia um processo de “[...] criação solidária de saberes sociais em que a palavra-chave não é o próprio conhecimento, mas é, antes dele, o diálogo” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 13).

Em função disso, a educação para a ação política na AMEX, mas sobretudo para os funcionários do ICMBio/MMA torna-se essencial. Alterar condutas recorrentes válidas demandam processos educativos que auxiliam as transformações desejadas. Corrobora-se aqui com as reflexões de Paulo Freire (2011) sobre o sentido e o fundamento das ações do Estado

na extensão rural. Embora as atividades do ICMBio dentro de uma Resex não se caracterizem como extensionismo rural, é possível ressignificá-las e assim entendê-las e realizá-las como colaboração científica-técnica e de gestão oferecido pelo poder público especificamente às populações e comunidades tradicionais, sempre direcionados à organização do tecido social para a autonomia e a autogestão territorial.

Neste contexto, Freire (2011, p.85) destaca a comunicação, pois “[...] o mundo social e humano, não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano”. O ato do conhecer, que é um ato intencional, está condicionado por essa comunicabilidade dialógica e, nesse sentido, é essencial o Estado seguir tais preceitos. A parceria entre o Estado e os povos e comunidades tradicionais para a gestão de Resex e RDS deve ser emancipatória e não regulatória. As atividades de extensão do ICMBio precisam fazer da troca e da partilha de saberes e experiências a base para a construção coletiva de ações; a extensão não pode correr o risco de se limitar

A um processo de messianismo, invasão cultural e/ou manipulação promovidos pelo Estado. Não lhe cabe, portanto, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las; não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda. Como educador, se recusa a “domesticação” dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão (FREIRE, 2011, p. 23).

A distinção que Paulo Freire (2011) faz entre comunicação e extensão admite a relevância das técnicas, mas a ação e o diálogo é que são essenciais ao processo. Como ocorre com o fenômeno da ação política, a coletividade e a pluralidade humana são também características intrínsecas à educação. Entender nossa existência de ser-no-mundo como uma existência no e com o mundo (FREIRE, 2002) é para a ação e a educação fator imprescindível às suas realizações cotidianas.

Esses pressupostos são fundamentais para se pensar num processo de construção da autogestão dentro da Resex. Como autonomia não significa caminhar só, o papel e a essencialidade do agir coletivo e das parcerias se destacam num processo autogestionário para territórios comunitários. Essa dinâmica consiste em pensar sobre o quanto cada um deve participar dos processos decisórios que influenciam em sua vida cotidiana (ALBERT, 2004). Ora, se a autogestão consiste no exercício da liberdade responsável do aprender a Ser e a conviver, novamente a questão dos princípios para a ação e do sentido para a política são essenciais à análise.

As atividades do espírito e as da condição humana de existência são fenômenos gerativos das circunstâncias necessárias para tornarmos “[...] capazes de realizar a complexa

operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora” (FREIRE, 2002, p. 77). O agir e o falar humanos evidenciam o nosso existir enquanto modo de vida próprio. Nesse sentido, considera-se o sujeito enquanto agente de sua própria transformação. “A linguagem se constitui quando se incorpora ao viver, como modo de viver [...]” (MATURANA, 1998, p.59) e surge “[...] na convivência como resultado dela – quer dizer, quando as coordenações de conduta são consensuais.” (MATURANA, 1998, p.59).

Isso justifica a ênfase à organização do tecido social nos espaços da vida cotidiana de populações tradicionais agroextrativistas. Em base nesse pressuposto, entende-se que a verdadeira transformação no funcionamento do ICMBio/MMA e suas relações com os extrativistas passa pela efetiva delegação de atribuições do Estado para essas populações tradicionais. Se traduziria, por exemplo, pela escolha em cada Resex de um coordenador oriundo da própria população extrativista, apoiado por uma direção e demais instâncias de organização (ex: CD, conselhos fiscais e outros) compostas também por extrativistas.

Como o conhecer é um processo que se realiza na duração e permanência da vida social cotidiana, é importante destacar que essas reflexões e análises sobre os temas da cogestão e da autogestão vêm há tempos amadurecendo em minhas reflexões e estudos. Além das atividades de campo para a tese, outras pesquisas já realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Costeiros⁵⁷ me permitem verificar o amadurecimento social e político de lideranças comunitárias na medida em que se engajam em cargos de responsabilidade. Tais transformações confirmam o quanto a práxis política constitui-se de processos educativos para quem se engaja nela, justificando considerar a educação o âmago da ação política.

Quando o processo é educativo, a possibilidade do erro é sinônimo de aprendizagem. Lembra-se, portanto, que a gestão e o planejamento comunitários podem incluir nos seus processos erros de gestão, mas estes não são considerados aqui como obstáculos ou motivação para punições e sim como possibilidades de aprendizagem e melhorias, a partir da observação e análise desses erros (SANTOS, 2008). Do mesmo modo que a ação política cria o espaço público (da aparência), a educação, ao considerar as relações e interações cotidianas dos extrativistas marinhos com a natureza, cria um espaço relacional e interativo “como um lugar de permanente observação, pesquisa e reprodução de saberes” (CASTRO, 1998, p. 7).

57 Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental Costeira ligado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia criado em 2005 e coordenado pela Prof. Dr^a Catherine Prost. O foco do grupo são as reservas extrativistas marinhas da Bahia e como membro da equipe de pesquisadores desde a sua criação participei de algumas pesquisas realizadas e por isso tenho acesso a resultados alcançados nas diferentes Resex baianas o que me permite apresentar algumas considerações a respeito.

As experiências vividas apresentam-se essenciais à percepção e ao entendimento do contexto social e político de cada território em questão. Daí a afirmação anterior de que, ao falar e agir, o ser humano mostra quem é e aparece ao mundo humano (ARENDT, 2014). Essas realidades cognitivas e afetivas ligam cada ser humano ao mundo onde habita e são a realidade geográfica de cada um. “[...] o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos [...]” (DARDEL, 2011, p. 34).

No caso dos territórios comunitários isso não é diferente, por isso deve-se considerar no espaço “[...] a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros” (MASSEY, 2013, p. 15). Esse sentido atribuído ao espaço faz da coexistência de ontologias distintas uma característica e não um obstáculo. Para tanto, a recursividade de condutas consensuais de aceitação mútua na convivência é invocada. Assim, corrobora com princípios inerentes à ação política, tais como a pluralidade humana e o diálogo de saberes, e demanda dos analistas do ICMBio uma ressignificação de suas relações e interações sociais para com a gestão territorial na Resex.

Prosseguindo com as reflexões de Massey (2013), o espaço apresenta-se, portanto, como a esfera que possibilita a existência da multiplicidade. Distintas trajetórias coexistem nessa multiplicidade e num ambiente em constante construção.

Certamente é parte do meu argumento que não apenas o espacial é político, (o que, depois de muitos anos e do muito que foi escrito a respeito, pode ser tido como dado), mas que, sobretudo, pensar no espacial de um modo específico pode perturbar a maneira em que certas questões políticas são formuladas, pode contribuir para argumentações políticas já em curso e – mais profundamente – pode ser um elemento essencial na estrutura imaginativa que permite, em primeiro lugar, uma abertura para a genuína esfera do político (MASSEY, 2013, p. 29-30).

As atividades e relações do ICMBio dentro da Resex não pode prescindir disso. O sentido de espaço destacado por Massey (2013) é para a gestão territorial o que os princípios são para a política. Por isso para autora a maneira como pensamos o espaço influencia a maneira como pensamos e realizamos a política. Quando a multiplicidade coexiste numa trama de condutas consensuais e aceitação mútua na convivência, a ação política com vistas ao planejamento e à gestão em áreas de Resex ou RDS está amparada por fenômenos gerativos da vida social.

Trata-se de pensar uma política sensível às características e particularidades de cada espaço e de cada sistema social instituído. Admite-se, portanto, que a gestão e o manejo comunitário somente é possível a partir dos princípios da política como fenômenos gerativos

da ação. Como a ação é a única atividade da condição humana de existência realizável sem a mediação da técnica e/ou dos objetos, os encontros por ela propiciados enaltecem nossa pluralidade intrínseca (ARENDT, 2014). “Desta forma, consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação” (FREIRE, 2002, p. 78).

Trazer para o debate da atuação do ICMBio nos territórios comunitários (Tradicionais) as reflexões de Paulo Freire (2011) sobre os significados semânticos e políticos atribuídos à extensão e à comunicação indica a necessidade da revisão no modelo de gestão e normatizações jurídicas estabelecidas para as Resex e RDS. Há um imbróglio jurídico entre diretrizes e princípios legais apontando para a parceria emancipatória entre Estado e populações tradicionais e ao mesmo tempo determinações institucionais que criam contradições quando comparadas com a emancipação pretendida pelos princípios e diretrizes do SNUC e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Tais comunidades desempenham o papel dos trabalhadores sociais nos processos de mudanças. Fazer do trabalhador social um agente de sua própria mudança (FREIRE, 2002) não pode ser considerado um simples clichê, pois é, sobretudo um desafio. “Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas do seu trabalho.” (FREIRE, 2002, p. 81).

A educação para a ação política considera a partilha, a autonomia, o diálogo e a consciência de Ser no mundo e com o mundo essenciais. Para isso é atribuída à necessidade de uma relação dialógica-comunicativa entre agentes participantes do processo de gestão da Resex Marinha de Canavieiras. O papel do ICMBio que demanda ser emancipatório não pode cair nas armadilhas do messianismo ou da doutrinação mascaradas de extensionismo rural. Logo, torna-se urgente e necessário adotar as premissas das reflexões propostas por Freire (2011) e assumir para essa extensão o significado atribuído à comunicação fundamentada no humanismo,

Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isso, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais (FREIRE, 2011, p. 99-100).

Desta maneira, a parceria entre ICMBio e populações tradicionais agroextrativistas em Canavieiras precisa ser mantida, no entanto com um caráter essencialmente emancipatório e libertário. Essas populações são agentes políticos no exercício de sujeitos das suas próprias

histórias. Para tanto, admite-se necessário alterar os instrumentos jurídicos de estabelecimento de diretrizes e normas técnicas para o modelo de gestão das UCUS e ao mesmo tempo direcionar o trabalho dos analistas do ICMBio para a realização da ação política com vistas ao planejamento e a gestão comunitária na Resex.

Esse processo demanda, para os concursos públicos do ICMBio/MMA, distinguir os funcionários que ficarão responsáveis pelas atividades de fiscalização, dos que ficarão responsáveis pelas ações direcionadas à transformação social para a construção da autonomia e da autogestão em UCUS, especialmente Resex e RDS. Para essa alteração são necessárias ações educativas com esse segundo profissional, pois há a necessidade de compreensão de suas funções sociais e responsabilidades profissionais. As ações educativas estariam, portanto, fundadas na ação política comunitária com vistas ao planejamento e à gestão territorial.

A partir dessa resignificação, as ações dos funcionários do ICMBio, dentro de territórios comunitários (Tradicionais), assumiriam funções sociais e políticas direta e estritamente ligadas à promoção da justiça por meio das melhorias aventadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Há inúmeras questões e regras que precisariam ser repensadas quando da criação de um ambiente autogestionário. Há, por exemplo, a questão prática e cotidiana sobre o repasse de verbas e o pagamento de demandas comuns às atividades do presidente do CD e do escritório do ICMBio dentro das Resex. Neste caso, as regras precisariam ser repensadas pelo Estado, visto que hoje o Estado é responsável pela infraestrutura necessária ao funcionamento desses escritórios e de todas as demandas financeiras ligadas ao exercício das funções do chefe e da equipe (quando há) de funcionários responsáveis diretos pela administração de cada unidade. Portanto, a autogestão não significa simplesmente transferir essa demanda financeira e administrativa para os beneficiários das Resex e RDS; não é retirar o Estado é resignificar suas funções e relações estabelecidas.

A questão pecuniária coloca a autonomia financeira da AMEX, das outras associações e dos próprios extrativistas marinhos em destaque. Essa necessidade iminente tem relação direta com estratégias para o aumento na geração de renda dentro do território da Resex e entre seus beneficiários. Para a implantação de um processo de autogestão a autonomia financeira é fundamental. Um caminho é a promoção de produtos da sociobiodiversidade. Como o BAMEX já trouxe para os extrativistas marinhos noções de economia solidária, há dentro da Resex a possibilidade de organizar cadeias produtivas para produtos do agroextrativismo e também do preparo de subprodutos, a exemplo dos óleos de coco e dendê, realizados a partir das atividades agroextrativistas.

O princípio da autonomia nas ações políticas da AMEX seria transferido para os processos decisórios vinculados ao chefe da unidade e ao presidente do CD. Do mesmo modo que a AMEX possui um Conselho Normatizador Deliberativo e uma Assembleia Geral, esses mesmos órgãos assumiriam os papéis institucionais do chefe e do presidente, ressignificando ambas as funções e criando outro cenário para o planejamento, a gestão e os processos decisórios dentro da unidade. O ICMBio/MMA manteriam a parceria com auxílios e demandas pontuais, além de acompanhar e analisar os resultados e êxitos dos processos e mudanças realizadas.

As reflexões e proposições explicativas sobre os saberes humanos e seus fenômenos gerativos precisam ser incorporadas pelo ICMBio. Há impedimentos para passar da cogestão para a autogestão com sua gênese ligada ao *status quo* atribuído aos saberes e ao potencial de saber das populações tradicionais agroextrativistas. Quando o Estado afirma que para escolher o chefe de unidade e o presidente de CD é necessário possuir concurso público e formação universitária, pois são atribuições de um analista ambiental do ICMBio, ele está afirmando que apenas detentores do saber científico possuem os requisitos necessários ao cumprimento de tais funções. Por isso a relevância de compreender os saberes humanos como um processo intrínseco à própria vida e que as experiências vividas e o domínio fenomênico da cognição e dos sentidos humanos são fenômenos gerativos do conhecer.

Não se trata naturalmente de reivindicar o fim da exigência de formação universitária para trabalhar no ICMBio, mas no universo das Resex e RDS no Brasil, a organização comunitária e a gestão dos seus territórios podem caminhar para a transformação aventada pelas lideranças comunitárias em Canavieiras e assim assumir um caráter eminentemente autogestionário. Nesse caso, os saberes científicos não seriam excluídos, mas incorporados numa dinâmica dialógica e de partilha para com os saberes tradicionais.

As atividades dos analistas do ICMBio e do MMA imergiriam num contexto de redes de convivência (BOHM, 2005) e a educação como uma situação iminentemente gnosiológica (FREIRE, 2011), na qual a validade e a legitimidade dos saberes se realizam em função do sujeito cognoscente, determinaria as atuações e as atribuições profissionais desses analistas. Ora,

[...] se o quefazer educativo, como qualquer outro quefazer dos homens, não pode dar-se a não ser “dentro” do mundo humano, que é histórico-cultural, as relações homens-mundo devem constituir o ponto de partida de nossas reflexões sobre aquele quefazer. (FREIRE, 2011, p.103).

Por isso, as funções sociais e políticas sob responsabilidade do ICMBio e do MMA demandam esse caráter educativo e formativo. São essas características que justificam suas existências frente às demandas e as potencialidades dos povos e comunidades tradicionais. A relevância atribuída ao mundo e à natureza circundantes dos pescadores e das marisqueiras artesanais é justamente ligada à urgência de ressignificação das funções e atribuições do Estado em sua relação com os extrativistas marinhos.

Na citação abaixo, e que encerra esse subcapítulo, faz-se necessário substituir a expressão “camponeses” utilizada por Paulo Freire, pela expressão “extrativista marinho” utilizada aqui. Para um analista do ICMBio ou do MMA

Se não for capaz de crer nos camponeses (*extrativistas marinhos*), de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais. (FREIRE, 2011, p.131.).

ONDE HÁ SONHOS HÁ CAMINHOS... *sobre habitar humano e viver social sadio*

Se pensarmos o verbo “habitar” com amplidão e sentidos suficientes, ele nos apontará a forma como os homens realizam sobre a terra e sob o céu sua migração do nascimento para a morte. Esta migração é multiforme e rica em transformações. Ela permanece sempre fundamental para aquele cuja morada se dá entre o céu e a terra, o nascimento e a morte, alegria e tristeza, obra e poesia.

Martin Heidegger

[...] a expressão matrística é aqui usada intencionalmente, para designar uma cultura na qual homens e mulheres podem participar de um modo de vida centrado em uma cooperação não-hierárquica. Tal ocorre precisamente porque a figura feminina representa a consciência não-hierárquica do mundo natural a que nós, seres humanos, pertencemos, numa relação de participação e confiança, e não de controle e autoridade, e na qual a vida cotidiana é vivida numa coerência não-hierárquica com todos os seres vivos, mesmo na relação predador-presa.

Humberto Maturana

Gostaria de iniciar esse último item com reflexões sobre os desafios e as potencialidades do habitar humano sugeridas nas entrelinhas das epígrafes de Martin Heidegger e Humberto Maturana. A partir do contexto e das circunstancialidades observadas na Resex Marinha de Canavieiras, tais reflexões têm a pretensão de transcender e considerar, assim, todos os territórios comunitários habitados por populações e comunidades tradicionais no Brasil. Destaca-se, deste modo, o caminho percorrido; o *durante* da vida vivida. É nessa duração que a permanência e a existência se materializam em relações e interações cotidianas. É sobre tais relações e interações que esse trabalho se debruçou ao refletir sobre experiências vividas de extrativistas marinhos no exercício diário da gestão territorial e do cuidado para com a Resex.

Considero a realização do habitar humano um fluir de significados e sentires íntimos e relacionais que coordenam a construção dos saberes e dos seus fazeres inerentes. Logo, um modo de viver nos aparece como um modo de escolher, de sentir, de agir e de se interagir com o mundo. Essa dinâmica de relações e interações definem o fluir do nosso convívio cotidiano. É por isso que a fenomenologia e a ciência da cognição se completam e permitem ampliar a compreensão da existência humana em suas mais diferentes dimensões fenomênicas.

Os viveres sociais e políticos que nos caracterizam e encerram o sentido de Ser, se realizam apenas e a partir da dinâmica colocada na citação acima, por isso é cotidiano. Os resultados aqui alcançados abrem caminhos e possibilidades para incluir outros fenômenos - e

também aprofundar a compreensão dos já citados - responsáveis pela geração e constituição da coexistência humana de ser-no-mundo.

Neste sentido, a intervenção do Estado no habitar humano e no viver social, especialmente em territórios comunitários (Tradicionais) de área de Resex, tem nos saberes e fazeres de seus moradores-beneficiários um amparo essencial à sua realização. Há fatos citados antes sobre desastres provocados na Resex em Canavieiras pela gestão pública e/ou atuação da política partidária. São exemplos de desdobramentos desse modelo de gestão e política quando a intervenção em algum território desconsidera suas especificidades, características, demandas, anseios, sonhos e realizações.

Diante de descaminhos criados pelo próprio Estado no cotidiano dessas pessoas, impedindo-as de acessar direitos sociais e políticos, nascem e adquirem sentido nesse mesmo cotidiano questionamentos frente à concepção de gestão territorial que o Estado os submetem. A distinção entre Estado e viver social sadio é necessária e urgente, porém essa distinção não objetiva aprofundar o distanciamento ou os conflitos, mas ressignificar tais entes – Estado e vida social – e transformar as bases fundantes dessas relações e interações inerentes à gestão das Resex no país.

Talvez esteja aí o primeiro desafio, pois o processo de ressignificação do Estado passa necessariamente pela transformação de sua compreensão e papel, para a partir disso refletir sobre suas relações e interações para com a sociedade civil. Numa democracia representativa, o exercício do Estado e a função institucional de seus representantes eleitos ou concursados estão essencialmente ligados ao exercício da cidadania e ao viver social sadio. É nocivo à vida social quando tais representantes se veem alheios ao cumprimento de tais funções e colocam o Estado numa situação superior e privilegiada. Este contexto tende a criar obstáculos para o atendimento da complexidade de demandas que caracterizam nossa dinâmica social instituída e, assim colocar o cumprimento de suas funções sociais e políticas em riscos.

Na Resex em Canavieiras a relação emancipatória entre a AMEX e todas as outras associações a ela ligada precisa ser transferida para as relações com o ICMBio e o MMA. Essa construção poderá inaugurar entre os extrativistas marinhos de Canavieiras um outro “jeito” de fazer gestão territorial dentro dos espaços das Resex no país. Tais transformações têm sua base no habitar humano. Deste modo, esse habitar transcende o simples morar numa residência e alcança toda dinâmica de experiências cognitivas e existenciais ligadas às trocas e partilhas comuns ao cotidiano vivido no *Dasein*; as relações interativas e as interações relacionais da coexistência humana de ser-no-mundo.

Nesse entrelaçar de geograficidades, o processo de realização do *Dasein* na existência e na coexistência humana faz dos lugares e dos territórios mundos de intersubjetividades e a ambiência para a construção de consensualidades de condutas recursivas, possíveis a partir das coincidências nos desejos de convivência. O ser-no-mundo e sua espacialidade intrínseca não se desligam da cumplicidade para com a Terra que o faz ser, pois é essa cumplicidade que permite o ser-no-mundo. Assim, para a leitura e compreensão de tudo o que a partir dessa dinâmica se desencadeia na espacialidade do mundo circundante tem-se as geograficidades. Por isso a resignificação dos saberes e do diálogo; é através das experiências propiciadas pelos saberes e fazeres que o ente humano adquire sentido ontológico existencial e constrói sua íntima e profunda ligação com a Terra.

Desta maneira, pensar e viver a existência humana com base nos princípios elencados para a política faz do processo de habitar a Terra uma trama de cumplicidades e cooperações cotidianas. Entre os pescadores e as marisqueiras da Resex, as consensualidades construídas ao longo desses 10 anos de criação da unidade e as que precedem esse ato institucional têm na permanência e durabilidade suas virtudes e ao mesmo tempo seus desafios. Como foram construídas, sua conservação depende substancialmente das relações e práticas sociais e políticas que as viabilizaram. Logo, falar sobre viver social sadio é falar sobre o processo humano de habitar a Terra e coexistir na partilha e na cooperação.

Essa coexistência presente no habitar humano demanda construir um modo de existir fundado na cooperação e nas relações não-hierárquicas. Como está na epígrafe desse item, o caminho sugerido é o do emocionar matrístico, no qual o domínio de nossas ações e relações se constituam nos princípios já elencados: autonomia, diálogo e partilha. Entendo que nossas principais dificuldades não estão na ausência de conhecimentos e/ou condições técnicas, mas sobretudo no modelo assumido para a vida social. A competição e a ausência do exercício da empatia aparecem como fenômenos gerativos e constitutivos desse viver social predominante.

Por isso a ação e a educação; ambos são fenômenos da vida social humana possíveis apenas a partir de uma dinâmica bastante peculiar de relações e interações entre entes e ontologias. Esse dinâmica tem na fenomenologia e na ciência da cognição proposições explicativas e pressupostos epistemológicos essenciais à sua compreensão. A fenomenologia com o sentido de Ser em sua existência ontológica explica os processos e as experiências entre ente, ser e mundo que permite um sentido. Já a ciência da cognição, a partir do processo do conhecer e do papel dos sentidos humanos para a sua realização explica os fenômenos gerativos da possibilidade de um sentido para o Ser. Assim, o sentido de Ser se realiza na realização do

Dasein e o *Dasein*, que se constitui no ser-no-mundo, depende da espacialidade intrínseca à existência e da realização da experiência vivida no cotidiano.

Entende-se que os saberes, os fazeres e os significados construídos para a dimensão espacial da existência, a partir das experiências cognitiva e existencial, são as geograficidades, e, portanto, traduzem nosso viver e conviver *com o* e *no* mundo. Assim, pescadores e marisqueiras são – num sentido para o Ser – identificados, caracterizados e compreendidos indubitavelmente submersos em suas intersubjetividades, cotidianos, lugares, territórios e mundo vivido.

Logo, quando a reflexão se refere à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, as atividades realizadas em Territórios Tradicionais sob a responsabilidade do Estado implicam necessariamente na consideração das geograficidades que ali se realizam e encerram as coexistências e consensualidades recursivas presentes. Prescindir disso é ignorar todo o universo de intersubjetividades que dão sentido àquela existência mundana. É a ambiência das suas virtudes, potencialidades, demandas e fragilidades.

Para tanto, é necessária uma emoção fundada num domínio de ações onde o outro se constitua como um legítimo outro nessa coexistência. A aceitação mútua na partilha, na cooperação e na participação faz da convivência social um fenômeno constituído a partir do respeito por si mesmo e pelo outro.

Deste modo, evidencia-se desafios epistemológicos colocados para as ciências, mas há sobretudo desafios de ordem política e social que implicam em transformações profundas e duradoras referentes ao papel do Estado e suas relações e interações com a sociedade. Essa demanda por transformações não passa apenas pelo âmbito da sociedade e sua vida cotidiana, mas apresenta-se também urgente ao Estado e ao comportamento de seus representantes eleitos e/ou concursados.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Michael. Buscando a autogestão. In: ALBERT, M.; CHOMSKY, N. et al (orgs). **Autogestão hoje:** teorias e práticas contemporâneas. Tradução Felipe Correa e Raphael Amaral. São Paulo: Ed. Faísca, 2004, p.17-42.

ANDRADA, Cris F.. **Onde a autogestão acontece:** revelações a partir do cotidiano. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Vol. 9, nº 1, 2006, p.1-14.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política:** ensaios e conferências. Tradução de H. Martins et. al. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 1993.

_____. **A vida do espírito** – Vol. I o pensar. Tradução de João C. S. Duarte. Lisboa – Portugal: Instituto Piaget, 2000a.

_____. **A vida do espírito** – Vol. II o querer. Tradução de João C. S. Duarte. Lisboa – Portugal: Instituto Piaget. 2000b.

_____. **O que é política?** 7ª ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Entre o passado e o futuro.** 6ª ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **A condição humana.** 11ª ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia.** 14ª ed. Tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BERGSON, Herin. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOHM, David. **Diálogo:** comunicação e redes de convivência. Tradução de Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **Somos as águas puras.** Campinas: Papirus, 1994.

_____. **No rancho fundo:** espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia-MG: EdUFU, 2009.

BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R.. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. In: BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. (orgs). **Pesquisa Participante:** o saber da partilha. 2ª ed., Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2006. 7-20p.

BRASIL. Decreto nº 4340 de 2002. **Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: 2002.

BRASIL. Decreto nº 6040 de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: 2007.

BRASIL. Instrução normativa nº 01 de 2007. **Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: 2007.

BRASIL. Instrução normativa nº 02 de 2007. **Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: 2007.

BRASIL. Lei nº 11516 de 2007. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; altera as Leis nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Brasília: 2007.

BRASIL. Lei nº 9985 de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: 2000.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. 2ª ed. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5ª ed., Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto** Vol. VI. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Paper do NAEA, 092, Belém: 1998. 3-16p.

CEREZER, C.; FLORES, A. P. M. e ZANARDI, I. M.. **Introdução aos estudos heideggerianos a partir de ser e tempo: uma renovação contemporânea da íntima questão do ser**. Thaumazein, ano V, nº 09, Santa Maria: 2012, p.67 – 79.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOGRAPHIA, nº 2, Rio de Janeiro: 1999. p.7-26.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. 2010, 308f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) – Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DESCARTES, René. **O discurso do método**. Tradução de Maria E. de A. P. Galvão. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 7ª ed., Tradução de Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papirus, 1993.

DUMITH, Raquel de C.. **Dinâmicas do sistema de gestão na reserva extrativista de canavieiras (BA)**: análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento. 2012, 196f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS: 2012.

FIGUEIREDO, Marina M. A. **Trabalho e participação política das pescadoras na reserva extrativista (Resex) Canavieiras – BA**. 2013, 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, da Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 10ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A pedagogia do oprimido**. 41ª ed., Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2005.

_____. **Extensão ou comunicação?**. 15ª ed. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da esperança**. 17ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTER, Pierre. **Educação e vida**. 12ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis-RJ: Vozes e Editora São Francisco, 2003.

_____. **O ser e o tempo** – Vol. I. 14ª Ed., Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis-RJ: Vozes e Editora São Francisco, 2005.

HEIDRICH, Álvaro L.. Território e cultura: argumento para uma produção de sentido. In.: HEIDRICH, A. et. al. (orgs). **Maneiras de ler Geografia e cultura**. Porto Alegre: Compasso lugar-cultura, 2013. p.52-61.

HISSA, Cassio V.. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

HOLZER, Werther. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. Revista TERRITÓRIO, ano II, nº 3, 1997, p.77-85.

_____. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W. e OLIVEIRA, L. de. (org). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

LASCH, Christopher. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Tradução de Talita M. Rodrigues. 1995.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

MACHADO, Ricardo A. S.. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. 2007, 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2007.

MARANDOLA JR. Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W e OLIVEIRA, L. de (orgs). **Qual o lugar do espaço?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

MATURANA, H. e VARELA, F.. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA, H. e YÁÑEZ, Ximena Dávila. **Habitar humano**: em seis ensaios de biologia-cultural. Tradução de Edson Araújo Cabral. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Tradução de Cristina Magro et. al.. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997.

_____. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de José F. C. Fortes. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

_____. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.

_____. Conversações matrísticas e patriarcais. In: MATURANA, H. e VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MASSEY, Doreen. **Filosofia e política da espacialidade**: algumas considerações. Tradução de Rogério Haesbaert. GEOgraphia, nº 12, Rio de Janeiro: 2004, p.7-23.

_____. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 4ª ed. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas* – 1948. Tradução de Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PÁDUA, Lígia T. S.. **A “TOPOLOGIA DO SER”**: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. 2005, 300f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Depto de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica – PCU-RJ, Rio de Janeiro: 2005.

PHILO, Chris. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, D.; MARTIN, R. e SMITH, G. (orgs). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciências sociais**. Tradução de Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Khedir editoras, 2011.

RANGEL, Maria C.. **A crise do território-região cacaueira da Bahia: os nós discursivos nas tramas do poder local para manter o território – 1980-2010**. 2013, 532f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR: 2013.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W e OLIVEIRA, L. de (orgs). **Qual o lugar do espaço?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Lurdes B.. **A região cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus-BA: Editus, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S. e MENEZES, M. P. (orgs). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Mário. **A experiência vivida na reserva extrativista marinha Baía do Iguape/BA: diálogo de saberes, planejamento, educação e autonomia**. Caminhos da Geografia, vol. 9, nº 27, set. 2008, pp. 1-16.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. et al. (orgs). **Território, territórios: ensaio sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 4ª ed., São Paulo: EdUSP, 2008.

SCHULTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Ricardo D. Mendes e Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERPA, Angelo. O conceito de atuação e sua operacionalização: o falar investido no agir, o agir enunciando o lugar. In.: HEIDRICH, A. et. al. (orgs). **Maneiras de ler Geografia e cultura**. Porto Alegre: Compasso lugar-cultura, 2013. p..

SILVA, Catia A. Sobre a geografia das existências. In.: SILVA, C. A. e PAULA, C. Q. de (orgs). **Brasil e Moçambique: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, p.17-32.

SILVA, Luzia Batista de Oliveira. **A fenomenologia da imaginação da poética do espaço de Gaston Bachelard**. Educere et Educare, vol. 8, nº 16, jul/dez 2013, p. 329 – 341.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 12ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TORO, José Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2005.

TUAN, Yi-fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **Topofília: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina-PR: EdUEL, 2012.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

WERLEN, Benno. **Entrevista Benno Werlen**. Revisor dos textos Fabio Betioli Contel. Boletim Campineiro de Geografia, v.2, nº 3, 2012, p.547 – 576.

_____. **Regionalismo e sociedade política**. Tradução de Rogério Haesbaert. Revista GEOgraphia, ano II, nº 4, 2000, p.7 – 25.